



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Livros de Resumos Expandidos

21 a 23 de novembro de 2024

Foz do Iguaçu – Toledo - Paraná

Expediente

Comissão organizadora

Gabriel Antonio Cameran

Vanessa Layter

Beatriz Daniely de Araujo

Kelly Cardoso da Silva

Manoela Marli Jaqueira

Anuar Samir Badwan Huda

Vitória Maria do Nascimento Benatti

Eric Gustavo Cardin

Maria Aparecida Webber

Nitielle Floriano Dias

Gabrieli Ribas de Moraes

Amanda Paula Nunes Ortiz

Vanessa Brachtvogel

Nora Rebeca Munguia Aldaraca

Comissão científica

Cíntia Fiorotti Lima

Deise Baumgratz

Eric Gustavo Cardin

Gustavo Biasoli Alves

Paulo Roberto Azevedo

Eduardo Bao

Maria Aparecida Webber

Kelly Cardoso da Silva

Silvio Antonio Colognese

Realização

Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT/UNIOESTE).

Endereço

Rua da Faculdade, 645, Jardim Santa Maria. Toledo - PR – Brasil. CEP: 85903-000

Periodicidade

Bianual

Idioma

Português, espanhol e inglês

Apoio

Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras

ISSN: 2595-0185





V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

SUMÁRIO

Título: A ATUAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE FRONTEIRA (CIOF) NO COMBATE À CRIMINALIDADE: ANÁLISE DO ESPAÇO TERRITORIAL E ÁREA DE INFLUÊNCIA.

Autores:

Adriano Krul Bini

Título: A FRONTEIRA COMO BAZAR MÓVEL - INTERAÇÕES SOCIAIS, ESTADOS NACIONAIS E MERCADOS MÓVEIS

Autores:

Gabriel Antonio Cameran

Beatriz Daniely de Araujo

Gabriela Côrtes Dal Pai

Título: A FRONTEIRA COMO UM ESPAÇO DE CONFLITO E COOPERAÇÃO UMA ANÁLISE CRÍTICA DA AÇÃO DE FECHAMENTO FÍSICO DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA NA “TRI FRONTEIRA”

Autores:

Antônio José Moreira da Silva

Lissandra Espinosa de Mello Aguirre

Título: A FRONTEIRA NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

Autores:

Luís Alberto Miranda Goveia

Título: A IMPRENSA E O MENOR NA CIDADE DE CORUMBÁ, MS

Autores:

Waldson Luciano Corrêa Diniz

Título: A INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA NA PERSPECTIVAS DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA UNIPAMPA

Autores:

Nitielle Floriano Dias

Título: A PERSONAGEM LIZZY WIZZY EM CYBERPUNK 2077: CONVERSÃO



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

CIBERNÉTICA CORPORAL TOTAL E AS FRONTEIRAS DA SANIDADE EM JOGOS ELETRÔNICOS.

Autores:

Heleno Licurgo do Amaral

Título: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E SUA RELAÇÃO COM O CORPO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIARCADO

Autores:

Escarlet Luiza de Lemos

Bianca Mayara David Alvarez

Título: ALÉM DAS GRADES E FRONTEIRAS: COMPREENDENDO O ENCARCERAMENTO FEMININO EM UM CONTEXTO TRINACIONAL

Autores:

Victor Jorge Lugnani Chamorro

Título: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA E SUA MIGRAÇÃO

Autores:

Vanessa Brachtvogel

Título: CORPOS, CULTURA POPULAR E TEATRO PARA COMPREENDER AS DINÂMICAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Autores:

Jose Ramon Castillo Fernandez

Título: DINÂMICAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: BREVE HISTÓRICO

Autores:

Cesar Augusto Fraga de Souza

Título: DINÂMICAS TRANSNACIONAIS DO TRÁFICO HUMANO NA AMÉRICA LATINA: VULNERABILIDADES SISTÊMICAS E DESAFIOS ESTRUTURAIS

Autores:

Felipe Krefta Bardelli

Título: DISSIDENTES ESTUDIANTES EM FRONTEIRA



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Autores:

Maria Aparecida Webber

Título: EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO – UMA JORNADA ATRAVÉS DA EXPANSÃO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DESAFIOS REGIONAIS

Autores:

Maria Imaculada de Souza Saqueto

Marcela Nogueira Ferrario

Thales Ramos da Silva

Título: ENTRE O BRASILEIRAMENTO E A FRANCISATION: ETNICIDADE, MOBILIDADE E TERRITORIALIDADE AMERÍNDIA NAS FRONTEIRAS DO CABO ORANGE

Autores:

Ramiro Esdras Carneiro Batista

Título: EXCLUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA: EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE NA TRÍPLICE FRONTEIRA: FOZ DO IGUAÇU, CIUDAD DEL ESTE E PUERTO IGUAZÚ

Autores:

Yulliam Roxana Moncada Varela

Título: FLUXOS MIGRATÓRIOS PARAGUAIOS NA TRIPLICE FRONTEIRA E A INSERÇÃO NO SETOR DE FRIGORÍFICOS EM MEDIANEIRA – PARANÁ

Autores:

Claudimara Cassoli Bortoloto

Maria Lucia Frizon Rizzotto

Marina Lima Magalhães da Cunha

Título: FREE SHOPS DE FRONTEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO CLUSTER DE FREE SHOPS DE RIVERA – URUGUAI

Autores:

Geovana Gabriela Bardesio Viera

Mygre Lopes da Silva



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Título: JOGO SOCIAL DA MEMORIA IDENTITARIA NA FRONTERIA: HOMOFOBIA EM FOZ DO IGUAÇU

Autores:

Aristides Samuel Machavane

Título: LER AS CIDADES LITERÁRIAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM LETRAS

Autores:

Denise Scolari Vieira

Título: MARCADORES DA IMIGRAÇÃO CHINESA NO CENTRO DE FOZ DO IGUAÇU E NO MICROCENTRO DE CIUDAD DEL ESTE

Autores:

Julia Dalbosco

Título: MOVIMENTOS POPULARES DE MULHERES E FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS: DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS

Autores:

Cíntia Fiorotti Lima

Título: O ESTREMECIMENTO DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS ATRAVESSADAS POR NARRATIVAS FEMININAS

Autores:

Liz Basso Antunes de Oliveira

Título: PERSPECTIVAS DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOBRE O ORÇAMENTO DA FORÇA TAREFA DE LOGÍSTICA HUMANITÁRIA

Autores:

Janison Machado de Albuquerque

Título: PROJETO MUJERES: UMA INICIATIVA DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES SURDAS MIGRANTES EM RORAIMA

Autores:

Débora Rocha de Abreu

Thaisy Bentes de Souza

Érika Hurtado González



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Título: SEXÍLIOS NA FRONTEIRA: DESEJOS HOMOERÓTICOS E TRAVESSIAS
PENDULARES NO ARMÁRIO

Autores:

Thiago Benitez de Melo

Título: TIPOLOGIAS DE INTEGRAÇÃO E TERRITÓRIOS FRONTEIRIÇO

Autores:

Vanessa Layter

Título: TRÍPLICE FRONTEIRA: UM ESPAÇO PARA INTEGRAÇÃO

Autores:

Hevelyn Priciely Ghizzi

Título: UMA UNIVERSIDADE EM FUND(AÇÃO): AS CONTRIBUIÇÕES DA
PSICANÁLISE PARA A ANÁLISE DO DISCURSO INSTITUCIONAL DA UNILA

Autores:

Carla da Conceição Mores Gastaldin

Título: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO EM RORAIMA DURANTE A
PANDEMIA DO COVID-19

Autores:

Jéssica Carvalho Guimarães

Márcia Maria de Oliveira

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A ATUAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE FRONTEIRA (CIOF) NO COMBATE À CRIMINALIDADE: ANÁLISE DO ESPAÇO TERRITORIAL E ÁREA DE INFLUÊNCIA.

Adriano Krul Bini¹
José Carlos dos Santos²

Grupo de trabalho pretendido: 1 – Fronteiras, Segurança e Violência.

Palavras-chaves: CIOF - ÁREA - ATUAÇÃO - INFLUÊNCIA.

Introdução

O enfrentamento da criminalidade é um dos grandes desafios para o Estado brasileiro, que se depara com causas diversas e heterogêneas, potencializadas pelas dimensões continentais do país. O Brasil, o quinto maior território do mundo, possui 16,9 mil quilômetros de fronteiras terrestres, compartilhadas com dez países (Suriname, Guiana, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai; na América do Sul, apenas Chile e Equador não fazem fronteira com o nosso país). Dentre suas nove fronteiras trinacionais, destaca-se a Região Trinacional do Iguaçu, também conhecida como Tríplice Fronteira, que constitui uma territorialidade transfronteiriça marcada por convergências geográficas, históricas, culturais, políticas e comerciais (Cury, 2010, p. 18). Além das fronteiras terrestres, o país conta com 10,9 mil quilômetros de litoral e possui 867 municípios situados na faixa de fronteira terrestre (588 cidades) ou na faixa litorânea (279), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (GOVBR, 2024).

Sobre essa configuração de fronteira, o historiador José Carlos dos Santos (1999, p. 165) observa:

A fronteira parece ser, no entanto, um conceito indefinível. Embora tratados, relatos, o rio, o vazio, a produção científica e o Mercosul possam delinear as fronteiras e estratégias de demarcação, as táticas cotidianas frequentemente ultrapassam essas divisões, criando novos códigos de espacialidade. A fronteira é vivida e narrada de maneiras diversas no dia a dia. Assim, ela não existe de forma definitiva. Mitos indígenas, a vida de agricultores, a política dos municípios às margens do rio Paraná, os sacoleiros, o contrabando e os pescadores representam ações cotidianas e lugares práticos onde o corpo e a ação são moldados por interesses imediatos.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Foz do Iguaçu/PR. Mestre em Ciências Policiais com especialização em Criminologia e Investigação Criminal – ISCPSP/PSP – Lisboa/PT e professor da Academia da Polícia Civil (ACADEPOL)/SC. E-mail adriano16bini@gmail.com.

² Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e docente associado - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Sociedade, Cultura e Fronteira. Líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica da Ciência e Soberania Nacional e professor UNIOESTE. E-mail professor-jose-carlos@hotmail.com.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

E completa: “Contudo, conforme Michel de Certeau em seus *Relatos de espaço*, a escrita também cria o lugar e constitui os mapas” (Santos, 1999, p. 165).

Reconhecendo a importância estratégica das fronteiras, o governo brasileiro instituiu recentemente a Política Nacional de Fronteiras e seu Comitê Nacional, por meio do Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024. Essa política visa orientar as ações do Poder Executivo federal, em parceria com os entes federativos e instituições privadas, com o propósito de promover segurança, desenvolvimento sustentável, integração regional, direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras.

A demanda por um reforço na segurança das fronteiras foi enfatizada ainda no ano de 2010, quando José Mariano Beltrame, então Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, cobrou maior vigilância especialmente nas fronteiras com Paraguai e Bolívia para combater o tráfico de drogas e armas (Goulart, 2011).

Em resposta a esses desafios, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) implementou, em 16 de dezembro de 2019, o Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), o primeiro *Fusion Center* brasileiro, tendo como sede a cidade de Foz do Iguaçu/PR, com apoio financeiro e estrutural da Itaipu Binacional (Brasil, 2019). O CIOF reúne, em um mesmo ambiente, órgãos de segurança pública, fiscalização, controle, defesa e inteligência, com capacidades de acesso às bases de dados, competências e acionamento para respostas, com o objetivo de intensificar o combate ao crime organizado e aos crimes transfronteiriços. O Centro foi inspirado nos *Fusions Centers* dos Estados Unidos (DOJ; DHS, 2006).

Os *Fusion Centers* nos Estados Unidos foram criados em resposta ao atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, considerado o maior ataque terrorista da história moderna, que resultou na morte de aproximadamente 3.000 pessoas (RFI, 2023). Esses centros surgiram para suprir a carência de cooperação, integração e comunicação entre os órgãos de segurança pública e defesa dos EUA. O modelo *Fusion Center* promove a integração entre agências de aplicação da lei nas esferas federal, estadual e municipal, estimulando a cooperação entre as agências com o foco no combate ao terrorismo, ao crime organizado e aos crimes de alta complexidade.

Os objetivos centrais desta pesquisa são: (i) analisar e compreender as áreas de atuação e influência que o governo federal buscou alcançar com a implementação do CIOF; (ii) analisar e avaliar a área de atuação efetiva do CIOF ao longo do seu período de sua existência; (iii) a partir das constatações sobre as pretensões do governo federal (metas estabelecidas) em relação à atuação prática do CIOF (execução operacional), pretendeu-se aferir e comparar o espaço de atuação, influências e reflexos do CIOF.

Do ponto de vista metodológico, este estudo baseou-se na coleta de dados a partir de pesquisas na internet, utilizando fontes como sites oficiais, jornais, revistas e redes sociais. Com as informações obtidas, buscou-se responder aos objetivos propostos, conduzindo uma análise detalhada e focada nas questões centrais da pesquisa. Para assegurar a consistência da análise, foi aplicada a triangulação de dados, que compara e integra informações provenientes de diversas fontes. Esse processo fortalece a confiabilidade dos resultados, reduz possíveis distorções e proporciona uma compreensão mais abrangente e precisa do tema investigado. Creswell (2014, p. 251) destaca que a triangulação de dados fortalece a validade dos resultados, pois combina diferentes fontes de dados para confirmar as conclusões e fornecer uma visão mais completa do fenômeno estudado.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Compreender as verdadeiras intenções dos gestores nem sempre é uma tarefa fácil e, em muitos casos, pode ser até impossível, pois as motivações reais podem não ter sido claramente expressas ou concretizadas, dificultando a interpretação do que permanece no íntimo. No entanto, ao analisar os discursos oficiais dos representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Itaipu Binacional, principais responsáveis pelo Projeto-Piloto, torna-se evidente que o objetivo principal da criação do Centro era o combate ao crime organizado e aos crimes transfronteiriços. A área de atuação do CIOF foi inicialmente delimitada à região da Tríplice Fronteira, que abrange Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), bem como as cidades vizinhas e a faixa de fronteira dessas localidades. No entanto, apesar dessa delimitação, foram identificadas evidências de uma expansão de sua influência, com impactos observados em outras regiões do Brasil e nos países vizinhos, como Paraguai e Argentina. O objetivo central era combater o crime organizado na Tríplice Fronteira e, a partir dessa região, reduzir a entrada de drogas e armas no território nacional, além de monitorar movimentações e contribuir para a captura de grandes criminosos.

Dimensão Prática do CIOF: Análise da Atuação e Influência ao Longo dos Anos

Após análise dos trabalhos publicados na internet envolvendo a participação do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) desde sua operacionalização, ocorrida em 16 de dezembro de 2019, conforme notícias veiculadas (Catve, 2020; G1 MS, 2020; NDM, 2020; MJSP, 2020a; MJSP, 2020b; MJSP, 2020c; ZD, 2020; MPPR, 2021; TNM, 2021; G1 MG, 2021; Nossa FM, 2023; G1 MS, 2023; PPN, 2023; JNO, 2023; POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, 2023; POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS, 2024; POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2024; Polícia Federal, 2024), foi possível identificar as seguintes práticas:

(i) Ações iniciadas e concluídas na região da Tríplice Fronteira; (ii) Ações que se iniciaram na Tríplice Fronteira e foram concluídas em outros estados ou países; (iii) Ações iniciadas em outros estados, com desfecho na Tríplice Fronteira; (iv) Ações iniciadas e concluídas em outros estados, com impactos em outros países; (v) O CIOF não assume o protagonismo das operações, atuando em apoio aos órgãos de segurança pública e demais instituições responsáveis pela aplicação da lei, respeitando suas competências legais; (vi) O CIOF não participa diretamente de operações ostensivas ou de campo, concentrando-se em fornecer suporte informacional; (vii) O Centro estabeleceu interações e conexões com praticamente todas as instituições de segurança pública do Brasil; (viii) O CIOF atua em ações de segurança pública em quase todos os estados brasileiros; (ix) Suas contribuições tiveram repercussão em diversos estados da federação brasileira,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

assim como em países como Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Estados Unidos e Portugal, com maior ênfase nos dois primeiros, devido à localização geográfica na Tríplice Fronteira e à sede do CIOF em Foz do Iguaçu; (x) As ações são voltadas para o combate ao crime organizado, localização e prisão de criminosos, além da prevenção e repressão de crimes contra vítimas de grupos vulneráveis.

Considerações finais

As atividades, contribuições e a influência do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) se expandiram muito além da Tríplice Fronteira ao longo de sua trajetória. Essa expansão torna-se clara ao compararmos as intenções iniciais dos gestores com as ações concretamente realizadas durante esse período.

O cenário revela que o Centro possibilita uma atuação eficiente e uma contribuição decisiva aos órgãos de segurança pública e agências de aplicação da lei no combate à criminalidade, sem a necessidade de presença física em cada região do país. Isso é viabilizado pela integração de diversas agências federais, estaduais e municipais em um ambiente colegiado, com acesso a bases de dados, expertise especializada e capacidades de ação imediata. Além disso, o uso de tecnologias avançadas permite o monitoramento e a coordenação de operações de forma remota e integrada, ampliando o alcance e a eficácia das ações.

Por outro lado, embora existam semelhanças entre as diferentes regiões fronteiriças do território nacional, aliadas aos fatores já mencionados acima, o que viabiliza monitorar e coordenar operações integradas de órgãos de segurança pública e demais agências de aplicação da lei a partir do CIOF, localizado fisicamente na cidade de Foz do Iguaçu/PR, cada região fronteiriça apresenta características e peculiaridades próprias, com contextos históricos, culturais, influências e crimes transfronteiriços característicos de suas regiões. Desta forma, é fundamental reconhecer que, após uma análise detalhada e criteriosa para eleição para escolha de cidades-sede, a replicação do modelo de atuação e integração promovido pelo Centro em outras regiões fronteiriças poderá aumentar ainda mais a eficiência e a eficácia no combate à criminalidade organizada e aos crimes transfronteiriços, adaptando-se às particularidades e desafios específicos de cada região.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 264, de 25 de março de 2019**. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de examinar e formular plano de trabalho detalhado



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

contendo a concepção, o orçamento e o cronograma para efetivação da proposta de criação e implantação do Centro Integrado de Operações de Fronteira no Município de Foz do Iguaçu - PR. Brasília: Gabinete do Ministro, 2019. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2159>. Acesso em: 10 set. 2024.

CATVE. Foragido do Paraguai, procurado pela Interpol é preso em Balneário Camboriú. **Catve**, [Online], 23 set. 2020. Policial. Disponível em: <https://catve.com/noticia/9/303569/>. Acesso em: 10 set. 2024.

CBN. Polícia cumpre 46 mandados em operação contra tráfico de drogas. **CBN**, [Online], 14 out. 2022. Disponível em: <https://cbnmaringa.com.br/noticia/policia-cumpre-46-mandados-em-operacao-contr-o-trafico-de-drogas>. Acesso em: 30 set. 2024.

CRESWELL, John W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24222>. Acesso em: 23 out. 2024.

DOJ – US Department of Justice; DHS – US Department of Homeland Security. **Fusion center guidelines**: developing and sharing information and intelligence in a new era. [Online]: DOJ/DHS, ago. 2006. Disponível em: https://bja.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh186/files/media/document/fusion_center_guidelines.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

G1 MG. Chefe de facção criminosa do Maranhão é preso em Santa Juliana. **G1 MG**, [Online], 02 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/02/02/chefe-de-faccao-criminosa-do-maranhao-e-preso-em-santa-juliana.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2024.

G1 MS. Preso ligado a facção criminosa é expulso do Paraguai e entregue à autoridades brasileiras. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, [Online], 6 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/02/06/preso-ligado-a-faccao-criminosa-e-expulso-do-paraguai-e-entregue-a-autoridades-brasileiras.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

G1 MS. Gerentes bancários recrutados por organização criminosa são presos após furto de R\$ 1,3 milhão em MS. **G1 MS**, [Online], 11 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/12/11/gerentes-bancarios-recrutados-por-organizacao-criminosa-sao-presos-apos-furto-de-r-13-milhao-em-ms.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2024

GOULART, Gustavo. Beltrame pede a internautas que cobrem policiamento nas fronteiras. **O Globo**, Rio de Janeiro, [Online], 4 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-pede-internautas-que-cobrem-policiamento-nas-fronteiras-2917858>. Acesso em: 7 out. 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

GOVBR - Presidência da República. Em iniciativa inédita, Governo Federal institui a Política Nacional de Fronteiras. **GOVBR** [Online], 03 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/em-iniciativa-inedita-governo-federal-institui-a-politica-nacional-de-fronteiras>. Acesso em: 26 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. Com apoio de Itaipu, Ministério da Justiça inaugura primeiro Centro Integrado de Operações de Fronteira do País. **Itaipu Binacional**, [Online], 16 dez. 2019. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/com-apoio-de-itaipu-ministerio-da-justica-inaugura-primeiro-centro-integrad>. Acesso em: 17 out. 2024.

JNO. Polícia Civil, por meio da DPCAMI de Chapecó, localiza adolescente desaparecida desde o dia 21 de maio de 2023 e prende suspeito investigado pela prática de crimes envolvendo pornografia infantojuvenil. **JNO**, [Online], 03 jul. 2023. Disponível em: https://jornalnovoeste.com.br/policia/policia_civil_por_meio_da_dpcami_de_chapeco_localiza_adolescente_desaparecida_desde_o_dia_21_de_maio_de_2023_e_prende_suspeito_investigado_pela_pratica_de_crimes_envolvendo_pornografia_infantojuvenil_.527233. Acesso em: 26.10.2024

MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. **Integração e cooperação territorial da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad Del Este (Paraguai)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2928/5/Josiel_Marques_2017.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Atuação do Centro Integrado de Operações de Fronteira resulta na prisão de um homem nos Estados Unidos. **Notícias do Portal do MJSP**, [Online], Brasília, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/atuacao-do-centro-integrado-de-operacoes-de-fronteira-resulta-na-prisao-de-um-homem-nos-estados-unidos>. Acesso em: 20 set. 2024.

MJSP. Atuação do Centro Integrado de Operações de Fronteira resulta na prisão de um homem acusado de violência sexual. **Notícias do Portal do MJSP**, [Online], 22 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/atuacao-do-centro-integrado-de-operacoes-de-fronteira-resulta-na-prisao-de-um-homem-acusado-de-violencia-sexual>. Acesso em: 23 set. 2024.

MJSP. Centro Integrado de Operações de Fronteira auxilia Polícia Civil do MS a localizar acusado de tentativa de feminicídio. **MJSP**, [Online], 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/centro-integrado-de-operacoes-de-fronteira-auxilia-policia-civil-do-ms-a-localizar-acusado-de-tentativa-de-feminicidio>. Acesso em: 26 out. 2024.

MPPR. Gaeco cumpre em Foz do Iguaçu ordens de prisão e busca e apreensão contra casal denunciado pelo MPGO por lavagem de dinheiro e outros crimes. **MPPR**, [Online], 16 mar. 2021. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Gaeco-cumpre-em-Foz-do-Iguacu-ordens-de-prisao-e-busca-e-apreensao-contra-casal-denunciado>. Acesso em: 20 set. 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

NDM. Traficante paraguaio preso em Balneário Camboriú aguarda extradição. **NDM**, [Online], 23 set. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/traficante-paraguaio-presno-em-balneario-camboriu-aguarda-extradicao/#>. Acesso em: 20 set. 2024.

NOSSA FM. Líder de organização criminosa envolvido no latrocínio ocorrido no interior de Realeza é preso no Paraguai. **Nossa FM**, [Online], 22 abr. 2023. Disponível em: <https://nossafm102.com.br/noticia/22853/l-der-de-organiza-o-criminosa-envolvido-no-latroc-nio-ocorrido-no-interior-de-realeza-presno-no-paraguai>. Acesso em: 20 set. 2024.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS. 'Precatório Fantasma': PCGO, em investigação com apoio do CIOF, cumpre no Ceará mais de 50 medidas judiciais por fraude eletrônica e associação criminosa. **Notícias da Polícia Civil**, [Online], 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacias/especializadas/precatorio-fantasma-pcgo-em-investigacao-com-apoio-do-ciof-cumpre-no-ceara-mais-de-50-medidas-judiciais-por-fraude-eletronica-e-associacao-criminosa/>. Acesso em: 20 set. 2024.

POLÍCIA FEDERAL. PF, em cooperação com a Polícia Nacional do Paraguai, combate tráfico Internacional de Drogas na fronteira do MS. **Comunicação Social da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul**, Ponta Porã, [Online], 26 set. 2024. Operação PF. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/pf-em-cooperacao-com-a-policia-nacional-do-paraguai-combate-traffic-internacional-de-drogas-na-fronteira-do-ms>. Acesso em: 20 ago. 2024.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Após representação da Polícia Civil, Interpol captura, em Portugal, dupla que aplicava o golpe do "falso aluguel". **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, {online}, 26 fev. 2024. Disponível em <https://pc.sc.gov.br/?p=17798>. Acesso em: 25 set. 2024.

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA. Polícia Civil prende sete suspeitos por extorsão de R\$ 1,2 milhão em criptomoedas, {online} 04 out. 2023. Disponível em: <https://pc.sc.gov.br/?p=14155>. Acesso: 26 out. 2024.

PPN. Líder de organização criminosa que causou terror no Sudoeste é preso no Paraguai. **PPN**, [Online], 21 abr. 2023. Disponível em: <https://ppnewsfb.com.br/lider-de-organizacao-criminosa-que-causou-terror-no-sudoeste-e-presno-no-paraguai/>. Acesso em 23 set. 2024

RFI. EUA relembra mortos dos atentados de 11 de setembro, 22 anos depois da tragédia. **RFI**, [Online], 11 set. 2023. Américas. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/americas/20230911-eua-relembra-mortos-dos-atentados-de-11-de-setembro-22-anos-depois-da-tragédia>. Acesso em: 17 set. 2024.

SANTOS, José Carlos dos. **Construir fronteiras**: nacionalismo e territorialismo no Paraná nos séculos XIX e XX. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2014.

SANTOS, José Carlos dos. Corpo e narrativa na definição da fronteira. **Fronteiras**, Florianópolis, v. 1, p. 153-166, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/download/61/7.ed>. Acesso em: 17 set. 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

TNM. PF de Guaíra prende em Mundo Novo casal de assaltantes de bancos conhecidos como “Lampião” e “Maria Bonita”. **Tá na mídia Navirai** {online}, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.tanamidianavirai.com.br/ler.php?id=42183>. Acesso em: 15 set. 2024.

ZD, 2020. Foragido do Maranhão, “Pé de Ferro” morre em confronto com a polícia do Pará. **ZD**, {online}, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/foragido-do-maranhao-pe-de-ferro-morre-em-confronto-com-a-policia-do-para/#:~:text=Procurado%20pela%20Polícia%20Civil%20do,Norte%2C%20no%20sul%20do%20estado>. Acesso em: 30 set. 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A tríplice fronteira como bazar móvel – Interações sociais, fronteiras nacionais e mercados móveis

Gabriel Antonio Cameran³
Beatriz Daniely de Araújo⁴
Gabriela Dal Pai⁵

O presente trabalho é fruto discussões realizadas no interior do grupo de estudos em Sociologia Urbana realizado pelo Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). A proposta do grupo é tencionar reflexões acerca das fronteiras nacionais na chave da sociologia urbana, pensando as especificidades de ser cidade neste contexto específico e relacional. O grupo retoma autores clássicos da sociologia urbana internacional como Georg Simmel e Foot Whyte, autores da Escola de Chicago como Robert Park, Louis Wirth e Howard Becker, e se dedica exaustivamente a sociologia urbana brasileira, com Eunice Durhan, Machado da Silva, Vera Telles, Daniel Hirata e Gabriel Feltran. Ao passo que realizamos as leituras nos propomos a realizar trabalho de campo etnográfico para refletir empírica e teoricamente informados as relações neste contexto.

Neste texto seguiremos o seguinte caminho: a) contextualização acerca da reorganização populacional nas cidades da tríplice fronteira; b) a interpretação das fronteiras via interações sociais; c) sugestão de reflexão das fronteiras via bazar móvel. Nossa reflexão está situada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, em alguns momentos nos referimos apenas a “fronteira”, mas é esta imagem que temos como pano de fundo, o que não impossibilita do quadro analítico apresentado aqui seja mobilizado para ler outros contextos.

Nosso posto de observação é a Tríplice fronteira de Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina). Este aglomerado urbano é recente, a

³ Graduado em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Membro do Grupo de Estudos em Sociologia Urbana do LAFRONT. Contato: gabrielcameran@gmail.com

⁴ Graduada em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Membro do Grupo de Estudos em Sociologia Urbana do LAFRONT.

⁵ Graduanda em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Grupo de Estudos em Sociologia Urbana do LAFRONT.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

população somava pouco mais de 64 mil pessoas durante a década de 1970 (Conte, 2018). Atualmente as três cidades contam com aproximadamente 700 mil pessoas⁶ fixas e uma população flutuante considerável de turistas e compristas. Vários processos sociais transcorreram neste espaço e justificam esta expansão, consideramos principalmente dois: a) a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu durante a década de 1970; b) o circuito de compras do microcentro de Ciudad del Este. Ambos os processos se articulam localmente e permitiram a sobrevivência de milhares de famílias locais, e especificamente o segundo de muitíssimas outras famílias vinculadas a shoppings populares espalhados por todo o Brasil.

Ciudad del Este é relativamente nova, data de 1957, e é a segunda cidade mais importante do país, economicamente e em população, atrás apenas de Assunción. Parte das decisões econômicas e políticas do país são tomadas na fronteira⁷ e para atores deste lugar. A cidade conta com 325.819 pessoas segundo dados do Censo paraguaio de 2022. Fernando Rabossi (2004) narrou a construção da cidade paraguaia a partir do comércio de rua que abastecia mercados populares por todo o Brasil durante a década de 1980 e 1990, eram milhares de pessoas embarcando e desembarcando de ônibus lotados de mercadorias diariamente. A conexão entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu se dá pelo Rio Paraná de maneira direta, com uma série de atravessamentos possíveis, e pela Ponte da Amizade de maneira regulada, essa é uma obra de infraestrutura fundamental para circulação de pessoas e mercadorias.

Foz do Iguaçu possui uma série de estudos relevantes (a saber Cardin (2011; 2015), Souza (2009), Kleinschmitt (2016) dentre outros). É uma cidade que data do fim do século XIX, possui uma localização estratégica para soberania do território nacional brasileiro, e que efetivamente cresce a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1975, com a grande massa de trabalhadores que se desloca para a cidade e se insere em diferentes ocupações vinculadas a obra, o gráfico 1 a seguir apresenta a transformação populacional entre 1970 e 2022.

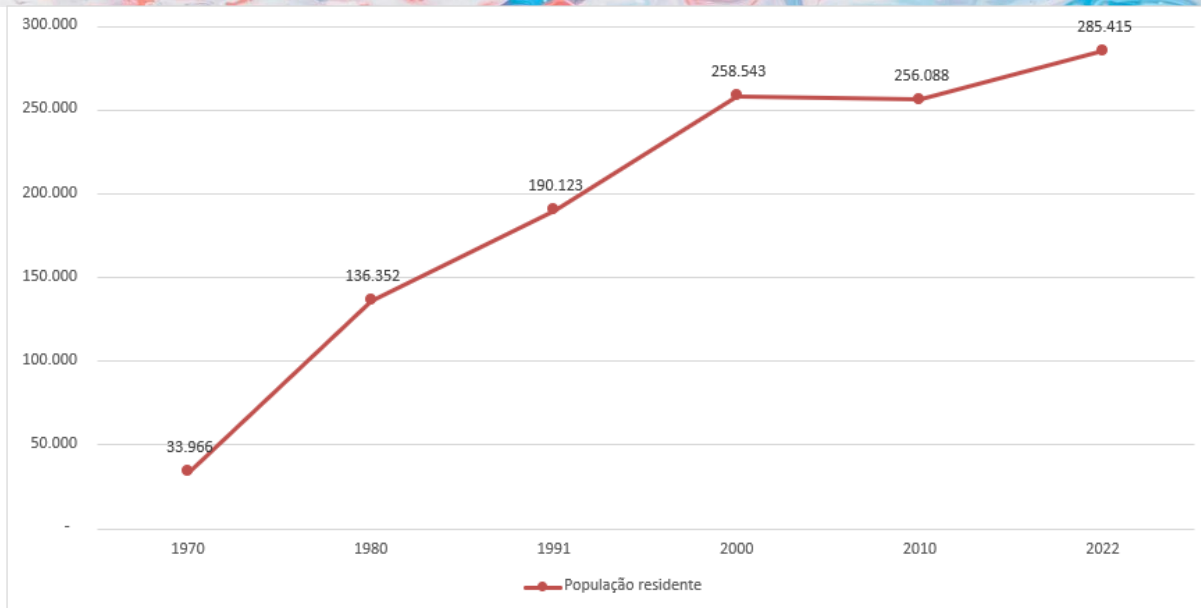
Gráfico 1: Evolução da população residente de Foz do Iguaçu (1970 – 2022)

⁷ Gabriel Cameran (2024, p.58 – 66) apresenta a relevância econômica e política de atores do mercado de Ciudad del Este, através do caso dos celulares.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024



Dados do Censo Demográfico produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e organizados pelo autor.

A obra da usina oficialmente chegou ao fim em 2007, mas parte considerável dos trabalhadores foi demitido já no fim da década de 1980, provocando desemprego estrutural em uma cidade com uma população residente nova. Este processo levou três processos interrelacionados: 1) a expansão de operadores dos circuitos de mercadorias de Ciudad del Este; 2) a expansão de investimento no setor de serviços, principalmente via turismo; 3) por diversos motivos, que podem ser explorados com o devido cuidado, Foz do Iguaçu figurou entre as cidades com maiores índices de mortes de jovens entre 15 e 29 anos do país entre 2002 e 2007.

Puerto Iguazu está mais deslocada do movimento frenético entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este pela própria configuração geográfica do espaço, mas ainda assim é marcado por um movimento expressivo de turistas, não raro é possível passar horas em uma fila de carros para acessar a cidade. A cidade argentina foi fundada em 1901, e conta com uma população de 54.675 pessoas segundo dados do Censo argentino de 2022. Fernando Rabossi (2004, p.42 - 43) indica que antes da construção da Ponte da Amizade, e da Itaipu, eram as cidades de Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu que mobilizavam a dinâmica econômica local, e que a partir das obras “[se] produziu um salto demográfico que acentuou a desproporção entre ambas cidades e Puerto Iguazú” (Rabossi, 2004, p.42). Contudo, aqui pensaremos sempre as cidades em relação, dessa forma a população em si não é elemento central.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Os textos da sociologia urbana indicam que seria equivocado pensarmos a cidade somente em termos populacionais. Georg Simmel (1973) têm como preocupação a relação entre indivíduo, que faz distinções o tempo todo e significa a existência a partir disso, e a metrópole, lugar do bombardeamento de estímulos que ocorrem a todo momento e por isso pela vida toda. Dessa relação se apresenta o sujeito do nosso tempo, que por um lado cria mecanismos de sobrevivência em meio a todo esse caldo caótico se tornando alheio a ele, e por outro expressa diferença como meio de manutenção da individualidade em meio a paisagem vibrante. Esse processo nos interessa porque esta configuração da individualidade aparece em jogo de maneira específica na fronteira, onde a heterogeneidade está em jogo em diferentes frentes.

Wirth (1973) ao conceituar a cidade considera a heterogeneidade como elemento constitutivo da vida urbana. Um dos elementos que constitui essa multiplicidade da vida é a criação de um mercado amplo e variado. Park (1973) sugere que para pesquisar a cidade precisamos nos atentar as classes vocacionais, entendendo que as atividades econômicas derivam “[do] hábito, costume e educação” (1973, p.37). Este elemento tensiona o que autores da fronteira vêm identificando acerca de seus mercados. Tanto Dorfman (2015), quanto Cardin e Fiorotti (2018), vão pensar a fronteira como um local de:

[...] prácticas y tradiciones particulares, ancladas en una territorialidad anterior a la llegada del estado-nación que se instala en el recortar, cauterizar, violar el territorio. Se concluye usualmente, que a pesar de la ley del estado, las prácticas resisten y son tradiciones plenamente legitimadas. (Dorfman, 2015, p.35).

Pretendemos nos desvincular dessa interpretação mais fechada, e coloca-la em suspeição para construir uma perspectiva descritiva a partir das interações, e de como os sujeitos estão significando e operacionalizando os trânsitos. Queremos entender sobretudo como os atores que foram socializados no interior dos Estados Nacionais com seus hábitos, costumes e educação interpretam estes lugares, dado que a fronteira é elemento constitutivo do território. Como vimos, nos últimos 50 anos o contingente populacional da fronteira que nos interessa aqui se alterou, existe uma densidade considerável de população e que deriva de movimentos de migração recentes e com múltiplas origens.

Um dos elementos centrais da cidade é a capacidade de mobilidade. Louis Wirth (1973) indica que a expansão do transporte e da comunicação são coisa do nosso tempo, e expandem “[...] o modo de vida urbano para além da própria cidade” (1973, p. 92). Assim,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

a tríplice fronteira apresenta uma dualidade, a de ser lugar/lugar, ou seja, espaço físico e social permanente de indivíduos que vivem sua vida e estabelecem suas relações com alguma fixidez, e um lugar/passagem, onde indivíduos transitam e conectam diferentes espaços físicos e sociais. Desta forma observamos que existe um processo de interações complexo que choca atores do lugar/lugar e do lugar/passagem com sentidos de interações que se fazem e refazem a cada interação, e este elemento intensifica o caráter urbano da fronteira.

Nosso argumento é de que parte significativa das práticas que transcorrem entre o território entre Estados nacionais é realizada devido a presença do Estado, e reivindica como referência a naturalização do território nas formas de agir, pensar e sentir. Apresento uma cena que deriva de meu diário de campo para exemplificar:

Estava em um carro com três interlocutores, viajamos do interior do Estado de São Paulo, no Brasil, e fomos neste momento para Puerto Iguazú na Argentina. Bruno (motorista), Jorge, ambos compristas, e Carlos a passeio. Era passado das 15 horas, o ar-condicionado do carro não funcionava, e faziam 37° graus, mesmo com as janelas abertas eu transpirava rios pela testa. Passamos pelo Departamento da Polícia Federal do Brasil, que remete a estrutura da Aduana da Receita Federal do Brasil. Jorge falou assim que passamos: *Aqui os passarinhos já “cantam em argentino”, e repetiu esse comentário algumas vezes.* Quando chegamos a Ponte da fraternidade, observamos a fachada verde e amarela até metade, e outra metade branco e azul. Passamos pela barranca logo após a ponte, com pedras, matos e árvores. Andamos, andamos e andamos sem muitos carros, Bruno comentou que gosta quando vai indo assim, que “tá suave” pelo horário. Nos aproximamos da Aduana Argentina, fachada azul escrita “Bienvenidos a la República Argentina”. A estrutura lembra uma garagem muito grande, com telhado de eternit, e várias cabines de atendimento. Bruno comentou “tá esculachado, nem as bandeirinha da Argentina tem mais”. Em seguida apontou para o Duty Free e disse que parecia estar fechado. Observei três filas de veículos, a direita uma fila de ônibus, no meio carros argentinos, e na esquerda os brasileiros e paraguaios. Bruno desligou o carro, e pediu os documentos de todos, entreguei meu RG, ele tirou do plástico. Alguns carros foram até a aduana e tiveram de voltar, não conseguiram entrar, e nos movimentamos devagar. Carlos começou a perguntar repetidas vezes se iríamos demorar para entrar, Bruno respondeu que já chegou a demorar quatro horas na fila, e Jorge complementou “você não tá entrando em qualquer paízinho, *aqui é Argentina, não é Brasil, não é Paraguai*” e apontou “*ó lá o cara voltou, os cara pensam que ah, mas não, aqui é fronteira amigão*”, uma caminhonete S-10, modelo novo voltando com quatro pessoas. Entramos na aduana, passamos por duas cabines vazias. Paramos ao lado de uma placa “Senor pasajero sirba bajar los



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

vidros ya que se encuentra en una zona de control”. Observei um homem policial de colete cor marca texto, escrito em preto Gendameria Nacional, e jaqueta militar, embaixo do colete, calça verde escura e coturno, ele parou ao nosso lado com a mão sobre uma arma de fogo. Chegamos a cabine onde fomos atendidos por um homem, Bruno entregou nossos documentos. O homem perguntou o que iríamos fazer na Argentina em espanhol, Bruno respondeu em português que iríamos na feirinha fazer compras e perguntou se ele tinha ar-condicionado na cabine devido ao calor, e ele respondeu que não entendi o português, em seguida devolveu os documentos e indicou para seguirmos. Saímos da cabine fomos parados uma mulher policial que pediu onde iríamos, Bruno indicou a feirinha e ela respondeu “beleza, pode ir”, se não foi em português, foi muito parecido. Bruno comentou que iria comprar quatro garrafas de azeite, e que todas já estavam vendidas, Jorge disse que levaria seis (Caderno de campo de Gabriel Cameran, 2022)

Nossa intenção com a descrição é demonstrar o processo de naturalização dos Estados como entidades simbólicas, materializadas e encarnadas. Essa interpretação não é uma coisa nova, está presente na elaboração do Georg Simmel da “Ponte e Porta” (1996), porque as elaborações de dentro/fora ou unido/separado são construções mentais humanas, e que são naturalizadas a cada interação em que são percebidos como coisas naturalmente dadas. Desta forma o movimento neste caso se dá devido a essa elaboração dos Estados, e do sentido a ele atribuído aqui, de que por serem entidades distintas comercializam mercadorias de maneira particular, e essas particularidades podem ser aproveitadas.

Esta observação nos leva a outras. Aqui a fronteira é reivindicada como possibilidade de efetivação de “mobilidades laterais”⁸ pelos atores, entendendo que existem contornamentos de atividades legais/ilegais e formais/informais segundo a leis dos Estados, e existe uma moralidade negociada articulada a mercadoria que se desloca. Assim, se Ruggiero e South (1997) vão compreender a cidade como bazar, ou seja, um mercado onde se troca de tudo, e de várias formas, o que leva ao trânsito entre mercados legais e ilegais, o que estamos vendo aqui é um “bazar móvel”.

Esta elaboração de “bazar móvel” permite a continuidade e ampliação do que foi desenvolvido a partir das jornadas do Rnote que saíram de Ciudad del Este e chegaram a dois mercados de consumo distintos no Brasil, com formas de trocas econômicas particulares (Cameran, 2024). Assim, podemos observar uma série de relações que se cruzam em longas distâncias, e ao mesmo tempo tem como centro gravitacional um

⁸ Fazendo referência a Ruggiero e South (1997) e também Vera Telles e Daniel Hirata (2007; 2010) que vêm pesquisando estes trânsitos no Brasil.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

mesmo lugar, a fronteira. Com esta configuração captamos diferentes economias que operam pelas margens se tocando e contornando regulações como meio de funcionamento.

Referências:

- CARDIN, Eric. Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.
- CARDIN, Eric. A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- CARDIN, Eric; FIOROTTI LIMA, Cintia. Dispositivos estatais, ilegalismos e práticas sociais na fronteira Brasil-Paraguai (1890-2015). *Estudios Fronterizos* [online], v. 19, e012, 2018. Publicado online em 22 jun. 2018. ISSN 2395-9134. Disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.1812012>. Acesso em: [30/10/2024].
- CAMERAN, Gabriel Antonio. *Seguindo a jornada de um celular: etnografia do circuito sacoleiro entre Paraguai e Brasil*. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar), São Carlos, 2024.
- CONTE, Cláudia Heloiza. A aglomeração urbana de fronteira de Foz do Iguaçu/PR, Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazú/AR e suas dinâmicas. *Espaço & Geografia*, p. 241-275, 2018.
- DORFMAN, A. Contrabando: pasar es la respuesta a la existencia de una frontera, burlar es el acto asimétrico al control. *Aldea Mundo*, v. 20, n. 39, p. 33-44, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/543/54343963004.pdf>. Acesso em: [data de acesso].
- KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. *As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PARK, Robert Ezra. Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: [Editora], 1967.
- RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.
- RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and barricades. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 1, p. 54-70, 1997. Simmel, 1973; 1996
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: [Editora], 1967.
- SIMMEL, G. A ponte e a porta. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, v. 12, p. 11-15, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6379>. Acesso em: 30 out. 2024.
- SOUZA, Aparecida Darc de. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-21102013-162826>. Acesso em: [30/10/2024]

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista de Estudos Avançados da USP*, v. 21, n. 61, p. 171-191, 2007.

TELLES, V. DA S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, v. 22, n. 2, p. 39–59, dez. 2010.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Tradução de Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: [Editora], 1967.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A FRONTEIRA COMO UM ESPAÇO DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA AÇÃO DE FECHAMENTO FÍSICO DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA NA “TRI FRONTEIRA”

Antônio José Moreira da Silva⁹

Lissandra Espinosa de Mello Aguirre¹⁰

INTRODUÇÃO

A partir de um fato específico, o presente capítulo propõe uma análise de uma medida de fechamento físico da linha de fronteira seca entre o Brasil e a Argentina, entre as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira – SC, Barracão – PR e Bernardo de Irigoyen – Argentina, conhecidas popularmente como a "Tri Fronteira". Para a análise, o texto parte da premissa de que mais do que um espaço geográfico delimitador, a fronteira é um microcosmo complexo, onde interações transfronteiriças são moldadas por elementos históricos, socioeconômicos e culturais.

O trabalho não busca soluções para a complexa questão da criminalidade transnacional, mas sim uma análise, sob a perspectiva dos estudos fronteiriços e do ordenamento jurídico vigente, das medidas concretas tomadas por órgãos de segurança pública na região. Em especial, destaca-se o fechamento de pontos da fronteira entre os dois países, realizado por meio da instalação de obstáculos físicos, como pedras, em zonas urbanas.

O texto tem início com a apresentação de uma breve revisão da história de povoamento e demarcação da fronteira Brasil-Argentina, com base no estudo de Maristela Ferrari (2010), com foco na questão de Palmas/Misiones. Num segundo momento, o trabalho se esforça para apresentar,

⁹ Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Agente de Polícia Federal. Professor da Unetri Faculdades, Barracão - PR. e-mail: antoniojose.ajms@gmail.com.

¹⁰ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Advogada. Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu. e-mail: lissandraaguirre@gmail.com.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

sob um olhar etnográfico, a dinâmica das interações socioeconômicas na região da Tri Fronteira. A terceira parte do texto dedica-se à descrição e contextualização das medidas de fechamento da fronteira, preparando o terreno para a análise da questão sob uma perspectiva interdisciplinar.

Para a condução da pesquisa, adotou-se o método de estudo de caso, complementado por pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória, além do emprego do método etnográfico. Conforme destacado por Barros (2021), essa abordagem visa ampliar o conhecimento, permitindo a exploração de possibilidades que ultrapassam as fronteiras disciplinares (p. 422).

1. A FRONTEIRA SECA ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

Na divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná com a província de Misiones (Argentina), encontra-se um conjunto composto por três cidades conurbadas: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones - Argentina). Denominadas de cidades gêmeas (ou cidades trigêmeas), caracterizam-se como uma tríplice fronteira ou, como é conhecida localmente, Tri Fronteira. Essas localidades formam uma única área urbana, uma vez que não há limites naturais entre elas, sendo divididas apenas por ruas ou calçadas, na maior parte de sua extensão.

Figura 1: Vista aérea das cidades da Tri Fronteira



Fonte: Marco Engel /Fronteira Online.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Essas localidades foram constituídas em meio a disputas territoriais que tiveram início no ano de 1759, com a primeira expedição de demarcação do rio Peperi-Guaçu, passando pela definição dos limites entre o Brasil e a Argentina, em 1903 e, chegando à configuração atual em 1916, com a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina (Ferrari, 2010).

De acordo com Ferrari (2010), a partir de 1900, várias companhias argentinas compradoras da erva mate brasileira se fixaram ao longo dessa zona fronteira, motivando a concentração de elementos sociais argentinos, paraguaios e brasileiros que, atraídos por essas companhias, deram origem a pequenos aglomerados populacionais, que passaram a chamar-se Barracão ou *Barracón*, tanto por brasileiros quanto por argentinos. Ou seja, até o início do século XX, onde hoje estão localizadas as três cidades gêmeas era uma única localidade, um território coabitado por povos diversos, sem uma distinção clara de limites territoriais.

Somente em 1903, com a demarcação de 22 quilômetros de fronteira seca entre os dois países, foi feita a distinção entre a vila de Dionísio Cerqueira (Brasil) e o povoado de *Barracón*, em Misiones, atualmente denominado Bernardo de Irigoyen.

Antes de 1903 nenhum marco delimitava o território, desse modo a população que lá ia se estabelecendo compartilhara as relações socioeconômicas sem conceber o limite político-territorial que já aparecia nos mapas desde 1895. Na verdade, pode-se dizer que mesmo após a implantação de marcos em tal zona, a população local não concebia o limite como queriam os diplomatas e políticos de ambos os países (Ferrari, 2010, p. 126-128).

Em 1903, a vila de Dionísio Cerqueira (PR) enfrentava carência de infraestrutura, com ausência de equipamentos de segurança, saúde e educação. A população cabocla vivia em condições precárias, sem policiamento efetivo. Isso facilitou a entrada de argentinos em busca de erva-mate e fugitivos da justiça dos estados vizinhos. As colônias militares a 150 quilômetros foram desativadas em 1908, agravando a situação e transformando a região em um "valhacouto de bandidos" (Ferrari, 2010, p. 129-130).

Em 1916, devido ao término da Guerra do Contestado, ocorreu uma redefinição política e territorial na região fronteira. A região onde hoje é o oeste de Santa Catarina foi perdida pelo Paraná, resultando na divisão da vila de Dionísio Cerqueira (PR) entre os dois estados. Esse evento deu origem ao povoado de Barracão (SC), que, inicialmente pertencia ao município de Chapecó, na condição de distrito. Contudo, em 1938, por meio do Decreto-lei Estadual nº 86, o distrito passou a se chamar Dionísio Cerqueira, enquanto a vila paranaense retomou o nome anterior de Barracão (Ferrari, 2010). Apesar disso, a população do lado brasileiro continuava totalmente dependente da



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Argentina, uma vez que não havia equipamentos de segurança, saúde ou educação instalados naquela região, tanto no Paraná, como em Santa Catarina. Portanto, aquele território permaneceu totalmente desligado do Estado brasileiro até por volta de 1950, mas perfeitamente ligado à Argentina (Ferrari, 2010, p. 147-148). A integração entre as localidades também era fomentada por laços afetivos de amizade e parentesco que culminavam frequentemente em casamentos entre brasileiros e argentinos (Ferrari, 2010, p. 149).

Em 1946, com a eleição do general e ministro da Guerra Juan Domingo Perón para a presidência da República Argentina foi dado início a um plano de industrialização daquele país e à imposição de uma severa proteção aduaneira para restringir o intercâmbio comercial de produtos industrializados de países vizinhos (Bandeira, 1987, *apud* Ferrari, 2010). Além disso, a *Gendarmería Nacional Argentina* (GNA), organismo de segurança nacional, criado em 1938, foi readaptada e determinada a fazer a vigilância nas fronteiras. Desde então a GNA tornou-se força de segurança nacional militarizada, permanentemente controlando as fronteiras, de acordo com a teoria de defesa do território nacional. Nesse mesmo ano foi designado um regimento desse organismo para fazer o controle na zona da fronteira seca brasileiro-argentina, desde Bernardo de Irigoyen até a cidade de San Antonio. A partir daí a população fronteiriça, que até então transitava livremente naquele espaço, realizando atividades econômicas extraterritoriais sem conceber o limite internacional, passa a ser inspecionada e obrigada a identificar-se e a dar explicações, práticas a que não estava habituada (Ferrari, 2010).

Comerciantes e moradores, tanto argentinos quanto brasileiros, indignavam-se com o abusivo exercício de poder daquelas autoridades. Segundo relatos constantes do trabalho de Maristela Ferrari, a "raiva" dos fronteiriços contra os gendarmes era instigada pelo abuso do poder e pela agressividade com que revistavam os moradores, especialmente na década de 1950, quando chegaram a ordenar o fechamento do comércio em Bernardo de Irigoyen, por dias seguidos, para que os comerciantes argentinos não vendessem nada aos brasileiros (Ferrari, 2010, p. 173).

No período de 1943 a 1946 foi criado o território federal do Iguaçu, que ocupava 150 km de área fronteiriça de segurança nacional, abrangendo boa parte do oeste de Santa Catarina, desde Joaçaba até Dionísio Cerqueira, e parte do sudoeste e oeste paranaense, de Barracão até Foz do Iguaçu, cidade que, naquela época se estendia até a região onde hoje localiza-se o município de Guaíra - PR. Nesse período, os povoados de Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR) viram-se unidos novamente, tornando-se um só povoado com o nome de Barracão. Assim, durante a efêmera existência do território federal do Iguaçu, o povoado de Barracão quase não sofreu modificação e as relações transfronteiriças com os argentinos seguiam sem intervenção do Estado brasileiro. A



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

queda do governo Vargas em 1945 deu ensejo à Constituição de 1946, pela qual seria extinto o território federal do Iguaçu, voltando o povoado de Barracão a ser dividido e a retomar seus antigos limites com o povoado de Dionísio Cerqueira (Ferrari, 2010).

A primeira unidade da Polícia Federal no interior de Santa Catarina foi um posto instalado em Dionísio Cerqueira, no dia 09 de janeiro de 1970, sob a chefia do Agente de Polícia Federal Romão Andrade de Souza. Inicialmente, o posto funcionou no Pavilhão da Igreja de Dionísio Cerqueira e, posteriormente, teve sua primeira sede própria instalada em uma casa de madeira, na Rua Nereu Ramos. Departamento de Polícia Federal se estabeleceu na rua República Argentina, nº 259, Dionísio Cerqueira - SC, passando, assim, de posto para Delegacia de Polícia Federal (Brasil, 2003).

2. OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS SOBRE A DINÂMICA DO COMÉRCIO NA TRI FRONTEIRA.

Apesar da atual presença tanto do Estado argentino quanto a do brasileiro nessa região de fronteira, as configurações históricas, geográficas e culturais proporcionaram a formação de uma comunidade transfronteiriça edificada ao longo de décadas de contato entre as populações das três localidades. É importante destacar a presença de uma diferença no controle da fronteira naquela região. Os organismos argentinos sempre mantiveram um controle mais rigoroso e burocrático, impondo exigências mais rígidas para o tráfego vicinal fronteiriço.

Apesar disso, o controle fronteiriço se restringe ao ponto oficial de passagem (Aduana), havendo uma extensa fronteira seca na localidade sem controle migratório ou aduaneiro. Nessa área, as pessoas transitam livremente entre os dois países. Ao longo dessa extensão de terra há inúmeros estabelecimentos comerciais, tanto do lado brasileiro, quanto do lado argentino. Os brasileiros procuram, no lado argentino, principalmente por vinhos, carnes, produtos de limpeza, especiarias, entre outros. Já os argentinos procuram o comércio brasileiro em busca de gêneros alimentícios e produtos industrializados.

Em razão desse intenso comércio, e do controle burocrático exercido pela Argentina para o trânsito de veículos, a linha de fronteira transformou-se em um extenso estacionamento, onde os brasileiros deixam os seus veículos para ingressarem a pé no país vizinho. Assim, as pessoas transitam livremente por essa fronteira seca carregando os produtos adquiridos, muitas vezes

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

auxiliadas por funcionários dos estabelecimentos comerciais, que transportam as mercadorias em carrinhos de supermercado, sem maior controle fiscalizatório.

Neste local foi construído o no Parque Turístico Ambiental da Integração, popularmente conhecido como o “Lago Internacional da Tri Fronteira”, com aproximadamente 3 mil metros lineares, perfazendo em torno de 50 mil metros quadrados, dos quais, 20 mil metros quadrados na cidade de Bernardo Irigoyen, província de Misiones, Argentina, e 30 mil metros quadrados entre Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, e Barracão, Paraná. (Gnoatto, 2017). Portanto, mais do que um enorme estacionamento utilizado para compras na Argentina, o Parque é tido pelas populações locais como um importante equipamento público e visto como um símbolo de integração entre os dois países; um espaço sem fronteiras para atividades recreativas, culturais e esportivas.

Figura 2: Parque Turístico Ambiental da Integração: Argentina (à esquerda) Brasil (à direita).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Normalmente, o trânsito entre os dois países, quando feito pelo Parque, é realizado a pé, dada a proximidade da área de estacionamento do lado brasileiro e os estabelecimentos comerciais na Argentina. Entretanto, em alguns pontos, há passagens clandestinas que são cruzadas por veículos que transitam entre os dois países, muitas vezes carregando produtos contrabandeados/descaminhados¹¹.

¹¹ De acordo com o artigo 334 do Código Penal, descaminho é a importação, exportação ou consumo de mercadoria mediante a sonegação de uma parte ou de todo o imposto devido. Já o artigo 334-A do Código Penal define o contrabando, que é a importação ou exportação de mercadorias proibidas por lei (Brasil, 1940).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

As interações ocorridas nesse espaço ensejam visões distorcidas a respeito da fronteira, a qual, muitas vezes, é vista como espaço transgressivo das normas territoriais e espaço de conflitos nacionais, de contrabando e de crime (Ferrari, 2011, p. 282). Entretanto, Cardin (2019), ao fazer sinalizações referentes às relações de trabalho e aos modos de viver dos habitantes fronteiriços, situa essa questão no contexto do processo de expansão do capital em regiões pouco exploradas pelos capitalistas – como é o caso da fronteira - o que proporciona o acúmulo de capital de maneira descontrolada. Nesse sentido, o autor explicita que os habitantes das regiões de fronteira valem-se de estratégias de sobrevivência e de relações de interdependência com os habitantes *do outro lado*. Nesse sentido, o autor observa que

a complementação de renda, o abastecimento dos mantimentos utilizados nas residências e o uso de diferentes serviços, muitas vezes garantidos pela transposição das fronteiras, são práticas sociais desenvolvidas em períodos anteriores à presença efetiva do Estado e, por isso, são arraigadas no cotidiano local. Em grande medida, quando o agente estatal age de maneira conivente na fronteira é por reconhecer a historicidade dos modos de viver na fronteira, levando em consideração a forma em que a fronteira foi e ainda é utilizada pelos sujeitos que a habitam (Cardin, 2018, p. 311).

Portanto, fora do alcance dos Estados Nacionais e - sem deixar de desconsiderar a ocorrência de crimes transfronteiriços - existe na fronteira uma relação de interdependência econômica, além de fortes laços históricos e culturais permeados por uma dinâmica própria construída ao longo do tempo.

3. O CASO ESTUDADO

Além da dinâmica socioeconômica aceita e vivenciada pela população local e por pessoas que se deslocam até a região em busca de produtos argentinos, a disparidade de alguns preços entre os dois países ensejou também a formação de uma rede ilegal de contrabando e descaminho, sendo que, não raras vezes, episódios de violência decorrem das relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos nessas práticas.

Em 18 de agosto de 2022 um motociclista aproximou-se da residência de um policial militar de Barracão – PR e efetuou disparos de arma de fogo contra o imóvel, fugindo em seguida. Diante desse atentado, uma força-tarefa composta pelas polícias civil e militar do Paraná e de Santa Catarina, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal foi imediatamente constituída com o propósito de identificar e capturar o suspeito em questão (G1, 2023). A mobilização, que incluiu o emprego de helicópteros e um expressivo contingente, operou na região de fronteira, resultando na realização de múltiplas operações policiais. Estas não se restringiram apenas à elucidação da autoria

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

do atentado mencionado, mas também tiveram como objetivo indireto conter as atividades dos grupos de contrabandistas que atuam na região de fronteira.

Diversas *blitzes* policiais foram realizadas na tentativa de identificação do suspeito da agressão. Ações de fiscalização de veículos e pessoas foram intensificadas, o que resultou no aumento da apreensão de produtos adquiridos na Argentina. Além disso, uma ação coordenada entre a Polícia Federal, a Polícia Militar e a prefeitura de Barracão resultou na instalação de imponentes blocos de pedra ao longo do Parque Turístico Ambiental da Integração, com o objetivo de impedir a passagem de veículos entre o Brasil e a Argentina por pontos não autorizados. Sobre isso, a imprensa local manifestou-se no sentido de que essa ação “[...] não apenas fortalece a segurança local, mas também demonstra um compromisso contínuo com a proteção da comunidade e a manutenção da ordem na região fronteiriça” (Portal Tri, 2023).

Entretanto, muitos desses blocos de pedra foram colocados sobre a calçada do parque, dificultando a sua utilização e causando grande impacto negativo na paisagem local, além de danificar equipamentos públicos e deteriorarem a qualidade de vida da população local.

Figura 3: Pedras colocadas na linha de fronteira entre Dionísio Cerqueira - SC (à direita) e Bernardo de Irigoyen - Argentina (à esquerda)



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Apesar do grande impacto real e simbólico da ação, o objetivo consistente no impedimento da passagem de veículos pela fronteira seca apresentou um resultado bastante limitado no tempo, pois dias após a colocação das pedras, vários pontos do bloqueio já haviam sido reabertos por populares para a passagem de veículos. Assim, embora os blocos de pedra tenham permanecido ao longo da linha de fronteira, o objetivo visado não foi alcançado.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

4. A FRONTEIRA E A SEGURANÇA NA FRONTEIRA NA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.

Segundo Raffestin (2019), a delimitação territorial, o controle de pontos estratégicos e o planejamento de infraestruturas originam-se de representações que conectam o pensamento matemático euclidiano às dinâmicas sociais na gestão do espaço, traduzidas em termos de relações de poder político modulado pelos Estados. De acordo com o autor, "toda tessitura implica a noção de limite", sendo esta percepção um componente geral da prática, especialmente na preferência pela linha em detrimento da zona. Raffestin (2019) ressalta que muitos limites são zonais, relacionando-se a atividades econômicas ou culturais que se desenvolvem progressivamente, sem uma fronteira rígida. Nesse sentido, a experiência das fronteiras contribui para essa perspectiva de privilegiar a linha (Raffestin, 2019, p. 153). Ainda por essa ótica, o autor assevera que as tessituras políticas, criadas pelo Estado tendem a ter uma permanência maior em comparação com aquelas resultantes de ações de outros atores. Enquanto os limites políticos e administrativos são mais estáveis, os limites econômicos são dinâmicos, adaptando-se a mudanças estruturais e conjunturais (Raffestin, 2019, p. 154-155). A grande diferença entre a malha política e econômica, segundo o autor, reside no fato de que a primeira resulta de uma decisão legitimada pelo poder, enquanto a segunda é estabelecida por um poder de fato (Raffestin, 2019, p. 155). Isso significa dizer que para além da delimitação estabelecida pelos ordenamentos jurídicos dos Estados fronteiriços, existe nas zonas de fronteira uma dinâmica própria determinada por fatores econômicos, históricos e culturais, não adstritos às imposições legais, até mesmo em razão de uma inviabilidade material de se estancar as trocas informais que ocorrem na fronteira.

A partir da formulação feita por Machado (1998), Prado (2019) reflete sobre a distinção entre fronteira e limite, enfatizando que a fronteira pode ser um fator de integração, enquanto o limite é um fator de separação de unidades políticas soberanas. Nesse sentido, o autor ressalta que:

O ambiente fronteiriço que identifica o Mercosul, por exemplo, é marcado por intensos movimentos culturais, sociais, econômicos e políticos, não somente caracterizados como lugares de passagens ou experiências de travessias. É um ambiente que possui espaços de integração históricos permanentes e em muitas vezes, de características pragmáticas, como é o caso das cidades-gêmeas, onde a negociação, a integração e o compartilhamento de infraestrutura e de espaços comuns são constantes (Prado, 2019, p. 35).

Nesse sentido, a Portaria 125 de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional considera como cidades-gêmeas os "[...] municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho” (Brasil, 2014). Sendo assim, as cidades de Dionísio Cerqueira – SC, Barracão – PR e Bernardo de Irigoyen estão relacionadas no anexo da referida norma e, portanto, enquadram-se no conceito de cidades-gêmeas.

De acordo com Prado (2019),

[...] as cidades-gêmeas configuram núcleos articuladores de redes locais [...], representadas por uma conurbação ou semiconurbação com outra localidade de um país vizinho, onde as interações transfronteiriças ocorrerão em maior abrangência, influenciando a zona de fronteira em seus aspectos culturais, econômicos e políticos, sobrepujando os limites estabelecidos pelos Estados nacionais (p. 168).

As características das cidades-gêmeas e a atuação de atores locais proporcionaram, inclusive, a criação de um Consórcio Intermunicipal de Fronteira, formado pelos municípios de Barracão – PR, Bom Jesus do Sul – PR, Dionísio Cerqueira – SC e Bernardo de Irigoyen – Argentina, cuja atividade contribuiu para dinamizar a busca de soluções para problemas típicos daquela região de fronteira (Pagno, Colferai, Marini, 2022).

França (2018) destaca que o controle de fronteiras é influenciado pelo regime político do Estado, podendo resultar em medidas como militarização e fiscalização intensificada. Essas decisões, por sua vez, impactam a circulação, integração e trocas comerciais, bem como o turismo e intercâmbios culturais. Além disso, pode ocorrer uma combinação de modelos distintos em regiões diversas (p. 30).

De acordo com a abordagem desses autores, percebe-se que as fronteiras não são apenas linhas geopolíticas, mas espaços complexos influenciados por múltiplos fatores.

O controle de fronteiras, conforme França (2018), é moldado pelo regime político do Estado e é sensível a ameaças percebidas, como destacado em relação a crises, mudanças de governo e pressões sociais. A militarização e o fechamento de fronteiras são estratégias que podem surgir em resposta a essas ameaças, mas o autor argumenta contra essas abordagens, considerando-as inconcebíveis e contraproducentes. No contexto brasileiro, o autor evidencia a associação da fronteira com diferenças e perigos, levando ao fortalecimento da segurança em detrimento da integração. A fronteira é, assim, estigmatizada como sinônimo de criminalidade e isolamento (p. 34).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Em Acordo Internacional firmado entre o Brasil e a República Argentina, esses países buscaram promover a integração de comunidades fronteiriças, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de suas populações. As cidades de Barracão – PR, Dionísio Cerqueira – SC e Bernardo de Irigoyen – Argentina, estão expressamente listadas no Anexo I do Acordo. O texto destaca a importância da fluidez e harmonia nas relações entre localidades fronteiriças vinculadas como elementos significativos do processo de integração bilateral. Em seu artigo VIII, o acordo prevê a promoção de um "Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto," para cada uma das localidades fronteiriças vinculadas tendo como principal objetivo a integração racional das cidades, visando configurar uma única conurbação em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos. Além disso, o plano abrange o planejamento da expansão urbana, a conservação e recuperação dos espaços naturais e áreas de uso público, com especial ênfase na preservação e/ou recuperação do meio ambiente. Por fim, busca-se o fortalecimento da imagem e identidade cultural comum das localidades envolvidas (Brasil, 2016a).

Por outro lado, o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), com o propósito de fortalecer a prevenção, controle, fiscalização e repressão aos delitos transfronteiriços. De acordo com a referida norma, as ações desse programa são regidas pelas diretrizes da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo - PPIF. As diretrizes do PPIF incluem a atuação integrada e coordenada dos órgãos federais, estaduais e municipais para combater infrações administrativas e penais transfronteiriças, assim como a cooperação e integração com países vizinhos (Brasil, 2016b).

Os objetivos do programa englobam a integração de ações entre os órgãos do Comitê-Executivo do PPIF, Estados e Municípios, além da cooperação com países vizinhos. Busca-se aprimorar a gestão de recursos humanos e estrutura destinados à prevenção, controle, fiscalização e repressão de infrações transfronteiriças, bem como articular com a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e outros órgãos para o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional (Brasil, 2016b).

Dentre as medidas promovidas pelo PPIF, destacam-se ações conjuntas de integração federativa, compartilhamento de informações, implementação de projetos estruturantes, integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e cooperação internacional com países vizinhos (Brasil, 2016b).

Ao analisar o Acordo Internacional entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina e o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, percebe-se uma complementaridade



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

entre esses instrumentos na gestão das áreas fronteiriças. O Acordo Internacional, estabelecendo um Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto, visa integrar racionalmente as cidades fronteiriças, planejar sua expansão, conservar espaços naturais e promover a identidade cultural comum. Esses objetivos convergem com as diretrizes do PPIF, que busca fortalecer a prevenção, controle e repressão aos delitos transfronteiriços. Todos esses documentos ressaltam a importância da cooperação entre órgãos federais, estaduais, municipais e países vizinhos. A promoção conjunta de um Plano de Desenvolvimento Urbano alinhado com as ações do PPIF evidencia a busca por uma abordagem integrada que priorize a qualidade de vida e segurança nas regiões fronteiriças, alinhando-se aos princípios de integração socioeconômica e cooperação internacional preconizados por ambos os instrumentos (Brasil, 2016a; Brasil, 2016b).

Finalmente, Ferrari (2011), sem minimizar a gravidade dos delitos transfronteiriços e observa que, em zonas fronteiriças

[...] o contrabando está presente e de fato exige atenção dos Estados nacionais, mas as zonas fronteiriças não podem ser tratadas politicamente sob esse único viés, sob o risco de penalizar segmentos importantes da população, deixando-os à margem da cidadania e na pobreza, uma exclusão não apenas territorial por ser fronteira, mas uma exclusão também social (p. 283).

Portanto, a complexidade da gestão de fronteiras destaca-se como um fenômeno interdisciplinar, permeado por decisões políticas que refletem as representações territoriais e as percepções sociais locais. É inescapável a exata compreensão dessas nuances para o desenvolvimento e execução de abordagens que equilibrem o conceito de segurança com a promoção da integração, trocas comerciais e intercâmbios culturais nas regiões fronteiriças.

Portanto, diante desse contexto, pode-se dizer que medidas tópicas de contenção do trânsito transfronteiriço, por meio da instalação de barreiras físicas não se adequam às normas e tratados que se dedicam à regulamentação das relações internacionais na área de fronteira, nem apresentam eficácia para o combate à criminalidade. Além disso, tais medidas desconsideram por completo a historicidade das relações socioeconômicas, territoriais e culturais estabelecidas pelas comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Este estudo apresentou uma série de fatores históricos, econômicos e culturais que, conjugados com políticas governamentais, tanto do Brasil quanto da Argentina, moldaram a realidade contemporânea das cidades-gêmeas de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen. Tais políticas, formalizadas por meio de tratados internacionais e materializadas pelos vínculos entre as comunidades locais, sugerem um esforço em prol da integração entre os dois países, o qual se revela mais significativo do que as disputas territoriais do passado.

Objetivamente, o trabalho analisou uma ação relacionada ao controle de fronteiras entre o Brasil e a Argentina, ocorrida nos limites das cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira – SC, Barracão – PR e Bernardo de Irigoyen. O problema central da pesquisa foi entender as implicações dessa ação para as relações transfronteiriças entre as comunidades locais, considerando os aspectos anteriormente mencionados. Para tanto, foram discutidas concepções sobre fronteira, território e limites, partindo do pressuposto de que, além de ser um espaço geográfico delimitador, a fronteira revela-se como um microcosmo complexo, onde interações transfronteiriças são influenciadas por elementos diversos. Diante desse cenário de complexidade, qualquer tratamento para o problema da criminalidade transfronteiriça deve passar necessariamente pela adoção de abordagens integradas e colaborativas entre as economias limítrofes, as quais, longe de desconsiderarem as normas vigentes na gestão da segurança pública, precisam adequar-se ao contexto do desenvolvimento socioeconômico, da história e da cultura local nessas regiões fronteiriças. Portanto, o desafio relativo à contenção do comércio internacional ilegal engloba a capacidade de harmonização entre a integração das comunidades e as inevitáveis exigências de segurança e controle fronteiriço, uma vez que medidas típicas de contenção do trânsito fronteiriço, por meio da instalação de barreiras físicas, não se adequam às normas e tratados que se dedicam à regulamentação das relações internacionais na área de fronteira, nem apresentam eficácia para o combate à criminalidade.

Importa reconhecer as limitações desta pesquisa, que se restringiu a um caso específico e não abordou outras dimensões das relações transfronteiriças, como questões ambientais, urbanísticas ou o estudo de medidas efetivas de “solução” para o problema debatido; o que poderá ser tratado em pesquisas futuras, com a realização de estudos comparativos com outras regiões de fronteira, a ampliação do escopo teórico e metodológico da análise e a incorporação de outras fontes de dados, como entrevistas, questionários e observações participantes. Em que pese este fato, a abordagem realizada pode contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas para a integração regional e a cooperação internacional em matéria de segurança pública.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Finalmente, é relevante salientar que, desde o início do governo do líder ultraliberal Javier Milei, evidenciou-se um expressivo aumento nos preços de produtos argentinos demandados por compradores brasileiros na região de fronteira. Em decorrência disto, passou-se a observar uma inversão no fluxo do “turismo de compras”, que antes era feito por brasileiros na Argentina e agora passou a ser feito por argentinos no Brasil, principalmente em busca de gêneros de primeira necessidade. Sem adentrar ao mérito das medidas governamentais adotadas por aquele país, é perceptível que o equilíbrio nos preços dos produtos oferecidos por nações vizinhas pode desempenhar um papel mais efetivo no controle do contrabando e descaminho do que intervenções ostensivas pontuais ou o fechamento das fronteiras. Além disso, a utilização da inteligência policial e de ferramentas tecnológicas podem ser implementadas no enfrentamento da criminalidade, sem comprometer a integridade do espaço urbano de uma região já carente de ações estatais que promovam a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Dassunção **Pontes Interdisciplinares: Instâncias Que Se Abrem Como Ligações Para Os Diversos Campos De Saber**. Brathair, v. 20, p. 412-445, 2021. Disponível em: <<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/2300/1790>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Decreto nº 8.636, de 13 de janeiro de 2016. **Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005**. 2016a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8636.htm> Acesso em 05 dez. 2023.

_____. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. **Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução**. 2016b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.903%2C%20DE%2016,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 05 dez. 2023.

_____. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 27 dez. 2023.

_____. Ministério da Integração Nacional. Portaria 125 de 21 de março de 2014. **Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 24 de março de 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/03/2014&jornal=1&pagina=45&totalArquivos=152> Acesso em 03 jan. 2024.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira. **Resumo Histórico da Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira- SC**. (Arquivo) Dionísio Cerqueira. 2003.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

CARDIN, Eric Gustavo. **Estado, trabalho e capitalismo nas fronteiras**. R. Katál. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 305-312, maio/ago. 2018 ISSN 1982-0259.

FERRARI, Maristela. **Conflitos na Froteira Brasil-Argentina**. Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

_____. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95358/297827.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 6 dez. 2023.

FRANÇA, Rafael Francisco. **Controle de Fronteiras no Brasil**. Barueri – SP, Novo Século Editora, 2018.

G1 (Brasil). **VÍDEO: Imagem mostra momento em que motociclista atira diversas vezes contra casa de PM no PR**: um dos disparos quase acertou filha do policial que estava na casa. polícia realiza força-tarefa para identificar suspeito de caso considerado atentando pelas forças de segurança. Um dos disparos quase acertou filha do policial que estava na casa. Polícia realiza força-tarefa para identificar suspeito de caso considerado atentando pelas forças de segurança. 2023. Por RPC Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2023/08/22/video-imagem-mostra-momento-em-que-motociclista-atira-diversas-vezes-contra-casa-de-pm-no-pr.ghhtml>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GNOATTO, Luiz Carlos. **Leberação** (sic). Barracão assina convênio para conclusão das obras no lado paranaense do parque ambiental. Associação Empresarial da Fronteira. 01/12/2017. Disponível em: <<https://www.ascoagrin.com.br/noticia/8881>>. Acesso em 15 dez. 2023.

PAGNO, Jonas Grejainin; COLFERAI; Lucas; MARINI, Marcos Junior. **A Formação do Consórcio Intermunicipal de Fronteira**. Anais do III SLAEDR. Simpósio Latino-Americano de Desenvolvimento Regional. III ELAGS Encuentro Latino Americano de Gestión Social. VII SIDER Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/download/22901/21610/5809>>. Acesso em 5 dez. 2023.

PORTAL TRI (Brasil). **Passagens clandestinas são fechadas na divisa entre Brasil e Argentina**: A ação tem como intuito encerrar a criminalidade transfronteiriça. 2023. Disponível em: <https://www.portaltri.com.br/public/noticias/18770/passagens-clandestinas-sao-fechadas-na-divisa-entre-brasil-e-argentina>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. P896 **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. Curitiba: Íthala, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A FRONTEIRA NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

Luís Alberto Miranda Goveia¹²

Resumo: Ao longo do século XX, a Amazônia foi alvo de diversas políticas direcionadas pelo Estado brasileiro. Além de considerar a região como um todo, os instrumentos normativos dessas políticas deram destaque às fronteiras, sob diferentes concepções. O objetivo deste texto é identificar como a região fronteira é abordada nas políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, direcionadas à Amazônia durante o século XX. Esta é uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, baseada sobretudo na pesquisa documental e levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Fronteiras; Amazônia; Políticas desenvolvimentistas.

1. INTRODUÇÃO

As fronteiras, em diferentes contextos socioespaciais, tornaram-se regiões fundamentais para os Estados nacionais modernos, os quais instituíram políticas específicas para normatizar os fluxos e interações, de forma a garantir a segurança nacional e a soberania dos países (Ferrari, 2014), bem como os projetos de integração que permitissem a fixação humana. Segundo Ferrari, “no período moderno as fronteiras parecem surgir como técnicas de organização política do espaço terrestre em Estados” (2014, p. 11). No Brasil, o processo de ocupação e colonização pelos europeus privilegiou, durante os primeiros séculos, as áreas litorâneas, em detrimento do interior, apesar das atuações para definição de suas fronteiras e garantia da ampliação territorial do país.

Com uma extensão de mais de 15 mil km, a fronteira do Brasil possui grande disparidades entre os Arcos Norte, Central e Sul. Desses, o Arco Norte, onde localiza-se a Amazônia, passou a receber uma atenção especial do Estado apenas em meados do século passado. Ao longo do século XX diversas políticas de cunho desenvolvimentistas foram postas em prática na Amazônia, nas quais as fronteiras se apresentam sob diferentes perspectivas.

¹² Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Docente EBTT do IFES Barra de São Francisco. luís.goveia@ifes.edu.br.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

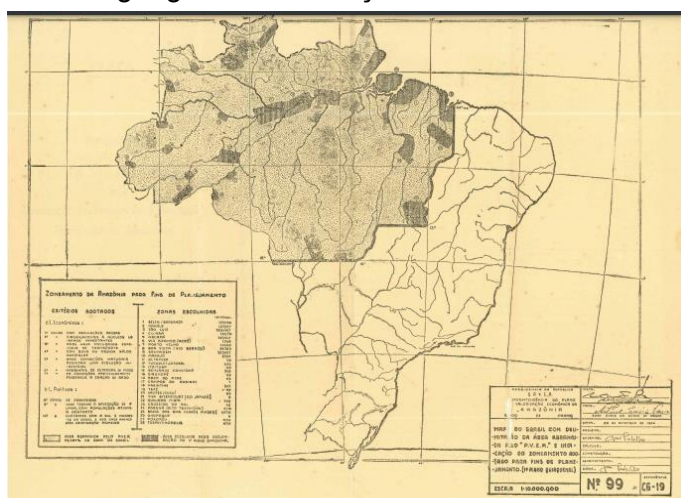
20 e 22 de novembro de 2024

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar como a região fronteira é abordada nas políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, direcionadas à Amazônia durante o século XX. Esta é uma pesquisa descritiva e de abordagem qualitativa, baseada sobretudo na pesquisa documental e levantamento bibliográfico.

A Fronteira no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)

No período que compreende o fim da II Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro tornou-se um ator central no planejamento e execução de diversas políticas públicas, dentre as quais, aquelas destinadas ao desenvolvimento de regiões periféricas. Por meio da Constituição de 1946 e da lei nº 1.806/1953, o Estado criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e instituiu sua superintendência (SPVEA), como instrumento para direcionar recursos à região. Com a criação da SPVEA, foi delimitada também a sua área geográfica de atuação, conforme o mapa 1.

Mapa 1. Área geográfica de atuação da SPVEA, Amazônia Legal



Fonte: SPVEA, 1954

Considerando a impossibilidade de uma atuação global em toda a Amazônia Legal, a SPVEA definiu 28 áreas prioritárias para a execução do seu programa. No mapa, é possível vê-las em destaque com as cores mais escuras. Essas áreas foram definidas de acordo com critérios econômicos e políticos (SPVEA, 1954). Das 28 áreas definidas como prioritárias, oito estavam localizadas, na atual faixa de fronteira do Brasil. O próprio documento afirma que o objetivo do plano era a ocupação e desenvolvimento da Amazônia como um todo, “especialmente as regiões de fronteira” (SPVEA, 1954, p. 20).

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Em 1966, durante a Ditadura Militar no Brasil, a SPVEA foi extinta e em seu lugar foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão responsável, dentre outras políticas, pela atração do capital privado por meio da oferta de incentivos fiscais (BRASIL, 1966). A principal continuidade entre a SPVEA e a SUDAM, é o que se refere à política de ocupação da região. A geopolítica do Estado brasileiro, comandado por militares e suas ideias em defesa da soberania nacional e necessidade de povoamento, continuou estimulando a política imigratória para a Amazônia como um todo e a formação de grupos populacionais estáveis, que pudessem iniciar um “processo de auto-sustentação”. A fixação de população nas zonas de fronteira, que antes não era mencionada, enquanto política populacional, aparece na nova lei. Segundo o economista Serafim Corrêa (2002), “Para Castelo Branco [presidente do país à época] se fazia necessário criar na Amazônia as condições necessárias mínimas para manter as suas populações como sentinelas indormidas da soberania brasileira na região” (2002, p. 20).

Além dos incentivos fiscais, a SUDAM também administra o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que tem como objetivo financiar a execução de projetos de infraestrutura, serviços públicos e geração de negócios em atividades produtivas na sua região de atuação. Conforme o Ato n. 45, de 14 de dezembro de 2018, os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, e os classificados como de baixa e média renda teriam tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos.

Um terceiro mecanismo de promoção do desenvolvimento, sob a responsabilidade da SUDAM, é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Este fundo é um mecanismo de acesso ao crédito oferecido a setores produtivos privados, pequenos produtores, pequenas empresas, além de associações e cooperativas. A SUDAM repassa os recursos do FNO para o Banco da Amazônia que o administra visando dinamizar a economia regional, prioritariamente em áreas interioranas, e municípios de baixa e média renda conforme o PNDR e aqueles localizados na faixa de fronteira da região Norte, com foco nas atividades agropecuárias e diminuir os desequilíbrios intrarregionais.

O decreto 291/1967 e os incentivos à Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental

O governo federal, em 1967, criou a Zona Franca de Manaus (ZFM) com o objetivo de minimizar os desequilíbrios entre a porção ocidental e oriental da Amazônia. No mesmo dia em que foi criada a ZFM, o presidente Castelo Branco emitiu o Decreto-Lei nº 291 (BRASIL, 1967) de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Faixa de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Fronteira da região amazônica, no qual isentava as pessoas jurídicas do Imposto de Renda e previa destinação específica de recursos para o financiamento de atividades econômicas. Tais recursos deveriam ser destinados preferencialmente para a Faixa de Fronteira, apontada pelo decreto como revestida de mais alta prioridade. O referido documento também estabeleceu os estados e territórios que comporiam a Amazônia Ocidental: Amazonas, Acre e os até então territórios federais de Rondônia e Roraima. A lei cita ainda as localidades de Guajará-Mirim, Brasiléia, Tabatinga, Cucuí, Clevelândia do Norte e Oiapoque, localizados na Faixa de Fronteira, como os de mais alta prioridade na destinação de financiamentos por instituições creditícias do Governo Federal.

No ano seguinte à criação da Zona Franca de Manaus e da delimitação da Amazônia Ocidental, um novo decreto do governo federal (Lei nº 356/1968) estendeu os benefícios fiscais da ZFM para toda a Amazônia Ocidental, incluindo frentes pioneiras e zonas de fronteira, para a aquisição de mercadorias, oriundas ou fabricadas pela ZFM. Para Corrêa (2002) a extensão de parte dos benefícios à Amazônia Ocidental, foi reflexo de uma preocupação com um possível êxodo em direção à capital amazonense.

Comandado pelos militares, o Estado direcionou uma série de políticas para a Amazônia, a partir de 1966, num esforço para a ocupação das áreas de fronteira e criação dos polos de desenvolvimento. É preciso destacar, novamente, os incentivos fiscais ao capital privado, como a base da estratégia de desenvolvimento e ocupação da região.

Conforme a Operação Amazônia, posta em prática pelos militares a partir de 1966, destacava-se a necessidade de garantir a segurança nacional na região, especialmente nas fronteiras. O planejamento regional operado pelo Estado na Amazônia, naquele momento, foi orientado por fatores geopolíticos internos e externos, os quais se materializaram tanto por meio do controle das fronteiras com postos militares, quanto por iniciativas que buscavam dinamizar a economia regional e integrá-la ao processo de reprodução capitalista do centro-sul do país.

Zona de Fronteira e as Áreas de Livre Comércio.

As Áreas de Livre Comércio (ALCs) são territórios delimitados, por legislação específica, em que o regime fiscal é diferente do que prevalece no restante do território nacional. No que se refere, especificamente, às ALCs existentes no Brasil, elas foram criadas a partir de 1989 na região de fronteira, com benefícios fiscais, como isenção ou redução de impostos federais e estaduais a fim de facilitar a entrada e circulação de mercadorias e incentivar o comércio bilateral, aproveitando-se da geografia fronteiriça.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Atualmente as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental são: Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Bonfim-RR, Boa Vista-RR, Cruzeiro do Sul-AC, Brasileia-Epitaciolândia-AC e Macapá-Santana-AP. De forma geral, essa política foi instituída para promover o desenvolvimento da região de fronteira e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos segundo a política de integração latino-americana (Brasil, 2009).

Apesar de cada ALC ter sido criada por decreto próprio, em diferentes anos, elas apresentam configurações geográficas semelhantes. Com exceção da ALC Macapá-Santana, todas estão localizadas na Amazônia Ocidental e na faixa de fronteira. Das seis ALCs situadas na faixa de fronteira, quatro estão posicionadas no limite fronteiriço, com grande proximidade e integração a cidades de países vizinhos, constituindo as cidades-gêmeas são elas: Tabatinga, Guajará-Mirim, Brasileia/Epitaciolândia e Bonfim. A partir da análise da legislação podemos apontar que o cenário de relações espontâneas nas fronteiras, sobretudo de trocas comerciais, foi fator essencial para o Estado selecionar estas cidades e instituir um regime fiscal diferenciado com o objetivo de promover o desenvolvimento e a integração fronteiriça. É importante pontuar também que os incentivos fiscais contribuem para a integração das ALCs com o restante do Brasil, na medida que podem adquirir mercadorias com redução de determinados tributos federais e estaduais.

Apesar das ALCs estarem localizadas na Faixa de Fronteira, é importante esclarecer que esta definição que faz parte do ordenamento jurídico nacional, delimitada como faixa de 150 km paralela ao limite internacional (BRASIL, 1988) se estendendo por 15.719 km de fronteira terrestre do território nacional. As normas que regem a Faixa de Fronteira a tratam como área de interesse de Segurança Nacional, devendo a sua ocupação obedecer aos princípios específicos. Ao localizar as ALCs na fronteira, principalmente, nas cidades-gêmeas, o Estado passa a reconhecer a fronteira enquanto lugar de comunicação e troca, indo além do aspecto normativo da Faixa de Fronteira.

A fronteira pode ser compreendida como um espaço vivo, de interações entre as sociedades que habitam cada lado do limite internacional. Nessa concepção, Machado (2002) associa a fronteira com termos como “zona” ou “região”, diferenciando-a da linha limite do território, ao mesmo tempo em que exprime a territorialidade de grupos humanos. A zona de fronteira aparece então como “lugar de interação, de comunicação, de encontro, de conflito” (MACHADO, 2002, p.8) que se encontra diante de territórios diferentes, distinguindo-se também de espaços já consolidados na hinterlândia.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Para Machado et al. (2005) o conceito de zona de fronteira se refere aos processos e interações políticas, culturais e econômicas, tanto as que surgem espontaneamente, quanto aquelas promovidas por políticas públicas de integração e cooperação. Ao diferenciar as concepções de faixa e zona de fronteira, os autores destacam que o primeiro está associado aos limites territoriais do Estado, enquanto o conceito de zona de fronteira:

aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas (MACHADO et al., 2005, p.95).

A política do Estado brasileiro para a localização das ALCs, indicam o reconhecimento da fronteira para além da dimensão geopolítica que orientou as ações nas décadas anteriores. A concepção de fronteira como região de intercâmbio comercial, populacional e cultural apontam para a valorização do conceito de zona de fronteira como instrumento para a ação do Estado. Além disso, insere as fronteiras numa política geoeconômica e não somente geopolítica, em que as ALCs tornam-se a materialização de ações para viabilizar o desenvolvimento fronteiriço amazônico, por meio da intensificação dos fluxos comerciais.

Considerações finais

As fronteiras estavam presentes nas principais políticas direcionadas pelo Estado à Amazônia. A questão da soberania nacional sobre a região de fronteira continuou como parte da política do Estado, acrescentando a partir de meados do século XX, uma política de ocupação, conforme as metas da SPVEA, SUDAM e SUFRAMA. Contudo, é somente com a criação das ALCs que o Estado integra determinados territórios fronteiriços da Amazônia à política de incentivos fiscais que já vinha sendo desenvolvida nas décadas anteriores.

Considerando que as ALCs tem como foco a atividade comercial, compreende-se que o Estado as implantou como mecanismo para impulsionar o desenvolvimento e a integração regional, devendo ser alcançada, necessariamente pela integração fronteiriça. Dessa forma, pode-se afirmar que após um longo período de abordagens da fronteira sob os princípios geopolíticos de ocupação e manutenção da segurança nacional, o Estado reconheceu as potencialidades das dinâmicas populacionais e fluxos comerciais e criou as ALCs como estratégia para integração econômica das fronteiras, tanto com os países vizinhos, quanto com o restante do território nacional.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Referências

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.** Rio de Janeiro: Presidência da República [1953].

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, [1966].

BRASIL. Decreto-Lei nº 291 de 28 de fevereiro de 1967. **Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República [1967].

BRASIL. Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.**

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. **Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.** Brasília. Presidência da República. [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em 10 de setembro de 2021.

CORRÊA, Serafim. **Zona Franca de Manaus: história, mitos e realidade.** Manaus: Gráfica Editora Vitória-Régia, 2002.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. **Revista Perspectiva geográfica.** Cascavel, UNIOESTE, 9(10), 2014.

MACHADO, Lia Osório. **Sistemas, fronteiras e território.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MACHADO, Lia Osório; HAESBAERT, Rogério; RIBEIRO, Leticia; STEIMAN, Rebeca. PEITER, Paulo; NOVAES, André. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS. 2005.

SPVEA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e concepção preliminar da valorização econômica da Amazônia.** Belém, Pará, 1954.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A IMPRENSA E O MENOR NA CIDADE DE CORUMBÁ, MS.

Waldson Luciano Corrêa DINIZ¹³

Como parte da tese defendida em 2014, o estudo dos jornais da cidade fronteiriça de Corumbá, MS ensejou o estudo das representações dos bolivianos de diferentes idades nas páginas dos jornais durante o período 1938-1999. O recorte temporal se justificou pela necessidade de acompanhar os discursos sobre a Bolívia e seus cidadãos ao longo do século XX desde o governo Vargas quando se iniciou a discussão da integração ferroviária para a compra de gás até 1999 quando as obras do gasoduto são concluídas (DINIZ, 2015).

O presente estudo, com material inédito, foca as imagens das crianças e adolescentes de origem popular, brasileiras e bolivianas, em sua grande maioria, que foram mencionadas pela imprensa devido ao cometimento de algum ilícito. O artigo relaciona as formas de tratar a temática da criança em conflito com a lei e a literatura especializada. Observou-se que os jornais designaram a fronteira, muitas vezes, como origem dos problemas sociais da região, fato que orientou o estudo das fontes no intuito de compreender as ligações sutis desse discurso com as políticas de controle dessa população.

Foram pesquisados vários jornais, neles buscaram-se artigos diversos, grandes e pequenos, sobre fatos do cotidiano, guiando-se pelos verbetes, menor, criança, boliviano e nomes em espanhol, para estabelecer um quadro sobre a condição desses sujeitos, no entanto a tarefa não foi fácil, pois, conforme o estudo de Alvim (2002, p. 55):

A visibilidade da infância e da juventude das classes populares pela sociedade [...] só aparece em conjunturas distintas, e, na maioria das vezes, quando estas se tornam um problema social ou quando (em algumas situações relativas à juventude) elas surgem expressando formas culturais específicas.

Na jovem república brasileira tornou-se corriqueiro o início de grandes projetos e debates entre políticos que evidenciam também as concepções da elite intelectual sobre

¹³ Doutor em História Econômica pela USP, 2014. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus do Pantanal. Corumbá, MS. waldson.diniz@ufms.br



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

determinadas questões de abrangência nacional. Assim, se a vadiagem deveria ser combatida através de penalidades mais severas para os adultos, as crianças deveriam ser alvo de maior atenção tanto nos cuidados da saúde, como da educação.

Leite (1998, p. 107) explicou que a grande maioria das ações do Estado referentes ao *menor* esteve orientada por princípios positivistas do final do XIX que não raro possuíam um ranço autoritário e simultaneamente utópico, frutos que eram do confronto primevo com os problemas sociais nos grandes centros urbanos.

A maneira peculiar como se pensou a questão aponta para diversas concepções imbricadas que possuem natureza de gênero, de raça e de classe presentes na mentalidade do legislador. É preciso que se compreenda as formas de se conceber as relações entre os sexos ao longo da história do Brasil para que se verifique, nesse movimento, o papel que coube à criança de origem popular. Nesse sentido, a naturalização da superioridade política do homem em relação às mulheres e, conseqüentemente, em relação às crianças respaldou todas as outras discriminações e violências (De Tilio et al, 2021).

Essa visão materializou-se na legislação e expôs a ausência de direitos da mulher sobre os filhos e destes em relação ao pai (Cardoso, 2006, pp. 71-84).

Uma lógica patriarcal permaneceu nas leis do país, o que permitiu ao homem, especialmente o que estava em condição econômica superior, estabelecer e romper relacionamentos com rapidez e profusão, deixando filhos e mães para trás, sem qualquer auxílio, fato esse que colaborava para a pobreza e a marginalidade em discussão.

Diante do abandono de muitas crianças o Estado republicano estabeleceu (Marcílio, 2007, p. 33):

Em 1927 [...] o primeiro Código de Menores. Definia-se um novo projeto jurídico e institucional para a assistência à menoridade pobre desvalida ou infratora. Foi criada uma justiça especial para o jovem em conflito com a lei e reorganizada a assistência que ganhou dimensão mais ampla e sistemática, preventiva e pretensamente organizada em bases científicas pelo Estado.

Em decorrência do referido código houve necessidade do aprofundamento do trato com a criança. Como só havia no país instituições confessionais que acolhiam os mesmos, resolveu-se criar uma entidade estatal laica de cunho nacional (Marcílio, 2007, p 34):

Criado pelo decreto 9744, de 19/11/38, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), passou a atuar em todo território nacional com caráter centralizador e na área do Ministério da Justiça. Nascia com a missão de organizar os serviços de assistência, fazer o estudo e ministrar o tratamento aos menores.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Em Corumbá o SAM foi mencionado pela primeira vez no ano de 1948, caracterizado no artigo pela provisoriidade das instalações e o reduzido número de internos. Denominado *SAMC, Serviço de Assistência aos Menores de Corumbá*, a instituição constituiu-se em uma alternativa de internação bastante comemorada pela sociedade local, pois deslocaria para a zona rural do município uma população não desejada pelos moradores do núcleo urbano com o pretexto de reeducá-los, ou de educá-los para o trabalho (Um pedaço de Petrópolis dentro de Corumbá. **Tribuna**. Corumbá, MT. 01/6/48.).

No entanto, a política de internação parece não ter sido eficiente devido ao número significativo de artigos sobre crimes cometidos por crianças/adolescentes e ao clamor da imprensa pelo desenvolvimento de políticas de fiscalização/atendimento à juventude de origem popular¹⁴.

Para combater o fenômeno, de acordo com Sanglard (2003) conceberam-se também diversas estratégias paliativas, entre elas a ações caritativas e as filantrópicas. Entre as entidades religiosas existentes na cidade de Corumbá houve um núcleo espírita que se dedicou a assistência aos mais pobres e que divulgava suas ideias nos semanários ao lado das colunas de católicos. (Para o Dia da Criança. Bom Dia Para Você. **O Momento**. Corumbá, MT.12/10/69.).

O texto do jornal mencionado pontuou que a situação era grave, marcada pela fome e desamparo. Embora pretenda ser uma mensagem de otimismo, amparo ou consolo, convence o leitor de que a miséria é culpa do infortúnio, isentando dessa maneira a classe proprietária de qualquer responsabilidade pela situação.

A filosofia espírita parece coadunar-se com os dogmas do Liberalismo (Capelato, Prado,1980, p. 115-116), pois se o liberal entrega a um futuro nebuloso a resolução de problemas como a miséria de muitos indivíduos, o espírita entende que a vida material

¹⁴ Roubou nove galinhas. **O Momento**. Corumbá, MT.09/6/59.

Roubou roupa do guarda. **O Momento**. Corumbá, MT.07/7/59

Estão sendo arrecadados roubos de menor boliviano. **O Momento**. Corumbá, MT.08/7/59.

Desvenda-se o bárbaro latrocínio. **O Momento**. Corumbá, MT.26/12/59.

Menor homicida entregue à Justiça de Menores. **O Momento**. Corumbá, MT. 18/10/60

Polícia de Bolívia está deportando menores para Corumbá. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 25/01/62.

Menor esfaqueia dois na noite de sábado. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 10/02/69.

Adulto chefou menores no roubo da Philbois. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT.17/12/74

Ainda aos nenês. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 21/5/75.

Polícia desbarata quadrilha, mas assaltos continuam. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT.07/10/75

Menor marginalizado é preocupação para as autoridades. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 06/11/75.

Desbaratada quadrilha de menores. **Diário de Corumbá**. Corumbá, MT.31/12/77.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

presente é uma etapa do processo evolutivo do *Espírito, ou seja, a Terra [...] é lugar de expiação e sofrimento onde os seres humanos podem se purificar e se redimir, buscando a perfeição pela prática do bem, da caridade e do amor ao próximo* (Oliveira, 2007,p.94).

Do ponto de vista foucaultiano pode-se dizer, conforme Peters (2006), que: “[o Espiritismo] firmava-se no espaço deixado pela medicina, contribuindo para a normalização do espaço urbano e para a manutenção da ordem pública, segundo a lógica da produtividade. O ordenamento social, [...] passou a ser uma das diretrizes principais do Estado. O objetivo era minimizar os conflitos e construir uma imagem de nação integrada e progressista”.

Ao final do artigo do jornal, entende-se, que mais do que encaminhar propostas, o espírita quer ter o direito de falar, de apresentar a sua representação e assim estabelecer-se como instituição do conjunto das linguagens autorizadas que consolidam a realidade. Trata-se de um raciocínio semelhante ao sexo em Foucault (1980, p.230): Pode-se falar muito da pobreza e de seus sujeitos, não para extingui-la, mas para controlar a produção de discursos sobre ela a partir de saberes acadêmicos ou não.

A narrativa segue um rumo previsível: a criança abandonada, brinquedo da vida, será, amanhã, o menor perigoso. Tudo ocorre por uma razão que escapa à compreensão humana e cabe a todos os que assistem a essa miséria serem pacientes, caridosos, enfim, filantropos, oferecendo as sobras da mesa a esse ser apresentado como digno de pena.

Nesse sentido, os jornalistas lamentam a ausência de um órgão que pudesse receber essa população na região de Corumbá em regime de internação, o que obriga o poder público a autuá-los e liberá-los em seguida (Menores furtam e receptador atravessa a fronteira. **O Momento**. Corumbá, MS. 11/12/78). Mesmo com a criação da FUNABEM/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em 1/12/64¹⁵, em substituição ao SAM, a imprensa não diminuiu seu ímpeto reivindicatório. Acreditava ser necessário uma entidade como essa, sediada no município, o que não ocorreu.

A criação desses centros pode ser entendida como parte das estratégias da *cidade panóptica* para controlar, segundo Mascarenhas (2005, p.230-231), o ócio adulto e infantil desde o final do século XIX e começo do XX.

A política pública de educar para o trabalho mediante internação, não foi de todo satisfatória, especialmente para aqueles que já haviam cometido delitos e puderam viver

¹⁵Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 4513 de 01 de dezembro de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm Acesso em: 30 de outubro de 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

com liberdade grande parte de sua vida. Na maioria das vezes, o emprego formal tem o significado de assegurar meios de sobrevivência mínima, não sendo percebido como fonte de realização pessoal, pois não propicia um salário digno, não garante uma velhice confortável e, muito menos, proporciona uma economia mínima para momentos de prazer, fortalecendo, assim, insatisfações. Devido à escassez de emprego no mercado formal, e à baixa qualificação técnica, geralmente a função exercida possui salário irrisório (Oliveira, 2006, p. 38).

A criminalidade infanto-juvenil ainda é vista como um problema vinculado exclusivamente à moral familiar. Assim, existem marginais porque as famílias estão desestruturadas, porque não há mais respeito aos valores cristãos, etc., clichês de um discurso moralista que a imprensa veicula. Dessa maneira, havia uma preocupação constante, era necessário disciplinar a infância/adolescência pobre para o trabalho e o estudo, controlar até mesmo onde ele poderia estar em seus horários livres. (Juiz de menor: problema de menores é da comunidade. **O Momento**. Corumbá, MT. 03/12/74).

O estudo das fontes impressas do século XX constitui-se em importante instrumento de reflexão sobre a constituição das políticas públicas no Brasil, bem como indica as formas como foram pensados diferentes sujeitos. No caso de crianças e adolescentes pobres, em situação de rua, ou não, os jornais moldaram opiniões e produziram uma interpretação sobre a realidade que ainda influi sobre a discussão em torno de direitos das pessoas nessa região de fronteira, alvo de diversas violências abertas e veladas.

Fontes

Um pedaço de Petrópolis dentro de Corumbá. **Tribuna**. Corumbá, MT. 01/6/48.

Roubou nove galinhas. **O Momento**. Corumbá, MT. 09/6/59.

Roubou roupa do guarda. **O Momento**. Corumbá, MT. 07/7/59.

Estão sendo arrecadados roubos de menor boliviano. **O Momento**. Corumbá, MT. 08/7/59.

Desvenda-se o bárbaro latrocínio. **O Momento**. Corumbá, MT. 26/12/59.

Menor homicida entregue à Justiça de Menores. **O Momento**. Corumbá, MT. 18/10/60.

Polícia de Bolívia está deportando menores para Corumbá. **Folha da Tarde**. 25/01/62.

Menor esfaqueia dois na noite de sábado. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 10/02/69.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Para o Dia da Criança. Bom Dia Para Você. **O Momento**. Corumbá, MT. 12/10/69.

Juiz de menor: problema de menores é da comunidade. **O Momento**. Corumbá, MT. 03/12/74.

Adulto chefiou menores no roubo da Philbois. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 17/12/74.

Ainda aos nenês. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 21/5/75.

Polícia desbarata quadrilha, mas assaltos continuam. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 07/10/75.

Menor marginalizado é preocupação para as autoridades. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. 06/11/75.

Desbaratada quadrilha de menores. **Diário de Corumbá**. Corumbá, MT. 31/12/77.

Menores furtam e receptador atravessa a fronteira. **O Momento**. Corumbá, MS. 11/12/78.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Rosilene. Olhares sobre a juventude. In: **Juventude, Cultura e Cidadania**. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, 21, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 4513 de 01 de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm Acesso em: 30 de outubro de 2024.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúgia **O bravo matutino**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARDOSO, Roselane Martins. A infância e a adolescência abandonadas: laudos em processos do judiciário mineiro (1968-1984). **Memorandum: Memória E História Em Psicologia**, 11, 71–84, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6723> Acesso em: 10 de setembro de 2024.

DE TILIO, Rafael et al. Corpo feminino e violência de gênero. Uma análise do documentário: “Chega de fiu fiu”. **Psicologia & Sociedade** 33, 1-16, 2021. Disponível em:



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wWtLhjQP3hRQC5hDt6Pz7qq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 de junho de 2024.

DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Los hermanos bolivianos. Representações nos jornais de Corumbá, MS (1938-1999)**. Tese. (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15052015-101045/publico/2014_WaldsonLucianoCorreaDiniz_VCorr.pdf Acesso em: 30 de outubro de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LEITE, Lígia Costa. **A razão dos invencíveis: meninos de rua-o rompimento da ordem (1554-1994)** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPUB, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criminalidade juvenil e as políticas públicas em São Paulo. Um pouco de História. In: Pacheco, Elza dias. (org.) **O cotidiano infantil violento: marginalidade e exclusão social**. São Paulo: LAPIC: L'Editora: FAPESP, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1600320> Acesso em: 03 de maio de 2024.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de. **Entre a macumba e o espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda durante o Estado Novo**. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/82278448-Entre-a-macumba-e-o-espiritismo-uma-analise-comparativa-das-estrategias-de-legitimacao-da-umbanda-durante-o-estado-novo.html> Acesso em: 05 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. **Meninos bandidos? Interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. Disponível em:



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/941/1/arquivo4693_1.pdf Acesso em: 11 de abril de 2024.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. Espiritismo e controle social: análise de uma instituição disciplinar espírita e suas articulações com o poder público em Penápolis–SP (1935-1945). **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo.** ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-ROM Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2029/Carlos%20Eduardo%20Marotta%20Peters.pdf> Acesso em: 16 de abril de 2024.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde.** 10(3), 1095-1098, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/rdbP5mhhXvJ8cZCrdMzvSLf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 de outubro de 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA NA PERSPECTIVAS DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA UNIPAMPA.

Nitielle Floriano Dias¹⁶

Eric Gustavo Cardin¹⁷

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é fruto do Programa de Reestruturação e Democratização das Universidades Federais (REUNI) e possui um perfil orientado para a cooperação (UNIPAMPA, 2019). Atuando em um modelo multicampi, a UNIPAMPA conta com dez campi distribuídos pela região da campanha do Rio Grande do Sul: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Sant'Ana do Livramento, São Borja, Uruguaiana e São Gabriel. Destes, cinco estão localizados em municípios fronteiriços: São Borja/Santo Tomé (ARG), Itaqui/Alvear- (ARG), Uruguaiana/Passo de Los Libres (ARG), Sant'Ana do Livramento/Rivera (URG) e Jaguarão/Rio Branco (URG).

Dessa forma, a universidade, inserida nesse cenário transfronteiriço, não é apenas um espaço de educação formal, mas também um ponto de convergência de práticas sociais, culturais e econômicas que atravessam as fronteiras jurídicas e políticas. Na área fronteiriça que envolve as cidades Itaqui (Brasil), Alvear e La Cruz (Argentina), a UNIPAMPA, Campus Itaqui, acolhe alunos provenientes de La Cruz, cidade da faixa de fronteira de Itaqui. Assim, aciona uma dinâmica territorial única, marcada pela interação constante entre dois países com sistemas culturais e políticos distintos.

¹⁶ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), pesquisadora CAPES, nitiellefloriano@gmail.com

¹⁷ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (UNESP), Pós-doutor pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia (UNAM), eric.cardin@unioeste.br



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Este estudo, apresenta os resultados de uma atividade de grupo focal realizada com os alunos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da UNIPAMPA, cujo objetivo foi compreender suas percepções sobre a integração fronteiriça. O grupo focal foi composto por 13 alunos, sendo 10 brasileiros e 3 argentinos. Os alunos entrevistados foram codificados como Alunos Cruceños (AC), para se referir aos alunos provenientes de La Cruz (Argentina) e Alunos Brasileiros (AB), para identificar os brasileiros. A análise das entrevistas coletadas será realizada com base na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), utilizando a técnica de análise temática ou categorial.

Por meio das vozes desses alunos, busca-se explorar como a universidade atua como um vetor de integração e como as experiências vividas refletem os desafios e as oportunidades de viver e estudar em uma região de fronteira. Dessa forma, o estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada da territorialidade no âmbito da educação superior e das dinâmicas de fronteira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O contexto fronteiriço é singular justamente por sua rica pluralidade, e estudá-lo requer um olhar minucioso, a fim de apreender suas dinâmicas. A condição de fronteira é constantemente ressignificada pelas travessias diárias, e conforme é abordado por Albuquerque (2010, p. 34), “as fronteiras nacionais são lugares de controle e travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram outras fronteiras”.

À vista disso, os territórios de fronteira, caracterizam-se como um espaço único, marcado por diversos vínculos de pertencimento, identidades e relações em rede. Esse arranjo em rede, característico da região transfronteiriça, conforme apontam Camargo e Cury (2020, p.1) “levam à constituição de outras associações ou territorialidade, assentadas no comércio, no capital, na criminalidade, ou ainda, na educação”. Isso se alinha com o que Raffestin (1993) afirma ao argumentar que o território não é estático; muito pelo contrário, ele é constantemente modificado pelas redes de interações que o atravessam.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Nessa perspectiva, a universidade torna-se um território em rede, capaz de gerar, provocar, sustentar e transformar múltiplos fluxos, relações, saberes e culturas. Em territórios transfronteiriços, as universidades refletem uma constante reconfiguração das identidades e dos fluxos transnacionais. Segundo Cardin e Albuquerque (2018), por serem territórios de múltiplas relações, as fronteiras tornam-se locais interculturais, onde produzem identidades e ocorrem trocas culturais e simbólicas com os países vizinhos e outros grupos étnicos e nacionais. Assim, as universidades constituem, de certa forma, uma complexa teia de relações que aciona o viver fronteiriço.

Dessa forma, a universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, também é um agente com potencial integrador. De acordo com Grimson (2000), as fronteiras são um espaço de negociação identitária e cultural, no qual diferentes práticas se sobrepõem e se hibridizam. Ou seja, para o autor as identidades fronteiriças se formam a partir de uma complexa rede de interações e são moldadas tanto pela proximidade espacial quanto pelas práticas de convivência. Embora, muitas vezes, as universidades sigam uma lógica hegemônica de relações, elas desempenham um papel fundamental ao possibilitar que as identidades locais sejam reinterpretadas em um contexto de convivência transnacional. Sendo assim, as instituições de ensino superior, como a UNIPAMPA, atuam como vetores que promovem uma territorialidade partilhada, possibilitando que os alunos vivenciem e interpretem as possibilidades de integração.

À vista disso, Oliveira (2015) aborda sobre os processos de integração em áreas de fronteira. Ao propor tipologias das relações fronteiriças, o autor nos auxilia a compreender a integração nesses contextos. Com base nisso, as instituições de ensino superior, localizadas em territórios fronteiriços, atuam como vetores de integração, ao promover relações que vão além dos limites burocráticos, fomentando uma identidade transfronteiriça compartilhada entre os alunos.

Em uma discussão sobre as dinâmicas de cooperação educacional entre instituições de ensino superior na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai, mais especificamente a UNIPAMPA, campus Sant'na do Livramento, e o Centro Universitário de Riveira (UDELAR), Morosini *et al.* (2023) abordam um modelo de cooperação fundamentado em uma internacionalização baseada em relações igualitárias, trocas culturais e valorização dos saberes locais. Para as autoras, “a condição proporcionada pelo hábitat fronteiriço dá margem à idealização de um profícuo laboratório de internacionalização” (Morosini *et al.* 2023, p. 110).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Nesse sentido, o ambiente fronteiriço proporciona um território singular para as trocas culturais e acadêmicas, permitindo aos alunos internacionalizar suas trajetórias acadêmicas. De acordo com Morosini *et al.* (2023), essa lógica pautada em uma cooperação horizontal, pode potencializar boas práticas em diferentes pilares universitários. Dessa forma, a universidade desempenha um importante papel ao facilitar encontros e intercâmbio de saberes.

Em contextos fronteiriços, a universidade cria e mantém redes de interação entre a comunidade local e transfronteiriça, fortalecendo, assim, a identidade compartilhada entre esses territórios. No da UNIPAMPA em Itaqui, essa dinâmica favorece a articulação entre Itaqui (Brasil), Alear e La Cruz (Argentina), acionando um território transfronteiriço dinâmico. A seguir, analisaremos como a universidade, especialmente em contextos de fronteira, atua como um vetor de integração, com base na perspectiva dos alunos do curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia sobre a integração fronteiriça.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

No contexto da fronteira entre Brasil e Argentina, o campus Itaqui da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) desempenha um importante papel na integração dos alunos brasileiros e argentinos. Esta análise, baseada na pesquisa de campo, incluiu uma atividade de grupo focal com a turma do curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, composta por 13 alunos – 10 brasileiros e 3 argentinos. Para distinguir as falas, os alunos entrevistados estão codificados como: Alunos Cruceños (AC), referindo-se aos de La Cruz (Argentina) e Alunos Brasileiros (AB), para aos brasileiros. A análise das entrevistas seguiu a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), utilizando a técnica de análise temática ou categorial.

Para isso, em um primeiro momento, realizou-se uma pré-análise com leitura flutuante do *corpus* da pesquisa, conforme Bardin (2016). Em seguida, todo o conteúdo transcrito foi lido de forma exaustiva para identificar temas e padrões recorrentes. Posteriormente, realizou-se a codificação temática, que, segundo Bardin (2016), consiste em separar as falas dos entrevistados em categorias de análise. Após a etapa de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

exploração do *corpus*, os resultados foram interpretados em relação à fundamentação teórica.

As percepções e expectativas dos alunos sobre a integração fronteiriça é um possível ponto de partida para a discussão. Paras alguns alunos (AC1, AB10, AB6, AB9) a integração fronteiriça envolve uma “aprendizagem mútua” e trocas culturais entre as comunidades, como evidenciado nas falas: AC1: *“Entendo por integração fronteiriça, como uma cidade ou uma comunidade se irmanam uma com a outra e também aprendem bastante de sua cultura, sua vida e história. Então acho que é mesmo uma aprendizagem mútua entre as comunidades”*. AB10: *“A integração ela pode ser só em âmbito institucional educacional ou também seria a nível cultural? Eu acredito que a integração seja tu pegar traços da cultural de outro país, no caso a fronteira, e trazer pra tua cultura”*. AB6: *“Integração eu acho que é cultural mesmo, é trocar informação, é convívio”*. AB9: *“Ah, já eu penso que é um troca, né, sobre tu viver uma cultura mútua, também acho que é os costumes mesmo”*. Esse entendimento aponta para uma perspectiva de que a convivência em área de fronteira favorece a troca de experiências e costumes, formando uma identidade regional que transcende fronteiras nacionais.

Outro aspecto identificado foi o papel da convivência na construção de uma identidade compartilhada, como expressaram as alunas AC2 e AC1. Elas apontaram que a convivência proporciona uma visão das semelhanças culturais locais, como visto nas falas: “AC2: *Eu penso que é sociocultural mesmo, como o colega tinha dito, tem muitas coisas que a gente faz lá (na Argentina) e o mesmo que fazem aqui. E por não ter esse contato acabamos não sabendo. Mas agora morando aqui (no Brasil), estamos conhecendo outra cultura outras formas de fazer tais coisas*”. AC1: *“Eu penso que é um caminho de oportunidade. Eu aprendo desse país, dessa cidade e essa cidade aprende com o outro país e com outra cidade, essa outra localidade, mas como um desenvolvimento social e coletivo”*. De um lado, há a visão da importância da convivência e da exposição a outra cultura para o aprendizado de novas formas de viver e agir e que a falta de contato limita o conhecimento sobre o que acontece do outro lado da fronteira. Por outro, há a perspectiva da integração como uma “troca de aprendizados” entre países e cidades, promovendo um desenvolvimento social e coletivo. Nesse sentido, a integração é vista como um processo de intercâmbio cultural e de valores entre as comunidades, onde a proximidade espacial permite um aprendizado contínuo.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

No âmbito acadêmico, alguns alunos mencionaram que a UNIPAMPA facilita o intercâmbio cultural e acadêmico. Segundo AB5, AB6 e AC1, a universidade é uma porta para ampliar a integração e acionar uma comunidade diversificada: AB5: *“eu vejo que a Unipampa deu um passo importante na questão da integração”*. AB6: *“é interessante, pois abre portas para mais pessoas, né. Incentiva mais o pessoal”*. AC1: *“Eu penso que é uma experiência muito boa e que isso aconteça mais, pra eu poder alcançar o meu objetivo pra eu poder ser uma profissional”*. Essas percepções indicam que a UNIPAMPA promove o “intercâmbio de saberes”, contribuindo para a formação de uma identidade transfronteiriça e ampliando redes entre brasileiros e argentinos.

Para alguns alunos, a integração também representa cooperação e novas oportunidades, conforme relatado por AB8 e AB10: AB8: *“pra mim acho que é colaboração e cooperação, pra fazer uma troca, né”*. AB10: *A integração pra mim é tipo integrar, né, é dar oportunidade. Acho que a fronteira é algo que limita as coisas e a gente poder integrar algo sobre essa fronteira é o que traz a melhora. Então a questão da ponte, lá em São Borja, é a ponte da integração, né, digamos que é uma ponte de união, então a gente conhece como tendo a integração, quem mora na Argentina tem a oportunidade de poder usufruir de algum bem que a gente disponibilize. E tanto a gente lá, né, então acho que seria isso, integração é tu dar oportunidade “pra” usos dos países que tão na fronteira”*. A percepção de que a fronteira é uma “ponte de união” entre as comunidades sugere que a integração facilita o desenvolvimento econômico e social.

No entanto, alguns desafios de mobilidade na fronteira foram apontados pelos alunos cruceños, especialmente devido à ausência de infraestrutura adequada, como uma ponte que conecte Itaqui e Alvear. Atualmente, o deslocamento é feito por uma balsa que opera em horário comercial, o que limita o fluxo diário e impacta na rotina acadêmica. Diante disso, muitos estudantes optam por residir em Itaqui, possibilitando assim a continuidade dos estudos sem interrupções. A falta dessa infraestrutura restringe a mobilidade e o contato direto entre as comunidades fronteiriças, limitando as oportunidades de intercâmbio cultural e educacional. Segundo AC2, *“se houvesse uma ponte seria mais acessível. Acho que o último horário da balsa é as 16 horas da tarde e a gente ainda tem aula nesse horário”*. AB10: *“A ponte é importante, ela proporciona a questão do acesso ao outro lado da fronteira. Com certeza o fluxo é muito maior, a questão dos carros, motos, seria mais fácil”*. Essas falas reforçam a ideia de que a construção de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

uma ponte poderia intensificar o contato direto entre Itaqui e Alvear, ampliando as interações e fortalecendo os laços entre os territórios.

Portanto, as entrevistas evidenciam que os alunos percebem a integração fronteiriça como um processo multidimensional. A UNIPAMPA emerge como um vetor essencial para essa integração, ao facilitar o contato e promover o intercâmbio de saberes, contribuindo para a criação de redes sociais e acadêmicas que transcendem os limites nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira é compreendida como um espaço dinâmico, onde, de acordo com Cardin e Albuquerque (2018) as identidades e territorialidades se transformam através das interações cotidianas. Considerando a polissemia das fronteiras, para Albuquerque (2012, p. 72) “elas podem ser ainda zonas privilegiadas de misturas culturais, de identificações múltiplas, de identificações e alteridades situacionais. O papel da UNIPAMPA, conforme discutido no desenvolvimento, destaca-se como fundamental para a promoção desse intercâmbio e para a criação de laços entre as comunidades brasileiras e argentinas.

A partir das percepções dos alunos do curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, emergiu uma visão da universidade como espaço capaz de fomentar a integração através do convívio diário e do compartilhamento de valores e experiências. Além disso, a análise das entrevistas revelou que a integração fronteiriça é compreendida de diversas maneiras, com os alunos percebendo-a de forma abrangente, indo além das relações institucionais ao incorporar aspectos culturais e sociais. No entanto, desafios estruturais, como a ausência de uma ponte entre Itaqui e Alvear, foram mencionados como limitações que restringem a mobilidade e o contato direto, dificultando o pleno aproveitamento das oportunidades de intercâmbio.

Assim, considera-se que a integração fronteiriça promovida pela UNIPAMPA é uma experiência que fortalece a identidade regional e o desenvolvimento de uma territorialidade partilhada. Entretanto, apesar das limitações apontadas, os alunos percebem a integração fronteiriça como um processo em construção que envolve cooperação e aprendizado contínuos. Assim, a universidade assume um papel central na



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

criação de uma identidade transfronteiriça e na valorização das singularidades e dos desafios de viver em um território de fronteira.

REFERÊNCIAS

– 2023). [Bagé], 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/>

ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ALBUQUERQUE, J.L. Fronteiras Múltiplas e Paradoxais. Textos e Debates, Boa Vista, n.22, 2012, p. 71-87.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. 277p.

CAMARGO, F. F. A.; CURY, M. J. F. Estudo comparativo para a integração do ensino superior na territorialidade da tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. Revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2020.

CARDIN, E. e ALBUQUERQUE, J. L. Fronteiras e deslocamentos. Revista Brasileira de Sociologia. V. 6, N. 12, 2018, p. 114-131. files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

GRIMSON, A. *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía. 2000.

MOROSINI, M. C. *et al.* A internacionalização da educação superior na perspectiva das redes colaborativas. Educere et Educare, [S. l.], v. 19, n. 49, p. 107–126, 2024. DOI: 10.48075/educare. V 19i49.32897. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/32897>. Acesso em: 13 out. 2024.

OLIVEIRA, T. C. M. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. Revista da associação nacional de Pós- graduação e pesquisa em geografia (Anpege). V. 11, n. 15, p. 233, 2015.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução: Maria Cecília França. Paris: LITEC, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (Unipampa). Resolução nº 246, de 27 de junho de 2019. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019)



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A PERSONAGEM LIZZY WIZZY EM CYBERPUNK 2077: CONVERSÃO CIBERNÉTICA CORPORAL TOTAL E AS FRONTEIRAS DA SANIDADE EM JOGOS ELETRÔNICOS.

AMARAL, Heleno Licurgo do¹⁸

Esse resumo expandido oferece uma análise do desenvolvimento da narrativa sobre as ações e condições psicológica e psiquiátrica da personagem Lizzy Wizzy, grande estrela da música Pop no universo ficcional do jogo eletrônico Cyberpunk 2077. Especificamente será explorada como esta, após a conversão completa de seu corpo biológico em cibernético, transita pelas fronteiras da sanidade, do desejo, dos afetos, da violência, do assassinato e, por fim, como ela usa da situação deste evento extremo para voltar a produzir músicas depois de um hiato criativo.

Dentro do universo lúdico dos jogos, eles podem ser considerados como exemplos da cultura material e imaterial, instrumentos formadores, mantenedores e transformadores das culturas humanas. Os jogos não têm por intenção a apresentação do real, mas a representação de universos ficcionais que funcionam como palco de interações sociais (Huizinga, 2019; Mastrocola, 2023). O aparato lúdico, enquanto uma categoria da cultura, onde existe interação subjetiva através de disputa e representação, funciona também para a construção das relações sociais em separações e estreitamentos, da identidade étnica e pessoal, e da expansão das fronteiras do que está dentro e fora da cultura.

O jogo eletrônico Cyberpunk 2077 foi lançado em lançado em 2020, pela CD Projekt Red, uma das cinco subsidiárias da CD Projekt S.A. Esta, fundada em 1994 em Varsóvia, Polônia, atualmente, é uma das mais famosas e bem-sucedidas empresas transnacionais de jogos do mundo. É de capital aberto com pouco mais 1100 funcionários em subsidiárias espalhadas por vários países. Com dados dos primeiros seis meses do corrente ano, 2024, a empresa projeta um faturamento anual de aproximadamente 2,87 bilhões de dólares em vendas de jogos eletrônicos para computadores pessoais (PCs), incluindo o anúncio de versão para o sistema MacOS para dezembro do corrente ano, e consoles (Playstation e XBOX), licenças, *merchandising*, livros, histórias em quadrinhos e muitos outros produtos e serviços (CD Project S.A., 2024).

¹⁸ Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Estudante de Letras Português/Inglês, Unioeste campus de Foz do Iguaçu. helenolicurgo@gmail.com.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Cyberpunk 2077 foi construído sobre o universo ficcional criado por Mike Pondsmith em 1988 para o RPG, sigla para *role-playing game* (jogo de interpretação), Cyberpunk 2020 (Greitemeyer; Osswald; Brauer, 2010). É um jogo para jogador único (*single-player*), quando a experiência lúdica é realizada por um único agente, em contraste com os jogos de múltiplos jogadores, onde podem interagir ao mesmo tempo centenas de pessoas em um único cenário e a um mesmo tempo. E onde a visão durante o jogo é em primeira pessoa (*first-person*), em oposição aos jogos em terceira pessoa (*third-person*). Esta forma, *single-player* e *first-person*, de apresentação do espaço do jogo aos usuários é exemplificada pela imagem a seguir:

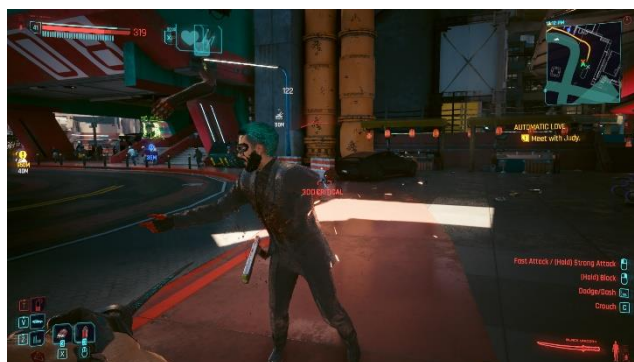


Figura 01: Exemplo de combate em Cyberpunk 2077 em ambiente urbano usando arma de contato.
Fonte: captura de tela do jogo realizada pelo autor.

Essa lógica de design de jogos em primeira pessoa transforma as interações dos jogadores com o ambiente do jogo em especialmente pessoais, justamente por simular a visão cotidiana que os seres humanos têm de sua própria experiência no mundo concreto (Mastrocola, 2013; 2015). Esta visa justamente provocar nos usuários envolvimento extremamente subjetivo e sentimental com o enredo narrado e a dinâmica do jogo. Ademais, a estrutura da narrativa, que, por ser ramificada dentro da lógica da Literatura Ergódica (Aarseth, 1997), oferece uma gama de experiências de protagonismo que não é possível com outras que não oferecem a possibilidade de escolhas significativas ao ponto de mudar os rumos, enlaces e desenlaces, e finais da história narrada. Aliás, esse protagonismo é observado nas pesquisas como o principal motor de envolvimento psicológico dos jogadores (Fox, 2021; Maj, 2022). A imagem a seguir que exemplifica um dos diálogos entre os protagonistas do Cyberpunk 2077. O sistema em primeira pessoa coloca o usuário praticamente dentro do corpo da personagem, burlando, no mundo mental, as fronteiras entre ambos:

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024



Figura 02: Diálogo entre os protagonistas em Cyberpunk 2077 durante a missão Tapeworm.
Fonte: captura de tela do jogo realizada pelo autor.

O jogo, assim como outros tantos jogos de RPG (Mastrocola, 2023), possui várias regras internas e situações que criam obstáculos e nós narrativos na intenção de gerar maior envolvimento pessoal dos usuários. Para o caso especial da Lizzy Wizzy, a Ciberpsicose (no original: *Cyberpsychosis*), é uma condição extrema de psicose induzida pelo uso de implantes cibernéticos corporais (*cyberware*). Esta condição psiquiátrica, em algum momento, poderá acometer qualquer pessoa que tenha convertido qualquer porção de seu corpo biológico em partes cibernéticas. Porém, quanto maior a proporção, maior a probabilidade de desenvolvimento desta forma de psicose. Como resultado dela, a pessoa perde o controle da sua própria mente podendo, no limite, atacar violentamente qualquer pessoa ou objeto próximo. A situação de Ciberpsicose pode durar segundos ou ser permanente. Embora existam remédios controladores, clínicas de repouso e pesquisa especializadas, não existem instrumentos preventivos, nem cura conhecida (CD PROJEKT S.A., 2020).

A lógica da Ciberpsicose no Cyberpunk 2077 é explicada através da ideia de que os corpos biológicos rejeitam os implantes cibernéticos em diversos graus e formas, sejam elas biológicas, psicológicas ou psiquiátricas. Neste momento, a lógica do universo do Cyberpunk 2077, que é baseada no livro de regras do Cyberpunk 2020, que, por sua vez, está baseada no biológico versus cibernético, em uma estrutura dicotômica entre Natureza e Cultura, onde não há possibilidade de união saudável entre ambas (Clark, 2003; Haraway, 1991; O'Connell, 2017). O cibernético, em si mesmo, está em oposição ao biológico, e vice-versa, construindo uma fronteira que, apesar de ser de divisão essencial e de contenda pelo corpo, também admite fluidez quando os implantes de *cyberware* são usados enquanto não causam efeitos adversos a seus usuários, e também encontram peças de reposição no mercado.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

No universo do jogo, os riscos do uso de *cyberware* são conhecidos por todos. Não há nenhum segredo disso, o assunto é tratado abertamente pela Mídia, pelas megacorporações que dominam o mundo e os minguados Estados nacionais. Porém, seu consumo é geral e normal no universo do *Cyberpunk 2077*, com poucos grupos, especialmente os religiosos, e casos individuais que se opõem veementemente às modificações corporais cibernéticas. O consumo desses implantes é incentivado em todos os espaços da vida social como ferramentas essenciais para a sobrevivência e a performance profissional (CD PROJEKT S.A., 2020).

Essencial para essa análise proposta é descrever um especial equipamento de *cyberware* ficcional presente no jogo e, inclusive, essencial para o conflito dramático principal, que é o *biochip*. Esse é um circuito integrado de armazenamento e processamento de dados especial capaz de guardar a cópia completa da psique de uma pessoa (CD PROJEKT S.A., 2020). Esse equipamento tem preço acessível apenas para a elite da elite financeira do mundo, composta pelos principais atores do jogo. O valor é exorbitante, mas tem preço, assim como tudo nesse mundo. Ele pode garantir a imortalidade da consciência de qualquer pessoa, pois, assim que armazenada no *biochip*, ela pode ser transferida para qualquer outro corpo através de um simples *slot* universalmente presente nas pessoas de qualquer condição social. Porém, ao entrar em contato com a mente de quem recebe o chip, a psique invasora começa a destruir a já presente no corpo invadido. Com o tempo, a invasora rearranja as conexões neurais do cérebro hospedeiro até que só exista uma mente em um corpo. O processo é lento e aterrador, mas acessível a quem puder pagar.

A personagem analisada, Elisabeth Wissenfurth, cujo nome artístico é Lizzy Wizzy, é a mais famosa cantora pop no universo descrito no *Cyberpunk 2077*, e, conseqüentemente, uma das maiores celebridades do cenário. Nos manuais do jogo (CD PROJEKT S.A., 2019; 2020), ela é descrita como uma pessoa que troca frequentemente de aparência e passou por uma conversão cibernética total de seu corpo biológico, passando a exibir uma forma externa inteiramente cromada, exemplificada na imagem a seguir:

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024



Figura 03: Diálogo com Lizzy Wizzy em Cyberpunk 2077 durante a missão *Violence*.

Fonte: captura de tela do jogo realizada pelo autor.

Ela propõe ao protagonista um contrato para investigar a suposta infidelidade do companheiro dela, Liam Northom. A suspeita é baseada em escuta de fragmentos de conversas dele com outra mulher, e com saídas dele para resolver assuntos que não divide com ela. Ademais, ela vive um hiato criativo que coloca em risco a carreira artística. Quando aceita a proposta pelo jogador, que pode se negar a tarefa (o jogo é construído em uma narrativa ramificada), este deve ir até o clube Riot onde o investigado está conversando com uma agente principal megacorporação do jogo (Arasaka). A negociação objetiva fazer um *backup* da psique da Lizzy Wizzy para garantir a sua sobrevivência e, também, realizar algumas alterações e adaptações nessa mente que será armazenada, pois, segundo Liam Northom, ela está demonstrando comportamento errático e, por vezes, agressivo. A agente alega que a política da empresa não permite as alterações, mas, em seguida, pergunta o quão significativas seriam essas, abrindo espaço para que elas sejam feitas. Ou seja, além de uma cópia da sua mente, Lizzy Wizzy também terá sua mente editada para atender à vontade do companheiro e, em última instância, da megacorporação fornecedora do produto e serviço.

Todos os diálogos entre Lizzy Wizzy e o protagonista se desenvolve dentro do quarto de um motel que garante anonimato a seus usuários, o *No-Tell Motel*. E é marcado pela dúvida sobre a fidelidade do companheiro, o desejo de afeto e sexo, o ódio e descontrole perante o conhecimento da verdade. Uma das frases mais marcantes desse diálogo é proferida por ela ao dizer que: “Seu corpo pode ser todo cromado, mas o coração não muda. Ele deseja o que ele deseja”¹⁹. O que estabelece que mesmo com um corpo

¹⁹ No original: “Your body can be chrome... but the heart never changes. It wants what it wants”.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

inteiramente cibernético, e, possivelmente com um coração artificial, o desejo permanece na mente sendo traduzido na vida e no comportamento. O que exhibe que não há, nessa personagem, uma condição de hegemonia da lógica de máquina sobre a humana dos sentimentos. Ela é um humano, uma mulher, que vive na fronteira, hora conflitante, hora útil, entre o biológico e o cibernético (Clark, 2003; O'Connell, 2017). E, no caso específico da personagem, em sua condição de pessoa com o corpo inteiramente convertido para o cibernético, ela deve lidar com as incertezas da Ciberpsicose e os movimentos turbulentos da psique que humana (Clark, 2003; Haraway, 1991).

Ao final da missão contratada, Lizzy Wizzy não diz o que fará com a informação que confirma a traição, apenas transfere o valor do serviço e agradece através de mensagem de texto. Porém, algum tempo de jogo depois, ela telefona para o protagonista com um pedido urgentemente de ajuda. Ela está no mesmo quarto do *No-Tell Motel*, porém, no chão, jaz o cadáver de Liam Northom. Ela alega que estavam discutindo e ela perdeu a consciência por algum tempo, que ela não sabe determinar o quanto, porém, quando voltou a si, ele já estava no chão, morto. Ela pede para que o protagonista se livre do corpo, o que ele pode se negar a fazer. Se ele se concordar em ajudar, ao pegar o corpo, ela dirá que a situação, o assassinato é positiva, pois poderá resolver seu hiato criativo transformando o todo o conflito em canção. Seu comportamento já não demonstra conferir nenhuma importância com o corpo que está sendo carregado para ser jogado em uma lata de lixo próxima, mas está apenas focado na nova música e se apresentar como a grande celebridade, inclusive alterando a melodia e tom da voz para se despedir do protagonista de forma similar ao canto.

Lizzy Wizzy oscila entre a fronteira da sanidade e da psicopatia, em uma dupla interação cheia de conflitos entre o corpo inteiramente cibernético e uma mente humana (Clark, 2003; Haraway, 1991; O'Connell, 2017). O primeiro, em um ataque de Ciberpsicose, reage de forma tão violenta, que mata outro ser humano. E a segunda, que deseja apenas se livrar do corpo para voltar à normalidade da criação artística. Esta que é a essência da sua identidade como celebridade, principal fonte de renda e prestígio social. A Ciberpsicose derruba o muro da moral que separa o comportamento normal do assassino, e erige outro entre a culpa do crime do retorno ao trabalho criativo, justamente para a garantia deste. Ela constrói um movimento dialético de exclusão e inclusão que se traduz no trânsito pelas fronteiras do corpo e da mente.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Referências Bibliográficas:

AARSETH, Espen. **Cybertext**: Perspectives on Ergodic Literature. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997. 216 p.

CD PROJEKT S.A. **Jumpstart Kit World Book**. Warszawa: CD PROJEKT S.A., 2019. 53 p.

CD PROJEKT S.A. **The world of Cyberpunk 2077**. Milwaukie: Dark Horse Books, 2020. 152 p.

CD PROJEKT S.A. Condensed interim consolidated financial statement of the CD Projekt Group in the period between 1 January and 30 June 2004. Warszawa. Poland, 2004. 84 p.

CLARK, Andy. **Natural-Born Cyborgs**: Minds, Technologies, and the Future of Human Intelligence. New York: Oxford University Press, 2003.

FOX, Alice. The (Possible) Future of Cyborg Healthcare: Depictions of Disability in Cyberpunk 2077. **Science as Culture**, London, v. 30, n. 4, p. 591-597, 2021.

GREITEMEYER, Tobias; OSSWALD, Silvia; BRAUER, Markus. Playing Prosocial Video Games Increases Empathy and Decreases Schadenfreude. **American Psychological Association Journal of Emotion**, Washington, DC, v. 10, n. 6, p. 796–802, 2010.

HARAWAY, Donna Jeanne. **Simians, Cyborgs, and Women**: The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1991. 309 p.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução: João Paulo Monteiro, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2019. 232 p.

MAJ, Krzysztof. On the pseudo-open world and ludotopian dissonance: A curious case of Cyberpunk 2077. **Journal of Gaming & Virtual Worlds**, Bristol, 2022.

MASTROCOLA, Vicente Martin. Ecological concepts in a board game. How to discuss serious causes using ludic interfaces? *In*: HUBER, Simon *et al.* (eds.). **Context Matters!** Proceedings of the Vienna Games Conference 2013: Exploring and Reframing Games and Play in Context. Viena: New Academic Press, 2013.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

MASTROCOLA, Vicente Martin. **Game design**: modelos de negócio e processos criativos: um trajeto do protótipo ao jogo produzido. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 89 p.

MASTROCOLA, Vicente Martin. Processo de Game Design e categorização de jogos segundo Roger Caillois. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, vol. 11, no. 24, Dec. 2023.

O'CONNELL, Mark. **To Be a Machine**: Adventures Among Cyborgs, Utopians, Hackers, and the Futurists Solving the Modest Problem of Death. New York: Doubleday, 2017. 256 p.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E SUA RELAÇÃO COM O CORPO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIARCADO

*Escarlet Luiza de Lemos²⁰
Bianca Mayara David Alvarez²¹*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apontar alguns elementos que estruturam e fundamentam a violência contra as mulheres como o patriarcado, na sua relação com o corpo, para tanto utilizando como principal referência Safiotti (2015); Perrot (2007) e Gonzalez (2020) que analisam o corpo das mulheres, suas funções, sua apropriação e sua representação sobre a influência do patriarcado, o que podemos aplicar até os dias atuais. A partir da leitura das autoras apontadas pretendemos colocar em pauta o apagamento da história das mulheres, e como as violências são perpetuadas a partir da construção da sociedade patriarcal que reforça a desigualdade de gênero. O corpo feminino é tratado como propriedade do homem, e a violência de gênero é naturalizada ao longo da história. Por fim, a análise também aborda a persistência de desigualdades, como a salarial, e destaca a urgência de resgatar as histórias das mulheres, sobretudo as mulheres negras, que enfrentam dupla opressão.

Palavras-chave: Corpo, Violência, Fronteira, Patriarcado.

A violência contra as mulheres é um fenômeno social constituído historicamente, nas relações sociais que estruturam e mantêm a desigualdade em relação ao gênero, relatada há muito tempo. Para discutir essa temática apontando a relação entre corpo e fronteira será utilizado como referências para estruturação deste artigo Safiotti (2015); Perrot (2007) e Gonzalez (2020).

Compreende-se que o patriarcado apresenta papel de destaque no processo histórico, com elementos que fundam e determinam as relações de violência relacionadas ao gênero, imputando a lógica da submissão das mulheres como intrínseco ao cuidado, fraqueza, fragilidade, impotência em detrimento de uma vulnerabilidade pela condição de gênero.

Espraiando por todo tecido social, em todas as relações sejam públicas ou privadas, para Safiotti (2015, p. 48) o patriarcado implícito nas relações sociais culmina por diversas vezes na reiteração da violência, que foi construída em um processo de dominação do masculino ao feminino.

²⁰ Mestranda no Programa de Pós-graduação Sociedade Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: escarlet.lemos@gmail.com

²¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação Sociedade Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: biancamayaraalvarez@gmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

O Corpo, que trataremos de maneira mais aprofundada neste artigo conforme descrito na relação com o patriarcado por Perrot (2007) remete a historicidade - física, estética, política -, se alterando no decorrer do tempo e nas idades da vida, seja a aparência, o sexo, a maternidade até a submissão e violência de gênero.

Ainda se remetendo a análise de Perrot (2007) a autora aponta sobre a dificuldade de falar sobre a historicidade da mulher, pois ela não está a exposta, suas relações ocorrem principalmente na esfera privada, pois as meninas passam mais tempo dentro de casa, vigiadas pela família, aprendendo e reproduzindo tarefas domésticas, como uma condição determinada e aceita socialmente.

Dessa forma se apresentam historicamente como meninas que serão futuras substitutas da mãe; sem incentivo ao estudo com baixa escolarização, mas formadas para costura e religião em um movimento de perpetuação de papéis (Perrot, 2007).

Com mais idade, quando chega a puberdade, o sangue era visto de duas formas, sendo que para meninas era silenciado, sinal de vergonha, sangue impuro/morte; para os homens o sangue é um sinal de bravura, coragem e glória principalmente se relacionado a guerra/morte; por isso conforme aponta Perrot (2007) a importância de reforçarmos que o gênero impacta nas relações e nos significados que são construídos socialmente.

A mulher somente a partir de 1970 começa a falar sobre a menstruação de maneira preventiva, mas o tabu perdura até os dias atuais em que é importante sinalizar com um recorte de renda, pois as mulheres pobres sofrem ainda mais com esse processo natural/biológico do corpo (Perrot, 2007) nas condições materiais de acesso a políticas públicas que atendam a necessidade.

Em relação à virgindade das mulheres, essa é sacralizada, sexualizada, em que pese a sua proteção passa ser uma obsessão familiar e social e o branco que simboliza a pureza no casamento, com o “avanço” ao se modernizar essa passa a ser por amor, ou por trocas mais complexas como beleza. Dessa forma, sutilmente a beleza passa a ter peso nas relações e servir como moeda de troca, e a mulher como uma forma de exposição, como um troféu, o que se faz presente até os dias atuais em que a indústria da moda e principalmente da medicina – realização de cirurgias plásticas- ao realizar a transformação dos corpos submetendo-os a um padrão (Perrot, 2007) que atende a necessidade masculina.

Acerca do casamento a mulher há algum tempo recebe o sobrenome do marido, como se não tivesse seu próprio sobrenome, mantendo a relação de dependência, recebendo a função de dona de casa, a qual passa a desenvolver o papel de proteger a unidade



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

familiar, com deveres conjugais bem definidos e com autorização social para receber corretivos do homem que se caracteriza como provedor da casa, ao efetivar matrimônio, a mulher passava a ser propriedade do marido, o que justificava as relações de violência no âmbito familiar (Perrot, 2007).

Sendo o casamento a única opção honrosa para uma mulher, por isso a cobrança e determinação de que a mulher deva casar, o pertencimento ao homem é histórico, e para muitos o reconhecimento como mulher se legitima somente através da união conjugal.

Lembrando que a mulher deve se preservar, mantendo a virgindade, em representação singular com a figura do véu que é uma obrigação religiosa, ambos se apresentam como instrumento de pudor, sinal de virgindade, no qual o véu figura o hímen entrelaçando ambos símbolos de dominação da mulher e seu corpo que deve estar coberto (Perrot, 2007).

Com essa dualidade representativa do véu que encobre o corpo das mulheres, sendo Perrot (2007, p.58) apresenta como “um símbolo de dominação das mulheres e de seu corpo. Eu te ponho um véu porque tu me pertences”, entende-se que a história revela que o corpo feminino não pertencia à mulher que habitava nele, mas usado para atender à obrigação socialmente imposta.

Dessa forma, a fronteira entre os corpos, ou entre o que pertence como matéria física a mulher, em detrimento ao desejo, vontade do homem é rompido; é violado, onde a mulher não tem a possibilidade física ou social de ser pertencente a si mesma, sentimentos e desejos, ocorrendo naturalmente em cumprimento ao papel socialmente estabelecido, enquanto menina, adolescente, esposa, a mulher cabe em casa fase funções estabelecidas, assim como a função materna que representou por muito tempo a morte de mulheres, pois se trata da alta taxa de mortalidade nos partos ao se realizar por diversas vezes a escolha de salvar a vida da criança ao invés da mulher (Perrot, 2007).

O que corrobora com a afirmativa que a vida da mulher não possui um valor, o apagamento da mulher na história, na qual era como se não existisse devido a insignificância atribuída a elas que ainda apresenta resquícios, como a violência de gênero deferida, em que o silêncio e o calar de suas vozes se faz presente.

Dessa forma, em um país que convive com as diversas formas de violência, podemos citar ainda as desigualdades salariais entre homens e mulheres, como a discriminação. É perceptível o atraso na garantia de direitos, mas o descaso para com as mulheres apresenta essa particularidade pela questão de gênero.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Emerge então a necessidade de busca de respostas na história, não somente no que foi contada e produzida pela figura masculina, mas principalmente na omitida, escondida, mas produzidas por mulheres, em que escrever a história das mulheres é contribuir para a consciência e reconhecimento da sua identidade.

Perrot (2007, p. 15) reflete que a história do corpo e dos papéis desempenhados pelas mulheres “na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres” que são vítimas e resistência da sua própria história.

Em exemplo de resistência é o processo que permeia a história das mulheres negras, vinculado a discriminação, se mostra como segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, em que um corpo então desejado, mas um “corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade. Corpo comprado” Perrot (2007, p.76) remete essa análise a um corpo tratado como mercadoria, seja em relação a sexualidade, seja em relação ao trabalho assalariado que passa a ser exercido pelas mulheres principalmente durante o processo de industrialização.

Relaciona-se com a polivalência das funções que foram determinadas como responsabilidade exclusivas da mulher como a função materna, caracterizando-a como intrínseca a mulher que naturalmente é portadora de características como amor. E a função social maternal se consolida como pilar da sociedade, mas sem que haja a valorização da figura feminina nesse contexto.

Como traz Safiotti (2015) a valoração em relação a mulher é direcionada as partes do seu corpo, o que constantemente se altera conforme desejo e olhar dos homens; dessa forma mesmo que ocorram segundo a mesma autora mudanças de padrões culturais, históricos, se mantêm os sistemas de desigualdade de gênero e consequentemente as variadas formas de violência atribuídas as mulheres acabam se perpetuando.

Como descreve Gonzalez (2020, p. 140) ao analisar o processo de violência cotidiana a qual são expostas as mulheres, seja pela sua sexualidade, direitos reprodutivos, envoltas ao patriarcado, as quais materializam a fronteira entre seus desejos, vontades em detrimento a manutenção de uma sociedade que ditou as regras em relação aos anseios que as mulheres podem ter.

Que se constitui ainda como um fenômeno que determina a função social de cada um de forma diferenciada, com uma dualidade entre poder e submissão, da hierarquia existente e com a naturalização do papel de cada um na sociedade, de maneira estática, mas que deve ser alterada através da reflexão e análise dos papéis atribuídos a cada um.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Este preceito da classificação intrínseco a origem da violência de gênero, traz a marca de uma herança nefasta que se faz presente, em que para uns o corpo pertence à mulher e sua autonomia é inquestionável, para outros a mulher é coisificada como objeto tendo a função social de satisfazer o homem.

Dessa forma a gama de violências exercidas sobre as mulheres tem diversas faces e se manifesta de diferentes maneiras na história pela sujeição aos homens, primeiro os pais, depois maridos. Ainda por medo, ameaças que estão exclusivamente relacionadas ao gênero e atormentam as mulheres, sem que percebam a naturalização da violência como cruel mecanismo de manutenção da ordem social (Safiotti, 2015, p. 80).

As formas de violência identificadas na sociedade a qual fizemos parte e as dificuldades de enfrentamento se relacionam com a necessidade de rompimento do patriarcalismo, uma fronteira existente entre a liberdade das decisões sobre si, que deveriam ser tomadas conforme o desejo da mulher e as condições impostas socialmente que colocam a mulher para funções previamente determinadas.

Conclusão

O presente texto apresenta como a estrutura social patriarcal reforça com a perpetuação das violências contra as mulheres, ao controlar o corpo feminino, impõe papel de submissão e corrobora com as desigualdades e diferentes formas de opressão, dando destaque em relação a sexualidade, maternidade e autonomia da mulher.

É necessário entender e debater sobre esses mecanismos de manutenção da ordem social, pois somente a partir disso é possível reescrever a história, dando ênfase para resistências das mulheres. É necessário construir uma história onde as mulheres tenham controle sobre seus corpos e suas vidas.

A mulher, que historicamente passa por processo de violência consolidada e naturalizada, na qual a violência contra a mulher, seja implícita ou explícita na sociedade se materializa na violência de gênero no sistema patriarcal, devendo no cotidiano formar uma rede de apoio e proteção as mulheres para que se fortaleçam e possam romper com as condições então impostas e legitimadas culturalmente pela sociedade patriarcal que naturalizam a violência.

Temos muito a refletir, agir para que as mulheres passem a ser livres e nesse processo de constante transformação na dinâmica e transitoriedade do tempo, e relações, consciente de que a escrita colabora para a reflexão e mudança mesmos que reduzida e limitada, mas se apresenta como uma estratégia de transformação na vida das mulheres corroborando com sua importância para toda a sociedade.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Referências

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das Mulheres**. [tradução Ângela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007. 184p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ALÉM DAS GRADES E FRONTEIRAS: COMPREENDENDO O ENCARCERAMENTO FEMININO EM UM CONTEXTO TRINACIONAL

Doutorando Victor Jorge Lugnani Chamorro²²

Professor Dr. Eric Gustavo Cardin²³

Profa. Dra. Maria Elena Pires Santos²⁴

Introdução

O artigo "Além das Grades e Fronteiras: Compreendendo o Encarceramento Feminino em um Contexto Trinacional" aborda a relação entre o encarceramento de mulheres na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e o contexto da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Baseando-se nas ideias de Águas (2013) sobre os aspectos expansionistas, separatistas e agregadores dos conceitos de prisão e fronteira, o estudo examina como o contexto fronteiriço potencializa fatores socioeconômicos, emocionais e familiares que levam as mulheres ao crime, principalmente o tráfico de drogas. A visão de Reclus (1878), que propõe uma perspectiva de fronteiras cooperativas e integradoras, também é fundamental para o desenvolvimento da análise.

O principal objetivo da pesquisa é entender como os aspectos sociais, econômicos e securitários da tríplice fronteira afetam as mulheres presas e a metodologia de tratamento penal aplicada, a Unidade de Progressão (UP). A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, inspirada nos paradigmas interpretativistas (TRIVINOS, 1987), para analisar os dados da população carcerária e os fatores que influenciam o envolvimento dessas mulheres com o crime. A pesquisa evidencia que o perfil dessas mulheres é marcado por vulnerabilidades socioeconômicas que persistem dentro do cárcere, exigindo políticas públicas de prevenção e reabilitação mais eficazes.

Prisão e fronteira: o entrelaçamento de conceitos

Nesta seção, o artigo explora as semelhanças entre os conceitos de prisão e fronteira, partindo das discussões de Michel Foucault (2012) e Erving Goffman (1980)

²² Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Política Pública e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Especialista em Segurança Pública (PUCRS) e Tratamento Penal (UFPR). Membro do LAFRONT. victorjorgetab@gmail.com.

²³ Professor Pós-doutor do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNaM/Argentina). É membro do Grupo de Pesquisa "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" e coordenador do LAFRONT (<http://www.gpfronteras.com>) – contato eric.cardin@unioeste.br

²⁴ Professora Pós-doutora do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Doutorado e Pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP e UFSC). Coordenadora do GT ANPOLL: Transculturalidade, Linguagem e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares: Políticas Linguísticas, Diversidades e Fronteiras – contato mepires@gmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

sobre as prisões como mecanismos de controle social. Segundo Foucault (2012), as prisões exercem um papel disciplinar, aplicando tecnologias de vigilância e normatização de comportamentos com o objetivo de moldar identidades e reprimir individualidades. Goffman (1980) complementa essa análise ao descrever a prisão como um espaço onde as identidades individuais são suprimidas em prol de uma conformidade institucional, criando um estigma que acompanha os presos mesmo após sua saída.

Nas fronteiras, processos semelhantes de controle e vigilância são aplicados, como argumentado por Haesbaert (2006) e Raffestin (1993), que na compreensão das fronteiras como territórios que separam e gerenciam populações e fluxos de pessoas e mercadorias. No contexto da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, situada na tríplice fronteira, esses mecanismos de controle se replicam, impactando a territorialidade prisional e o perfil das mulheres encarceradas, conforme também discutido por Cardin e Albuquerque (2018). Entretanto, o artigo incorpora a visão de Reclus (1878), que defende uma abordagem mais humanista e cooperativa das fronteiras, desafiando o conceito de divisão territorial.

Mulheres privadas de liberdade: quem são e por quê?

A pesquisa revela que as mulheres encarceradas em Foz do Iguaçu apresentam características comuns de vulnerabilidade socioeconômica, como baixa escolaridade, pobreza e desestruturação familiar, temas discutidos amplamente por Chamorro (2023) e Wacquant (2001). Essas mulheres, em sua maioria, têm entre 25 e 45 anos e estavam envolvidas em atividades de baixa qualificação ou no mercado de trabalho informal, muitas delas mães com dois a quatro filhos, o que reforça a necessidade de compreender o impacto dessas vulnerabilidades no envolvimento com o tráfico de drogas, principal causa de encarceramento, conforme mostram os dados do SISDEPEN (2024).

A informalidade econômica e a permeabilidade da fronteira (CARDIN, 2012) contribuem para que essas mulheres sejam recrutadas por organizações criminosas para o transporte de drogas, sendo as "mulas" um elo comum no sistema de tráfico (BARCINSKI, 2009; SANTORO; PEREIRA; DE LARA, 2018). Mesmo com a implementação da metodologia da Unidade de Progressão (UP), voltada para a ressocialização, os desafios persistem, como a falta de separação entre presas provisórias e condenadas e a carência de políticas de apoio ao retorno social, conforme pontuado por Palma (2024).

O pêndulo da criminalização e encarceramento feminino

Nesta seção, o artigo explora a "trajetória pendular" do tráfico de drogas e seu impacto sobre o encarceramento feminino. A primeira força pendular é o endurecimento das políticas penais sobre drogas, influenciadas por acordos internacionais, conforme descrito por Fraga (2007). Essas políticas resultaram no encarceramento em massa e na criminalização de comportamentos associados ao tráfico de drogas, especialmente nas regiões fronteiriças, onde a vigilância é intensificada.

A segunda força pendular envolve a atração das atividades ilícitas na fronteira, onde, de acordo com Rabossi (2015), a permeabilidade facilita o contrabando e a circulação de drogas. As mulheres, que já estão inseridas no mercado informal, são cooptadas pelo tráfico de drogas em troca de ganhos financeiros rápidos. Esse recrutamento é impulsionado por uma lógica econômica que explora as deficiências sociais da região (NAÍM, 2006; ALBANESE, 2014).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A terceira força pendular é a vulnerabilidade emocional e familiar dessas mulheres, discutida por Santoro, Pereira e De Lara (2018). Muitas se envolvem no tráfico para sustentar seus filhos ou em resposta a pressões de companheiros já envolvidos no crime. Esse vínculo afetivo, combinado com a necessidade econômica, agrava a situação, tornando-as alvos fáceis para o recrutamento e criminalização.

Considerações finais

O artigo conclui que o encarceramento feminino em Foz do Iguaçu é profundamente influenciado pela dinâmica da tríplice fronteira, que exacerba vulnerabilidades socioeconômicas e facilita o envolvimento com o tráfico de drogas. Mesmo com a aplicação da Unidade de Progressão (UP), que promove a ressocialização, as forças que levam essas mulheres ao crime continuam atuando no ambiente prisional e na sociedade livre, como discutido por Wacquant (2001) e Palma (2024).

A pesquisa sugere que é necessária uma mudança de paradigma nas políticas fronteiriças e penitenciárias, inspirada na visão cooperativa de fronteira de Reclus (1878), que defende a integração e solidariedade entre as comunidades. As políticas públicas devem ir além da mera punição, enfrentando as causas subjacentes da criminalidade, como a pobreza, a falta de escolaridade e a ausência de redes de apoio social. O estudo destaca que, sem essa abordagem multidimensional, o ciclo de criminalização e reincidência continuará a afetar negativamente a vida das mulheres presas e de suas famílias.

Principais resultados da pesquisa

A pesquisa revelou que o tráfico de drogas é o principal fator de encarceramento das mulheres na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, com o contexto fronteiriço amplificando as vulnerabilidades socioeconômicas e emocionais que levam ao crime. As políticas de repressão ao tráfico, somadas à falta de oportunidades e à pressão social, resultam em um ciclo de criminalização que afeta de forma desproporcional as mulheres da fronteira. O estudo propõe que a reabilitação eficaz dessas mulheres só será possível por meio de políticas que abordem tanto os fatores econômicos quanto emocionais, criando uma estrutura de apoio antes e depois do encarceramento.

Com base nas contribuições de autores como Foucault (2012), Reclus (1878), Wacquant (2001), entre outros, o artigo argumenta que o ambiente fronteiriço deve ser transformado em um espaço de cooperação e integração, rompendo com as práticas segregadoras e repressivas que atualmente caracterizam a tríplice fronteira. A conclusão sugere que políticas públicas de reabilitação e inclusão social são essenciais para quebrar o ciclo de criminalidade e proporcionar uma segunda chance real às mulheres vulneráveis envolvidas no tráfico de drogas.

Referências:

- ÁGUAS, C. L. P. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. In: **Forum Sociológico. Série II**. CESNOVA, 2013.
- ALBANESE, J. **Organized crime: From the mob to transnational organized crime**. Routledge, 2014.
- ALBARET-SCHULZ et al., La frontière, un object spatial en mutation. In **Espaces Temps**, 2004.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ANDRADE, M. C. (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1843-1853, 2009.

BOGO C. L. A.; ROTTA ALMEIDA, B. Mortes sob custódia prisional no Brasil. Prisões que matam; mortes que pouco importam. **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 45, p. 67-90, 2019.

BOURDIEU, P. et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu avec Loïc Wacquant; réponses. **Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018.

CARDIN, E. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Revista Geopolíticas**, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012

CHAMORRO, V. J. L. **O enfrentamento da reincidência criminal em Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Pública e Desenvolvimento – Unila. Foz do Iguaçu. 2023.

CHAMORRO, V. J. L.; DE OLIVEIRA, G. B.; DO NASCIMENTO, Daniel Teotonio. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC): uma alternativa para enfrentar a criminalidade e a reincidência penal no Brasil. **ETS SCIENTIA-Revista Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, p. 25-66, 2024.

CLEMINSON, R. Anarchy, Geography, Modernity: The radical social thought of Elisee Reclus. **Anarchist Studies**, vol. 15, no. 1, spring-summer 2007.

DE LIMA, S. E.; CARDIN, E. G. As representações de mulheres na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 5, p. 23, 2019.

EVA, Fabrizio. Élisée reclus: ideias úteis para análises geopolíticas contemporâneas. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 8, 2005.

FERRETTI, F. **As origens da noção de “fronteiras móveis”: limites Políticos e Migrações nas Geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus**. Continentes (UFRRJ), 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 40ª edição, 2012.

FRAGA, P. C. P. A geopolítica das drogas na América Latina. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 67-88, 2007.

FRIEDMAN, S. S.; MOREIRA, J. P. O falar da fronteira, o hibridismo e a performatividade: Teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 61, p. 5-28, 2001.

GEDIEL, J. A. P.; MENDES BARBOSA, F. C. Fronteira: trânsitos, sentidos e dissensos compartilhados. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 30, n. 56, p. 143–156, 2021.

GIBLIN, B. **Élisée Reclus**. Terra Brasilis (Nova Série), Dezembro 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: 2007, p. 93-123.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, v. 3, p. 7-39, 1997.

MARTINS, C. B. Trabalho Invisível e Ilícito: reflexões criminológicas críticas e feministas do aumento do encarceramento de mulheres por tráfico de drogas no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 2635-2668, 2020.

MARTINS, J. de S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2019.

MEDINA GARCIA, E. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. **Estud. front**, Mexicali, v. 7, n. 13, p. 9-27, jun. 2006.

NAÍM, M. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Zahar, 2006.

NERY, D. C. P. **A Justiça Restaurativa como alternativa de controle social sob a ótica do direito penal do cidadão**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito – PUC-SP. 2012.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteiras: a divisão da fraternidade no mundo. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 25–39, 2011.

OLIVEIRA, T. C. M. de; LINJARDI, L. G. S. Carga pesada das mulas – sobre mulheres traficantes na fronteira Brasil-Bolívia. **Ideação**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 70–95, 2014.

PALMA, A. D. **A linguagem do cárcere: um mapeamento linguístico da penitenciária feminina de Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Ensino – Unioeste. 2024.

PALMEIRA, M. C. Fronteira e política. **Anuário antropológico**, v. 1, n. 1, p. 308-317, 1977.

RABOSSI, F. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, p. 405-434, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. Nouvelle Geographie Universale. Tomo III. Paris: Librairie Hachette, 1878. Acesso em 20/08/2024: Bibliothèque Nationale de France, BNF. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6542575k> >

RODRIGUES, F. J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 42, n. 1, p. 11-18, 2023.

RODRIGUEZ, M. N. Mulheres na prisão Uma abordagem a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: CARRANZA, Elias (Org.). Cárcere e Justiça Penal na América Latina e Caribe: como implementar o modelo de direitos e obrigações das Nações Unidas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009.

SANTORO, A. E. R.; PEREIRA, A. C. A.; DE LARA, M. B. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, p. 87-112, 2018.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, F. J. The Frontier in American History. Edição Dover, Nova York, Editora Dover, 2010.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2023.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. Relatório Mundial sobre Drogas. Viena, 2023.

VOLPATO, G. L. **Método lógico para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2011.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.

WACQUANT, L. **Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica**. Tempo social, v. 26, p. 139-164, 2014.

WPB. World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy Research. **World Prison Population List. thirteenth edition**. Helen Fair and Roy Walmsley. 2019.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA E SUA MIGRAÇÃO

Vanessa Brachtvogel¹

1. Introdução

O Município de Matelândia – PR fica localizado no oeste paranaense e dentro da faixa de fronteira brasileira², estando mais precisamente a setenta e três quilômetros da tríplice fronteira que contempla Brasil, Paraguai e Argentina. Embora Matelândia não seja limítrofe com outro país, as dinâmicas fronteiriças possuem impacto em sua realidade local, principalmente devido à circulação transfronteiriça ocorrer por via terrestre, uma vez que os países da tríplice fronteira se separam somente pelo curso do rio Paraná e Iguaçu, não havendo outras barreiras físicas que impeçam a migração.

O município se formou após várias adequações territoriais e teve sua colonização influenciada pela Colonizadoras, que determinou sua população e cultura. Neste trabalho iremos abordar alguns aspectos sobre a formação do Município.

Para tanto a metodologia a ser utilizada será a utilizaremos a metodologia qualitativa, com objetivo descritivo, utilizando-se de procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, em que se pretende descrever e interpretar dados contidos em artigos, livros, dados do IPARDES, dados contidos no banco de dados do município de Matelândia/PR bem como a análise da legislação.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

2. Da formação do Município e a migração.

Antes de ser um município autônomo, Matelândia encontrava-se inserido no território de Foz do Iguaçu/PR e pertencia a sua comarca. Contudo, por possuir uma

¹ Mestranda no programa de Sociedade, Cultura e Fronteiras, da UNIOESTE, Email: vanessa.adv0707@hotmail.com.

² De acordo com o art. 20, §2 da Constituição Federal, a faixa de fronteira é a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

grande extensão territorial e apresentar dificuldades em garantir o acesso da população aos serviços públicos básicos na década de 1950, foram criados micro centros administrativos, denominados de distritos, vinculados à Foz do Iguaçu/PR. Um dos distritos foi nominado de Matelândia pela Lei n. 99, de 31 de julho de 1952, com limites dados pela companhia colonizadora³.

Em 1950 a região oeste do Paraná já era composta pelo Município de Foz do Iguaçu com grande abrangência territorial.

Em 25 de junho de 1960, por meio da Lei do Estado do Paraná n. 4.245/60, o distrito do Município de Foz do Iguaçu foi emancipado política e administrativamente, se tornando o Município de Matelândia. Neste momento, o novo município ainda detinha grande dimensão territorial, pois ele englobava os territórios que hoje pertencem aos Municípios de Céu azul, Ramilândia e Diamante do Oeste. Posteriormente, os três municípios foram desmembrados de Matelândia, o Município de Ramilândia foi desmembrado de Matelândia através da Lei Estadual n. 9.562/91 em 30 de janeiro de 1991; Diamante do Oeste foi criado pela Lei Estadual n. 8.674/1987 em 21 de dezembro de 1987 e, por fim, Céu Azul, criado pela Lei Estadual n. 5.407 de 07 de outubro de 1966. Entretanto, a definição dos territórios, de seus limites e significados, é dependente do processo de ocupação humana, com sua organização econômica e suas disputas de posições políticas. Temos ciência que toda região oeste do Estado do Paraná era ocupada por grupos indígenas antes do processo de colonização da região. Contudo, devido a necessidade de estabelecer recortes espacial e temporal que viabilizassem a realização do estudo, direcionamos o foco da pesquisa para a formação demográfica a partir da constituição do município de Matelândia como ponto de partida

do estudo.

Feitas tais considerações, destacamos que na década de 1940 a migração para o oeste paranaense foi intensificada a partir de eventos mundiais e nacionais que favoreceram a colonização da região oeste do Paraná por meio da atuação de empresas colonizadoras, como, por exemplo, a Colonizadora Matelândia LTDA.

³ Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar distritos no Município de Foz do Iguaçu. Art. 2º. As novas Vilas denominar-se-ão: "Gaúcha", "Medianeira" e "Matelândia". Art. 3º. Suas delimitações serão de acordo com as linhas limítrofes de cada Companhia Colonizadora.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A Colonizadora Pinho e Terras LTDA “foi dividida entre as seguintes empresas de colonização. A Colonizadora Gaúcha ficou responsável por São Miguel do Iguaçu; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves por Medianeira; a Pinho e terras por Céu Azul” (Colodel, 1992, p. 175), e a Colonizadora Matelândia LTDA, que ficou responsável pela área de terras correspondente ao Município de Matelândia (Colodel, 1992). A Colonizadora Matelândia LTDA foi criada em 10/05/1951, através do registro n. 21174 da Junta Comercial do Paraná.

As empresas colonizadoras desenvolveram um papel importante na formação⁴ da região o oeste do Paraná e de Matelândia. Através delas muitas pessoas adquiriram terras e permaneceram no município com sua família, atraídas pelas propagandas das colonizadoras e pelo baixo preço dos imóveis.

Os colonos foram atraídos pela propaganda realizada pelas colonizadoras em que se oferecia uma nova oportunidade de aquisição de terras aos migrantes através do parcelamento do solo em menores áreas rurais, ideais para o regime de subsistência e para o trabalho da família. As áreas foram divididas pela Colonizadora em áreas maiores, “na sua maioria essas áreas eram lotes de 10 a 15 alqueires cada um (...) também demarcou inúmeras chácaras em zonas contíguas ao perímetro urbano da sede (...) área em torno de 1,5 a 2 alqueires” (Colodel, 1960, p.184).

Seduzidos pela oferta abundante de terras, a preços acessíveis, amplos contingentes de produtores gaúchos e catarinenses adquiriram pequenas parcelas de terras na região, reproduzindo em áreas paranaenses suas precedentes condições de produtores rurais. Devido às características adversas do relevo da região, que a torna pouco propensa à mecanização, e à escassez de meios de comunicação e de transporte, as famílias de migrantes, a maioria de origem **italo-germânica**, mantiveram durante longos anos uma produção restrita praticamente ao autoconsumo, com o auxílio da força de trabalho familiar (Magalhães, 2003.p.35).

O trabalho das Colonizadoras no Estado não se resumiu a venda de terras e a comercialização de madeira. As colonizadoras procuraram realizar a venda de terras de

⁴ Neste trabalho, a colonização é entendida como “o processo correspondente de povoamento com seletividade para realizar a exploração econômica do solo. Deste procedimento, resultaria a colônia, como um conjunto de glebas, onde as pessoas pudessem desenvolver suas atividades. (...) Os colonizadores são empreendedores privados ou funcionários da atividade pública, que se dedicam aos negócios da colonização e colonos são camponeses que adquiriram lotes de terra agrícola para cultivá-los.” (Gregory, 2002, p. 24-25).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

acordo com a etnia ou a nacionalidade escolhida para residir na região, tal fato facilitava a convivência entre os moradores e garantia de forma mínima que estes permanecessem na região (Gregory, 2002).

A preferência étnica das colonizadoras exerceu grande influência na colonização da região o oeste do Paraná, com isso as colonizadoras implantaram uma política etno- cultural- religiosa em que “não se misturava no mesmo local descendentes de italianos e alemães, católicos e protestantes. As comunidades deveriam aglutinar pessoas da mesma origem étnica e religiosa” (Wachowicz, 1988, p. 239). A colonização de Matelândia obedeceu ao mesmo formato étnico- religioso utilizado para as demais colonizadoras.

A colonização atraiu milhares de famílias ao Paraná e ao município de Matelândia em específico, sendo que em sua maioria a população migrante era de origem ítalo-germânica.

O Censo Demográfico de 2022, apontou que a população de Matelândia é de 18.450 pessoas e destas 12.107 pessoas se declararam brancas e enquanto 6.341 pessoas se declararam pretas/pardas/amarelas e indígenas (IPARDES, 2024, p.10).

A Colonizadora Matelândia informa em seus relatórios que em 1960 a cidade possuía “7.000 habitantes, sendo 60% de descendentes de italianos e 40% de descendentes de alemães e outros. Todos eles vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (...). Nas eleições de Matelândia votaram 700 eleitores” (Gregory, 1992, p.95). Assim, observa-se que no Município de Matelândia em 1960, residiam nas terras vendidas pela Colonizadora Matelândia, 4200 pessoas de origem italiana e 2.800 pessoas de origem alemã e de outras etnias e nacionalidades, todos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A própria Colonizadora Matelândia LTDA, apesar de ter sede no Município de Foz do Iguaçu-PR, foi formada por vários sócios com residência em várias cidades dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (conforme contrato social n. 21.174, arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná), o que aponta que os fundadores da Colonizadora eram residentes nos Estados do sul do Brasil, buscando trazer mais confiabilidade aos colonos que residiam naquelas localidades e que viessem a residir na região de Matelândia.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Segundo o IBGE (Censo de 1970, p. 54), o Município de Matelândia possuía 1.910 habitantes em 1960 e 24.610 em 1970, destas sendo 2.672 pessoas residindo no perímetro urbano e 21.945 no meio rural, confirmando o aumento populacional do Município nesta década.

Ainda, possuía uma densidade demográfica de 22,88 hab/KM².

A diferença de habitantes informada pela colonizadora em 1960 e do IBGE pode ter se dado em razão da forma de pesquisa (por amostragem, difícil acesso a localidades, etc..) ou ainda, em razão das colonizadoras trazerem projeções mais animadoras da quantidade populacional em suas terras, visando dar mais credibilidade ao negócio.

Entre os anos de 1970 e 1976, ocorreu um grande crescimento demográfico no Município, chegando a atingir um crescimento de nove vezes. Tal crescimento expressivo é oriundo da integração de mercado de Matelândia com a implantação da BR-277 (Colodel, 1992).

Uma parte dos migrantes que vieram a residir no Município de Matelândia eram os chamados eurobrasileiros, ou seja, famílias formadas pelos europeus e seus sucessores que se encontravam principalmente no sul do país e vieram ao oeste do Paraná buscando novas condições de trabalho e de vida, atraídos pelas propagandas das empresas colonizadoras, de que poderiam adquirir pequenas propriedades na região (Gregory, 1992).

Em 1970 havia alguns estrangeiros residindo no Município de Matelândia, entre eles encontravam-se alemães (10), argentinos (5), austríacos (4), italianos (4), japoneses (37), libaneses (5), poloneses (5), portugueses (4), romenos (2), russos (6) e outras origens (28), além de migrantes vindos das demais regiões do Brasil como São Paulo (1.513), Santa Catarina (2.206) e Rio Grande do Sul (5.304). Naquele momento, conforme dados do IBGE de 1970 (p.287-292, 313-316), Matelândia apresentava uma população total de 24.561 habitantes.

Ao longo dos anos, a população do Município de Matelândia continuou a aumentar, atingindo seu ápice em 1980 com o montante de 33.440 mil habitantes.

O aumento da população do município na década de 1980 pode ter relação com a continuidade do processo de urbanização, a expansão do mercado informal de trabalho e a expansão dos serviços ligados à infraestrutura urbana iniciada na década de 1970 (água esgoto, melhorias domiciliares e iluminação pública) pelo poder público (IPARDES, 1992). Ainda, podemos citar as transformações agrícolas, como aumento

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

das tecnologias de produção e expansão agrícola com o aumento de vendas de áreas rurais na região, este último impulsionado pela emancipação de vários municípios da região, incluindo o Município de Matelândia (Tschá, Rippel, Lima, 2009). O Aumento do cultivo do café na região, aliado as demais culturas, também favoreceu a mão de obra rural, o que pode ser outra explicação para o aumento populacional (Colodel, 1992).

Posteriormente, se constata a diminuição da população, chegando ao mínimo de 13.783 mil habitantes no ano de 1996, subindo no ano 2000 e mantendo a tendencia de crescimento em 2022, contabilizando 18.450 mil habitantes. Para melhor esclarecer, apontamos a figura 01, abaixo:

Figura 01: Número de habitantes no Município de Matelândia-PR entre os anos de 1970-2022



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do IBGE, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matelandia/pesquisa/43/30281?ano=1980&tipo=grafico> acesso em 30/05/2024.

Observa-se uma queda na população do Município de Matelândia entre os anos de 1980 e 1996. Uma das explicações possíveis é a criação dos Municípios de Ramilândia em 30 de janeiro de 1991 (Lei Estadual n. 9.562/91) e Diamante do Oeste em 21 de dezembro de 1987 (Lei Estadual n. 8.674/1987), oportunidade em que o Município perdeu população e território. A segunda explicação é que, a partir de 1981, ocorre um movimento migratório de famílias de Matelândia para o Estado do Mato



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Grosso buscando maiores áreas de terras mecanizáveis⁵, impulsionando a criação de gado em espaços cada vez maiores (Colodel, 1992). A terceira explicação é que após a geada negra ocorrida em 18/07/1975, com a redução drástica das plantações de café, que praticamente foram erradicadas pelo fenômeno, a população que sobrevivia do trabalho no campo acabou por procurar novos campos de trabalho em outras regiões do país. A quarta explicação seria a redução da taxa de fecundidade, com a maior presença da mulher no mercado de trabalho (IPARDES, 1992).

3. Considerações finais.

Enfim, as observações iniciais nos permitem constatar que a população de Matelândia teve sua composição influenciada pelas empresas colonizadoras, em especial a Colonizadora Matelândia LTDA, responsável pela venda de imóveis na região e pela alocação de várias famílias vindas de vários Estados, em especial Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Estas famílias vieram ao Município de Matelândia em busca de melhores condições de vida e em busca de oportunidades, entre eles vieram os ítalo-germânicos e seus descendentes, bem como pessoas de origem japonesa e seus descendentes. Neste contexto, é possível afirmamos que o Município se formou como resultado da relação de várias culturas e de várias nacionalidades.

Esses grupos não só contribuíram para o desenvolvimento local, mas também preservaram e celebraram suas heranças, mantendo-as presentes no cotidiano e nas festividades da região. Esse legado migratório continua a moldar a identidade de Matelândia, ao mesmo tempo em que o Paraná segue sendo um destino de migrações significativas, refletindo uma contínua transformação social e cultural no estado.

REFERÊNCIAS.

BRASIL. Estado do Paraná. **Lei n. 4.245 de 25 de julho de 1960**. Disponível em:

<<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4245-1960-parana-cria-no-quadro-territorial-do-estado-os-municipios-que-especifica>>, acesso em 15 de abril de 2024.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

⁵ Já que em Matelândia a época, as áreas rurais mecanizáveis com a tecnologia da época ocupavam somente 40% do Município.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

_____. IBGE. CENSO DE 1970. Estado do Paraná. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv144441> acesso em 30/05/2024.

20 e 22 de novembro de 2024

_____. IBGE. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA – 1962. V – estrangeiros entradas no país, segundo a classificação e os locais de desembarque – 1961. Disponível em https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1962/populacao1962aeb_15_1.pdf acesso em 24/05/2024.

_____. IPARDES – **NOTA TÉCNICA N. 14/2020 - DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO**

PARANÁ: tendências recentes, perspectivas e desafios. Marisa Magalhães e Anael P. de Ulhoa Cintra. Disponível em:

https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_14_dinamica_demogr_PR_2010.pdf acesso em 01/07/2024.

_____. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – 2024. Disponível em

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85887> acesso em 28 de junho de 2024.

_____. IPARDES. SITUAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO PARANÁ NOS ANOS 80.

Curitiba: IPARDES, 1992. Disponível em:

https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_situacao_social_populacao_02_1992.pdf acesso em 02/09/2024.

COLODEL, José Augusto. **MATELÂNDIA:** história e contexto. Município de Matelândia – Departamento de Cultura. Cascavel, ASSOESTE, 1992.

DGTC (1945); IPARDES BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010). Disponível em:

<https://www.ipardes.pr.gov.br/Destaque/BASE-DE-DADOS-DO-ESTADO> acesso em 27/06/2024.

GREGORY, Valdir. **OS EUROBRASILEIROS E O ESPAÇO COLONIAL:** migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

TSCHÁ, Olga da Conceição Pinto; RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferreira de; URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ. Rev. FAE, Curitiba, v.12, n.1, p.1-14, jan./jun. 2009.

WACCHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná.** 6ª ed. Ampliada. Vicentina: Curitiba-PR. 1988.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Corpos, Cultura Popular e Teatro para compreender as dinâmicas transfronteiriças.

José Ramón Castillo²⁵

A Companhia EntreFronteiras²⁶ Teatro de Foz do Iguaçu desenvolve uma pesquisa sobre artes cênicas e fronteira, fato que a leva para experimentar diferentes propostas sobre a convivência da região, nesse sentido no ano 2021 apresentam o espetáculo TRANSITOS²⁷, que forma parte de uma série de produções que falam sobre a vida entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Neste caso particular, se mergulha na dinâmica da *Ponte Amizade*, que divide o Brasil e o Paraguai, para compreender a dimensão das características dos corpos destes territórios que têm particularidades culturais que coexistem, e, as quais são o resultado de um longo processo histórico, tão contraditório quanto interessante. Apesar de ambas cidades serem definidas geopoliticamente, vemos que elas possuem características semelhantes que se repetem. Porém, compreendemos que o trabalho de experimentação teatral parte de duas vertentes que exporemos detalhadamente: a primeira, que fala sobre os Corpos e as Fronteiras, e, em segundo lugar, a inserção da Cultura Popular como principal elemento de estudo.

Corpos e fronteiras.

Em primeiro lugar, os corpos que diariamente passam por estas cidades são marcados pelo contato com os seus espaços territoriais, ou seja, pelas implicações de um corpo “para” e “com” o território porque depende do contexto onde ele está inserido. Existem uma série de padrões culturais que podem nos levar a decifrar o corpo de quem atravessa a fronteira e compreender as formas como esse imaginário se desenha no território. Assim, os corpos se alimentam das formas como a cultura foi organizada ao longo do tempo, que, segundo Adriana Escobar, as características

²⁵ Diretor de Teatro e dramaturgo. Doutor em Sociedade Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), fundador do grupo de pesquisa Proyecto Fronteras: Teatro en las Fronteras (Venezuela-Colômbia-México). contato: josecas99@gmail.com

²⁶ Companhia de teatro fundada em Foz do Iguaçu em fevereiro de 2019 por Tatyane Ravedutti, Leonardo Pontes e José Ramón Castillo cujo objetivo é estudar o acontecimento teatral a partir de produções que se alimentam da cultura fronteiriça, utilizando o portunhol como base de sua linguagem permanente e onde cada integrante da equipe fala em seu próprio idioma.

²⁷ No seguinte link pode assistir obra TRANSITOS

<https://www.youtube.com/watch?v=HT5UXNILCSA&t=2566s>



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

dos dois países, Brasil e Paraguai, dependem da língua, dos costumes e do conflito histórico. Isto remete-nos imediatamente para a construção do corpo que se alimenta do imaginário da fronteira, entre o portunhol, o tereré e as chipas, mas que, igualmente, permanece aquela inconformidade histórica que se destaca em cada um dos pontos geográficos onde nos encontramos. (ESCOBAR, 2017, p. 162)

Isso nos leva a pensar que um corpo narra sua experiência e constrói uma história e suas conexões com outros corpos, porém TRANSITOS realiza uma cartografia específica de uma parte da região, com famílias habitando de cada lado do limite territorial. Aqui começamos a identificar as dinâmicas transfronteiriças dos contatos quotidianos, entendendo que o termo transfronteiriço se refere a quem viaja de cada lado da fronteira por motivos diversos, mas a sua essência está aí, entre a viagem, e é nesse ponto que paramos para pensar nessa experiência.

Los ámbitos transfronterizos en los dos lados de las fronteras aluden a la posibilidad de participar en procesos de socialización mediante prácticas e interpretaciones colectivas transfronterizas. Los ámbitos transfronterizos conllevan realidades subjetivadas y subjetividades socializadas. Se construyen desde relaciones objetivas conformadas de forma social e histórica por la estructura de distribución de capitales y poderes. (VALENZUELA 2014 p.28)

Sobre o processo de construção do imaginário de TRANSITOS atravessaram diferentes etapas em mais de seis meses entre 2019 e 2020, pelas regiões da Vila Portes, em Foz do Iguaçu e do Microcentro em Ciudad del Este, conversações constantes com as pessoas que vendem comida na rua, os vendedores das lojas e estar atento nas formas de reagir às diversas situações, como cumprimentos, abordagem aos clientes, etc. Os atores tinham que entender o significado do Tereré à tarde ou das chipas em todos os horários, era preciso considerar que a equipe de trabalho também é migrante, tanto os atores quanto o diretor mergulharam nessa corporeidade, então foi essencial para permitir que a cultura da região fronteiriça entre no corpo. Por isso, tivemos que nos submeter a caminhadas constantes pela Ponte Amizade, perguntar o significado de algumas frases em espanhol e guarani, comprar no Paraguai e morar no Brasil, coisas que lhes permitiram abrir a compreensão do território.

Segundo Gustavo Geirola (2018), os corpos são ativados conforme a funcionalidade do espaço, ou seja, serão delimitados para construir uma narrativa que lhes permita entrar em harmonia com os imaginários que enfrentam. Aqui teremos a imagem do corpo na fronteira, que coexiste e ativa todos os mecanismos mencionados, podendo ser a base para uma linha especificamente estética de espaços de transição. Mas surgiu uma nova questão: o que é a própria fronteira e como lemos esse imaginário? Para Manuel Valenzuela (2020), as faixas territoriais de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

fronteira são reguladas por uma categoria que ele chama de “cultura popular”, termo que toma de García Canclini e o aplica a esses habitantes que criam formas de vida particulares e específicas, que, embora estão no mesmo território²⁸, geralmente geram marcas linguísticas diferenciadas.

Cultura Popular

A cultura popular está em sintonia com os imaginários dos sujeitos, mas, ao mesmo tempo, depende dos trânsitos que a atravessam, ou seja, todo território é construído com as mobilizações migratórias que ali existem. A cultura popular não será um termo fixo, mas, pelo contrário, muda a cada momento e pode ser reconhecida por uma marca característica, por exemplo, em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este há uma série de padrões culturais que as unem, como a compreensão das línguas, do Tereré, os Brasiguayos²⁹, das relações comerciais cotidianas, os gostos musicais, as conexões do Rio Paraná e as comunidades que o cercam. Mas há diferenças claras que decorrem a abordagem geopolítica de cada um dos estados, bem como das marcas linguísticas de um lado, o português e do outro, o espanhol, que se fazem sentir notavelmente a cada margem da *Ponte Amizade*. Pode resultar confuso, porque a própria cultura popular é uma fusão de múltiplas formas de transitar.

Trabalhar na peça TRANSITOS permite-nos compreender a dinâmica do território fronteiriço e abrir novas narrativas que se deslocam desde o contato com a cultura popular, assim como a percepção de um espaço fronteiriço que se movimenta constantemente. Nesse teor, obteremos diferentes conjugações do imaginário cultural que aí se desenvolve diariamente, permitindo observar e entrar no cotidiano das dinâmicas transfronteiriças, que nos permitiu avançar na exposição deste universo onde se fundem todos os elementos que o rodeiam, ou seja, vimos uma peça imersa no caos e na polifonia típica de uma interminável troca de aspectos em todos os campos possíveis (cultural, econômico, geopolítico, etc.).

A metodologia utilizada, que consiste na observação direta dos sujeitos que ali residem, permitiu-nos realizar uma espécie de radiografia da passagem fronteiriça na *Ponte Amizade*. Talvez estejamos a percorrer um grande espaço, mas mostra-nos que a organização de toda a informação permite-nos apresentar um discurso aberto, juntamente com a possibilidade de ver uma obra alimentada por cada um dos espectadores, que pode ser modificada, e que, surge como alternativa para

²⁸ Quanto ao conceito de território, por se tratar de um artigo sobre experiências teatrais fronteiriças, podemos sugerir uma revisão das propostas de Rogério Haesbaert (2011) que propõe que exista um território fronteiriço como ponto de partida e ponto de encontro de imaginários, e é isso que ele entende como uma mecânica única onde interagem todos os sujeitos que a habitam.

²⁹ Brasiguayo é um termo usado para identificar a identidade dos filhos de brasileiros que nasceram no Paraguai e hoje ocupam esse território com sua cultura popular.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

compreender o corpo e a imaginação se movimentando no meio à polifonia que Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR tentamos registrar.

20 a 22 de novembro de 2024
Tivemos que questionar o território, que é dinâmico e permeia tudo o que por ele passa, ou seja, deve estar se movimentando em diferentes frentes de observação, por isso não nos limitamos apenas à conversa e às entrevistas com os sujeitos que ali trabalham e vivem, mas fomos mais para uma exploração das linguagens corporais que o atravessam. Trabalho básico nas artes cênicas, buscando aquele fio condutor de padrões que se movem de um lado para outro em um espaço coletivo, para reafirmar a ideia de que o território proporciona espaço para os corpos serem submetidos às linhas de poder, dos imaginários culturais e desterritorialização.

O poder que depende das regras e regulamentos legais deste espaço, ou seja, na *Ponte Amizade* existe uma forma específica de administração por parte dos dois países, que apesar de terem orientações políticas diferentes, são unificados um ao lado do outro pelo benefício de um sentido de soberania e de movimentos comerciais internacionais. Aqui nos deparamos com a proposta de uma perspectiva jurídica, que seria endossado pelos contextos e os tratados que continuam a ser revistos hoje. No caso da montagem TRANSITOS, ele questiona essa posição, também coloca em discussão a separação de territórios devido a conflitos históricos e é claro que os personagens caem continuamente nessa diátribe, como indica aqui um dos personagens da obra:

ROMAN: Mas todos moravam em São Borja e outros em Foz do Iguaçu quando ainda não existia Ciudad del Este e a fronteira estava desdibujada entre o Rio Paraná e as comunidades do lado, eu gosto de Paraguai, por isso moro as vezes em Ciudad Del Este onde tenho quase todos meus amigos, tive namoradas,... (CASTILLO, 2021 p.9)

Por seu lado, o imaginário cultural que nos leva a pensar as condições quotidianas dos habitantes da fronteira, entendendo esta condição como o transeunte da Ponte Amizade, que vive numa cidade e trabalha na outra ou cujas raízes são de um dos países, mas o seu contexto é do outro. Aí entramos na combinação cultural dos Brasiguayos, nas múltiplas visões e atividades que eles desenvolvem na Faixa Fronteiriça, que conseguem acelerar os processos de fusão entre os dois sistemas nacionais. Esta proposta que estamos falando não é exclusiva, devemos lembrar que na fronteira coexistem culturas de outras partes do mundo (chineses, árabes, japoneses, italianos, alemães, colombianos, entre muitos outros) mas, para efeito do trabalho, foi marcante entrar na consciência dos Brasiguayos que falam ambas as línguas e estabelecem seus padrões históricos em cada conversa.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

A vida fronteiriça da *Ponte Amizade* e do território que a rodeia encontra-se no Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR espanhol, português, guarani, portunhol, jopará³⁰ e outras combinações, deixando a porta para uma infindável radiografia de vestígios culturais de quem transita por aquele território. TRÂNSITOS, se reflete e mimetiza nos imaginários dos corpos que se cruzam, mas, ao mesmo tempo, constrói uma linguagem que pode ser contraditória entre o “lá” e o “aqui” da margem do Rio Paraná.

ALEX: Acho que meu pai como brasileiro não gostava muito seguir as ordens do paraguaio, mas eu nunca vi nada mal nesse jeito. Uma vez meu pai brigou com o professor da escola porque ele me disse que eu era brasiguayo, mas isso não me incomoda porque em casa falávamos português e na escola espanhol, mas meu pai não gostava desse nome “brasiguayo” eu não compreendia mas também não tenho problema com esse termo. Armando, meu irmão mais velho aprendeu Guarani, nossa que língua mais difícil!!! (CASTILLO, 2021 p.7)

A desterritorialização do espaço na peça teatral fala sobre as formas de uso do território e neste caso da *Ponte Amizade*, onde os grupos que ali interagem acionam o aparato comercial de forma específica, com a diferença de legislação sobre cada lado da ponte, que serve para catalisar o fluxo de capital. Se a desterritorialização é a modificação das atividades desenvolvidas numa determinada região, então a *Ponte Amizade* é o melhor exemplo desta configuração particular, razão pela qual o trabalho que TRANSITOS desempenha para rever a utilização deste fluxo e traça uma linha que define os caminhos de localizar cada um dos sujeitos que por ele passam.

ALEX: Diário:

DATA DO DIA: são as 5.00 am tenho novas regras do jogo, no espaço, agora tenho que chegar ainda mais cedo no meu trabalho, sei que não é um trabalho bom, mais é o único que serve para sobreviver.

ROMAN: O sol queima a minha cara, meu corpo, e de todas as pessoas que caminham o meu lado. Novamente esses olhos que estão cheios de sonhos, mas sempre aguardando pela oportunidade, essa é a Ponte Amizade. (CASTILLO, 2021 p.18)

Podemos encerrar?

A discussão sobre as formas de observar a fronteira são tão múltiplas como cada um dos corpos que a atravessam, porém, fazer um exercício de pesquisa desde uma peça teatro pode resultar em uma amálgama de aspectos culturais que ajudem para compreender a heterogênea, polifônica e caótica que resulta uma região transfronteiriça de corpos que interagem dentro de sua cultura popular. TRANSITOS da Companhia EntreFronteiras Teatro, é uma experiência teatral que nasce da fronteira, focada na fronteira e para o público fronteiriço, onde os territórios se adaptam rapidamente a outros imaginários culturais, percebe-se também um jogo

³⁰ Língua que funde espanhol, guarani e português.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

transfronteiriço que muda diariamente, para ser é quase imperceptível e é o que permite a projeção da identidade da região. A pesquisa evidencia os corpos desses personagens. O transfronteiriço foi o ponto principal na hora de falar, interagir e chegar à estreia, resultando uma série de ações cênicas que nos permitiram criar a base para outros trabalhos que continuam com a ideia de rever o imaginário transfronteiriço do Brasil e do Paraguai além de suas fronteiras no rio Paraná.

Referencia Bibliográfica

CASTILLO, José Ramón. **TRANSITOS**. Inédita. Foz do Igauçu 2021.

CASTILLO, José Ramón. **PONTE/PUENTE/PONTE**. Línea Imaginaria, [S.l.], n. 5, p. 125-129, sep. 2018. ISSN 2477-9415. Disponible en: https://www.revistas-historico.upel.edu.ve/index.php/linea_imaginaria/article/view/7048/4039 Fecha de acceso: 29 ago. 2023

ESCOBAR, Adriana. **Fronteira(s) paraguai/brasil:narrativas sobre (de)colonialidade, culturas, línguas e identidades**. Editorial Pontes 2017.

GEIROLA, Gustavo. **Dramaturgia de Frontera/Dramaturgias del Crimen: a Propósito de los Teatristas del Norte de México**. Vol. VII Edición N° 28 / junio 2018 California - U.S.A. / Bs. As.- Argentina: Argus-a. Disponível: <https://www.argus-a.com/archivos-ebooks/710-1.pdf> . Acesso 10 ago. 2023.

HAESBAERT, Rogerio. **El Mito de la Desterritorialización del fin de los Territorios a la Multiterritorialidad**. México. Siglo XXI. 2011.

VALENZUELA, José. **Heteronomías en las ciencias sociales: procesos investigativos y violencias simbólicas** - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Tijuana: El colegio de la Frontera Norte, 2020. Libro digital, PDF - (Temas)

VALENZUELA, José. **Transfronteras: fronteras del mundo y procesos culturales** / José Manuel Valenzuela.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

DINÂMICAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: BREVE HISTÓRICO

Cesar Augusto Fraga de Souza³¹

O Brasil é um país de dimensões continentais que faz divisa com dez nações na América do Sul. Em Foz do Iguaçu, vivenciamos uma tríplice fronteira com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). Essa proximidade entre as cidades proporciona, há muito tempo, dinâmicas culturais, econômicas, de mobilidade. O contato entre os moradores é próximo, sendo comum residir de um lado da fronteira e trabalhar em outro.

A cidade brasileira é centenária e surgiu a partir de uma colônia militar fundada em 1889, sendo que à época, era habitada majoritariamente por paraguaios, conforme atesta Brito: “[...] o território já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descritas: brasileiros, 9; franceses, 5; espanhóis, 2; argentinos, 95; paraguaios, 212; inglês, 1.” (BRITO, 2005, p. 57). José Maria de Brito participou de uma picada que saiu de Guarapuava rumo à foz do rio Iguaçu justamente com intuito de ocupar o espaço e consolidar a presença do Estado. Os brasileiros eram minoria (se comparado aos vizinhos) e os indígenas não foram levados em consideração nessa contagem. À época, a Argentina reivindicava parte do território fronteiriço e quase metade do atual estado de Santa Catarina, questão resolvida em 1895 a favor do Brasil. “Durante muito tempo, as fronteiras foram mal definidas, raramente bem delimitadas e, *a fortiori*, ainda menos demarcadas. É o que se poderia chamar de fase da fronteira zonal, que caracterizou o período medieval.” (RAFFESTIN, 1993, p. 166)

O lado paraguaio é formado por quatro cidades: além de Ciudad del Este, onde encontra-se a Ponte da Amizade, tem-se Presidente Franco, Hernandárias e Minga-Guazú. CDE foi fundada em 1957, enquanto P. Franco é a mais antiga, fundada em 1929. Puerto Iguazu, na Argentina, foi fundada em 1901. Os rios Paraná e Iguaçu proporcionam fronteiras naturais entre os países, tendo cada um deles grande importância na relação com o Brasil: o primeiro com a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, e o segundo com as Cataratas.

A presença brasileira, seja enquanto Estado ou poderio econômico era tímida no início do século XX. Alçada a condição de município em 1914, a população

31 Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste/Foz; mestre pelo mesmo programa. Professor de História da educação básica, vinculado a SEED/PR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8135171093177830> Contato: cesarafsouza@gmail.com

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

dependia da relação com os países vizinhos, principalmente a Argentina, à época uma das maiores economias do mundo. Segundo relatos de membros da Coluna Prestes que passaram pela cidade entre 1924/1925,

[...] a situação de desnacionalização que constataram na região: a língua corrente era o guarani e o espanhol, o dinheiro era o peso argentino, a navegação do rio Paraná era controlada pela Argentina (não havia um só vapor brasileiro), a madeira e o mate eram predados pelos capitalistas argentinos. (WACHOWICZ apud LOPES, 2002, p. 92)

Os brasileiros experimentavam a ideia de ser *riche comme une argentine*, consumindo produtos provenientes de Buenos Aires, tamanho distanciamento e isolamento da jovem cidade com sua capital e demais centros urbanos nacionais. Os vizinhos inclusive geravam renda às custas da matéria-prima brasileira. Todavia essa “riqueza” tinha um alto custo, justamente pelas dificuldades de logística, conforme atestam registros da época:

[...] “três tem água canalizada e apenas 90 estão providas de instalações sanitárias, quatro do tipo liquefactor”. [continua a autora] Registrou que “são accentuadamente notáveis as dificuldades, que se encontram no lugar para dar andamento a esse serviço pelo custo elevado do material”. [continua a autora] Os materiais utilizados em construções vinham da Argentina através de transporte ferroviário, elevando os custos de construção das latrinas e fossas sépticas. Ainda, emenda ele, “[...] isso sucede, alias, com os gêneros de primeira necessidade e é justamente o que encarece de sobremaneira a vida em Foz do Iguaçu”. (ARCHIVOS, 1922 apud RISTOW, 2011, p. 74-75)

Segundo pesquisa de Ristow, havia pouco mais de 250 casas cadastradas em Foz, a maioria dos moradores dependendo das relações com a vizinhança. A cidade continuaria tímida nas próximas décadas, mesmo após discursos como do governador Moisés Lupión e a Marcha para o Oeste do Estado Novo de Vargas, que não detalharemos em razão do breve espaço. A vida era cara e a população provavelmente sofria com as dificuldades.

À época, as relações se davam por vias fluviais, fazendo do Porto Meira, na região sul, uma das áreas mais movimentadas da cidade. Com ruas de terra e carros de boi, o percurso até o centro não era tão longo, mas sofrido, característica inerente aos tempos antigos. A medida que os automóveis se popularizavam, facilitava a vida de comerciantes e moradores em geral.

A partir de 1965 a mobilidade entre Brasil e Paraguai se tornaria mais dinâmica, em razão da inauguração da Ponte da Amizade, ligando Foz do Iguaçu a Ciudad del Este. O comércio se intensificou, ainda que naquele momento a cidade paraguaia não



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

fosse conhecida pelos importados, muitos vinham de lá para adquirir produtos industrializados brasileiros, prática comum ainda.

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR
20 e 22 de novembro de 2024
A travessia pela Ponte da Amizade é relativamente rápida, pois ambos países não averíguam individualmente cada transeunte ou passageiro que vai apenas até a cidade vizinha trabalhar ou comprar. Essa prática provavelmente favorece o contrabando...

Assim, se considerarmos as três primeiras funções — legal, de controle e fiscal —, podemos construir um sistema hierárquico de fronteiras que dá conta das relações de poder que se instauram ou que podem se instaurar entre os atores políticos por intermédio das fronteiras. Seria errôneo pensar que as três funções estão em cena, em todas as fronteiras internacionais. A função legal está sempre presente, mas a função de controle e a fiscal podem ser virtuais. (RAFFESTIN, 1993, p. 168)

A ligação terrestre com a Argentina demoraria duas décadas mais, sendo inaugurada em 1985. Interessante notar que as relações econômicas eram mais antigas e fortes com eles, mas a ponte com o Paraguai veio antes. O comércio entre as nações ainda é muito vivo, que se intensifica com o turismo rumo às cataratas e o gastronômico. Todavia a relação aduaneira com os argentinos é mais complexa, registrando todas as pessoas que entram e saem do país, favorecendo a formação de filas que podem durar três horas em cada sentido, desestimulando moradores que gostariam de simplesmente passear fim de semana.

As pontes integraram a tríplice fronteira de tal maneira que não é incomum pessoas transitarem pelos três países em apenas um dia. Essa dinâmica inspirou Cury criar a expressão “Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu – TTI”, que “[...] além de sua utilidade para as ações públicas e privadas de desenvolvimento do Turismo, adequa-se para definir uma unidade socioespacial e geoeconômica, influenciando na dinâmica social e política dos três países envolvidos.” (CURY, 2010, p. 18).

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158)

Os habitantes da tríplice fronteira vivem essas relações diariamente, de interdependência, interconexas, interpenetradas (CURY, 2010). Saquet complementa:



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por dinâmicas locais. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos históricos e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N). (SAQUET, 2007, p. 56)

Os elementos elencados fazem parte de nosso cotidiano de diferentes maneiras: nas trocas culturais envolvendo a culinária, nas políticas trinacionais, no turismo de natureza, nas compras, enfim, são inúmeros exemplos.

Ao tratar de temas como economia e cultura, não temos como ignorar elementos marcantes da história da cidade e da tríplice fronteira: a construção da usina de Itaipu e os imigrantes.

A usina foi um marco: quando as obras iniciaram em 1974 no rio Paraná, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este eram cidades pequenas, com pouco mais de 20 mil habitantes. Em menos de 10 anos, a cidade brasileira já ultrapassava os cem mil, e atualmente elas tem em torno de 260 e 300 mil, respectivamente, formando uma conurbação de mais de 900 mil pessoas, algo talvez inimaginável cinquenta anos atrás. Milhares de trabalhadores formais com família e demais brasileiros vieram em busca do *Eldorado* (CATTA, 2003).

Já os imigrantes foram principalmente libaneses, chineses e coreanos. Os muçulmanos vieram a partir da década de 1960 e desde então se dedicam principalmente ao comércio, tanto em Foz do Iguaçu quanto no Paraguai. A vinda deles se intensificou nos anos 1970 e 1980 devido as guerras em seu país natal. Hoje fazem parte da história da cidade, com sua arquitetura, culinária, costumes, enfim, cultura geral.

Além da grande onda de migrantes e imigrantes que a tríplice fronteira recebeu, nos últimos anos levas de estudantes movimentam as cidades, tanto com estudantes da Unila quanto aqueles que cursam medicina nas faculdades do lado paraguaio, devido ao custo consideravelmente menor se comparadas às faculdades brasileiras.

Muitos desses estudantes ficam apenas durante o curso, retornando para sua terra natal após formados. Enquanto estão aqui, comércio, serviços e construção civil se beneficiam. Nas escolas muitos estudantes são filhos de pais que vieram estudar.

As fronteiras possibilitam diferentes contextos, histórias, possuem diferentes sentidos, dependendo de quem a vivencia: pioneiros, migrantes de Itaipu, imigrantes, estudantes, enfim, são diversas as personagens que fazem parte das cidades que compõem a paisagem.

As transformações ocorridas nesse espaço, como a memória e a paisagem urbana, são focos da pesquisa que desenvolvo no momento para a construção de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

uma tese. Alguns insights foram abordados brevemente nesse texto e devem ser aprofundados no decorrer da escrita.

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

REFERÊNCIAS

- BRITO, J. M. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- CATTA, L. E. *O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- CURY, M. J. F. *Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu: interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazu (AR)*. Tese de Doutorado em Geografia. UFPR. Geografia, 2010.
- LOPES, S. *O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RISTOW, M. R. *Artes de prevenir: Educação e saúde pelas visitadoras sanitárias no Paraná (1920-1940)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011
- SAQUET, M. A. *As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade*. In: Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Tráfico de Seres Humanos na América Latina

O tráfico de seres humanos na América Latina é um dos crimes mais lucrativos e perversos, afetando principalmente as populações vulneráveis. De acordo com o Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas da UNODC, cerca de 20% das vítimas globais de tráfico humano são provenientes da região. O tráfico afeta, em grande parte, mulheres e meninas, que correspondem a 60% das vítimas na América Latina. A falta de oportunidades econômicas, a violência doméstica, a instabilidade política e os baixos níveis de educação tornam essas pessoas alvos fáceis.

O turismo sexual também desempenha um papel central nesse problema. Turistas europeus e norte-americanos buscam realizar fantasias hipersexualizadas na América Latina, alimentando estereótipos sexistas sobre a mulher latina. Isso fortalece as redes de exploração sexual, que lucram com a venda de corpos femininos para atender à demanda do mercado de turismo sexual.

Uma análise mais aprofundada revela que a falta de prioridade política e de recursos direcionados ao combate desse crime tem permitido que as redes criminosas prosperem. A exploração de imigrantes irregulares, invisíveis devido ao seu status legal, é uma das formas



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

mais comuns de exploração na região. O Índice Global de Crime Organizado de 2021 da Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

Global Initiative aponta que o tráfico de pessoas é uma das economias criminosas mais

difundidas na América Latina, explorando vulnerabilidades socioeconômicas e a ausência de proteção legal.

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é uma região estratégica para essas



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

redes, devido à porosidade das fronteiras e à corrupção local. A área, que inclui Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, é conhecida por atividades de contrabando e comércio informal, o que facilita o tráfico de pessoas. A movimentação de turistas em Foz do Iguaçu também complica o controle dessas atividades. Luciana de Sá, especialista em crime organizado, destaca que a falta de coordenação internacional agrava a situação, permitindo que as redes atuem com relativa facilidade.

Na fronteira Brasil-Venezuela, especialmente em Roraima, o agravamento da crise migratória venezuelana intensificou as vulnerabilidades. Pacaraima, principal ponto de entrada para migrantes, sofre com a falta de infraestrutura para lidar com o aumento de refugiados. Isso torna esses migrantes alvos fáceis para o tráfico humano, seja para exploração sexual ou trabalho forçado. O fluxo descontrolado de migrantes e a falta de fiscalização nas fronteiras permitem que essas redes criminosas operem sem maiores obstáculos.

A socióloga Julia O'Connell Davidson, em *Modern Slavery: The Margins of Freedom* (2015), critica o discurso que retrata as vítimas do tráfico como objetos passivos. Ela argumenta que essas pessoas, embora em situação de extrema vulnerabilidade, são afetadas por fatores socioeconômicos como pobreza e desigualdade de gênero, que ampliam sua exploração.

Portanto, combater o tráfico de pessoas na América Latina requer uma abordagem integrada que combine repressão ao crime, melhorias socioeconômicas e maior cooperação internacional,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

especialmente nas áreas de fronteira, para enfrentar as redes criminosas que exploram essas fragilidades.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

DISSIDENTES ESTUDANTES EM FRONTEIRA

Maria Aparecida Webber³²

Este trabalho visa compartilhar as experiências e os desafios de uma área de trabalho dedicada a temas de gênero e diversidade na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Localizada em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná (Brasil), a universidade está inserida em um contexto de fronteira (AR-BR-PY) e tem a missão de promover a integração da América Latina. Para isso, reserva metade das vagas dos seus vinte e nove cursos de graduação para estudantes internacionais, bem como trabalha com políticas afirmativas para grupos étnico-raciais (negros, indígenas, refugiados, portadores de visto humanitário), pessoas com deficiência, e na pós-graduação também com cotas trans na maior parte de seus programas.

A América Latina é uma região marcada pela diversidade cultural, histórica e geográfica, abrangendo países da América do Sul, América Central e partes do Caribe. Composta por 20 países independentes e territórios com características únicas, a região compartilha uma herança colonial comum, influenciada principalmente pela colonização espanhola e portuguesa, que moldou suas línguas de colonização e influenciou na conformação de suas sociedades atuais.

Ao longo dos séculos, a América Latina tem sido palco de intensos processos violentos nos campos sociais, políticos e tensionamentos que geraram consequências para os povos originários de toda região. A riqueza da biodiversidade, que inclui desde as florestas tropicais da Amazônia até as cordilheiras dos Andes, e a diversidade de suas populações refletem uma identidade plural e pluri/intercultural. Como herança, toda a região enfrenta desafios como a desigualdade social, dificuldades para um desenvolvimento respeitoso e sustentável, livre de preconceitos e valores excludentes. A UNILA, nesse contexto foi pensada como um espaço educacional para compreensão

³² Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras, membra do LaFront/UNIOESTE. Coordenadora do Departamento de Equidade de Gênero e Diversidade da SECAFE/UNILA. webber.cidamaria@hotmail.com.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

dessa realidade e formação de profissionais e cidadãos sensíveis às questões latinoamericanas.

Estabelecida em 2010, a UNILA é uma instituição de ensino superior situada em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Criada por meio da Lei n.º 12.189/2010 e sancionada pelo presidente Lula, sua missão é promover a integração regional e o desenvolvimento da América Latina através da educação, pesquisa e extensão. Criada em um contexto de crescente cooperação e integração entre as nações latino-americanas, destacando a importância da região para o Brasil. A universidade surgiu da necessidade de construir laços acadêmicos e culturais entre os países da América Latina, com o intuito de desenvolver novas formas de enfrentar desafios comuns e fomentar a solidariedade e a integração regional.

Com um modelo acadêmico próprio, a UNILA oferece uma variedade de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento, com foco na integração latino-americana e na valorização da diversidade cultural. Atualmente, a universidade disponibiliza 29 cursos de graduação, organizados sob uma abordagem interdisciplinar que visa integrar diversas áreas do saber em um contexto latino-americano. Isso permite que os alunos explorem uma ampla gama de disciplinas, abrangendo ciências sociais, humanidades, ciências naturais, engenharia e tecnologia, sempre com uma perspectiva voltada para a realidade e os desafios enfrentados pela América Latina. Além disso, a UNILA oferece gratuitamente diversos programas de pós-graduação, incluindo especializações, mestrados e doutorados.

Como citado, a instituição se destaca por seu elevado nível de internacionalização, com uma política de distribuição de vagas que reserva 50% para brasileiros e o restante para cidadãos de outros países da América Latina e do Caribe. Nos últimos anos, a universidade tem implementado processos de seleção voltados especialmente para indígenas e refugiados (portadores de visto humanitário), ampliando a diversidade em seu corpo discente. O corpo docente também é formado por professores de diferentes nacionalidades, enriquecendo a experiência educacional dos estudantes.

Além de seu papel na educação, a UNILA é importante na promoção de pesquisa científica e na cooperação acadêmica entre os países envolvidos, através de projetos de pesquisa colaborativa e intercâmbios acadêmicos. Entre seus principais eixos de atuação, destacam-se os estudos sobre integração regional e cooperação



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

latino-americana, que visam compreender e promover a integração entre os países da América Latina em áreas como comércio, infraestrutura, educação e cultura; investigações sobre fronteiras e migração, considerando a localização de Foz do Iguaçu, que faz divisa entre Brasil, Paraguai e Argentina, abordando questões relacionadas a fronteiras internacionais, migração e mobilidade humana na região; pesquisas sobre meio ambiente e sustentabilidade, incluindo biodiversidade, conservação, mudanças climáticas e uso sustentável dos recursos naturais; e estudos sobre sociedade, cultura e identidade latino-americana, que levam em conta a diversidade cultural, a história, as políticas públicas, os movimentos sociais e as identidades na região, com o objetivo de entender as dinâmicas sociais e culturais da América Latina.

Embora seja uma instituição de ensino superior relativamente nova, a UNILA tem ampliado as discussões e aumentado a implementação de políticas voltadas para ações afirmativas destinadas tanto a estudantes quanto a trabalhadoras.

Em um movimento espontâneo, a comunidade acadêmica da UNILA deu início, em 2014, a um grupo de debates e discussões voltado para refletir sobre as diretrizes institucionais relacionadas às questões de gênero, além de enfatizar a responsabilidade da instituição em acolher e promover grupos mais vulneráveis. A participação ativa de estudantes, do pessoal técnico-administrativo e dos docentes foi essencial para identificar as prioridades de ação e elaborar a estrutura necessária para o monitoramento das questões de gênero na universidade. Esses esforços orientaram a luta pela equidade de gênero dentro da instituição e resultaram na aprovação da Política de Equidade de Gênero (PEG), por meio da Resolução CONSUN nº 18 de 2017 (UNILA, 2017). Após um longo período de debates e consultas, a política aprovada trouxe as questões de gênero para o centro do debate, organizada em quatro principais eixos de ação: “Combate à violência de gênero”, “Inclusão da maternidade e paternidade na universidade”, “Direitos da comunidade LGBTQIAPN+” e “Equidade étnico-racial”. Tais eixos são permeados pela diversidade de pessoas que compõem o cenário intercultural da universidade, indicando a necessidade de uma escuta plural, que inclua as vozes menos ouvidas das coletividades (BIDASECA, 2011), frequentemente silenciadas por narrativas hegemônicas e homogeneizadoras (OLIVEIRA, WEBBER & GASTALDIN, 2022).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

De 2018 a 2023, o Comitê Executivo para a Equidade e Diversidade de Gênero (CEEGED) liderou a gerência da política, e seu monitoramento, enfrentando os desafios e as grandes demandas surgidas nos últimos anos. Após amplos debates na área de ações afirmativas envolvendo um amplo grupo de trabalho, em 2023, as iniciativas foram fortalecidas com a criação de uma área administrativa específica para promover, monitorar e gerenciar as ações afirmativas na universidade: a Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE). Essa nova unidade inclui uma seção e três departamentos, entre os quais um dedicado exclusivamente às questões de gênero e diversidade. A presença de estudantes de todos os países da América Latina e do Caribe, incluindo indígenas e refugiados, traz uma diversidade étnico-racial única, que enriquece as discussões de gênero e destaca a importância da proteção dos direitos e do combate à violência contra jovens LGBTQIAPN+.

O fortalecimento no apoio a pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas é um dos eixos prioritários de trabalho dessa unidade, buscando a ampliação da inclusão de todes nos espaços universitários. Com base nas experiências de trabalho dos últimos anos, em diálogos com a comunidade por meio de ações promovidas pelo CEEGED e SECAFE/UNILA voltadas à comunidade LGBTQIAPN+, bem como em levantamentos e parcerias realizadas em diversas iniciativas internas e externas à universidade, compartilho aqui algumas reflexões sobre esse contexto único de educação superior ambientado em muitas fronteiras, tanto físicas como simbólicas. Ao pensar as diversidades latino-americanas, o foco recai especialmente sobre as vulnerabilidades e violências enfrentadas por essas pessoas em redes locais e regionais durante sua trajetória de formação acadêmica.

A questão da violência está cotidianamente presente, pois, além da promoção de direitos e da inclusão no ambiente universitário, uma das principais demandas da comunidade acadêmica para a criação desses espaços foi a necessidade de estabelecer um espaço seguro e capacitado para acolher e encaminhar, tanto internamente quanto externamente, casos de assédio, LGBTfobia e outras discriminações. As violências contra a comunidade LGBTQIAPN+, em particular se manifestam de maneira prática e simbólica, tanto entre estudantes quanto entre docentes e técnicos(as) da instituição.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Desde o início das atividades na área, contamos com uma rede de atendimento psicológico especializado, pois, conforme afirmado por Saffioti (2015, p. 79), “(...) as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma de agressão, a violência emocional está sempre presente”. Ademais, a Psicologia, que se insere no campo das Ciências Humanas, é fundamental para entender a complexidade dos indivíduos, levando em conta não apenas suas características pessoais, mas também suas interações com o meio ambiente e a influência da sociedade, das instituições e da cultura. Portanto, é crucial considerar a saúde emocional, o bem-estar e a saúde mental sob uma perspectiva ampla, que abarque não apenas fatores individuais ou familiares, mas também elementos sociais que contribuem para a desintegração, exclusão, estigmatização, opressão, desvalorização, objetificação e desumanização de determinados grupos, especialmente em relação a questões étnico-raciais e de gênero (OLIVEIRA, WEBBER & GASTALDIN, 2022).

Ao discutirmos violências, também abordamos resistências. Ao refletir sobre as violências de gênero que ocorrem no espaço universitário, é crucial considerar que, mesmo após os processos de emancipação política dos Estados nacionais da América Latina, a influência colonial ainda persiste em várias estruturas da vida social, o que Quijano (2005) se refere como colonialidade do poder.

Com base nas contribuições de outros intelectuais, como Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2010) e outros, o conceito se expande para incluir o controle sobre gênero e sexualidade na tríade do "poder, saber e ser" (BALLESTRIN, 2013, p. 11). Esse controle se manifesta tanto no espaço privado quanto no público, sendo observado nos lares, nas famílias e também dentro das universidades.

Assim, concluo neste resumo expandido que, apesar do mosaico cultural presente na universidade, e também justamente por considerá-lo, necessitamos de espaços de acolhimento e instrução sobre temas relacionados à gênero e sexualidade. A comunidade acadêmica dissidente, ou seja, que não está conformada nos padrões convencionais binários e heteronormativos atravessa diversas fronteiras para estar compondo esse espaço.

A educação, quando abordada de maneira sensível e inclusiva em relação à diversidade cultural, sexual e de gênero, tem o potencial de ser uma ferramenta transformadora para a construção de um futuro mais respeitoso para todos os povos



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

da América Latina. Ao reconhecer e valorizar a riqueza da herança cultural latino-americana, a educação pode atuar como um catalisador para a mudança social e o empoderamento das comunidades marginalizadas. A vivência das pessoas LGBTQIAP+ na universidade é marcada por uma combinação de desafios e conquistas, resultando em uma experiência única e multifacetada. Embora as instituições de ensino superior no Brasil tenham avançado em termos de inclusão e diversidade, ainda existem muitos obstáculos a serem superados para garantir um ambiente realmente acolhedor e seguro para todos. Em um contexto tão diverso como o da UNILA, esses desafios se intensificam, assim como as oportunidades que essa diversidade oferece.

Para muitos estudantes LGBTQIAPN+, ingressar na universidade representa um momento de autodescoberta e liberdade para explorar sua identidade de gênero e orientação sexual. No entanto, essa jornada frequentemente é acompanhada por discriminação e preconceito de colegas, professores e das próprias estruturas institucionais. Um dos principais desafios enfrentados por esses estudantes é a invisibilidade e a falta de representatividade nos currículos acadêmicos e nas políticas da universidade. Muitas vezes, as questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade são negligenciadas ou tratadas de forma superficial, contribuindo para um ambiente mais hostil e excludente. Além disso, a violência verbal, física e psicológica é uma realidade para muitos estudantes LGBTQIAPN+ dentro e fora do campus. O temor de sofrer discriminação ou agressões pode impactar negativamente seu desempenho acadêmico e seu bem-estar emocional, dificultando que aproveitem plenamente o período da universitária.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, 2013.
- BIDASECA, K. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café – Desigualdad, Colonialismo Jurídico y Feminismo Pós-colonial. *Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, v. 11, n. 17, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. p. 227-278. [Colección Sur Sur].
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). *El giro decolonial:*



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Nómadas, 2007. n. 27. p. 239-242.

MIGNOLO, W. Desobediencia epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

OLIVEIRA, Renata P.; WEBBER, Maria Aparecida; GASTALDIN, Carla M. A Saúde Emocional e o papel do CEEGED-UNILA para uma prática acolhedora e abordagem de gênero pelo viés interseccional em ambiente universitário marcado pelo paradigma da decolonialidade. Gênero, Decolonialidade e Direitos Humanos: Diálogos insurgentes, 2022. DOI: 10.23899/9786589284253.2

SAFFIOTI, H. Gênero patriarcado violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UNILA, Política de Ações Afirmativas. Resolução 08, de 28 de abril de 2023. Conselho Universitário (CONSUN).

UNILA. Política de Equidade de Gênero - PEG. Resolução Conselho Universitário – Consun, n. 18, 19 jun. 2017.

UNILA. Portaria Nº 615. Constitui o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade – CEEGED. 12 set. 2018.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO – UMA JORNADA ATRAVÉS DA EXPANSÃO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DESAFIOS REGIONAIS

Marcela Nogueira Ferrario³³

Maria Imaculada de Souza Saqueto³⁴

Thales Ramos da Silva³⁵

Introdução

Entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil, em 2022, foi o que apresentou a menor proporção de adultos entre 25 e 34 anos de idade com ensino superior, perdendo para Chile, México, Colômbia entre outros. Em termos comparativos, em 2022, a proporção desse indicador para os países da OCDE foi de 47,4% e a do Brasil foi de 23,2%, segundo dados da OCDE (2022).

A partir dos anos 2000, houve no Brasil uma expansão do número de matrículas no ensino superior em virtude da criação de novas Universidades e Institutos Federais. Sendo assim, o crescimento do número de matrículas em instituições públicas aumentou em 278,4%, entre 2000 e 2022, de acordo com os dados do Censo do Ensino Superior de 2022. Apesar disso, ainda há um grande contingente de jovens e adultos que não frequentam e não possuem ensino superior, e isso pode ser explicado por múltiplos fatores. Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar a evolução do ensino superior no Brasil, considerando o hiato de 20 anos, a partir de análises dos anos das PNADs de 2004, 2015 e 2023. Além disso, pretende-se analisar as mudanças estruturais e socioeconômicas provocadas pela expansão e interiorização da rede de ensino superior no Brasil.

³³ Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ-USP, docente do PPGE na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: marcela.ferrario@unila.edu.br

³⁴ Mestranda Economia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA. E-mail: imaculadass@hotmail.com

³⁵ Mestrando Economia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA. E-mail: thaleamsilva@gmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A evolução do Ensino Superior no Brasil: de 1920 ao século XXI

O ensino superior no Brasil teve início com a Universidade do Brasil, criada em 1920 no Rio de Janeiro, posteriormente transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que reuniu escolas tradicionais sem grandes mudanças estruturais (Fávero, 2010; Sampaio, 1991). A partir de 1930, houve um crescimento mais organizado e diversificado, marcado pela fundação de instituições como a USP em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935, que fomentaram a pesquisa e a formação de profissionais em novas áreas (Fávero, 2010; Martins e Neves, 2014). Nos anos 1960, uma reforma implementou sistemas de departamentos, vestibular unificado, créditos e programas de pós-graduação, formando docentes mais qualificados (Martins e Neves, 2014; Neves, 2002; Sampaio, 1991).

Nos anos 1980, a crise econômica reduziu o apoio às universidades (Martins e Neves, 2014), mas nos anos 1990, a autonomia universitária e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) levaram à criação de novas instituições e ampliaram o setor privado (Neves, 2002; Martins e Neves, 2014). Nos anos 2000, programas de financiamento como ProUni e FIES expandiram o acesso, enquanto o Enem e o SISU tornaram-se ferramentas de ingresso (Sguissardi, 2009; Schwartzman, 2011). Porém, a crise de 2014 e os cortes de 2017 afetaram o setor, agravados pela pandemia de 2020, que exigiu adaptações ao ensino remoto (Carvalho e Oliveira, 2022; Costa et al., 2021; Schwartzman, 2021).

Essa trajetória mostra que o ensino superior no Brasil tem sido moldado por demandas e crises, e segue enfrentando o desafio de garantir acesso inclusivo e melhorar a qualidade por meio de políticas públicas e investimentos sustentáveis.

Ensino Superior no Brasil: Regressista ou Progressista?

A análise sobre o ensino superior brasileiro apresenta visões divergentes sobre seu impacto social. Góes e Duque (2016) consideram que a expansão nas universidades públicas reforça a desigualdade de renda, pois os recursos são alocados desproporcionalmente para estudantes universitários, em grande parte de famílias mais abastadas, enquanto estudantes de baixa renda enfrentam barreiras para concluir o ensino médio e acessar o ensino superior.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Por outro lado, Costa et al. (2021) argumentam que o aumento dos gastos públicos entre 2005 e 2015 foi progressista, promovendo maior inclusão social. Após 2012, políticas inclusivas possibilitaram uma redistribuição mais justa de oportunidades, beneficiando regiões e grupos historicamente marginalizados com a interiorização de universidades.

Heringer (2024) reforça essa visão positiva, observando que legislações de cotas e programas como ProUni e Reuni aumentaram a inclusão e a diversidade no ensino superior. Contudo, ele aponta a falta de acompanhamento dos alunos beneficiados por cotas, especialmente no aspecto acadêmico, como uma falha persistente nas instituições. Em uma perspectiva mais crítica, Silveira et al. (2021) concluem que os gastos com o ensino superior são apenas moderadamente progressivos e que o ensino fundamental recebe a maior parte dos investimentos voltados à camada mais pobre. Ainda assim, políticas afirmativas contribuíram para uma leve redução na desigualdade, refletida em indicadores de redistribuição de renda.

Análise dos dados

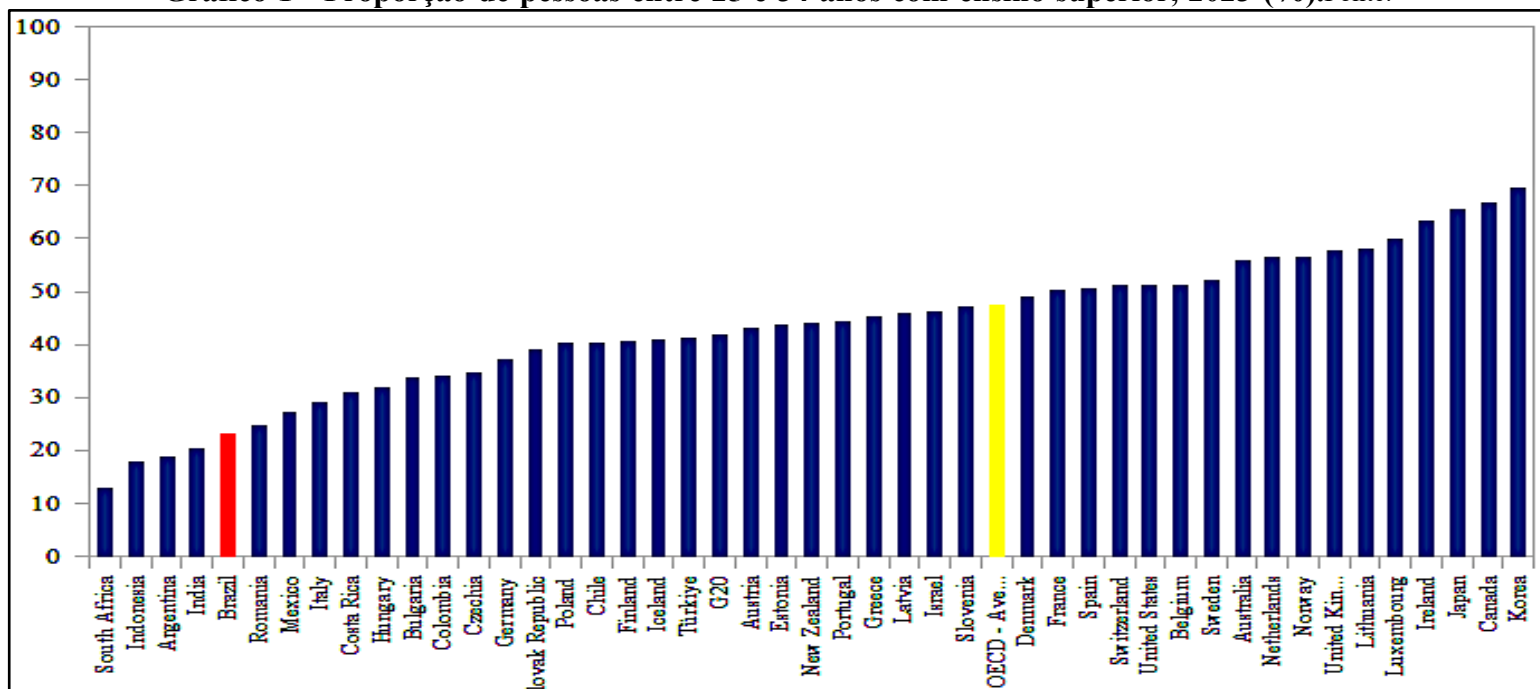
Neste ponto, inicia-se a análise de dados sobre a expansão do ensino superior no Brasil, com ênfase na inclusão social e nos desafios enfrentados. De acordo com o gráfico 1, observa-se que o Brasil possui uma taxa de conclusão dos cursos superiores no Brasil inferior ao dos países da OCDE. Entre os países da OCDE mais de 40% dos jovens, com idade entre 25 e 34 anos, já concluíram o ensino superior, no Brasil pouco mais de 20% dos jovens, ficando entre os países que possuem menores taxas de conclusão do ensino superior.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Gráfico 1 - Proporção de pessoas entre 25 e 34 anos com ensino superior, 2023 (%).Fonte:



OECD (2024), População com ensino superior (indicator). doi: 10.1787/0b8f90e9-en (Acesso em 16 jun. 2024)

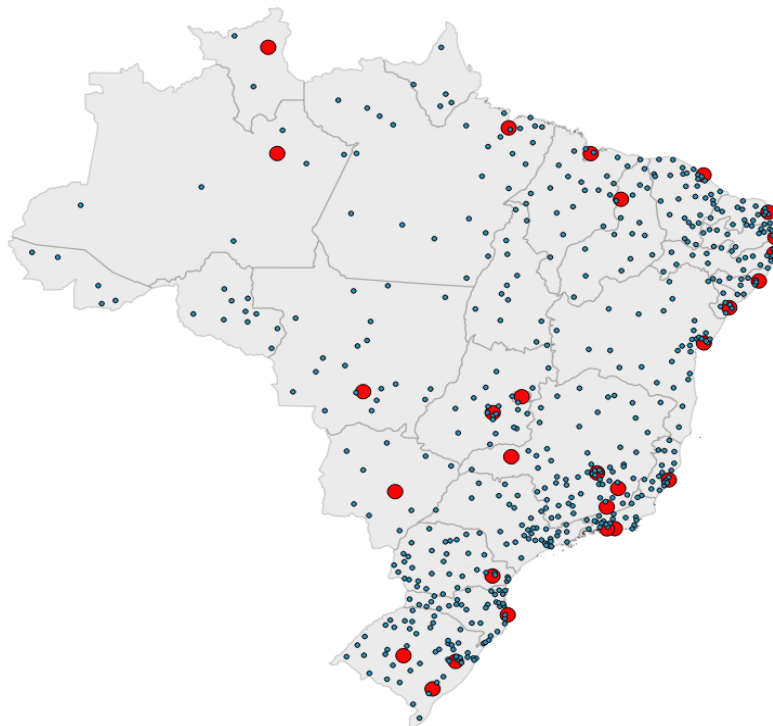
A partir de 2010 o governo federal iniciou a política de expansão do ensino superior, no mapa 1 é possível observar isso, os pontos em vermelho indicam municípios que possuem universidades ou campus com mais de 30 cursos de graduação, os pontos menores indicam municípios com universidades ou campus com menos de 30 cursos de graduação. Segundo dados do Censo do Ensino Superior - INEP, em 2004, havia 46 universidades e 34 institutos, todos federais, já em 2022, o número de universidades foi para 69 e os institutos federais passaram para 41. O crescimento foi observado em diversos aspectos, como: ampliação do número de vagas, expansão dos campus de Universidade já consolidadas e criação de novas unidades em regiões pobres e interiorizadas. Nenhuma das novas unidades possuem mais do que 30 cursos de graduação em um determinado município, portanto, todos os pontos em vermelho representam as unidades antigas e já consolidadas no sistema de Instituições de Ensino Superior (IES), dessa forma, é possível observar que a maioria está localizada em capitais, municípios grandes, com algumas exceções em Minas Gerais. Dessa forma, a implementação das novas IES priorizam municípios e Unidades da Federação (UF) com poucas instituições de ensino superior, por exemplo, houve implantação de universidades em regiões de fronteira, que antes de 2010, contavam com poucos equipamentos público dessa natureza.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Mapa 1 - Distribuição Geográfica das Instituições de Ensino Superior



Fonte: Censo do Ensino Superior (2022)

Conforme tabela 1, observa-se que a distribuição dos cursos varia consideravelmente entre as regiões do país. Sendo assim, as regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, apresentam uma maior proporção de cursos de graduação, enquanto regiões como o Norte e o Centro-Oeste têm uma menor oferta de cursos de nível superior, refletindo as disparidades regionais históricas do Brasil. Desse modo, a interiorização de universidades nas últimas décadas tenta mitigar essa desigualdade, mas os dados da tabela ainda revelam que há um longo caminho para equilibrar o acesso à Universidade entre as regiões.

Tabela 1 - Proporção de cursos por grau acadêmico e por Regiões, Brasil - 2022 (em %)

Região	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico	Total
Norte	11,03	16,99	11,98	12,90
Nordeste	26,83	30,49	26,51	27,88
Sudeste	31,68	23,97	20,86	28,17
Sul	18,49	16,07	29,48	19,01
Centro-Oeste	11,98	12,47	11,17	12,04
Total	100	100	100	100

Fonte: Censo do Ensino Superior (2022)

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Conforme tabela 2, observa-se que há um aumento significativo número de matrículas no ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas, destacando-se o aumento na entrada de estudantes de baixa renda, entre os 10% mais pobres, o aumento foi de 0,676% em 2004 para 5,381% em 2023, e entre os 10% mais ricos, ocorreu uma queda de 32,812% em 2004 para 14,315% em 2023. Resultado direto das políticas públicas de cotas. Observa-se também um aumento de matrículas entre os mais pobres nas instituições privadas. Isso ocorre devido as políticas publicas, como o FIES e PROUNI. Dessa forma, as políticas de cotas e a criação de novas Universidades públicas também tiveram um papel de peso na democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, enquanto o Brasil avança no acesso à Universidade, os países da OCDE já atingiram uma fase de massificação do ensino superior, com taxas de conclusão superiores. (OCDE, 2019).

Tabela 2 - Evolução das Matrículas no Ensino Superior no Brasil

Décimos	2004 (%)		2015 (%)		2023 (%)	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
10	0,676	0,325	3,009	2,168	5,381	2,859
20	0,759	0,361	5,734	2,663	7,304	3,765
30	1,678	0,291	7,529	4,139	7,713	4,378
40	3,118	1,050	6,717	6,467	9,555	5,550
50	4,074	2,183	8,059	8,602	12,628	9,372
60	6,384	3,182	9,171	8,739	7,593	8,917
70	10,895	7,512	10,839	12,719	10,717	14,824
80	16,450	14,087	13,220	17,461	11,903	16,890
90	23,153	25,960	16,070	18,012	12,891	16,827
100	32,812	45,047	19,651	19,029	14,315	16,617

Fonte: Dados da PNAD 2004, 2015 e 2023

Considerações Finais

A análise da expansão do ensino superior no Brasil revela um cenário complexo, com avanços significativos e desafios persistentes. Desde suas origens, o ensino



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

superior no Brasil passou por um desenvolvimento gradual e muitas vezes desigual. Nas últimas duas décadas, políticas públicas como o ProUni, FIES e ações afirmativas impulsionaram um aumento expressivo no número de matrículas e na diversidade dos estudantes.

No entanto, o país ainda enfrenta grandes desafios em termos de equidade e qualidade no ensino superior. A distribuição desigual de instituições e cursos entre as regiões do Brasil reflete desigualdades socioeconômicas históricas, demandando uma alocação mais equilibrada de recursos. Além disso, comparações com países da OCDE mostram a necessidade de investimentos contínuos na infraestrutura educacional e no apoio a estudantes, especialmente aqueles de contextos socioeconômicos mais vulneráveis.

Referências

CARVALHO, Pedro dos Santos; OLIVEIRA, Daniela Gomes de. Impactos da crise econômica no ensino superior brasileiro. **Revista de Educação**, v. 38, n. 2, p. 121-135, 2022.

COSTA, Pedro Henrique; OLIVEIRA, Maria Lúcia. Expansão e democratização do ensino superior no Brasil: uma análise dos impactos de políticas públicas. **Estudos Econômicos**, v. 51, n. 3, p. 89-115, 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **História da Universidade Brasileira: evolução e desenvolvimentos**. Campinas: Papirus, 2010.

GÓES, Marcus Vinicius; DUQUE, Daniel. **Educação superior e desigualdade no Brasil: uma análise comparativa com países da OCDE**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

HERINGER, Marlene. Políticas públicas e a inclusão no ensino superior: análise da expansão entre 2013 e 2022. **Revista Brasileira de Educação Superior**, v. 25, n. 3, p. 231-248, 2024.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A universidade em ruínas: na trilha dos césores**. Campinas: Autores Associados, 2014.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Reestruturação do ensino superior brasileiro: da reforma de 1968 aos dias atuais**. Florianópolis: EdUFSC, 2002.

OECD. Population with tertiary education (indicator). 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0b8f90e9-en>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SAMPAIO, Helio de Oliveira. **História do ensino superior no Brasil: os desafios da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação superior na América Latina: reformas e realidades**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. Impactos da pandemia de COVID-19 no ensino superior brasileiro. **Educação e Sociedade**, v. 42, n. 153, p. 1121-1145, 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reformas educacionais e crise na educação superior pública no Brasil: o caso das universidades federais**. Campinas: Papirus, 2009.

SILVEIRA, Paulo Rogério; et al. Gastos públicos e desigualdade na educação superior brasileira: uma análise da POF 2017/2018. Brasília: **IPEA**, 2021.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ENTRE O BRASILEIRAMENTO E A FRANCISATION: ETNICIDADE, MOBILIDADE E TERRITORIALIDADE AMERÍNDIA NAS FRONTEIRAS DO CABO ORANGE

*Ramiro Esdras Carneiro Batista*³⁶

Resumo: o texto busca desvelar estratégias de territorialidade e (re)territorialidade praticadas por povos indígenas que historicamente se movimentam na fronteira euroamericana situada no talvegue do rio Oiapoque, caudal que delimita os territórios brasileiro e ultramarino francês na atualidade. Infere-se que a mobilidade transfronteiriça dos povos originários se apresenta como estratégia de resistência as políticas de “nacionalização” dos grupos étnicos, histórica e hodiernamente praticadas pelos estados litigantes como forma de legitimar suas possessões territoriais, ao tempo que tornam suas populações supostamente homogêneas. Tomada a análise aspectos particulares da história étnica dos caribe Galibi Kalinã Tilewuyu na margem brasileira por meio da bibliografia pesquisada aliada as nuances de uma história narrada em termos próprios, discute-se evidências dos impactos do neocolonialismo para a etnicidade dos povos da Amazônia caribenha; ao tempo em que visibiliza-se movimentos de resistência as políticas estatais de caráter assimilacionista por meio da mobilidade transfronteiriça, praticada e/ou permitida aos coletivos indígenas em diferentes marcos fronteiriços do platô das guianas.

Palavras-chave: Territorialidade indígena. Mobilidade transfronteiriça. Povo *Galibi Kali'nã*.

O território amazônico abrange diferentes países sul-americanos, comportando em seu interior milhões de quilômetros quadrados dentre distintos biomas e arranjos socioambientais. Com essa amplitude socioambiental e geopolítica, a região é palco de tensões históricas no que respeita a posse das territorialidades produzidas por seus coletivos afro e indígenas, povos que ao longo da história se movimentaram em rota de colisão e/ou acomodação frente aos distintos regimes de soberania impostos pelas máquinas de guerra colonial, dos quais os atuais estados nacionais à região são herdeiros, potencializando-se, na atualidade, os conflitos territoriais experimentados no passado na medida em que emerge a necessidade de exploração de seus recursos

³⁶ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Contato: esdras@unifap.br



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

naturais, o que tem como consequência o deslocamento de seus povos originários e populações tradicionais.

Nesse aspecto, vale dizer que os marcos fronteiriços ocidentais que se estabeleceram nesta porção da Amazônia guianense representam um desafio contínuo aos povos que nela habitam, visto que são fronteiras demarcadas arbitrariamente, ao sabor dos interesses de empresas e nações coloniais em séculos de história. Por outro lado, as fronteiras quando consideradas desde uma perspectiva originária são relativamente autônomas frente à geopolítica global e tratam com cartografias sociais distintas, formadas e conformadas a partir de relações socioculturais e rotas de escambo distintas, baseadas em redes de parentesco e forjadas por alianças políticas celebradas dentre distintos povos que se movimentam entre o mar do Caribe e o escudo guianense, desde tempos imemoriais.

Nesse sentido, o lugar onde o conceito de fronteira eurocêntrico se aproxima da construção da(s) territorialidade(s) e etnicidades tradicionais seria na consideração das fricções interétnicas que caracterizam estes entre lugares. Atrito e tensão a que os povos guianenses respondem com ritos festivos, competições belicosas, trocas e acordos de paridade (Batista, 2023). Ao passo que os agentes neocoloniais parecem sempre responder com a banalização da violência e a ostentação de seu aparato militar.

Sobre o assunto, Adelar Heinsfeld (2016) propugna que, sob a perspectiva ocidental:

[O] sentido de fronteira não é o de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tende a se expandir. [...] Assim, a fronteira pode ser um fator de integração, “na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociopolíticas e culturais distintas” [...] A fronteira pode ser considerada uma fonte de perigo ou ameaça, pois ela pode desenvolver interesses distintos aos do governo do Estado; já o limite é criado e mantido pelo governo central do Estado, não tendo vida própria, nem mesmo existência material. Assim, o limite não está ligado à presença humana, não sendo mais que uma abstração generalizada na lei nacional. [Assim, o] limite é uma linha fixa, enquanto a fronteira é uma linha móvel[.] (Heinsfeld, 2016, p.31)

Diante da histórica mobilidade das pessoas etnicamente diferenciadas que conhecem e reconhecem seu território de origem e de direito em movimentos circulares, ocupação/movimentação que pode se aproximar ou fazer analogia à noção de fronteira móvel; superpõe-se a fixidez dos limites estatais estabelecidos pela emergência dos



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

estados nacionais guianenses, abstração esta que visa desconhecer uma presença humana antiga, por interesses óbvios.

Para a presente reflexão, não vamos nos ater à polissemia de significados que cercam o conceito de Fronteira, mas considerá-la como o espaço de instalação de uma válvula de escape para as pressões exercidas sobre grupos étnicos autóctones, em atenção à identidade nacional que supostamente deveriam assumir. Para o caso da fronteira binacional (Brasil-França) situada na calha baixa do rio Oiapoque, considera-se que essa faixa territorial é o lugar onde a hibridização de culturas, identidades e comportamentos é mais rapidamente constituída (Turner, 2004), tornando débeis qualquer esforço de impor uma “civilidade” ou identidade linguística de caráter nacional, quer na margem brasileira, quer na margem francesa do caudal.

Cumprе assinalar ainda que essa fronteira franco-brasileira atual constituiu-se por 730 quilômetros de uma linha fronteira contínua entre os dois países, perfazendo todo o talvegue do rio Oiapoque. Nesse sentido, o rio constitui a particularidade de fazer do Brasil o país que compartilha da maior faixa fronteira com a República francesa, mesmo se consideradas todas as suas outras possessões ultramarinas (Cavlak, 2017). Embora não se reconheça na legislação dos países limitantes um marco jurídico específico que reconheça o direito de circulação tranfronteira dos povos indígenas nessa guiana franco-brasileira, é fato que seus povos mudam de borda fronteira mediante decisões próprias e ao arpejo das fronteiras nacionais estabelecidas. Esse é o caso dos Aruaque *Palikur Arukwayene*; os Tupi *Karipuna* e os Caribe *Galibi Kalinã*, sobre quem nos detemos no presente texto.

O Povo *Galibi Kalinã* e a (im)pertinência do conceito de imigração

Como apontamos, a disputa pela ocupação dos nichos ecológicos e a posse das riquezas antropogênicas da fronteira setentrional franco-brasileira experimentam de profundidade no tempo e no espaço, sendo denunciadas pela profusão de nomes que o referenciam, território genericamente identificado na atualidade como *Guayana* (lugar onde nascem as águas), segundo a designação de etimologia *Tupi*. No título de nosso texto, consideramos a toponímia originada pela colonização holandesa usada até o presente (Cabo Orange), assinalando que outras nomenclaturas foram historicamente utilizadas por diferentes agentes coloniais como pretensa declaração de posse.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Mesmo que a história guianense de longo alcance registre a arbitrariedade da produção de marcos fronteiriços na região, cumpre dizer que as peculiaridades dos processos de territorialização ameríndia interferiram nos posteriores recortes nacionais, visto que as alianças e dissonâncias entre as nações autóctones e as bandeiras dos colonizadores e/ou estados nacionais produziram e condicionaram, em alguma medida, a formação dos novos recortes territoriais sem que se resumissem a elas (Oliveira, 2011).

Reitera-se que embora inexista por parte dos estados nacionais da região um marco jurídico específico que reconheça o direito de circulação tranfronteiriça dos povos guianenses – em respeito às suas territorialidades ancestrais –, essa fronteira guarda um histórico de permeabilidade a pessoas oriundas de distintos sistemas de migração, tais como o europeu, africano, caribenho e asiático, desde os séculos passados até o presente momento (Joseph, 2022). Esta permeabilidade e o consequente esgarçamento dos limites nacionais daqueles que se consideram como os habitantes das guianas, encontram-se devidamente ilustradas pelo caso da migração de famílias do povo *Galibi Kalinã*, naquela oportunidade de nacionalidade supostamente francesa, mas que se (re)territorializaram e (re)nacionalizaram na guiana brasileira a partir da segunda metade do século XX.

Esta assim considerada “imigração” e consequente reterritorialização dos *Galibi Kali'nã* que realizou-se em busca de um idílico “país dos índios” (Vidal, 2010), propõe que o processo de desobediência civil e reterritorialização protagonizado por esse povo em terras brasileiras, feita ao arrepio das ordens do governo francês a época, quer demonstrar que as faixas de fronteira constituem importantes espaços de recomposição étnica e territorial dos povos subalternizados pelos pactos coloniais, explicitando que a resistência ao apagamento dos modos de sociabilidade dos originários também é reificado pela arte da fuga. Do mesmo modo, é possível inferir que as práticas colonialistas operacionalizadas por diferentes estados ao redor do globo, guardam alguma convergência entre si. É fato que os nacionalismos que surgem em nosso cotidiano nada mais são que o resultado da mão de ferro dos estados impondo seu predomínio administrativo, legal, linguístico e cultural sobre aqueles a quem se convencionou a chamar de minorias étnico-raciais.

Do consolidado histórico organizado por Lux Vidal (2000; 2010) em relação à “imigração” *Kali'nã-Tilewuyu* em direção ao território brasileiro por volta de 1950,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

visibiliza-se que na margem brasileira eles não tiveram melhor sorte que no território ultramarino francês, visto que chegaram ao Brasil em um contexto político em que este estado arremetia contra as territorialidades e modos de sociabilidade dos povos e populações tradicionais por meio de projetos de escolarização rural. É assim que, resistindo à política de assimilação de base franco-guianense, percebe-se que os *Kalinã* se reterritorializaram nos próprios termos e foram incorporados ao projeto de “brasileiramento” da população ameríndia da região do Baixo Oiapoque, projeto nacionalista realizado naquele período às expensas do Ministério da Guerra e o seu preposto, o Serviço de Proteção do Índio (SPI) do Brasil que posteriormente se transformaria, sob os auspícios da ditadura civil-militar, na Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Esse processo de escolarização compulsória não se deu sem resistências implícitas ou explícitas, visto que o projeto de uma escola na nova aldeia *Kalinã* sofreu mudanças de direção em atenção a própria experiência que esse mesmo povo havia experimentado com a escolarização de inspiração franco-holandesa, no interior da guiana francesa no início do século XX (Batista e Jean Jaques, 2020).

Implícita no curso da história da migração destes supostos “índios franceses” para a Amazônia brasileira em meados do século XX, está uma percepção própria de que os mesmos furaram o bloqueio imposto pela fronteira política e geográfica dos estados limitantes baseados em modalidades próprias de territorialidade/reterritorialidade, e em atenção às fronteiras constituídas em uma Guyana ancestral que prevalecem na memória indígena.

Concluindo: a mobilidade transfronteiriça como escape a pressão estatal

A julgar pelo exposto na memória da imigração dos *Galibi Kalinã* realizada em direção a Amazônia brasileira em meados do século passado, podemos inferir que as faixas de fronteira nacionais são, há um só tempo, espaços de experimentação de tensões entre princípios de identidade étnica, cultural e nacional que permitem – com maior ou menor grau de violência e arbitrariedade – que as assim denominadas minorias étnicas subalternizadas no processo de invenção dessas fronteiras escapem ao determinismo delas; ao tempo em que tornam obsoletos alguns conceitos normativos como os de migração/imigração, por se tratarem de ocidentalismos que



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

necessitam de revisão legal, quando tratamos de legislação internacional aplicável aos povos e as populações tradicionais.

Nesse sentido, a discussão hodierna que permeia o direito internacional sobre a necessidade de pensar em modalidades de pluralismo jurídico vão de encontro à possibilidade de reconhecimento do direito de circulação de pessoas e povos indígenas em contexto de mobilidade internacional, positivando o direito de circulação daquelas pessoas cuja história étnica e socioambiental permita uma noção ampliada de mobilidade, dentre novas e velhas fronteiras nacionais.

Referências Bibliográficas

Batista, Ramiro Esdras Carneiro. 2023. De Colonialismos e Memórias Sitiadas: história, antropofagia e tecnologia bélica nas guerras guianenses. 346 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém/PA. (Inédita).

Batista, Ramiro Esdras Carneiro e Jean Jaques, Valber Rogério dos Santos. 2020. Educação Escolar e Povos Indígenas na Amazônia: colonialidades e agenciamentos entre os Kali'nã-Tilewuyu nas fronteiras guianenses *In: Educação em Diferentes Espaços Sociais*. Organizado por M.Z.C. Almeida et all, p. 48-58. Belém: Ed. Folheando

Cavlak, Iuri. 2017. Introdução a História da Guiana Francesa. Rio de Janeiro: Macapá: Ed.

Heinsfeld, Adelar. 2016. A fronteira: historicidade e conceitualização, *in História da Fronteira Sul*. Organizado por J. C. Radin, D. J. Valentini & P. A. Zarth, pp. 25-42. Chapecó: Ed. UFFS.

Joseph, Handerson. 2022. A mesa-redonda, in *Direitos Humanos na Amazônia e seus desafios*. Manaus: ANPOCS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UUL8pToQ3KM> Acesso em 23 mar. 2022.

Oliveira, João Pacheco de. 2011. *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Turner, Frederick Jackson. 2004. O significado da fronteira no Oeste Americano, in *Oeste Americano: 4 ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Organizada por P. Knauss, pp. 25-26. Niterói: EDUFF.

Vidal, Lux Boelitz. 2000. *De Mana ao Oiapoque: a trajetória de uma migração*. R. USP (46):42-51. Disponível em <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-C5&q=de+mana+ao+oiapoque&btnG=>>> Acesso em 11 fev. 2020.

V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

_____. 2010. *Narrativas e Memória de um Chefe Galibi do Oiapoque - Relato do Sr. Geraldo Lod sobre a viagem que o grupo Galibi Kali'na Tilewuyu realizou em 1950, da Mana, Guiana Francesa, ao Oiapoque.*



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Exclusão Transfronteiriça: experiências de mobilidade na Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú

Yulliam Moncada¹

I. Introdução

Este trabalho concentra-se na exclusão transfronteiriça entre os países que compõem a chamada Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina); com destaque na nacionalidade dos indivíduos que desejam atravessar os limites internacionais, como a principal causa dessa exclusão, além de características étnico-culturais e sociais que influenciam suas experiências.

O objetivo deste estudo é demonstrar como as fronteiras atuam simultaneamente como barreiras e membranas permeáveis, unindo e dividindo uma mesma região. Embora a Tríplice Fronteira seja amplamente reconhecida por sua abertura e interações comerciais, a mobilidade transfronteiriça não é equitativa para todos. Este artigo destaca as desigualdades que permeiam o acesso à fronteira, enfatizando fatores como nacionalidade, classe social, distinção social e aspectos étnico-culturais que influenciam a experiência dos migrantes.

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando relatos pessoais como fonte de dados. As narrativas foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, focando nas experiências de mobilidade e nos desafios enfrentados na interação com as fronteiras. O enfoque analítico destaca a relação entre a experiência individual e as políticas migratórias, além da construção de identidades.

A partir de quatro relatos, exploraremos os aspectos da mobilidade transfronteiriça. O primeiro é a experiência de Aristides Samuel, um moçambicano que reside em Foz do Iguaçu há um ano para realizar seus estudos de mestrado. Durante sua jornada, ele enfrentou diversos obstáculos impostos pela legislação argentina para conseguir entrar em seu território, inclusive para participar de uma viagem de

¹ Doutoranda do PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste de Paraná



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

estudos. Além disso, Aristides lidou com as arbitrariedades das autoridades paraguaias, que o submetem a revisões constantes sempre que visita o país vizinho.

Emmanuel, um estudante de doutorado haitiano, também encontrou barreiras legais ao tentar cruzar para a Argentina. Ele foi impedido de realizar uma viagem de estudos devido à exigência de visto, mesmo tendo conseguido fazê-lo sem problemas anos antes. Essa comparação entre suas experiências anteriores e atuais revela como as regras migratórias mudaram ao longo do tempo, evidenciando que a rigidez das fronteiras pode funcionar como um dispositivo de poder que reforça hierarquias entre as nações.

Luiz Vicente, residente em Foz do Iguaçu há mais de dez anos, compartilha em seu relato a importância da nacionalidade no momento de tentar entrar em um país vizinho. De origem cabo-verdiana e com nacionalidade portuguesa, ele não conseguiu visitar Puerto Iguaçu como cidadão de um país africano, mas sim utilizando um documento europeu. A análise de sua experiência revela como as políticas de mobilidade variam com base na nacionalidade e como a posse de documentos adequados pode facilitar a entrada em outros países

Por fim, o relato de Wendy Ledix, estudante de doutorado haitiano e residente na região fronteira há cerca de dez anos, descreve uma experiência anterior de livre passagem pela fronteira, que se alterou com a introdução da exigência de visto para cidadãos haitianos. Sua narrativa destaca a diferença entre atravessar a fronteira de carro e a pé, ilustrando como esses distintos modos de travessia influenciam a experiência migratória. A análise de sua situação revela as complexidades das políticas de imigração e como elas impactam a vida cotidiana dos residentes na fronteira.

Os quatro relatos coincidem na dificuldade de atravessar a fronteira internacional entre Foz do Iguaçu, no Brasil, e Puerto Iguazú, na Argentina, devido à exigência de visto para os países de origem dos viajantes. Mesmo sendo portadores de documentos de residentes estrangeiros no Brasil, esses indivíduos enfrentam as restrições impostas pelas autoridades migratórias. Além disso, o trânsito para a cidade vizinha de Ciudad del Este, no Paraguai, também apresenta desafios, ao contrário do que se poderia imaginar. Cidadãos de países africanos e caribenhos também



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

precisam de visto para viajar além da zona fronteiriça, ou seja, para ingressar no interior do Paraguai. Os entrevistados relataram, ainda, experiências incômodas durante a fiscalização das autoridades ao retornar do Paraguai para o Brasil.

II. Relatos de experiência Emmanuel Samuel

Emmanuel é haitiano, doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), em 2024 participou como aluno especial do programa de doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), na disciplina Migrações, Memórias e Fronteiras. No contexto dessa disciplina, estava prevista uma visita técnica à tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, com o objetivo de refletir sobre a preservação jesuítico-guaraníica e sua relevância na construção identitária das nações contemporâneas. No entanto, ao chegar à aduana argentina, Emmanuel foi impedido de atravessar a fronteira.

“Pois bem, durante essa visita, no transporte, fui barrado. Quando cheguei na aduana da Argentina, ao sair do Brasil, acho que era por volta das três e meia da madrugada, e chegamos lá às quatro da manhã. Era julho, fazia muito frio. Pediram que eu descesse porque não poderia entrar.

A única explicação dada foi que, conforme as convenções internacionais ou bilaterais entre a Argentina e o Haiti, um cidadão haitiano não pode entrar sem visto. Para mim, foi lamentável, pois estava muito entusiasmado para realizar essa visita técnica no âmbito da disciplina. Fiquei muito triste por não ter conseguido atravessar. Estava animado, mas também fazia muito frio, 8 ou 10 graus, e, vindo de um país tropical, estou acostumado a temperaturas entre 30 e 34 graus, como é comum no Caribe. Assim, fiquei das 4 até as 6 da manhã esperando o ônibus para voltar ao centro de Foz. Foi uma experiência muito difícil.

No entanto, como acadêmico, tentei ir além da simples questão de ter sido barrado. Não queria ver isso apenas como uma questão fronteiriça ou jurídica, ligada à necessidade de visto. Muitas coisas me chamaram a atenção. Primeiro, eu fui o único a não conseguir atravessar. Quando o motorista recolheu todos os passaportes e entregou à imigração, fui o único impedido de seguir. Isso me fez pensar sobre



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

identidade, outras coisas foram a identidade e a nacionalidade, aspectos sem dúvida que influenciaram a decisão”.

Aristides Samuel

Aristides Samuel, um estudante moçambicano que reside em Foz do Iguaçu há um ano para realizar seu mestrado, compartilhou uma experiência marcante sobre as dificuldades de mobilidade transfronteiriça. Embora não tenha sido barrado fisicamente ao tentar cruzar a fronteira entre Brasil e Argentina, ele enfrentou um obstáculo sistêmico. A situação ocorreu quando planejava participar de uma viagem acadêmica para Puerto Iguazú, na Argentina, mas foi impedido pelas regras que regem a circulação na região fronteiriça.

“Inicialmente, eu acreditei que a instituição tivesse algum mecanismo para lidar com as burocracias que envolvem alunos estrangeiros, especialmente em uma região de fronteira que recebe estudantes de várias nacionalidades. Pensava que haveria algum processo para facilitar essa circulação, unindo a prática à teoria no ensino.

Quando a instituição não dispõe de tais mecanismos, isso acaba refletindo uma espécie de "tráfico de desigualdade". Sentimo-nos inferiores em relação aos outros. Essa situação afetou minha percepção e a minha participação nas atividades que ocorreram após a viagem. Não pude experienciar ou interagir com o local como os meus colegas, o que certamente influenciou minha análise das imagens capturadas durante a visita. Nenhuma das fotos que vi expressava o que eu teria sentido se estivesse lá.

O fato de termos sido impedidos de realizar essa viagem revelou que não são apenas as fronteiras geográficas que impedem nosso desenvolvimento acadêmico, mas também as fronteiras legislativas. A lei nos obriga a arcar com custos elevados para visitas acadêmicas rápidas. No meu caso, foram 120 reais, mas para outros, como Emmanuel, pode ter sido ainda mais caro.

Essa situação aponta para a necessidade de se criar mecanismos de inclusão para estudantes estrangeiros em regiões de fronteira, pois, enquanto os brasileiros cruzam a fronteira com facilidade, eu, como moçambicano, e Emmanuel, como haitiano, não tivemos essa mesma liberdade. Nossos documentos, como o passaporte



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

e o Registro Nacional de Imigrantes (RNM), parecem não ter valor algum nessa situação.”

Luiz Vicente

“Como cabo-verdiano, eu não posso entrar na Argentina sem visto, certo? A Argentina tem um acordo de circulação livre com os países da União Europeia e alguns outros países europeus, além dos Estados Unidos e Canadá. Eu não sei se isso vale para o México também, mas sei que os países da América Central têm regras diferentes. Então, como cabo-verdiano, não posso entrar na Argentina sem visto, e uma vez, ao tentar entrar, fui barrado.

Na época, eu já possuía o RNE (Registro Nacional de Estrangeiros), equivalente ao RG para residentes no Brasil, e estava legalmente no país. Fui mal informado de que, com o RNE, eu poderia entrar na Argentina. Não lembro exatamente onde recebi essa informação, mas segui acreditando nela. Estava com familiares que vieram de São Paulo, e fomos todos juntos tentar entrar na Argentina. Na aduana, entregamos os documentos. Meus familiares apresentaram o RG,

mas o policial argentino disse que todos podiam entrar, exceto eu, apontando para mim. Já suspeitava que isso pudesse acontecer, então questionei dizendo que tinha o RNE e que me informaram que isso seria suficiente para entrar. Ele, de maneira brusca, respondeu: "Estou dizendo que não pode". Assim, voltamos.

Os outros também decidiram não entrar e voltamos todos. Eu também tenho nacionalidade portuguesa, mas, na época, não estava com os documentos portugueses, que ainda estavam em processo, acho que o passaporte, em Curitiba. O processo era demorado e, por isso, não o levei naquele momento.

Algum tempo depois, quando já tinha a documentação portuguesa, entrei na Argentina sem problemas. Não me pediram mais nada, e, desde então, entro apenas com a CNH. Uma vez, apresentei a CNH, e eles registraram meus dados como cidadão português. Agora, teoricamente, só preciso da CNH para entrar, sem a necessidade de apresentar o passaporte. Contudo, como cabo-verdiano, precisaria de visto”.

Wendy Ledix



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

“Como haitiano, antigamente eu conseguia atravessar a ponte internacional Tancredo Neves para entrar no território argentino sem problemas. E, de um tempo para cá, passaram a exigir visto para haitianos. Antigamente, não. Até porque muitos haitianos, saindo do Haiti, entravam na Argentina sem problemas.

E eu que morava, e ainda moro de forma esporádica em Foz do Iguaçu, eu atravessava sem problemas. Eu me lembro já ter ido na Argentina, fiquei uma semana em Buenos Aires. Mas o que foi exigido é a passagem. A passagem foi exigida, a passagem ida e volta de ônibus.

Eles têm que ver que você ia voltar para liberar a entrada. Mas a gente entrava, como haitianos, os haitianos entravam sem problemas.

Como eu disse, de um tempo para cá, tudo mudou. Porém, quando eu estou de carro, eu entro sem problemas pela fronteira. Por quê? Porque eu apresento a minha CNH, que é a Carteira Nacional de Habilitação. É um documento que eu tirei aqui no Brasil para poder dirigir. E tem uma outra garantia, que é o carro. Aí, o fato de eu entrar de carro já justifica que eu vou voltar.

Então, eles me liberam. No caso, eu só ia para Puerto Iguaçu, tanto com os amigos, para visitar, para conhecer, ou para comprar um vinho, ou algo do tipo, para ir em um restaurante. Então, eu consigo entrar, neste caso. Mas se eu for a pé, para entrar como haitiano, não. Eles não vão me deixar entrar”.

III. Discussão

Os espaços fronteiriços não são fáceis de definir; sua essência é contraditória. Eles têm a capacidade de se contrapor e, da mesma forma que unem, também dividem. São lugares de encontro e desencontro, de reconhecimento e estranhamento, sendo, simultaneamente, uma coisa e outra. O pesquisador mexicano José Manuel Valenzuela a define assim:

“Las fronteras aluden a los confines, a los límites, a lo que se encuentra enfrente. Las fronteras implican posiciones definidas en condiciones relacionales con distintos niveles de asimetría. Las fronteras son espacios liminales, puertas, umbrales o entradas... así como salidas, inicios, otredades y alteridades que nos (re)definen. Las fronteras anticipan, preludian, son proemios geosociales y espacios connotados como geosímbolos que definen Estados y territorios, significan espacios y visibilizan adscripciones o distinciones identitarias, son límites liminales, espacios de certezas y ambigüedades, umbrales de encuentro de elementos que corresponden a tiempos y espacios diferentes. Las fronteras son espacios que se validan al negarse, conformaciones que se construyen desde la otredad que las niega, las atenúa o las atrinchera. Por eso, las fronteras no



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

pueden escapar al prefijo trans que las define como espacios transitivos, transbordos, transportes, trasposos, transas y transacciones” (Valenzuela, 2014, p.10)

A citação oferece um panorama abrangente sobre as fronteiras, vistas como espaços de limitação e simultaneamente de conexão, envolvendo um conjunto de relações que (re)definem identidades e expressam diversas formas de alteridade. Nesse contexto, os relatos analisados sobre as dificuldades de mobilidade na Tríplice Fronteira entre Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) fornecem um exemplo concreto de como a fronteira atua como um espaço liminar, que tanto permite quanto limita o trânsito entre diferentes identidades nacionais e culturais.

O conceito de fronteira como "umbral" ou "puerta" se destaca, pois, nesses relatos, ela se torna um espaço de ambiguidade e incerteza, onde o direito de circular depende de fatores como nacionalidade e etnia. Esse tipo de barreira evidencia a fronteira como um "geosímbolo", que reforça distinções sociais e nacionais. A fronteira, ao "se validar ao negar-se", transforma-se em um espaço contraditório: por um lado, promete mobilidade, enquanto, por outro, limita quem pode ou não transitar livremente, dependendo de fatores como a origem africana ou caribenha dos indivíduos, ou seus vínculos com contextos considerados de risco sociopolítico.

Essas experiências reforçam a noção de que a fronteira não é apenas uma linha divisória física, mas também uma construção sociocultural onde identidades são afirmadas ou rejeitadas. Ao ser um "espaço transitivo", a fronteira também revela como o trânsito e a mobilidade podem ser seletivos e, muitas vezes, restritivos para certos grupos, destacando as assimetrias de poder que permeiam as relações transfronteiriças. Dessa forma, a Tríplice Fronteira funciona não apenas como um ponto de encontro entre diferentes nações, mas também como um espaço que revela as complexas interseções entre identidade, nacionalidade e as normas de controle impostas pelos Estados, promovendo encontros que, ao mesmo tempo, reforçam exclusões e desafios à livre circulação para alguns.

IV. Considerações finais

Os depoimentos analisados revelam que a mobilidade transfronteiriça na Tríplice Fronteira não é uma experiência homogênea. Ao contrário, ela é



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

profundamente moldada por fatores como nacionalidade, classe social e características étnico-culturais. As fronteiras, enquanto espaços contraditórios, funcionam simultaneamente como barreiras e membranas permeáveis, limitando ou facilitando o trânsito de pessoas de acordo com políticas migratórias muitas vezes arbitrárias. A rigidez dessas fronteiras, que pode ser intensificada ou suavizada, serve como um dispositivo de poder, reforçando hierarquias entre os países e suas populações. Em última instância, as experiências relatadas expõem as injustiças e desigualdades que permeiam a mobilidade transfronteiriça, revelando como essas políticas afetam diretamente a construção de identidades e a vida cotidiana dos migrantes.

Através dos relatos de Aristides, Emmanuel, Luiz e Wendy, este artigo contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que moldam a experiência de fronteira, ressaltando a necessidade de políticas migratórias mais inclusivas e justas.

Referências bibliográficas

SILVA, Tomás Tadeu (org.) Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 2da edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003

VALENZUELA, José Manuel (Coord.) Transfronteras. Fronteras del mundo y procesos culturales. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2014.

Entrevistas:

LEDIX, W. Entrevista sobre sua experiencia como haitiano atravessando a fronteira com destino a Puerto Iguazú (Argentina). Entrevistadora: Yulliam Moncada. Duração 0:13:55hr. Foz do Iguaçu, 15 de outubro de 2024. 13.35 hrs

SAMUEL, A. Entrevista sobre sua experiencia como africano atravessando a fronteira com destino a Puerto Iguazú (Argentina). Entrevistadora: Yulliam Moncada. Duração 0:20:21hr. Foz do Iguaçu, 23 de setembro de 2024. 10.20 hrs

SAMUEL, E. Entrevista sobre sua experiencia como haitiano atravessando a fronteira com destino a Puerto Iguazú (Argentina). Entrevistadora: Yulliam Moncada. Duração 0:12:19hr. Foz do Iguaçu, 23 de setembro de 2024. 08.10 hrs



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

VICENTE, L. Entrevista sobre sua experiência como africano atravessando a fronteira com destino a Puerto Iguazú (Argentina). Entrevistadora: Yulliam Moncada. Duração 0:15:43hr. Foz do Iguaçu, 14 de outubro de 2024. 10.52 hrs



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

FLUXOS MIGRATÓRIOS PARAGUAIOS NA TRIPLICE FRONTEIRA E A INSERÇÃO NO SETOR DE FRIGORÍFICOS EM MEDIANEIRA - PARANÁ

Claudimara Cassoli Bortoloto³⁷

Maria Lúcia Frizon Rizzotto³⁸

Marina Lima Magalhães da Cunha³⁹

Introdução

Em 2022 e 2023, foi realizado uma pesquisa para mapear o perfil dos imigrantes que vivem em Medianeira afim de identificar se os frigoríficos os atraíam a migrar. A pesquisa se desenvolveu em parceria com o município, através da Secretaria de Assistência Social que forneceu dados do Cadastro Único. Nesse sentido, esse estudo buscou analisar as relações de trabalho e formas de vivências entre trabalhadores paraguaios, por ser considerado o maior grupo migratório em Medianeira até 2023, além de estarem em região limite fronteira e por isso desenvolverem relações de vida que fogem dos mecanismos de controle impostos pelo Estado. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário semi-estruturado, entre agosto de 2022 a fevereiro de 2023. A amostra consistiu de 138 imigrantes, sendo 53 paraguaios, que são destaque nessa pesquisa. As discussões sobre os principais resultados dessa pesquisa trazem o conceito de fronteira e a mobilidade social, posteriormente discute a imigração paraguaia em Medianeira e a sua vinculação com o setor de frigoríficos.

³⁷ Doutora em Ciências Sociais - UNESP Araraquara. Professora efetiva da UTFPR Medianeira e professora em colaboração técnica com o Instituto Federal de Cascavel. Membro do Grupo de pesquisa em Políticas Sociais GPPS – e Laboratório de ensino, pesquisa e extensão "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" LAFRONT. Email: claudibortoloto@yahoo.com.br

³⁸ Professora Sênior na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), com Graduação em Enfermagem (1982). Atualmente vinculada ao Programa de Mestrado e Doutorado em Biociências e Saúde (Unioeste/Cascavel) e Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira (Unioeste/Foz do Iguaçu). Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais (GPPS), Email: marialuciarizzotto@gmail.com

³⁹ Graduanda em Engenharia Elétrica da UTFPR Medianeira. Email: mlima2302@gmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Fronteira e mobilidade social

As fronteiras são espaços não só caracterizados por demarcações geográficas, ou limítrofes, mas também de vivências sociais que extrapolam as formas de controle sobre os sujeitos sociais que vivem as relações transfronteiriças Rodriguez (2015). O limite serve para impor o poder do Estado, sua autoridade, além de instituir a diferenciação socioespacial relacionada ao povo que o circunda, sendo o princípio e o fim do espaço geográfico, diferenciado e ocupado, sob o domínio de um grupo social, que se identifica pela sua ligação com um território nacional.

Sobre as vivências na fronteira, Cardin (2014) ressalta que existem muitas formas de se vivê-las, passando despercebida pela maioria dos trabalhadores que vivem nessas regiões, os quais cotidianamente, sentem a mobilidade na fronteira como parte de seu cotidiano. Os moradores das comunidades fronteiriças vivenciam essas sensações de mobilidade de maneira mais naturalizada, incorporando as fronteiras em seu cotidiano e, assim, integrando-as na organização das estratégias essenciais ao desenvolvimento de suas práticas sociais. De acordo com Cardin (2014, p.43) “A fronteira corresponde a um elemento presente e constante na vida e nas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos sujeitos que vivem na e da fronteira”. Assim, existe uma imposição jurídica pelos Estados nacionais que não conseguem chegar a todos os sujeitos que possuem mobilidades nas fronteiras, quais agem de forma a ignorar a legalidade jurídica com as relações de trabalho que os obrigam a se submeterem nesses espaços, como ocorre com centenas de paraguaios que vivem na área fronteiriça como o município de Medianeira.

Os imigrantes na tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina

O marco da imigração paraguaia conforme Sala e Carvalho (2008) e Valentino (2018) foi a Guerra da tríplice Aliança (1864–1870) que causou impactos demográficos, econômicos e crise prolongada que incentivou a busca por oportunidades fora do país.

Na região da tríplice fronteira, autores como Catta (2003) e Cardin (2011) destacam o impacto da construção da Usina de Itaipu, que atraiu imigrantes. Após



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

a conclusão da obra, muitos trabalhadores foram incorporados ao comércio informal entre Brasil e Paraguai, incluindo sacoleiros e laranjas. Esses trabalhadores, marginalizados pela imprensa e instituições como a Receita Federal, sofreram repressão crescente a partir de 2004, com fiscalização intensificada e estigmatização de suas atividades.

Cardin (2011) observa que essa marginalização foi reforçada por acusações de concorrência desleal e associação ao contrabando. Até os anos 2000, pouco se discutia sobre as condições de trabalho na tríplice fronteira, em especial no município de Medianeira, mas estudos recentes, como os de Bortoloto et al. (2021), mostram o aumento de paraguaios na indústria de frigoríficos em Medianeira, especialmente a partir de 2010. Dados da Polícia Federal de 2024, indicam a presença de 127 paraguaios, dos quais 67 são mulheres e 60 são homens (BRASIL, 2024). É importante destacar que esses são dados oficiais, baseados no controle estatal sobre a mobilidade na fronteira, e que tais números não refletem a dinâmica vivida na região, que certamente apresentam cifras maiores. Um exemplo disso é a quantidade de imigrantes identificados pelo CRAS. Em 2024 o quantitativo de imigrantes geral entre todos os países é de 920, desses 467 são paraguaios (Medianeira, 2024). A disparidade entre os registros da Polícia Federal e do CRAS, comprovam a mobilidade na fronteira, sendo essa resultante das práticas e estratégias de vida daqueles que a vivem, que foge aos controles oficiais do Estado (Cardin, 2011).

Dentre as funções desempenhadas por trabalhadores paraguaios no Brasil, ganham destaques as relacionadas ao comércio entre Brasil e Paraguai com os sacoleiros e laranjas Cardin (2011). Sobressaem também, atividades domésticas, em que mulheres paraguaias se deslocam para trabalhar no município de Foz do Iguaçu, como apontaram Ferreira e Cardin (2022), e atualmente ganha destaque o trabalho de paraguaios no setor de frigoríficos (Bortoloto et al., 2021).

A presença dos paraguaios no Brasil, deve ser explicada e entendida a partir da própria conjuntura do Paraguai, que passou pela guerra da Tríplice Aliança que arrasou o país, associado a concentração fundiária e empobrecimento de muitos e um processo industrial pouco atrativo, que não tem garantido a empregabilidade



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

de parte considerável da população. Em um artigo produzido pela BBC em 2023 sobre a atual situação política e econômica do Paraguai, é ressaltado a seguinte realidade:

Desde que o Paraguai emergiu de 35 anos da ditadura do general Alfredo Stroessner, em 1989, crises políticas, corrupção e problemas econômicos marcaram sua frágil democracia. Cerca de um quarto dos paraguaios vive abaixo da linha de pobreza nacional, o que faz com que o país tenha grandes desafios sociais, entre eles moradia - quase a metade dos paraguaios vive em moradias inadequadas. Grande parte das terras no Paraguai pertence a um pequeno número de indivíduos, e sucessivos governos têm sido lentos em implementar uma reforma agrária (BBC News Brasil, 2023, p. 01).

A situação do Paraguai contrasta com a realidade de imigrantes que passaram a vender sua força de trabalho na região de fronteira, como no município de Medianeira que possui grande parte de sua atividade econômica dependente do setor de frigoríficos de suínos e aves, marcado por uma organização produtiva baseada no fordismo/taylorismo, com relações de trabalho mecânicas e repetitivas, e alta rotatividade de trabalhadores. Os paraguaios se inserem nesse contexto, e como veremos, passam a ter o setor de frigoríficos como umas das principais atividades de incorporação produtiva. Esse fenômeno foi tão impactante que Sala e Carvalho (2008) destacam o Paraguai até 2008 como o país com o maior número de emigrantes no Cone Sul, impulsionado por um duplo processo: a espoliação da população pelo governo paraguaio e a abertura das fronteiras para imigrantes. Segundo esses autores, a imigração paraguaia para o Brasil teve seu maior fluxo na década de 1990, com o Paraná sendo a região que mais recebeu esses imigrantes, abrigando quase 40% da população paraguaia no país (Sala e Carvalho, 2008). A industrialização das regiões fronteiriças no Paraná e em Santa Catarina, juntamente com as relações comerciais entre fronteiras e as maiores oportunidades de trabalho para mulheres paraguaias no serviço doméstico no Brasil, explicam o aumento do fluxo migratório para essas áreas limítrofes. Medianeira, uma cidade próxima à fronteira e vizinha a Foz do Iguaçu, tem registrado um número expressivo de imigrantes paraguaios, que conforme dados dessa pesquisa, indicam que se intensificou a partir de 2010 nesse município.

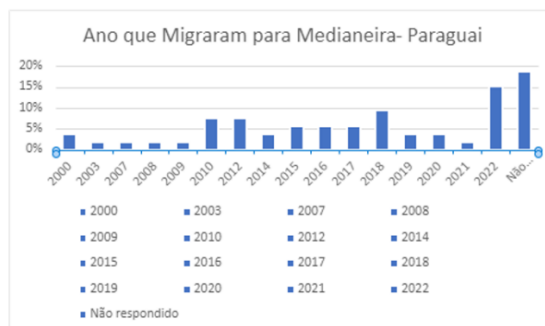


V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Gráfico 1: Ano de migração de paraguaios para Medianeira



Fonte: Organização dos autores (2023)

O gráfico acima, demonstra o período de imigração da população entrevistada, ressalta que há uma tímida presença desses imigrantes nos anos 2000, crescendo posteriormente ao ano de 2010, com destaque para 2018 e 2022.

A pesquisa de campo também indicou que a condição econômica do Paraguai aparece na fala de muitos como um dos principais fatores para a migração para Medianeira, todos buscam trabalho devido ao desemprego no país de origem, o que já fora também constatado por Bortoloto et. al. (2021). A maioria dos entrevistados vinham de regiões agrícolas, e trabalhavam em terras de familiares ou como empregados em grandes plantações. A localização de Medianeira, próxima à fronteira, demonstra que esses imigrantes vêm direto para o município, onde 83% deles, ressaltaram terem migrado direto do Paraguai. Além da região fronteiriça possibilitar esse deslocamento, outros fatores contribuem para a migração como as redes de apoio, sejam elas étnicas, familiares ou institucionais (Bortoloto, 2021).

No entanto, a migração recente de paraguaios para Medianeira, indica conforme visto acima, que a presença deles ocorre num contexto diferente de migrações, não mais para realização de trabalhos rotineiros de serem realizados como o trabalho doméstico ou laranjas, mas inserem-se na produção de proteínas, tornando-se como demais grupos imigratórios como venezuelanos e haitianos, um exército de reservas para essa cadeia produtiva.

O gráfico 2, apresenta as principais atividades produtivas realizadas por esses imigrantes em Medianeira.



Gráfico 2: Tipo de trabalho que desempenha em Medianeira atualmente



Fonte: Organização das autoras (2023)

As atividades dos paraguaios indicam que a maior parte dos que estão trabalhando, conforme os dados revelados pela pesquisa, corresponde a 74%, e, desses, 51% possuem carteira assinada. As funções desempenhadas por eles se concentram em atividades ligadas aos frigoríficos como auxiliar de produção e pegador de frango, sendo essa uma função realizada principalmente nos finais de tarde e durante as madrugadas, períodos em que as aves são retiradas dos aviários e levadas para os frigoríficos. De acordo com o veículo de comunicação da cidade, Medianeira atingiu a 25ª posição das cidades paranaenses que mais geraram emprego em 2023, a maior parte das vagas advém do setor de frigoríficos (Guia Medianeira, 2023). A organização do trabalho formal na rede de frigoríficos indica que aqueles que desempenham atividades como auxiliar de produção e corte possuem carteira assinada, já que os frigoríficos devem atender à legislação trabalhista. No entanto, aqueles que trabalham como pegadores de frango, função que desempenham com mais frequência, estão em situação irregular no país e não possuem carteira assinada.

As condições de trabalho em Medianeira, embora marcadas por baixo salário e parte da população paraguaia trabalhando na informalidade e residindo em moradias precárias, indicam que melhorar a condição de vida impulsiona as relações laborais na fronteira, que permitem estarem em outro país, ainda



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

próximos da família e do país de origem, podendo deslocar-se frequentemente entre os países, devido ao descontrole do Estado sobre essa mobilidade.

Considerações finais

A tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina indica a mobilidade da fronteira permeada nas condições de vida de imigrantes que cruzam esses espaços nacionalmente demarcados, como forma de soberania nacional de cada território estatal, e mostra que as relações de vida na fronteira ultrapassam os mecanismos de controle que na perspectiva do estado delimita um território. A histórica mobilidade de paraguaios para o Brasil se dá em diferentes fases, porém todas elas relacionadas a formas de exclusão do povo paraguaio das principais políticas de desenvolvimento desse país, que num primeiro momento beneficia estrangeiros e grandes proprietários de terras, com uma industrialização incipiente, situação não alterada até então, que impulsiona paraguaios a continuarem a buscar novas formas de inserção social no país vizinho. Conforme visto, a mobilidade histórica de paraguaios se deu em dois importantes contextos, um inicial com a Guerra da Tríplice aliança, que levou a saída de milhares de paraguaios do país de origem, posteriormente a busca de trabalho na construção da maior hidrelétrica do mundo, que assim como incorporou esses trabalhadores, também os espoliou após o fim da obra. As alternativas de trabalho foram se delineando pela busca de sobrevivência, num primeiro momento marcada pelo trabalho como laranjas, atravessando mercadorias do Paraguai para o Brasil, que foi e continua sendo atacada por órgãos repressores brasileiros, além de carregar o estigma do contrabando, atividade essa diminuída desde 2004. Atualmente, conforme indicou esse estudo, esses trabalhadores continuam a desempenhar atividades de baixo valor como trabalhadores em frigoríficos e pegadores de frangos, sendo esses últimos em sua maioria trabalhadores marcados pela informalidade e precárias condições de vida. Apesar dessas evidências, ainda assim o Brasil é visto por eles como um país que garante mais qualidade de vida, o que indica que há a necessidade do Paraguai em rever suas políticas e privilegiar seus povos que só saem do país, por não terem condições de trabalho e sobrevivência nele.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Referências

BBC NEWS BRASIL. **Paraguai:** perfil da nação marcada por uma guerra e crises políticas. Publicado em 28 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56583607>. Acesso em 03 set. 2024

BORTOLOTO, Claudimara C.; RIZZOTO, Maria Lucia F.; CUNHA, Marina M.

Relatório final referente ao edital PROPPG 11/2021: Pesquisa de campo com imigrantes nas proximidades da tríplice fronteira: paraguaios, haitianos, venezuelanos e argentinos. UTFPR. Medianeira, 2023.

BORTOLOTO ET. AL. Fronteira e frigoríficos determinantes dos novos fluxos migratórios em Medianeira. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p. 69608- 69627 jul. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356744659_Fronteira_e_frigorificos_determinantes_dos_novos_fluxos_migratorios_em_Medianeira_Frontier_and_cold_stores_determinants_of_the_new_migratory_flows_in_Medianeira. Acesso em: 26 ago. 2024.

BORTOLOTO, Claudimara C. **Migração e trabalho na contemporaneidade:** os haitianos no oeste do Paraná. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BRASIL. **Dados de imigrantes em Medianeira disponibilizados pela Polícia Federal.** Foz do Iguaçu, 2024.

CARDIN, Éric Gustavo. **Laranjas e sacoleiros na tríplice Fronteira:** um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Cascavel: Edunioeste, 2011.

_____, Teorias da fronteira e totalidade. In. COLOGNESE, Silvio; CARDIN, Eric G. **As Ciências Sociais nas fronteiras:** teorias e metodologias de pesquisa. 1. ed. -- Cascavel, PR: JB, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/claude/Downloads/As_ciencias_sociais_nas_fronteras_teor.pdf. Acesso em 23 out. 2024.

CATTA, L. E. **O Cotidiano de uma Fronteira:** a perversidade da modernidade. Cascavel: UNIOESTE, 2003.

FERREIRA, Max André de Araújo; CARDIN, Eric Gustavo (orgs). **Fronteiras e Trabalhadores no Século XXI.** Jundiaí: Paco, 2022. Disponível em: https://www.gpfronteras.com/_files/ugd/e38652_e6c9b49cabed4a24b673f78d7b22f680.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

GUIA MEDIANEIRA. **Medianeira está entre as 25 cidades do Paraná que mais geraram emprego em 2023.** Medianeira, publicado em 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.guiamedianeira.com.br/noticia/37688/Medianeira-esta-entre-as->



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

25-cidades-do-Parana-que-mais-geraram-emprego-em-2023. Acesso em 18 ago. 2024.

MEDIANEIRA. **Dados de estrangeiros CadÚnico**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Medianeira, 2024.

RODRÍGUEZ, Juan C. A. Sobre el origen y usos históricos de los términos frontera y límite 19. In. CHELUJA, Tania Libertad Camal; RODRÍGUEZ, Juan Carlos Arriaga; CARDIN, Eric Gustavo (Orgs). **Fronteras y dinámicas transfronterizas em América Latina**. Universidad Quintana Roo, México, 2015. Disponível em:

https://www.gpf fronteras.com/files/uqde38652_6e0d90da261444ad9f826bdf0acda9a2.pdf . Acesso em 28 ago. 2024.

SALA, Gabriela Adriana and CARVALHO, José Alberto Magno de. **A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil**: medidas e reflexões. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2008, vol.25, n.2 p.287-304. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a06.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

VALENTINO, Caio Augusto S. **Emigração paraguaia**: os efeitos de um processo estrutural. (Dissertação de mestrado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334577/1/Valentino_CaioAugustoSilva_M.pdf .Acesso em: 21 jul 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

FREE SHOPS DE FRONTEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO CLUSTER DE FREE SHOPS DE RIVERA – URUGUAI

Geovana Gabriela Bardesio⁴⁰
Mygre Lopes da Silva²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo percorrer os aspectos históricos da formação do *cluster* comercial de *free shops* de Rivera a partir de uma abordagem qualitativa. Realizou-se um estudo de caso utilizando múltiplas fontes de dados, inclusive 17 entrevistas a representantes dos *free shops* de Rivera. O resultado revelou que a instalação dos *free shops* na cidade de Rivera a partir de 1986 beneficiou a economia local. A disposição geográfica dos comércios transforma o conjunto comercial em um *cluster* varejista com resultados únicos. Os *stakeholders* transfronteiriços tem cumprido papel fundamental no amadurecimento desta atividade comercial e os *free shops* cumpriram com o papel de movimentar a economia local conforme objetivo que os criou.

Palavras-chave: *free shops*; fronteira; *clusters* comerciais

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os *free shops* são uma atividade econômica muito importante para a região de fronteira do Uruguai com o Brasil, mas especialmente para as cidades de Santana do Livramento e Rivera. Os *free shops* localizados em Rivera, formam um conjunto comercial que, dadas as suas características de agrupamento geográfico e tipo de atividade pode ser considerado um *cluster* comercial. Conforme definido por Siqueira *et al.*, (2015), um *cluster* comercial é um conjunto de lojas ou centro de compras localizado em uma região geográfica específica e que oferece resultados únicos. De forma sistêmica, o *cluster* comercial produz sinergia a partir das transações comerciais, das formas de comunicação e diálogo que nele se desenvolvem.

⁴⁰ Mestranda em Administração. Bacharela em Administração, Universidade Federal do Pampa. Contato. bardesio.g@outlook.com

² Doutora em Administração, Universidade Federal do Pampa. Contato mygresilva@unipampa.edu.br



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Para que na atualidade seja possível caracterizar e compreender o conjunto de empresas que operam no regime *duty free shop* em Rivera faz-se necessário voltar no tempo. Por isso, este estudo tem como objetivo percorrer os aspectos históricos da formação do *cluster* comercial de *free shops* de Rivera a partir de uma abordagem qualitativa. Para isso, recorreu-se ao uso do método de estudo de caso (YIN, 2010), consultando múltiplas fontes de dado e com a realização de 17 entrevistas de representantes do setor.

A instalação de empreendimentos comerciais do tipo *free shops* na região de fronteira do Uruguai com o Brasil não é fruto do acaso ou da mera vontade empreendedora de um conjunto de investidores locais. Tratou-se de uma estratégia política para mitigar a depressão econômica que assolava a região fronteira uruguaia na década de 1980 (ARAÚJO, 2020; LUCENA, 2012). Consideradas periféricas da economia nacional, as regiões norte e nordeste do país caracterizam-se por apresentar níveis de pobreza, analfabetismo e problemas sociais mais elevados em relação a região sul (SANCHÉZ, 2002).

2. O CONTEXTO HISTÓRICO QUE PRECEDEU À CRIAÇÃO DOS *FREE SHOPS* DE FRONTEIRA DO URUGUAI

Na esfera local, é especialmente importante compreender o ambiente econômico das cidades⁴¹ de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) na década de 1980, cenário de ebulição da estratégia política da criação de *free shops* de fronteira no Uruguai. Por um lado, Santana do Livramento vivia um período de industrialização decadente com a redução das atividades que formavam o motor da economia local urbana. Na época, o frigorífico Armour e o lanifício Albornoz empregavam cerca de 2500 funcionários, entre eles, muitos uruguaios, e representavam grande impacto na arrecadação municipal de impostos (ALBORNOS, 2000). Embora, nesta década estivesse se desenhando a

⁴¹ A matriz produtiva do município de Santana do Livramento e do Departamento de Rivera é semelhante enquanto a produção extensiva de gado bovino e ovino. Nas últimas duas décadas, no entanto, observa-se maior diversificação tendo Santana do Livramento destaque nas produções de uvas, oliveiras e leite. E, Rivera, florestação, mineração, uvas e mel (IDR, 2022; LUCENA, 2012).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

redução das atividades para o futuro fechamento das empresas mencionadas, Santana do Livramento apresentava condições econômicas mais favoráveis que a sua cidade vizinha (BENTANCOR, 2009; LUCENA, 2012).

Rivera apoiava-se, economicamente, na produção extensiva de tabaco, que em épocas sazonais empregava cerca de 2000 pessoas, e no comércio informal, que segundo Martino (2001) era a característica econômica mais destacada da cidade. De acordo com a autora, o trabalho informal na fronteira é associado as vantagens que a condição fronteiriça outorga devido a diferença cambial. Na década de 1980, a cidade de Rivera caracterizava-se pelo contrabando⁴² em pequena escala e pela presença de vendedores ambulantes nas ruas. Em meados da década, o cenário econômico agravou-se na fronteira. Sem indústrias e dependente da informalidade, Rivera atravessava um período de depressão econômica. A crise mobilizou um grupo de empresários que passou a pressionar o governo central clamando por alternativas, como relata a entrevistada 2:

*En ese momento en el año 80 y algo Rivera vivía una situación económica muy, muy, muy difícil. Entonces, entre un grupo de empresarios, entre los que estaba el señor Antonio López. El señor Rodino, Raúl Ferraz, mi esposo. Peppo de ventas Peppo, formaban parte de la Asociación Comercial de Rivera. Entonces **le empezaron a pedir al gobierno alguna solución para el problema - de así catastrófico - que estaba el comercio de Rivera** [grifo nosso].*

Corroborando com este relato, o entrevistado 1, é categórico ao afirmar que neste período, em Rivera “*la gente se estaba muriendo de hambre*”. A situação local era grave, afetada diretamente pela variação cambial e pela alta na inflação dos preços no Brasil, o que refletia negativamente no comércio riverense, como descreve Levy (2019, p.23, *grifo nosso*) ao afirmar que,

pela diferença cambial e pela inflação brasileira que vinha num crescente na primeira metade da década de 80, acrescida pela situação econômica uruguaia na época, o comércio varejista e, por consequência, todos os setores econômicos da comunidade riverense passavam por um período de completa estagnação. **A**

⁴² O contrabando em pequena escala relaciona-se a subsistência e tecnicamente é chamado de descaminho (Dorfman, 2009).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

paralisa de Rivera era tão significativa que não se notava movimento de pessoas e veículos na Avenida Sarandi e nas demais ruas.

A diferença cambial era favorável ao Brasil, e, por conseguinte, aos comércios santanenses, contudo, ambas as cidades precisavam, urgentemente, tomar medidas para reativar a economia (BENTANCOR, 2009; LUCENA, 2012; MARTINO, 2001).

Conforme Levy (2019), os empresários de Santana do Livramento tomaram conhecimento de um projeto piloto implementado em Foz do Iguaçu (PR), que exonerava o comércio fronteiriço de determinados impostos quando vendesse a estrangeiros em trânsito. A partir dessa informação, desenvolveram-se discussões no cerne do Clube de Diretores Lojistas (CDL), envolvendo a Associação Comercial e Industrial de Livramento (ACIL). As discussões estenderam-se a entidades estaduais e federais, como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), e o Ministério da Indústria e do Comércio.

No escopo destas discussões, organizou-se em 1985, o evento “Simpósios sobre zona comercial de fronteiras”. Participaram como expoentes Fernando Miranda e Julio Lastres representando a Associação dos Exportadores Brasileiros; Henrique Cabral membro da equipe de planejamento empresarial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Renan Kurtz representando a Assembleia Legislativa do RS. Além de empresários santanenses, assistiram ao evento os representantes da Câmara de Comercio Uruguai-Brasil, que tem sede em Montevideu e da *Asociación Comercial e Industrial de Rivera* (ACIR). Na ocasião engendrou-se a perspectiva de discussão de um novo regime comercial para a fronteira (LEVY. 2019).

O objetivo deste evento era debater as possibilidades de implementar, em Santana do Livramento, o regime especial de exportação praticado em Foz do Iguaçu. Este regime, por meio de uma permissão especial, emitida pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), autorizava empresas locais a vender no regime de varejo, produtos específicos, para estrangeiros residentes em países limítrofes



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ao Brasil, com isenção de impostos internos, tal qual ocorria com produtos destinados à exportação em dólares (LEVY, 2019).

Esta mobilização foi protagonizada por empresários brasileiros, com a finalidade de legalizar a venda de produtos, como móveis e artigos de construção civil, para uruguaios residentes em Rivera. No entanto, a ação do empresariado santanense provocou uma reação dos uruguaios, que acirraram as discussões e a pressão sobre o governo para estabelecer alternativas que auxiliassem a mitigar o impacto econômico que a implementação de um regime especial de exportação em Santana do Livramento pudesse causar sobre Rivera, que já passava por dificuldades severas.

Em agosto de 1985, dirigentes da ACIL e da ACIR participaram de uma audiência conjunta com os presidentes José Sarney do Brasil e Júlio María Sanguinetti do Uruguai, em Montevideú, para debater possibilidades para o comércio de fronteira. Na ocasião, a ACIL solicitou ao governo brasileiro a extensão do benefício concedido a Foz do Iguaçu para Santana do Livramento, e a ACIR demandou um regime diferenciado de importação para o governo uruaio. Conforme Levy (2019), a reunião surtiu efeitos importantes, pois em outubro do mesmo ano, Antonio Lopes presidente da ACIR informa aos representantes da ACIL sobre a visita do ministro uruaio de Relações Exteriores Enrique Iglesias a Rivera. A comunicação incluí o convite para uma reunião privada entre o ministro, seus assessores e as associações comerciais de ambas as cidades, conforme relatado pelo próprio Levy (2019, p.24),

A comunicação nos dizia que as autoridades uruguaias queriam uma reunião privada com a diretoria da ACIL, afim de ouvir qual era a posição da entidade representativa do Comércio Santanense a respeito da pretensão riverense, supondo-se naquele momento que de acordo com a nossa resposta evoluiria ou não o pedido em pauta.

A narração de Renato Levy, representante da ACIL à época, e partícipe da reunião realizada nas dependências do Hotel Cassino de Rivera incluí detalhes. O primeiro questionamento realizado pelo ministro referiu-se a crise económica “a primeira pergunta que o ministro nos fez, foi se efetivamente a crise de Rivera era



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

como pintavam”. Obtendo como resposta que, “Rivera estava se parecendo aquelas cidades [...] abandonadas dos filmes de faroeste americano após a rapinagem feita por bandidos que por ali passavam” (LEVY, 2019, p.25). Na sequência, o interrogante do ministro referiu-se ao posicionamento dos empresários santanenses à possibilidade de implementação de alíquota zero sobre produtos importados em Rivera.

O posicionamento da diretoria da ACIL foi de apoio à pauta uruguaia. Apesar de não ser unânime entre os integrantes da associação santanense, prevaleceu a postura favorável à medida, por entenderem que esta, indiretamente, beneficiaria Santana do Livramento também.

Disse que não havia unanimidade entre os associados da entidade, porém era preciso entender que qualquer benefício que propicia o retorno de um movimento econômico à Rivera, respingaria os seus benefícios também em Santana, porque todo dinheiro que circula em uma das comunidades, passa para outra como se fossemos vasos comunicantes (LEVY, 2019, p.25).

Poucos meses depois, em abril de 1986, o Presidente Júlio María Sanguinetti assina o decreto 222 que estabelece exonerações a bens e mercadorias importados para comercialização nas cidades de Rivera e Chuy. Criando, assim, o regime especial de comércio para regiões de fronteira do Uruguai, denominado de *Duty Free shop* (URUGUAY, 1986).

3. A CRIAÇÃO DOS *FREE SHOPS* DE FRONTEIRA NO URUGUAI

A repercussão política da pressão exercida pelos empresários na época foi essencial para a apresentação deste regime como solução econômica para a fronteira.

La grave situación por la cual atravesaban los empresarios del comercio riverense, que había conducido a muchos de ellos al cierre, tuvo entonces una repercusión a nivel político, que derivó en la instalación de este régimen, que sin ser de desagravación total, cómo se pretendía, atendió los reclamos del sector (BENTANCOR, 1998, p.96) (grifo nosso).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

De modo que, a demanda por um regime diferenciado para o comércio riverense foi uma reivindicação dos empresários locais acolhida pelo governo nacional como alternativa estratégica de mitigação da crise econômica que assolava a região naquele período. Neste processo, a permeabilidade da fronteira cumpriu importante papel no delineamento estratégico da proposta. A participação da ACIL e do CDL no debate local e a inferência do governo brasileiro com inicial endosso à proposta revelaram-se relevantes.

Em nível territorial, de acordo com Levy (2019), a assinatura do supracitado decreto representou a possibilidade de superar a crise econômica e foi comemorado pela sociedade fronteiriça. No entanto, em nível nacional, uma negociação inesperada precisou ser feita entre os governos centrais. Esta baseou-se na solicitação do governo brasileiro para que determinados itens não integrassem a lista de produtos a serem comercializados pelo novo regime nas regiões de fronteira do Uruguai.

As arestas foram aparadas e o regime *duty free shops* tornou-se realidade no Uruguai, com especial destaque para a transformação sócio-econômica verificada ao longo dos anos na cidade de Rivera. A qual pode ser constatada através do considerável número de empresas que, ao longo do tempo, passaram a operar neste regime. Segundo informações do *Ministerio de Economía y Finanzas* do Uruguai, em resposta ao expediente 2022/05/001/2/58756, até o final de 2021, na cidade de Rivera, haviam 69 empresas habilitadas para operar no regime *duty free shop*. Mesmo em períodos de crise econômica, como foram os anos 2020 e 2021, com as restrições sanitárias e a recessão econômica provocadas pela Pandemia da Covid-19 verificou-se aumento no número de empresas atuando no setor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *free shops* de fronteira, no Uruguai surgiram como uma alternativa para mitigar a estagnação econômica das cidades de fronteira. Ao longo do tempo, a atividade varejista consolidou-se em um ambiente geograficamente restrito, cujas características o transformaram em um *cluster* varejista espontâneo. Atualmente,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

os *free shops*, em especial, na cidade de Rivera representam o motor da atividade terciária, com geração de emprego e renda para os habitantes do território. Atraem milhares de turistas a cada ano e o turismo de compras consolidou-se como uma atividade essencial para a economia local.

O diálogo entre empresários e poder público na fronteira é uma constante, havendo destaque para as discussões desenvolvidas em torno da Lei 12.723/2012 que autoriza a criação de *free shops* em cidades de fronteira do Brasil. O que se percebe é a prevalência de uma preocupação em torno ao desenvolvimento da região fronteiriça, especialmente, no território em que estão situadas as cidades de Santana do Livramento e Rivera, na qual o diálogo e as negociações têm se repetido como na década de 1980 com a percepção de que as atividades comerciais que gerem desenvolvimento em uma cidade, conseqüentemente, gerarão em outra como um sistema de retroalimentação nem sempre linear, porém constante.

5. REFERÊNCIAS

- ALBORNOS, L. P. V. **Armour. Uma aposta no pampa**. Santana do Livramento, 2000.
- ARAÚJO, F.M. Lojas francas do Brasil: um estudo sobre o processo de regulamentação e implementação. Programa de Pós-graduação em Administração (**dissertação de mestrado**). Universidade Federal do Pampa, 2020.
- BENTANCOR, G. **Rivera-Livramento. Una frontera diferente**. Série Fronteiras da Integração. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2009
- DORFMAN, A. Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais. Programa de Pós-graduação em Geografia (**tese de doutorado**). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- DORFMAN, A. Fronteira e contrabando. **Boletim Gaúcho de Geografia**. 32: 75-92, dez., 2007.
- DORMAN, A; ROSES, G. T. B. Regionalismo fronteiriço e o acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org). **Território sem limites. Estudos sobre fronteiras**. Editora: UFMS, 2005.
- LEVY, R. M. **Medindo os fatos**. 50 anos de cônicas. Porto Alegre, Editora Renascença, 2019.
- LUCENA, M. G. **A condição social fronteiriça Brasil-Uruguaí no Mercosul**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

- MARTINO, M. *Notas sobre microfísica y macropolítica de una ciudad fronteriza: Rivera-Sant'Ana do Livramento. Documento de trabajo nº16. Departamento de Trabajo Social. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República*, 2001
- MAZZEI, E. ***Límites que nos unen y fronteras que nos separan***. *Universidad de la República, Centro de Estudios de la Frontera*. Melo, Uruguay, 2012.
- MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS. Expediente 2022/05/001/2/58756, 22 de abril de 2022. Montevideo, Uruguai.
- SANCHEZ, A. Q. A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (**tese de doutorado**). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SIQUEIRA, J. P. L.; TELLES, R.; ROCCA, M. E.; GASPAR, M. A.; *Clusters varejistas: características responsáveis pela atração e afastamento de consumidores. E&G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 15, n. 38, Jan./Mar. 2015.
- URUGUAI. Decreto 222/986. *Se establecen exoneraciones a los bienes y mercaderías importados para su enajenación en las ciudades de Rivera y Chuy. Diario Oficial*, 7 de mayo de 1986, pág 3-4. Centro de Información. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/diariooficial/1986/05/07/3>
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª edição. São Paulo: Bookman, 2010.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

JOGO SOCIAL DA MEMORIA IDENTITARIA NA FRONTERIA: HOMOFOBIA EM FOZ DO IGUAÇU

Aristides Samuel Machavane⁴³

Este resumo aborda a questão da homossexualidade no continente africano a partir da perspectiva histórica da colonização europeia, de modo a compreender as principais bases para atual comportamento homofóbico verificado na região fronteira de foz do Iguaçu pondo em causa os direitos humanos de cada um que se afirme homossexual. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32). Objetivo geral que norteia esse trabalho é Estudar os consequência da colonização na formação da identidade homofóbica:. E como objetivos especifico pretende-se pretende-se apresentar os vestígios da existem da homossexualidade antes da colonização; Identificará fatores históricos que influenciam a concepção africana sobre a homossexualidade; Aferir a base de sustento da não existência da homossexualidade em Africa.

⁴³ Graduado em Ensino de Historia com habilitações e ensino de filosofia. Atualmente mestrando em antropologia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), pelo programa de Sociedade Cultura e Fronteiras.

✉ Areitidesmachavane@gmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A Diversidade de Gênero e Orientação Sexual na África Pré-Colonial

Salvo erro, abstraindo as pinturas rupestres das cavernas de San, atribuídas aos bosquímanos da África Austral, datadas de 15 mil anos, onde são evidentes “egregias práticas sexuais tais como sexo anal ou intercrural em grupo, o primeiro caso documentado de um africano praticante do “amor que não ousava dizer o nome” remete-nos a uma travesti prostituta presa pela Inquisição Portuguesa em 1556 (Mott, 2005, p.11-19)

Trata-se de Antônio, um escravo negro natural do Reino de Benin, detido em Lisboa, o qual, “quando o chamam de homem, não gosta disso. Comumente o chamam de Vitória e só queria que lhe chamassem de Vitória, e quem lhe chamava de negro, corria às pedradas”. Foi denunciado pelas prostitutas da ribeira de Lisboa, revoltadas com a concorrência desleal daquela “pessoa preta, vestida e toucada como negra, que cometia os moços, mancebos e ratinhos trabalhadores que passavam e os levava detrás de umas casas derrubadas num lugar escuso, chamando-os com acenos e jeitos como mulher que provocava para pecarem.

Em 1591, é denunciado outro “negro da Guiné” como amante do mesmo sexo: “Joane, filho do gentio de Angola, morador no Rio de Matoim, que no dito pecado usa o ofício de mulher, digo, fêmea”. Ao ser admoestado que sodomia “era caso de os queimarem, o dito Joane respondeu que também Francisco Manicongo fazia o dito pecado com outros negros e que não o queimaram por isso [...] E que Joane mesmo depois de ter sido preso, tenta seduzir com dádivas a Duarte, 25 anos e outros negros”.

Quando, a partir do século XV, os europeus penetraram no continente negro, encontraram em diversas regiões muitos nativos amantes do mesmo sexo, seja praticando a homossexualidade institucionalmente definida a partir da idade em que homens mais velhos copulam com jovens, muito semelhante ao modelo grego clássico dos eromenos e erastes, seja a prática do travestismo em que homens assumem o papel de gênero feminino, semelhante aos clássicos berdaches do Novo Mundo.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

De acordo com Pritchard (2012 apud Langa 2018) acerca da “inversão sexual” [...] entre as décadas de 1920 e 1930, o antropólogo britânico mostra a existência de relações homoafetivas entre guerreiros casados e rapazes solteiros com e sem penetração sexual, nas quais, os últimos viviam, temporariamente, nas cabanas dos primeiros, tornando-se “rapazes-esposas” (PRITCHARD, 2012). De acordo com o autor, tal prática acontecia devido à escassez de mulheres disponíveis para casamento, num contexto em que os homens ricos tinham verdadeiros haréns de mulheres, causando desequilíbrio nupcial na sociedade Azande. Entretanto, logo que conseguiam dinheiro e gado para se casarem, esses jovens uniam-se com mulheres, vivendo uma relação heterossexual. Na mesma sociedade, eram comuns relações afetivas entre mulheres por conta da poligamia em larga escala, desde que tivessem a permissão de seus esposos. Tais relações entre pessoas do mesmo sexo eram comuns, principalmente entre os ricos e particularmente dentro da realeza (p.4).

Se corroborarmos com o pensamento dos autores acima referenciados torna-se inegável a aceitação da presença da “homossexualidade nativa” Nessa perspectiva, há necessidade de pensarmos e ou ver a homoxessualidade não mais a partir dos olhos ocidentais sim africanos. Pois Antes da empreitada que visava invadir, ocupar e coloniza o continente africano já comunidades praticantes da homossexualidade, entretanto como a ocupação e partilha não respeitando as fronteiras culturais nem étnicas o que conseqüentemente impacto na estrutura social e política. E é de extrema importância realçar que antes da partilha e colonização, muitas sociedades africanas tinham suas próprias normas relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual.

As fronteiras arbitrárias estabelecidas pelas potências coloniais não levaram em consideração as estruturas sociais pré-existentes, o que terá culminado com mudanças nas dinâmicas de relações entre os habitantes de diferentes regiões africanas, e imposição de valores culturais e normas europeias, muitas vezes mais conservadoras em relação à sexualidade.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Entre Culturas e Classificações do Comportamento Homossexual na percepção Portuguesa e a Influência na África Colonial

Para Costa (2021), no final do século XIX e início do século XX, alguns juristas e médicos portugueses analisaram o comportamento homossexual entre homens e mulheres. Seus trabalhos baseavam-se nos estudos europeus sobre o comportamento homossexual de Richard von Krafft-Ebing e Magnus Hirschfeld. Em geral, eles apresentaram muitos exemplos de comportamento homossexual em diferentes culturas, classes sociais e tempos. No entanto, todos enfatizavam que o comportamento homossexual era mais frequente nas áreas urbanas, bem como nas classes média e alta escolarizadas.

Segundo Egas Moniz, a relação entre sensualidade e aumento do estado neuropatológico explicava por que o comportamento homossexual era mais frequente entre as classes instruídas, em que “atendendo a que as predisposições nervosas são condições favoráveis ao desenvolvimento da perversão sexual e que esta predisposição existe sobretudo nos meios mais cultos” Egas Moniz, (1902, v. 2, p. 129). Seguindo seu raciocínio, pode-se sugerir que as sexualidades primitivas/africanas eram baseadas em instintos sexuais básicos e que o comportamento homossexual era menos provável de ser encontrado entre os povos indígenas.

Adelino Silva (1895) também argumentou que as classes mais altas, apesar de serem as mais civilizadas, seriam mais propensas à inversão sexual, uma vez que os uranianos (um dos principais conceitos usados para descrever os homossexuais) seriam mais comumente encontrados quando houvesse maiores predisposições nervosas, presentes frequentemente em ambientes mais escolarizados.

Os defensores da lei de 1912 enfatizaram a necessidade de evitar o envio de vadios para os territórios ultramarinos na África, uma vez que poderiam ser vistos como um “mau exemplo” para os povos indígenas, minando os esforços coloniais portugueses para forjar uma força de trabalho local saudável e eficiente.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A desconstrução e remodelação da sexualidade na África

O homem, este ser flexível, que se submete na sociedade aos pensamentos e às impressões dos outros homens, é capaz tanto de conhecer sua própria natureza quando ela é mostrada a ele, quanto perdê-la quando não imagina que ela lhe está sendo roubada (Montesquieu, apud Ewald e Soares, 2007).

Partindo da citação acima, lógico é aferir que a questão da perda de identidade genuína dos africanos com a partilha da África e a subsequente colonização é complexa e multifacetada. Embora se possa afirmar que os africanos não perderam na totalidade sua identidade, entretanto é inegável que a colonização europeia provocou profundas mudanças e traumas nas sociedades africanas, principalmente com o surgimento de novas fronteiras geográficas coloniais instauradas sem respeitar os limites étnicos, culturais e linguísticos até então existentes. O desrespeito europeu verificado nesse processo de retalhamento do continente africano terá consequentemente culminado na coexistência forçada de diferentes grupos sob a mesma administração colonial, destruindo e marginalizando práticas homoafetivas tradicionalmente aceitas, em detrimento dos valores culturais, religiosos e políticos do colono, suprimindo deste modo o estilo de vida dos africanos.

Em Burns e Novelli, (2006 apud Castro, 2023), a identidade de um povo é a expressão da sua cultura, conformada na interação das pessoas e os resultados de aprendizagem que são assimilados, acumulados e passados por gerações, por meio do relacionamento social, artefatos materiais, construções humanas e manifestações intangíveis diversas. Uzoigwe (2010, p.22-35), a geração de 1880 -1914 assistiu a uma das mutações históricas mais significativas dos tempos modernos. Com efeito, foi no decorrer desse período que a África, um continente com cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa. Os historiadores até agora não têm a dimensão real das consequências desastrosas, quer para o colonizado quer para o colonizador, desse período de guerras contínuas, embora



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

em geral sublinhem que se tratou de uma época de transformações revolucionárias fundamentais.

A não tolerância e as leis duras aprovadas contra quem se identificar como, e praticante de relações homoafetivas em países africanos como Uganda e Moçambique, não seria uma identidade em formação decorrente da aculturação colonial, onde muitas tradições africanas foram desacreditadas em prol da cristianização e civilização?

Para Erikson (1972, apud Schoen at al., 2003), construir uma identidade, implica em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida. O autor entende que identidade é uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo esta solidamente comprometido. A formação da identidade recebe a influência de fatores intrapessoais (as capacidades inatas do indivíduo e as características adquiridas da personalidade), de fatores interpessoais (identificações com outras pessoas) e de fatores culturais (valores sociais a que uma pessoa está exposta, tanto globais quanto comunitários).

Este sentimento de ter uma identidade pessoal dá-se de duas formas: a primeira é perceber-se como sendo o mesmo e contínuo no tempo e no espaço; e a segunda é perceber que os outros reconhecem essa semelhança e continuidade.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Conclusão

A concepção africana sobre a orientação sexual está intimamente ligada ao fator histórico, se assim crermos então a empreitada de civilização e cristianização africana levado a cabo pelos europeus no âmbito da ocupação e fixação no continente africano foi bem sucedida, pois a bíblia assim como o Alcorão não é apologista da Homossexualidade.

A aceitação da comunidade LGBT por cidadãos africanos se torna difícil pelo fato de que muitas das leis vigentes remonta da era colonial, em muitos casos, foram mantidas ou adaptadas após a independência. a revisão ou revogação dessas leis pode ser um processo complexo, podendo ocorrer ao longo do tempo devido a pressões internas e externas, bem como evolução nas atitudes sociais. Não obstante pelo facto dos próprios líderes (presidentes) serem contra a homossexualidade e consequentemente influenciar grandes massas populacionais.

Nos contextos de fronteira de foz do Iguaçu , os africanos frequentemente recorrem ao "jogo social da memória", que envolve a exploração de memórias coletivas, experiências e identidades que já foram construídas, contestadas e mantidas. Essas interações sociais complexas são particularmente relevantes em áreas onde diversas culturas, etnias e nações se encontram, levando à formação



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

de dinâmicas identitárias multifacetadas. O processo de revisitar e reinterpretar essas memórias permite que os indivíduos e grupos afirmem suas identidades em face das complexidades e tensões que caracterizam a vida em regiões de fronteira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

COSTA, Gustavo Gomes Da. **Reflexões sobre o legado colonial português na regulação das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo em Moçambique.** Anuário Antropológico, n. v.46 n.2, p. 152–170, 30 Maio 2021.

MIGUEL, Francisco. **Uma história do movimento LGBT em Maputo.** Afro-Ásia, v. 64, p. 320–362, 30 Nov 2021.

MURRAY, Stephen; ROSCOE, Will (Orgs.). Boys-wives and female husbands. Studies in african homosexualities. New York: Palgrave, 1998

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. Afro-Ásia, Salvador, V. 33, p. 9-33, 2005.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LANGA, E.B. A homossexualidade no continente africano: história, colonização e debates contemporâneos. 2018

CASTRO, Bumba Manuel De. **A conexão da cultura e identidade africana com o turismo.** Revista Internacional em Língua Portuguesa, v. 44, p. 99–112, Dez 2023.

EWALD, Ariane Patrícia e SOARES, Jorge Coelho. **Identidade e subjetividade numa era de incerteza.** Estudos de Psicologia (Natal), v. 12, p. 23–30, Abr 2007.

Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral - UNESCO Digital Library. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000064435_por>. Acesso em: 11 set 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena e AZNAR-FARIAS, Maria e SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. **A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório.** Estudos de Psicologia (Natal), v. 8, p. 107–115, Abr 2003.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

LER AS CIDADES LITERÁRIAS:

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM LETRAS

Denise Scolari Vieira⁴⁴

Introdução

Diante de diagnósticos, programas e teorias, os docentes de Línguas Estrangeiras, atuantes nos contextos universitários de fronteira parecem ter algo em comum, a indagação sobre o currículo geopoliticamente situado. Caso desse delineamento surja o debate sobre a formação em leitura literária, então, as possibilidades de reconfiguração curricular ampliam-se expressivamente. Desse modo, estima-se que, para ler atentamente, como afirma a professora Graciela Montes(1999) – buscar indícios e construir sentidos – habilita-se a necessidade de um duplo convite: ler e conversar sobre a leitura, o que demanda a instauração de uma temporalidade desconectada de rotinas escolares, pois ler as palavras em contexto significa (re)configurar o mundo, tomar a decisão sobre a própria história. A leitura literária é um fato histórico e cultural, processual e político, não pode ser vista como forma de consumo imposta pelas leis de mercado, nem um benefício filantrópico. Ela anuncia a complexidade da vida humana e tem um influxo ético decisivo, portanto enquanto política pública incide nas universidades, nas escolas, nas bibliotecas. Em torno da reflexão sobre os sentidos de apreensão da palavra está toda a interconexão suscitada pela vida pública que a materializa: a presença do Estado em seu apoio oficial, pela continuidade de programas de fomento, os projetos da sociedade civil organizada, as iniciativas voluntárias de grupos. Dessa

⁴⁴ Doutora em Literatura e Cultura pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), docente do Curso de Letras- Português-Espanhol, na UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, da PUC – Goiás, sob a Supervisão do Prof. Dr. Antonio Donizeti da Cruz. Email: deniseantonio@hotmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

forma, haverá interesse pelos planos de leitura, pelos quais as instituições públicas assumem seu protagonismo e afrontam o risco da privatização de acesso aos bens simbólicos, mesmo que há décadas o direito ao capital simbólico e o direito à literatura sejam preconizados por vários educadores de todas as latitudes com muitos êxitos e inúmeras interrupções. Diante de expectativas anunciadas na formulação de currículos viáveis, já desde o período de formação docente, nas carreiras universitárias de Letras, há o trabalho de mediação escolar em leitura literária, no qual aspiramos: “a leitura – experiência, aquela que nos acontece e mobiliza nosso interior” como propõe o pesquisador chileno Felipe Munita (2024), ao referir-se às conversas literárias sobre a mediação e escrita de poesia, como exemplo.

Materiais e Métodos

O itinerário de proposição alude à obra *Balvanera Sur* (1968) de Sebastián Jorgi, composta por cinco sessões. Da primeira à quarta, há evidências autobiográficas. Já, na quinta parte, observa-se a cidade literária de Sebastián Jorgi, imersa na geografia heróica segundo Eric Dardel (2011, p. 71): “[...] aquela compreensão da Terra em que o espaço geográfico é considerado como um espaço a descobrir, apelo à aventura, ampliação da morada terrestre fixada pela tradição e pela vida em grupo [...]”. Sebastián Jorgi, ao valorizar as gerações literárias que lhe antecederam, ao compartilhar do cenário artístico bonaerense do final da década de sessenta, em alusões ao ocaso de utopias, à condição do poeta, ao crescente domínio da cultura de massas oferece ao público-leitor um documento memorialístico fundamental, que pode circular em cenários de mediação literária, como é possível retomar, brevemente, pela subjetividade poética, no poema intitulado: EL MORCÍN / Boliche mugriento de Alsina y Urquiza/ hasta la manija de estudiantes del Acosta/ la cana llegó una tarde para requisar/ pero el poeta Elías Carpena los interpeló/ “son mis alumnos, minga de pedir cédulas/ que el vasco se deje de joder”/ y nos cruzamos con los apuntes al Normal/ pero te juro no nos asustaba el Onganiato / bien disfrazado de “Revolución Argentina” /un joraca.(Jorgi, 2022). Observam-se nos versos, sentimentos ambíguos, explícitas



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

resistências e dubitativas profecias, pois o desconcerto geral frente à circunstância política está subsumido em cada linha, como argumenta Dardel (2011), na geografia heroica há riscos assumidos. Portanto, em consideração às formas de concretização de discussão literária, pode ser realizada a leitura silenciosa do poema, seguida da leitura em voz alta, posteriormente, pergunta-se: o que me fala? Apresenta-se outro objeto artístico da mesma década, poderá ser uma fotografia ou gravura. É importante, comentar sobre a centralidade da composição, sobre a forma, o aspecto inesperado: adesão à linguagem coloquial, às rupturas, etc. Nesse momento, é gerada uma nova imagem, a fim de despertar a construção de paradoxos, sentidos novos, olhares de “descoberta”. Trata-se da referência anterior de propiciar novos suportes, aqui entrariam alguns conceitos geográficos, por exemplo, a diferença entre território e lugar. Também são adequadas as perspectivas linguísticas sobre os não-ditos, sobre a variação dialetal da região rioplatense, bem como, as referências sobre a história recente no Cone Sul. Segue a atividade de ampliação do “olhar para o mundo” pela escrita em verso, das impressões pessoais. Então, o docente sugere a leitura em voz alta, voluntária, do poema escrito pelos participantes. Há várias ampliações dessa primeira inserção ao “tempo lento das palavras”, mas sobretudo pretende-se expressar o caráter experiencial dos silêncios, das pausas, das maneiras de olhar, da construção da escrita que ajudam a pensar o poético, pois cada poema, cada relato, cada livro interpela o leitor de distinta maneira. Contudo, as impressões, as leituras, a escuta são compartilhadas, já que, como afirma Felipe Munita, poesia mais do que um texto é um novo olhar, um olhar deslocado, em direção a outro paradigma de aproximação da realidade. Assim, docentes podem oferecer encontros entre pessoas e objetos artísticos, a fim de criar a voz própria, quando há liberdade de expandir caminhos para a apreensão da poesia enquanto experiência.

Resultados e discussões

O estudo apresentado é um desdobramento de atividades conectadas ao Estágio Pós-Doutoral, no Programa *Stricto Sensu* em Letras, pela PUC-GO, sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Donizeti da Cruz. A atenção está focada nos



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Estudos Literários e as postulações estão dirigidas à formação docente no ambiente acadêmico e alcançam as comunidades escolares, de maneira que possa construir-se uma rede inclusiva, capaz de estreitar contatos em torno da literatura e da formação leitora. Nesse sentido, as formulações encontram-se em sua etapa inicial, ou seja, na caracterização do *corpus*, a obra *Balvanera Sur*, do escritor argentino Sebastián Jorgi.

Considerações finais

Docentes/mediadores de leitura literária têm desafios importantes. Entretanto, tal demanda, entendida enquanto um processo aberto, pode engendrar a capacidade de reflexão, a postulação de hipóteses entre as obras e os debates da cultura, através de um trabalho de formação permanente. Dessa maneira, serão necessárias redes de colaboração entre colegas de distintas áreas, para que se possa falar juntos e estar dispostos à escuta aberta aos estímulos da imaginação autônoma, sobretudo, para compartilhar o não-saber e pensar sobre o que nos interpela, sobre o que dizer e o que oferecer. Tal movimento, ao exigir tempo de maturação e conectar-se diretamente à sensibilidade, incita certas perguntas: as licenciaturas na universidade pública podem ser um lugar para ler o que somos? “São as línguas um arbitrário jogo de letras ou uma maneira de sentir?” (Borges). A literatura fala de indivíduos ou da memória coletiva? Como aprender a olhar uma realidade tão tumultuada? Como dar visibilidade às bibliotecas e torná-las espaços vivos? Como salvaguardar os direitos de autores e tradutores? Como é possível preparar-se para desenhar políticas públicas de fomento à leitura e elaborar currículos da formação universitária conectados às dinâmicas de fronteiras? Essas são possíveis linhas de estudo sobre a mediação de leitura que a comunidade universitária pode sistematizar e responder com alto grau de comunicabilidade, a partir de suas circunscrições histórico-geográficas, rumo a espaços ampliados, com ideias próprias e atuação compartilhada, a fim de concretizar a formação leitora pautada pelo pluralismo linguístico e pela democratização do acesso.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Agradecimentos

O imprescindível agradecimento ao Professor Supervisor de Estágio Pós-Doutoral, Dr. Antonio Donizeti da Cruz, ao escritor Sebastián Jorgi, à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, à Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC-GO, pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Referências

JORGI, Sebastián. *Balvanera Sur*. Buenos Aires: Playa Sola, 2022.

MONTES, Graciela. *La frontera indómita. En torno a la construcción y defensa del espacio poético*. México: FCE, 1999.

MUNITA, Felipe. *Eu, mediador(a). Mediação e formação de leitores*. Tradução de Dolores Prades. Lauro de Freitas-BA, Solisluna Editora, 2024.

MUNITA, Felipe. "La didáctica de la literatura: hacia la consolidación del campo." In: Educ. Pesqui. 43 (2) • Apr-Jun 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201612151751>> Acesso em 07.10.2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

MARCADORES DA IMIGRAÇÃO CHINESA NO CENTRO DE FOZ DO IGUAÇU E NO MICROCENTRO DE CIUDAD DEL ESTE

Julia Dalbosco⁴⁵

A Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, é uma região que abriga, entre as cidades fronteiriças e suas regiões metropolitanas, um número expressivo de outras nacionalidades, que se somam às nacionalidades nativas dos três países vizinhos. É especialmente famosa pela sua comunidade árabe, que possui um grande número de integrantes e relevante presença nas áreas políticas e econômicas das cidades. Para além dessa diáspora, aqueles com olhos curiosos notam a presença de uma outra comunidade expressiva: a diáspora chinesa. Apesar de menos integrados à sociedade local, a diáspora chinesa está presente através das diversificadas atividades econômicas, como restaurantes, supermercados com foco na cultura asiática, lojas de utilidades e eletrônicos, e até grandes empresas de exportação e importação. Estes espaços estão principalmente em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, com alguns dos estabelecimentos voluntariamente buscando acolher os brasileiros e paraguaios através de adaptações em cardápios, catálogos ou atendimento; e outros que permanecem em certo grau “secreto” aos não membros desta comunidade.

Neste trabalho buscamos descrever e analisar mais profundamente estas propriedades pertencentes aos membros da diáspora chinesa, como se conectam e transformam em relação ao histórico da imigração chinesa, e o contexto histórico econômico da Tríplice Fronteira. Nosso objeto de análise são estabelecimentos de caráter privado relacionados à cultura e à comunidade chinesa. Nosso espaço geográfico de análise conta com o centro de Foz do Iguaçu e o centro comercial de Ciudad del Este. Optamos por estas localidades por concentrarem a maior parte

⁴⁵ Mestre em Relações Internacionais e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Culturas e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Contato: julia.dalbosco.96@gmail.com.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

dos estabelecimentos possíveis de serem analisados no recorte escolhido. O trabalho de campo desta pesquisa é realizado no ano de 2024, mas conta com observações desde 2015, ano em que a autora passou a residir na cidade.

Os imigrantes chineses que primeiramente se instalaram na cidade e fundamentaram a construção de uma diáspora chinesa na tríplice fronteira, se encaixam no conceito de *trade diaspora*, definido por Cohen. Cohen inicialmente define diáspora como um grupo com uma conexão sentimental e material com o país de origem; *trade diaspora* para Cohen seria uma diáspora historicamente orientada ao desenvolvimento comercial e econômico em seu país de destino, geralmente atrelada a seu país de origem por diferentes laços (como esferas familiares, econômicas e políticas) que permitem o seu sucesso (Cohen, 2008). Esta característica e alguns contextos históricos são responsáveis por moldar a diáspora chinesa na fronteira.

A partir dos anos 80 ocorre uma segunda onda de imigração chinesa. Nesse período, há uma maior dispersão de imigrantes ao redor do planeta, inclusive em países industrializados; e há diversos perfis, em destaque estudantes que se tornaram migrantes, profissionais emigrados, migrantes em cadeia e imigrantes ilegais. A partir do fim da década de 80 há também uma importante transformação econômica na Tríplice Fronteira. Com o fim do governo de Alfredo Stroessner, o novo presidente, Andrés Rodriguez, desenvolveu inúmeras reformas em busca de desenvolvimento econômico e quebra do isolamento internacional. Seu desenvolvimento econômico se deu principalmente pela utilização do processo produtivo de Maquila, que criou as condições para que o Paraguai passasse a ser alvo de investimentos estrangeiros, e pudesse contar com mais relevância no cenário internacional. Com o avanço da industrialização há também um aumento na urbanização, e esse processo teve importante impacto em Alto Paraná, região em que se localiza Ciudad del Este.

Nesse período Ciudad del Este já se transformava no centro comercial popularmente conhecido durante os anos 90 e início dos anos 2000. Ocorria uma grande movimentação de mercadorias por brasileiros que atravessavam a Ponte da Amizade em busca de bens de consumo baratos, resultado das diversas



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

políticas econômicas do Paraguai, para serem revendidas no Brasil. Estas pessoas se hospedavam em Foz do Iguaçu, movimentando o setor turístico para além das Cataratas do Iguaçu. Para os chineses, esse período correspondia à conclusão da abertura chinesa ao cenário internacional, que incluía a entrada na Organização Mundial do Comércio e o incentivo ao capital chinês para alcançar mercados estrangeiros.

Em Foz do Iguaçu, a presença dos imigrantes da diáspora chinesa se apresenta mais sutilmente e de maneira menos numerosa. Por muitos anos, foram apenas dois os estabelecimentos comerciais no centro da cidade relacionados à diáspora chinesa: o restaurante Cheiro Verde e o Restaurante Hokila.

O Restaurante Cheiro Verde é um restaurante vegetariano, que conta com decoração temática, e oferece talheres e sobremesas pertinentes à cultura chinesa. Seus pratos prezam pela fidelidade aos temperos e sabores tradicionais e, descontando a grande quantidade de salada, os pratos não fazem muitas adaptações ao paladar brasileiro. Os proprietários são originários de uma cidade portuária de Taiwan, Kaohsiung, e possuem parentesco com proprietários de um restaurante em Ciudad del Este. É possível ver frequentemente três funcionários, entre eles uma moça falante de espanhol que parece ter origem paraguaia.

O Hokila também mantém uma decoração tradicional, contando com grandes mesas redondas de tampo giratório, comuns em restaurantes chineses que recebem grandes grupos familiares ou de amigos. Durante o almoço, o restaurante serve um buffet que conta com pratos tradicionais da cultura chinesa e também pratos direcionados ao paladar brasileiro. Durante a noite, o restaurante abre em horário limitado - 19:00 às 21:00 - e serve pratos à la carte, mais fieis aos temperos e ingredientes tradicionais. Os proprietários são de Hong Kong, com contratados brasileiros e também hispanohablantes que parecem ter origem paraguaia. O Hokila, apesar das adições brasileiras ao buffet, é um espaço muito marcado pela presença da diáspora chinesa. No restaurante se distribui um jornal escrito em mandarim com temas da América Latina e China, e há diversos cartazes e escritos apenas em mandarim - abertamente destinados à diáspora chinesa e sem intenção de integração com os brasileiros.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Recentemente, mais dois estabelecimentos se juntaram à paisagem do centro de Foz do Iguaçu: o restaurante Oriental e a loja de artigos diversos Z-One. O Oriental abre no centro da cidade como uma extensão do restaurante de mesmo nome em Ciudad del Este. No edifício há também uma decoração tradicional, paredes marcadas por quadros e escritos em mandarim. Os pratos são servidos a la carte, no horário de almoço ou jantar. O restaurante mantém o serviço de mesa aos moldes orientais, adicionando talheres tradicionais brasileiros. Os pratos oferecem uma variedade mais diversa de temperos asiáticos, adicionando exemplos como curry tradicional da Índia e as opções apimentadas da culinária coreana. O proprietário do restaurante é descendente de imigrantes chineses e coreanos, possível razão das particularidades culturais do restaurante.

O estabelecimento mais recente a surgir no centro da cidade é a loja de utilidades Z-ONE, que conta com diversas categorias de artigos, incluindo produtos de beleza, artigos de vestuário, bijuterias e perfumaria. A loja é a típica "loja de chineses" no imaginário brasileiro, que vende produtos de baixo valor agregado, frequentemente réplicas de produtos de luxo, especialmente no setor de vestuário e perfumaria. Não há quase nenhuma menção à comunidade e cultura chinesas, e o mandarim, quando muito, está presente apenas nas embalagens dos produtos. Os funcionários são brasileiros e falam português na loja. O maior indicador de que a loja pertence a um membro da diáspora chinesa deu-se ao testemunhar uma interação entre o administrador e os funcionários da loja: o administrador, com traços amarelos e falando mandarim, gesticula para a roupa de uma das duas funcionárias com quem conversa. Esta explica a uma outra que o superior estava falando sobre o uniforme, que a segunda funcionária não estava utilizando. Outro ponto que nos leva a inferir uma ligação da loja com a diáspora chinesa é a marcação de produtos com os números em mandarim. É possível imaginar que estes produtos tenham sido marcados em sua origem, ou também em seu destino como ordem de conferência.

Para além da localização geográfica do centro, mas a título de enriquecer esta pesquisa, temos também a loja do ramo de alimentos Foz Food. O empreendimento se localiza próximo à Vila Portes, bairro às margens da Ponte da



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Amizade. A loja possui uma gama de produtos tradicionais e/ou populares na cultura chinesa. Os proprietários são imigrantes de Taiwan, e ao que parece os funcionários têm ligação familiar com os proprietários.

Em Ciudad del Este há uma variedade maior de estabelecimentos que estão conectados de alguma forma com a diáspora chinesa da Tríplice Fronteira. Se focarmos apenas em restaurantes, podemos encontrar mais de seis apenas no microcentro, muitos a apenas alguns metros de distância entre si. Dois dos famosos entre os moradores de Foz do Iguaçu estão, inclusive, localizados lado a lado: os restaurantes Miu Miu e GuGu. Apesar de cardápios parecidos, os dois possuem ambientes com propostas diferentes: enquanto o GuGu propõe um ambiente mais tradicionalmente chinês, o MiuMiu leva o cardápio tradicional a um ambiente mais despojado, mais próximo da realidade do Paraguai. Nas redondezas podemos citar outros restaurantes como Lo de Joseph, Wok Dynasty, Sunflower, Lucky, Lao Fong Wei e Honki.

Há também uma confeitaria e café tradicional chinês chamado Tia Anny, onde são produzidos doces e outras panificações em estilo taiwanês. Ainda no microcentro encontramos o mercado Oriental, de origem taiwanesa, com focos em produtos orientais, incluindo itens coreanos e japoneses. Os mesmos proprietários têm também o Studio Taiwan 101, uma escola de culinária especializada no ensino de pratos asiáticos, ainda no microcentro.

Um grande destaque é o Shopping Lai Lai, com lojas de diversos setores. A fachada do estabelecimento conta com o nome em mandarim 来来 e sua escrita romanizada "LAI LAI". O caractere 来 em mandarim pode ser traduzido como "venha" em português. Geralmente utilizado em dupla, 来来 representa um convite, como para participar de uma ação ou acontecimento. Apesar de não conhecermos a origem do proprietário do shopping, é plausível acreditar que tenha origem ou ao menos uma ligação com a cultura e língua chinesa.

Além de restaurantes e grandes estabelecimentos, há indícios da presença de membros da diáspora chinesa em pequenas lojas do microcentro. Estas lojas menores vendem uma grande variedade de produtos, como artigos para casa, de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

vestuário, de beleza, perfumaria e de tecnologia. Mesmo que não haja uma identidade visual que faça clara referência à cultura chinesa no estabelecimento, é possível ouvir as conversas em mandarim entre aqueles que frequentam o lugar e os administradores. É interessante perceber a habitual presença de funcionários paraguaios, sugerindo, nestes espaços, uma certa hierarquia entre as comunidades chinesa e paraguaia - cenário que gera um perceptível desconforto entre ambas (Pinheiro-Machado, 2018).

Ao analisarmos estes estabelecimentos tendo em vista o cenário e o contexto histórico em que se estabelecem, podemos chegar a algumas conclusões. A segunda onda de imigração chinesa (aberta para o cenário internacional), a redemocratização do Paraguai, e a proposta de aceleração econômica, todas acontecem com significativa proximidade. Podemos acreditar que o elevado fluxo de pessoas, a facilidade de importação da China (que lhes era garantida) e o mercado paraguaio em crescimento, foram condições que favoreceram a instalação desses imigrantes na região. Estes imigrantes são em sua maioria imigrantes em cadeia, se instalando em um destino em que já possuem alguma conexão, seja familiar ou de conterrâneos. É compreensível que Ciudad del Este apresente uma maior quantidade de estabelecimentos, tendo o país um estreito relacionamento com Taiwan, incluindo acordos econômicos e de caráter social.

Não parece haver uma diversificação nos estabelecimentos que são administrados pelos membros da diáspora chinesa, talvez pela segurança e pertinência das opções atuais dentro de sua vivência como diáspora. Restaurantes são espaços de encontro com outros membros, mesmo que não sejam populares entre a comunidade paraguaia, e se sustentam com a clientela da própria diáspora e da curiosidade de turistas e moradores da cidade. As diversas lojas possibilitam um constante contato com a terra de origem, e garantem também uma contribuição econômica ao mercado de origem dos produtos importados - neste caso especialmente China e Taiwan. Há também uma transferência geracional dos estabelecimentos, não havendo necessidade de que os filhos dos proprietários procurem por novos negócios ou outra área.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

É possível, para além deste trabalho, também questionar como se instalam as novas gerações de imigrantes chineses na região, e quais são seus interesses e objetivos. Assim podemos teorizar de maneira ainda mais aprofundada sobre o futuro destes estabelecimentos e da diáspora chinesa na tríplice fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRAGÁN, R. Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación. La Paz: Fundación PIEB, 2008.

BHANDARI, Nagendra Bahadur. Diaspora and Cultural Identity: A conceptual Review. Journal of Political Science. Fevereiro 2021. Vol. 21. 100-108.

DALBOSCO, J. *Entre o Tigre e o Dragão: Paraguai e suas relações com Taiwan e a China no início do Século XXI*. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais). Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, 2022.

HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In J. Rutherford (Ed.), Identity: Community, Culture, Difference. 1990. London: Lawrence & Wishart. 222-237.

LIU, H. An Emerging China and Diasporic Chinese: historicity, state, and international relations. Journal of Contemporary China (2011), 20(72), November, 813–832. 2011.

SHEFFER, G. *Diaspora Politics: At Home Abroad*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COHEN, R. Global Diasporas: An Introduction. 2nd Edition, New York, Routledge, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, R. The Power of Chineseness: Flexible Taiwanese Identities during Times of Change in Asia and Latin America. The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology, 2018. 1–18.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Movimentos populares de mulheres e feministas latino-americanas: diálogos transnacionais.

Cíntia Fiorotti Lima⁴⁶

Nessa comunicação apresentamos a articulação da Rede Mulher (RM) com a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (REPEM ou REPEM LAC) e o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), refletindo sobre os diálogos entre os movimentos populares de mulheres e feministas latino-americanas. Para tanto, essa pesquisa visou identificar as trocas de experiências e os diálogos transnacionais entre os movimentos de mulheres e feministas, buscando identificar algumas mudanças relacionadas aos seus momentos históricos e diálogos com os movimentos populares entre mulheres.

Nessa pesquisa, analisamos uma pequena parte do acervo documental da Rede Mulher de Educação no Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) da Unioeste, campus de Toledo. A Rede Mulher foi fundada na década de 1980 e se formalizou como Organização Não Governamental (ONG) em 1983. Por volta de 1996, passou a se chamar Rede Mulher de Educação - Gênero e Liderança. A iniciativa de fundar a Rede Mulher partiu da educadora popular ecofeminista Moema Viezzer, quando ela retornou ao Brasil em meio ao processo de reabertura política e a Lei da Anistia de 1979, após viver o exílio durante a ditadura no Brasil (1964 – 1985). Moema se juntou a outras mulheres com experiências em movimentos sociais, parte delas, também haviam vivenciado o exílio em outros países da América Latina e Europa durante o mesmo período.

A Rede Mulher, se propunha a atuar como um ponto de apoio, diálogo e articulação com os diversos outros movimentos de mulheres no Brasil, integrando-

⁴⁶ Doutorado em Educação e doutorado em História, SEED/PR e UNIOESTE, cintiafiorotti@hotmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

se com outros movimentos de mulheres e feministas na América Latina. Esses movimentos se constituíam com os mais variados grupos sociais, entre elas, mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, donas de casa, professoras etc. Nas décadas de 1980 e 1990, os grupos que se vincularam à Rede Mulher pertenciam a diversas regiões do Brasil e apresentavam perfis sociais muito diversificados, indo desde movimentos no campo, com a Associação de Quebradeiras de Coco de Babaçu no Maranhão, aos centros urbanos com o Clubes de Mães da Zona Leste de São Paulo. Muitos dos grupos estavam ligados a movimentos sociais diversos, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e instituições como a Igreja, sindicatos, partidos políticos de esquerda e prefeituras.

Como ONG, a Rede Mulher passou a realizar oficinas de formação de lideranças femininas, debatendo questões relacionadas a gênero, educação crítica ao sexismo, direitos humanos, meio ambiente e feminismo. As pautas em comum trazidas pelos movimentos de mulheres eram organizadas em materiais utilizados na educação popular, entre eles cartilhas, oficinas e peças de teatro. Em meio as pautas em comum defendidas pelos movimentos, estiveram a iniciativa popular pelos “Direitos das Mulheres” com a proposta de emenda parlamentar na mobilização popular pela Constituinte (1985-1987), impactando na redação final da Constituição brasileira de 1988. A Rede Mulher ganhou uma repercussão maior a nível nacional e latino-americano em meio a essa atuação.

A atuação da Rede Mulher com esses grupos era por meio da Educação Popular inspirada em Paulo Freire e outros/as educadores/as vinculados ao Centro de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL) e a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina (REPEM). Conforme Oscar Jara (2020), entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o CEAAL defendia uma proposta de educação popular com vistas a proporcionar uma educação emancipadora, principalmente às pessoas oprimidas e excluídas, contribuindo com a formação de sujeitos pela libertação e mudança social.

Com base nessa perspectiva teórico-metodológica, a ONG realizava oficinas e encontros com as camadas populares, valendo-se dos saberes proporcionados por meio das vivências e das reflexões dos acontecimentos



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

sociais trazidos e elaborados pelas participantes. Para elas, os saberes precisavam contribuir com a compreensão da realidade social já existente e com os interesses de transformação dessa mesma realidade social por parte dos movimentos ou grupos de mulheres mobilizados.

Sobre o CEAAL, trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos. Conforme informações do CEAAL (2023), ele foi formado por organizações não governamentais, visando a defesa e difusão da Educação Popular na América Latina e Caribe. O início de suas atividades ocorreu em 1977, após alguns encontros de Educação Popular nas cidades de San José/Costa Rica, Lima/Peru e Quito/Equador, sendo formalizado como uma rede de ONGs em 1981 e 1982.

Na década de 1980, a perspectiva de Educação Popular trazida pelos integrantes do CEAAL, era a de que uma educação não formal correspondia ao processo de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade e trabalho político de luta (Carlos Brandão, 1984). Para o autor, isso não significava apenas popularizar o acesso à educação, mas o desenvolvimento de uma nova cultura popular como alternativa de trabalho político-pedagógico de transformação social.

Como desdobramento das demandas específicas das mulheres, surge a REPEM. Ela inicia suas atividades em 1981, como um programa e uma rede temática do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), assumindo personalidade jurídica própria em 1988 (REPEM-LAC, 2023). Dentro do estatuto da REPEM, o CEEAL emerge como referência norteadora da metodologia a ser utilizada pela organização e parceria nas ações formativas da ONG (Estatuto REPEM – CEAAL, 1988 e 1989).

De maneira resumida, a REPEM representa um dos movimentos feministas latino-americanos, com uma contribuição importante nos movimentos de Educação Popular, pois trouxe uma perspectiva crítica e emancipadora sobre as relações de gênero construídas junto a diversos movimentos e grupos de mulheres (REPEM, 1989). O movimento atuou pela valorização da participação política e social das mulheres em diversos espaços de organização, como movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, partidos etc. Atualmente, a REPEM continua em



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

atividade, mas com o nome de *Red de Educación Popular entre Mujeres de Latinoamérica y el Caribe* (REPEM-LAC, 2023).

Os movimentos de mulheres e movimentos feministas que estabeleciam diálogos com a REPEM nas décadas de 1980 e 1990, apresentavam pautas em comum de luta pelos direitos das mulheres na América Latina. Muitos dos movimentos feministas desafiaram a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres o papel de cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico e reprodutivo, sem reconhecimento ou remuneração, limitando suas oportunidades de acesso à educação, ao trabalho e à renda. Conforme Sônia Alvarez et al, (2003), os movimentos feministas latino-americanos, denunciaram e combateram todas as formas de violência de gênero, como o assédio, o estupro, o feminicídio, a exploração sexual etc., defendendo o direito das mulheres à saúde integral, à sexualidade e à reprodução (Alvarez et al., 2003).

Tais reflexões, estiveram presente nas propostas de reflexões organizadas pela REPEM, trazendo uma pedagogia dialógica e problematizadora, que estimulou as mulheres das organizações vinculadas a ela a questionarem as estruturas de poder que as oprimiam e a buscarem alternativas de transformação social, baseadas na solidariedade, na cooperação e na justiça. Por exemplo, a Rede Mulher que participou das formações e os diálogos com a Educação Popular na América Latina. Um dos momentos onde observamos essas trocas transnacionais, são os “Encontros Nacionais e Latino-americanos de Educação Popular com Mulheres” vinculados a REPEM e ao CEAAL. Nesses encontros, havia uma preparação conjunta com os movimentos sociais e grupos de mulheres vinculados à Rede Mulher e demais movimentos de mulheres de outros países da América Latina. As especificidades regionais de cada grupo eram discutidas e reelaboradas a partir do diálogo e trocas de experiências entre elas, mas também eram elaborados temas e lutas em comum a serem trabalhadas pelos movimentos latino-americanos de mulheres.

As reflexões levantadas por Virgínia Vargas (2005), nos ajudam a compreender e analisar como essas trocas foram importantes para o diálogo e construção de pautas pensadas a partir das realidades das mulheres latino-



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

americanas. A autora mencionou que os movimentos de mulheres na América Latina construíram suas identidades a partir da organização de redes de diálogo e mobilização de mulheres inseridas em diferentes lugares de resistência, trazendo pautas de lutas caracterizadas pelo feminino.

Conforme Virgínia Vargas (2005), muitas dessas redes se constituíam para além ou mesmo em diálogo com os espaços teóricos e acadêmicos, permitindo um movimento de discussão e reflexão sobre as pautas levantadas com outras mulheres latino-americanas. Nisso, os vários movimentos se conectavam e criavam um espaço de relato dos caminhos trilhados para suas ações, das dificuldades encontradas, dos exemplos de conquistas e da organização das pautas e iniciativas feministas, consideradas transnacionais. As reflexões proporcionadas pelos encontros de mulheres de diferentes países latino-americanos, contribuíam para levar adiante o planejamento das ações a serem desenvolvidas e as parcerias possíveis.

Bibliografia:

ALVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, dez. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

JARA, Oscar H. **Educação Popular Latino-Americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; ENFOC, 2020.

CEAAL. Acerca del CEAAL. Disponível em: <<https://ceaal.org/v3/acerca-de-ceaal/>>. Acesso em 01 de junho de 2023.

CEAAL; REPEM. **Oficina, 1989 e Estatuto, 1988**. FRME-NDP – UNIOESTE, Toledo-PR.

REPEM. Nuestra Historia. Disponível em: <<https://www.repem.org/index.php/larepem>>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio. (Una lectura político personal). In: Mato D (ed.) **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas:



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES,
Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 307-316



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

O ESTREMECIMENTO DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS ATRAVESSADAS POR NARRATIVAS FEMININAS

OLIVEIRA, Liz Basso Antunes.⁴⁷

INTRODUÇÃO

A literatura, as outras artes, o espaço público e as mais variadas experiências e expressões enaltecidas pelas sociedades ocidentais estiveram sob o domínio masculino, enquanto que as mulheres eram limitadas à margem, o que se aprofundou a partir da modernidade. Entretanto, por meio do acesso ao universo letrado a partir do fim do século XIX e começo do século XX, as mulheres perfuram as fronteiras simbólicas patriarcais para partilhar narrativas de autoria feminina.

Já que a literatura e a realidade concreta sustentam um elo íntimo e duradouro e que o confinamento doméstico feminino foi um dos instrumentos reais utilizados pelo sistema patriarcal para manter-se vivo, a fronteira simbólica imposta entre a casa e a rua foi amplamente representada pela literatura de autoria feminina. Paralelamente, por não ter compromisso algum com a verdade, a ficção também se mostrou um terreno fértil para inaugurar realidades menos limitadas.

Desta forma, este trabalho objetiva analisar algumas contribuições realizadas pelas literaturas de autoria feminina para que as mulheres atravessassem outras delimitações que as imobilizavam no interior de uma realidade demasiadamente estreita. Para isso, *Deslocamentos do Feminino* (2016)

⁴⁷Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Literatura Brasileira. Licenciada em Letras Português/Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Contato: liz.basso.oliveira@gmail.com.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

de Maria Rita Kehl e *A Casa no Imaginário Feminino* (2012) de Elódia Xavier, são as principais fundamentações para a análise em desenvolvimento.

ESCRITORAS, MUAMBEIRAS, LEITORAS

Antes de qualquer outra coisa, quando nascemos somos inscritos em posições determinadas simbolicamente por masculino ou feminino. Para o filósofo francês Pierre Bourdieu (2019) as trocas simbólicas do patriarcado são “o princípio da divisão de todo o universo”. Funcionando como uma máquina simbólica, o sistema patriarcal exerce o papel de distribuir atividades, locais, momentos, instrumentos atribuídos a cada um dos sexos. Hierarquicamente, designou-se aos homens o espaço público, a coletividade, a palavra, a memória e às mulheres o espaço privado, o isolamento, o silêncio e o esquecimento.

Principalmente a partir da modernidade, quando a noção de indivíduo começou a se formar, o analfabetismo e o afastamento das mulheres dos ambientes públicos permitiram que os homens produzissem discursos sobre uma suposta natureza feminina. Maria Rita Kehl aponta que estes discursos definiam a feminilidade como um “conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribuiu-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social” (2016, p. 40).

A essencialização e a domesticação do caráter feminino se contrapunham aos ideais modernos de autonomia dos sujeitos e da formação da personalidade individual dos quais os homens usufruíam. Segundo a psicanalista brasileira, a feminilidade cumpriu a função de “promover o casamento, *não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar*” e de fixá-la em uma posição “que sustentasse a virilidade do homem burguês” (KEHL, 2016, p. 38).

Se antes os interesses dos sujeitos eram produzidos como patrimônios públicos, o surgimento do indivíduo produziu a esperança de fazer da vida uma aventura pessoal, na qual cada ser poderia ascender socialmente, deslocando-se das posições que antes lhes eram atribuídas e fixadas pelo grupo ao qual



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

pertenciam. No entanto, enquanto relegadas à imobilização doméstica, as mulheres demoraram a alcançar tal possibilidade. Enquanto para os homens a casa representava o lugar para onde voltariam para relaxar após um longo dia na selva urbana, para as mulheres ela equivalia a uma prisão (KEHL, 2016).

Assim, ao adentrarem o território letrado a partir da Reforma Protestante⁴⁸ (PERROT, 2007), as mulheres encontraram na literatura um desvio ao tédio incutido no universo limitado no qual estavam inseridas. Segundo Gloria Bonder, pesquisadora na área de estudos de gênero e ativista feminista argentina, em *Mujer y Educación en América Latina: hacia la igualdad de oportunidades* (1994), o acesso à educação pelas mulheres latino-americanas ocorreu aproximadamente no fim do século XIX.

A historiadora francesa, Michelle Perrot (2007), afirma que no começo do século XX as mulheres alfabetizadas desejavam os livros como a um amante. Após os afazeres domésticos diários, liam vigorosamente, especialmente ficção. Originalmente publicado em 1857, a criação de *Madame Bovary* por Gustave Flaubert, retratava em Emma esta mulher apaixonada e iludida pela ficção. Segundo Kehl (2016), havia uma literatura que era destinada a elas e que, além de produzir a sensação de aventura pelos domínios até então masculinos, inventava o amor burguês. Por meio deste, o casamento e o amor se emaranhavam lhes inculcando o casamento como caminho para a felicidade individual e ascensão social.

Com o tempo, algumas mulheres também passaram a escrever “literatura para moças”, mas a grande maioria delas se limitava a escrita de diários. Até hoje é comum que meninas sejam incentivadas a escrita de diários, como narra Tatiana Salem Levy em sua mais recente publicação *Melhor não contar* (2024), ao mesmo tempo em que reflete sobre o potencial silenciador de tal gênero textual: “Não escrevíamos para ser lidas; pelo contrário, escrevíamos para não ser lidas. E

⁴⁸Evidentemente que o processo de aquisição da escrita e de relação com os livros tardou mais para umas do que para outras e ocorreu de formas bastante diversificadas conforme as interseccionalidades que cruzavam as mulheres. Entretanto, foi no contexto europeu que algumas mulheres começaram a se movimentar por entre a fronteira simbólica imposta entre a palavra e o silêncio, o que progressivamente desencadeou a entrada de mais mulheres no universo letrado.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

deveríamos continuar assim, vivendo em sussurros, trancando com cadeado o que nos acontecia” (2024, p. 19).

A palavra escrita sempre representou um privilégio social gigantesco, de forma que o patriarcado criava ferramentas para limitar a expressão feminina por meio dela. Conforme Jaques Rancière (2023), por meio da palavra reivindica-se justiça, mas sempre houve uma recusa em considerar como discurso os sons emitidos pela boca de certos grupos sociais, como as mulheres. Ainda que muitas estivessem convencidas de que o casamento por amor seria a única forma de que encontrassem felicidade, para elas a escrita representava maiores possibilidades de transmitir suas perspectivas e transformar a famigerada condição feminina.

Lentamente, algumas pioneiras começaram a adentrar o território alheio assumindo o papel de contrabandistas para carregar narrativas femininas de um lado para o outro das fronteiras patriarcais. Os pseudônimos masculinos foi uma das primeiras brechas criadas para protegê-las dos ataques conservadores por parte dos muitos homens que se posicionavam contra as libertações femininas, permitindo que percorressem por entre os territórios feminilizados e masculinizados. Foi o caso de Mary Ann Evans que se transformou em uma renomada romancista com o pseudônimo de George Eliot (1819-1880).

Apesar de serem raras exceções neste momento, aos poucos outras mulheres foram driblando os empecilhos para, por meio da literatura, fazer ressoar suas vozes até outras mulheres, também em isolamento doméstico. Justamente pela segregação doméstica que a escrita de si se tornou um gênero associado ao feminino, como aponta Kehl (2016). Em casa, as mulheres não estavam apartadas apenas do universo público masculinizado, mas também de outras mulheres, o que dificultava que percebessem sua situação subalternizada como uma problemática cultural e não individual. O afastamento umas das outras foi tão real que durante a Revolução Francesa, francesas foram proibidas de andar em grupos de mais de cinco mulheres, sob pena de prisão (KEHL, 2016). Entretanto,

À medida que algumas mulheres tornaram públicas as experiências vividas, uma a uma, por tantas outras, produziu-se um campo de identificações em que as mulheres puderam *se reconhecer, assim como*



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

reconhecer suas diferenças em relação aos ideais de feminilidade produzidos a partir do suposto saber masculino (KEHL, 2016, p. 81).

A psicanalista brasileira continua: “a mesma literatura que apontava o amor como a maior realização da vida feminina dava conta da pobreza e da frustração que advinham de apostar todas as fichas da vida no casamento” (KEHL, 2016, p. 83). Ainda restritas à domesticação, a produção literária feminina ambientava suas narrativas no espaço privado, o qual, segundo Elódia Xavier em *A Casa no Imaginário Feminino* (2012), é retratado como símbolo do confinamento, enquanto que a literatura masculina representava a casa como um ambiente libertador das amarras sociais que eles precisavam performar no espaço público.

Se antes o discurso moderno articulava o imaginário da casa como um lugar feliz, as mulheres percebiam sua frustração como algo inapropriado que deveria ser silenciado (KEHL, 2016). O espaço, ao mesmo tempo em que é determinado pelos sujeitos, é também determinante para a construção do imaginário social, cultural e histórico dos indivíduos. Sendo assim, o surgimento de um novo retrato do ambiente doméstico por meio da escrita feminina provocava crescentes reivindicações por direitos femininos que ultrapassassem os muros da casa (XAVIER, 2012).

A permeabilidade do real na literatura de autoria feminina causava a identificação das leitoras que despertavam para a marginalização que sofriam enquanto grupo. Motivadas a reescrever a identidade feminina⁴⁹, começavam a se tornar autoras de suas próprias vidas por meio da ficção, através da qual inflavam o imaginário das leitoras com possibilidades bem menos limitadas ao pensamento binário que ainda hoje restringe a cultura ocidental.

⁴⁹O conceito de identidade está aqui adequado ao uso de Maria Rita Kehl: “O que aqui chamo de ‘identidade feminina’, são os contornos comuns – frequentemente transformados em clichês – que resumem experiências subjetivas nas quais a maioria das mulheres se reconhecia. Os sentimentos de isolamento, de frustração, das expectativas amorosas depois do casamento, de dificuldade expressar emoções e conflitos, a luta por manter alguma autoestima quando os filhos cresciam (ou quando não se tinha filhos), a inibição diante dos homens e ao mesmo tempo a hostilidade abafada em relação a eles, as fantasias e os anseios por uma felicidade vaga e sempre fora do alcance são aspectos frequentes nos relatos de vidas de mulheres – tanto os confessionais quanto os ficcionais” (KEHL, 2016, p. 81).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Pouco a pouco, muitas conquistas foram alcançadas pelas mulheres ocidentais: o direito à educação de qualidade em todos os níveis, ao voto, ao trabalho remunerado, à posse, ao divórcio, à guarda dos filhos, à pensão alimentícia, à liberdade de ir e vir etc. Além disso, se apoderaram de outros inúmeros recursos simbólicos que atualmente as possibilita uma existência com muitas alternativas à vida doméstica e procriadora. Assim, mais de um século depois, a literatura de autoria feminina vem apresentando outras formas de atravessar fronteiras simbólicas.

Florencia Garramuño, em *Frutos Estranhos* (2014), percorre diversos textos a fim de apontar novas características estéticas e éticas utilizadas em literaturas contemporâneas para tornar porosos os limites entre fronteiras: a desestruturação de gêneros literários, a fragmentação da narrativa, a exposição extrema da intimidade, o uso de outros recursos para compor a narrativa, como a fotografia, o arquivo e a referência a personagens reais.

O livro *Não Escrever [com Roland Barthes]* (2023) de Paloma Vidal é composto pela inespecificidade de gêneros, intercalando poemas, prosa, teoria, fotografias, fragmentos dos diários de Barthes, e-mails, QR codes que levam a áudios, retângulos em branco etc. A escritora argentina também escreve de forma bastante fragmentada, evidenciando a aproximação da literatura com a vida que também nunca é linear: “Ele volta sua atenção então para a anotação, que lhe interessa por seu caráter ativo, pela sua capacidade de cortar, de fazer recortes no fluxo da linguagem, que é a própria vida” (VIDAL, 2023, p. 106).

Este abandono da forma liberta a literatura de suas próprias delimitações estéticas rigidamente medidas pela régua do cânone masculinizado, mas a fragmentação também implica em questões éticas. Em *Desarticulações* (2022) Sylvia Molloy narra a progressão do Alzheimer que acomete sua ex-companheira. Neste livro, assim como em *Não Escrever* (VIDAL, 2023), a autora é também personagem. Assim ela movimenta as fronteiras entre o real e a ficção: “Não restam testemunhas de uma parte de minha vida, essa que sua memória levou com ela. Essa perda, que poderia me angustiar, curiosamente me liberta: não há ninguém para me corrigir se eu decidir inventar” (MOLLOY, 2022, p. 13). Ao



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

mesmo tempo em que faz de si um aspecto real em meio ao gênero ficcional, a autora deixa o/a leitor/a em dúvida sobre o que é ou não ficção por toda a narrativa.

Em seu primeiro livro, *A Chave de Casa* (2023), Tatiana Salem Levy que também costuma apresentar narrativas fragmentadas, parte do luto após a morte da mãe e do recebimento da chave da casa em que o avô morava na Turquia antes de migrar para o Brasil para exprimir uma possibilidade bastante atual às mulheres: a desterritorialização. Ao viajar só para outro país, a protagonista se movimenta para além dos espaços e comportamentos feminilizados, de forma que desequilibra o limite imposto para elas entre a casa e a rua.

Em sua última publicação, *Melhor não contar* (2024), Levy também faz de si personagem para narrar uma história que poderia parecer mais adequada ao gênero textual diário do que ao romance. Ao revelar os assédios sexuais empregados pelo padrasto durante sua adolescência, fora aconselhada a não contar à mãe, com quem mantinha uma relação bastante sincera e aberta até então. No entanto, a publicação do livro desestabiliza a fronteira entre o silêncio e a voz ao lançar ao comum uma violência frequentemente cometida pelo sistema patriarcal.

Em *O Invencível Verão de Liliana* (2022), Cristina Rivera Garza utiliza dos arquivos deixados por sua irmã para que ela possa participar da construção de sua própria história, mesmo após ter sido vítima de feminicídio em 1990. Com a transcrição do arquivo da irmã e de reflexões sobre as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, procura movimentar outras mulheres para percepção dos sinais de violência e para a denúncia, bem como para a continuação das lutas feministas. Desta forma, a escritora mexicana balança a fronteira simbólica que divide mulher enquanto indivíduo e mulheres enquanto coletivo. Nos agradecimentos finais, Garza agradece a Daniela Rea por levar o nome de Liliana para a marcha do dia Internacional da Mulher em 2021. Contribuições da literatura de autoria feminina para a transformação da realidade social como as citadas levaram Carola Saavedra a afirmar:

[...] por um lado é preciso um teto todo seu, e assim dar voz, corpo, contar as histórias que não foram contadas, permitindo a construção de uma



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

identidade que integra em vez de excluir. Por outro, a literatura é também o âmbito da ambiguidade. É na literatura que se pode desconstruir o pensamento binário que permeia toda a nossa cultura, o pensamento do isto ou aquilo, se é homem ou mulher, hétero ou homossexual, bom ou mau, sujeito ou objeto, bandido ou mocinho, deus ou o diabo, o céu ou o inferno, a salvação ou o apocalipse. Contra um pensamento que apaga todas as demais possibilidades do espectro e, não só isso, que fossiliza o sujeito num tempo único e devastador (SAAVEDRA, 2016, p. 70-71).

No excerto, a escritora brasileira aponta que ao mesmo tempo em que a literatura de autoria feminina contribui para incluir o discurso próprio na construção das identidades femininas; ela também pode ser ambígua e, por isso, usada como uma ferramenta poderosa na desconstrução de dicotomias rígidas que ainda dominam nossa cultura. Esse desmantelamento do pensamento binário abre caminhos para a complexidade humana, de forma que essa perspectiva não apenas valoriza as vozes femininas, mas também mostra que entre os extremos há um vasto espectro de possibilidades plurais e inclusivas que demandam e estimulam mais e mais pesquisas científicas.

REFERÊNCIAS

- BONDER, Gloria. Mujer y Educación en America Latina: hacia la igualdad de oportunidades. In.: Monográfico: Género y Educación. n. 6. Revista Iberoamericana de Educación: Biblioteca Digital, p. 9-48, set./dez. 1994. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/oeivirt/rie06a01.htm>. Acesso em: 8 de outubro de 2024.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos Estranhos*: sobre a inespecificidade na estética contemporânea. Tradução: Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- GARZA, Cristina Rivera. *O Invencível Verão de Liliana*. Tradução de Silvia Massimini Felix. Belo Horizonte: Autêntica Contemporânea, 2022.
- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LEVY, Tatiana Salem. *Melhor não contar*. São Paulo: Todavia, 2024.
- LEVY, Tatiana Salem. *Vista Chinesa*. São Paulo: Todavia, 2021.
- MOLLOY, Sylvia. *Desarticulações*, seguido de *Varia Imaginação*. Tradução: Paloma Vidal. São Paulo: Editora 34, 2022.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *Mal-Estar na Estética*. Tradução: Gustavo Chataignier e Pedro Hussak. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Editora PUC-Rio, 2023.
- SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável*: ensaios para depois do fim. Belo Horizonte: Relicário, 2021.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

XAVIER, Elódia. A Casa no Imaginário Feminino: “Um Espaço Feliz?”. *Avanços em Literaturas e Culturas Brasileiras. Século XX*. v. 2. p. 137-155. Santiago de Compostela: Através Editora, 2012.

VIDAL, Paloma. *Não escrever [com Roland Barthes]*. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2023.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

PERSPECTIVAS DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL SOBRE O ORÇAMENTO DA FORÇA TAREFA DE LOGÍSTICA HUMANITÁRIA

Janison Machado de Albuquerque⁵⁰

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é discutir sobre o mote das migrações internacionais venezuelanas ao Brasil os aspectos gerais da governança migratória, os nichos, os atores e as características da indústria das migrações, além de uma proposta de auditoria social em face do vultoso orçamento da ação pública intitulada por Operação Acolhida, concebida pelo Governo Federal como Força Tarefa de Logística Humanitária.

Os estudos migratórios como fato social total (SAYAD, 1996) devem se pautar necessariamente por abordagens interdisciplinares. Assim, este estudo constitui essencialmente em uma aproximação de áreas de ciências humanas aplicadas em dois planos.

O primeiro se desenvolve ao tecer conceitos sobre o fenômeno das migrações internacionais na perspectiva dos estrutural dos sistemas das migrações (BAKEWELL, DE HASS, KUBAL, 2012), particularmente nos elementos das mesoestruturas que incluem instituições pública e privadas, organizações sociais, internacionais, entre outras, que prestam apoio ou exploram o itinerário migratório (DURAND e LUSSI, 2015).

O segundo ao delinear os mecanismos indutores de uma auditoria popular sobre a despesa pública que financia a ação orçamentária da Operação Acolhida. Por sua natureza, a auditoria se dá por meios técnicos sistematizados e

⁵⁰ Mestre em Sociedade e Fronteiras pelo PPGSOF/UFRR, Servidor Técnico Administrativo – Contador atuando como Auditor Interno Governamental na UFRR. E-mail: janison.machado@ufrr.br



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

padronizados, ancorados numa vasta regulamentação e legislação pública de influência internacional, apesar disso, a técnica não é restrita aos auditores governamentais. As fases de sua execução podem ser adaptadas, a fim de possibilitar o acesso e a participação de um público diversificado, assunto a ser abordado no decorrer do artigo.

As premissas aqui discorridas são ampliações a partir de estudos realizados no interregno da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras-PPGSOF/UFRR. A proposta de consecução de uma auditoria de formato social ou popular é pensada como uma via possível de pleno exercício de controle social.

2. A governança das migrações e a indústria das migrações internacionais em Roraima.

O Brasil é terceiro país de destino dos migrantes venezuelanos, com cerca de 585 mil pessoas, considerando o período de fevereiro de 2018 a agosto de 2023, de acordo com a Plataforma de Coordenação Interagências para Refugiados-R4V (ACNUR e OIM 2024). Assim, o processo migratório de venezuelanos é o mais visível e representativo das últimas décadas nos países da América Latina. As causas dessa migração têm vertentes econômicas, políticas e sociais que repercutem na ausência de políticas migratórias nos países receptores dessa população.

A concepção brasileira frente ao complexo movimento de migrantes venezuelanos ocorre por meio de uma ação emergencial e reativa, de caráter militar como o uso das Forças Armadas. Portanto, a governança migratória se define por um viés securitário, ainda que se perceba outros elementos, como os benefícios das migrações e a ampliação de ações sociais aos migrantes, de acordo com os 'modelos' de governança (MÁRMORA, 2010). O estabelecimento da Operação Acolhida com predominância da gestão do Ministério da Defesa por meio de seus Comandos alicerçada sob três eixos, o Acolhimento, Ordenamento de Fronteira e a Interiorização são reveladores do modo como as migrações internacionais são compreendidas.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A própria designação de 'Operação Acolhida' sob a ótica de 'Força Tarefa de Logística Humanitária' põe sob a mesma alçada a ideia de 'Crise Humanitária' para justificativa do uso das Forças Armadas, na ótica das intervenções militares no Brasil, a exemplo das recorrentes ações de Garantia da Lei e da Ordem-GLO, intervenções similares as já identificadas ao redor do mundo e percebido como governo humanitário, consoante aos estudos de Fassin (2016). Ainda que no caso do Brasil a intervenção na Operação Acolhida não ocorra com o uso de armas, todavia, o componente militar está presente desde o posto de triagem na cidade de Pacaraima, na gestão dos abrigos na Capital Boa Vista-RR, e na interiorização dos migrantes para outros estados da federação. Para tanto as Forças Armadas dispõem de um elevado orçamento, sendo destinados até 2024 aproximados R\$ 1,8 bilhão em recursos públicos a fim de gerir os diversos contratos, dentre os quais se destaca o de gêneros alimentícios e despesas com passagens (BRASIL, 2024).

Vale frisar, que em Roraima além da presença das Forças Armadas e do Poder Executivo Federal, também há participação de organizações internacionais (ONU, ACNUR, OIM, UNICEF), organizações não governamentais (ONGs), entidades da sociedade civil, empresas apoiadoras, formando um mosaico de instituições com interesses distintos. Esse conjunto de atores representa o cerne do conceito de indústria das migrações que na percepção de Sorensen e Gammeltoft-Hansen (2013) perfaz:

[...] el conjunto de actores no estatales que proveen servicios que facilitan, restringen o asisten en la migración internacional. Y nosotros sugerimos que la facilitación, el control y el rescate sean tratados como diferentes sub-categorías dentro de la industria migratoria (GAMMELTOFT-HANSEN e SORENSEN, 2014, p. 9)

O trinômio facilitação-controle-resgate surge com a demanda decorrente dos movimentos migratórios, e está presente em todo o percurso migratório desde o país de origem, durante as escalas intermediárias, até o país de destino. No âmbito das migrações venezuelanas, as demandas dos migrantes encontram terreno fértil para atuação de atores estatais e privados e faz movimentar recursos humanos, econômicos e não econômicos (ALBUQUERQUE, 2022). A essência da



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

indústria das migrações é facilmente compreendida, assim, “[...] *los distintos actores desarrollan un interés muy importante y muy fuerte que la migración continúe, que la migración no se acabe, si se acaba la migración se acaba el negocio*” (RUBEN..., 2013).

Logo, as ações do Governo Federal no estabelecimento da Operação Acolhida são os elementos centrais da indústria das migrações, a partir da qual outros nichos que permeiam os movimentos migratórios venezuelanos são legitimados, tal como a presença das organizações internacionais, outros caminham à margem da legalidade, como os *trocheros* que submetem os migrantes a situações de risco e exploração. De qualquer forma as migrações venezuelanas constituem um grande negócio em que o volume de recursos econômicos é desconhecido e de difícil rastreabilidade (SORENSEN e GAMMELTOFT-HANSEN, 2013).

3. Auditoria Social e a necessidade de controle popular do orçamento público da Operação Acolhida.

A auditoria constitui uma técnica contábil e uma especialização das Ciências Contábeis, todavia, no seu processo de evolução não restringe o exercício desse instrumento de fiscalização aos profissionais da contabilidade. Dentre as diversas classificações que a auditoria dispõe, pode-se segmentá-la em dois grandes grupos, a atuação na área privada e pública. O ramo privado não será tratado aqui, assim sendo, importa frisar que o meio público permite o desenvolvimento de auditores das mais diversas áreas de formação, notadamente em razão de que a concepção do erário exige abordagens multifacetadas.

Logo, em sentido mais amplo a auditoria pública é um instrumento de fiscalização dos recursos públicos, essencialmente é uma forma de controle que visa assegurar a conformidades dos programas, políticas, projetos, atividades, entre outros, quanto aos aspectos da legalidade e legitimidade dos atos de gestão, além de avaliar o desempenho dos órgãos e entidades que compõem o Estado no que se refere a economicidade, eficiência e eficácia (BRASIL, 2017).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Assim, a atuação da auditoria pública pode ocorrer em duas vertentes, dentro das organizações públicas, por intermédio do Controle Interno, exercido por auditores internos e mormente pela Controladoria Geral da União, e por Controle Externo, exercido pelos órgãos legislativos com auxílio dos Tribunais de Conta. Há ainda o controle realizado pela sociedade, compreendido como Controle Social (PETER e MACHADO, 2014).

Nesse contexto, o controle sobre o desenrolar da ação orçamentária da Operação Acolhida poderia ser realizado pelos órgãos de controle, e pela sociedade civil, em razão da importância da ação pública promovida pelo estado brasileiro, mas também pela junção de elementos indispensáveis e determinantes na escolha dos objetos e temas de auditoria, a saber a materialidade, relevância e oportunidade. Esses elementos não serão discorridos em demasia, pois, o objetivo é estabelecer diretrizes mais gerais que fundamentem a motivação para se realizar uma auditoria sobre recursos públicos.

A materialidade diz respeito aos valores monetários envolvidos de determinado objeto ou tema de auditoria, portanto, se relaciona ao aspecto quantitativo, mas também qualitativo, o contexto tem influência sobre o julgamento quanto a escolha de determinado objeto (GONÇALVES *et al*, 2019). No âmbito da Operação Acolhida a materialidade assume um papel ímpar, na medida em que os movimentos migratórios venezuelanos tomam proporções complexas ao envolver uma gama de diversas instituições nacionais e internacionais, pouco comuns na região Amazônica, além de ocorrerem no acirramento ideológico do governo venezuelano sob condução Nicolas Maduro, e com ascensão da direita do governo de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018.

Nesses termos, a principal estratégia frente as migrações internacionais venezuelanas dar-se com a implantação da Operação Acolhida, para a qual são destinados vultosos recursos sob o título de Ação Orçamentária 219C - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras. Considerando o interregno de 2018 até agosto de 2024 já foram executadas cerca de R\$ 1 bilhão



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

e 600 milhões em despesas públicas na referida Ação Orçamentária (BRASIL, 2024a).

A materialidade tem uma relação intrínseca com a relevância, uma vez que, quanto maior é o montante de recursos maior é a possibilidade de gerar benefícios e impactos ao público-alvo da ação, programa, políticas públicas, entre outros, daí a maior necessidade de controle ante o potencial risco de desvio de finalidade na gestão dos recursos públicos. Portanto, a relevância está associada ao atingimento dos objetivos pretendidos (CASTRO, 2018).

A Operação Acolhida incorpora esse aspecto de relevância pelas atividades realizadas no decurso de sete anos de sua existência, pois até 2018 havia a inação dos governos estadual e municipal em Roraima e em Boa Vista, em contraste com protagonismo da sociedade civil (SARMENTO e RODRIGUES, 2020), e a partir daquele ano o Governo Federal passou a atuar com atividades significativas que repercute pelo número de migrantes atendidos nos eixos de Acolhimento, Ordenamento de Frontera e Interiorização da Operação coordenados pelas Forças Armadas, os Ministérios do Poder Executivo, as organizações nacionais e internacionais instaladas em Roraima. Essas organizações constituem infraestruturas materiais e simbólicas incomuns em Pacaraima, cidade fronteira com a Venezuela, e na capital Boa Vista em que se situam postos de triagem e diversos abrigos para migrantes.

Ante a significância dos montantes de recursos envolvidos e sua importância para a população migrante, as despesas financeiras da Operação Acolhida não foram identificadas auditorias por parte dos órgãos de controle externo e interno. Entretanto, a Secretaria de Controle Interno-CISET realizou em 2024 uma auditoria com escopo sobre a gestão de riscos, controles internos e transparência da ação 219C, dentre outros (BRASIL, 2024b). Todavia, não se identificou análises da execução da despesa por meio dos contratos firmados.

Logo, a oportunidade, enquanto elemento complementar à materialidade e a relevância reside na ausência de avaliação da Operação Acolhida por intermédio dos órgãos de controle externo e interno, dessa forma, a sociedade civil pode assumir a preeminência do controle social das atividades da Operação Acolhida,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

especialmente quanto ao controle da execução das despesas do orçamento da ação 219C. O exercício do controle social pressupõe o acesso à informação, previsto na Carta Maior da República brasileira, e amparada em normas infraconstitucionais.

Análises anteriores demonstram a dificuldade em obter informações sobre as ações do Governo Federal a respeito da execução da despesa da Operação Acolhida, mormente em nível dos sítios eletrônicos das unidades gestoras, além da própria linguagem de natureza muito tecnicista que envolve a contabilidade e orçamento públicos (ALBUQUERQUE, 2022). Entretanto, apesar dos empecilhos para o exercício do Controle Social, é possível efetuar uma auditoria de caráter popular que verse sobre os aspectos gerais das ações de execução das despesas da Operação Acolhida, sem, contudo, se limitar a isso, mas poderia englobar os resultados alcançados pela intervenção.

Ainda que não seja uma tarefa elementar, uma auditoria dessa natureza não deve ser realizada somente por especialistas, e não carece de profundos conhecimentos sobre o tema. O escopo, compreendido como a extensão e profundidade, bem com as questões que envolvam o tema devem considerar inclusive a participação ativa dos migrantes atendidos pela ação pública. A universidade tem papel fundamental na coordenação e acompanhamento de uma auditoria social, pois é constituída por uma grande diversidade de conhecimento. E por ser um ambiente interdisciplinar, a academia poderia contribuir para além do enfoque técnico e operacional inerente as espécies de auditoria, alcançando o patamar de uma auditoria na perspectiva crítica.

A sociedade é a legítima guardiã da coisa pública, ao eleger e outorgar o mandato de seus representantes ela tem o dever-poder para avaliar, fiscalizar e auditar as ações do Estado e de seus mandatários, e na ausência dos órgãos de controle a auditoria nos moldes apresentados é imprescindível.

REFERÊNCIAS



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ACNUR e OIM. Refugiados e Migrantes da Venezuela. Disponível em: <https://www.r4v.info/>. Acesso em 23 out. 2024.

ALBUQUERQUE, Janison Machado de. Auditoria social dos 'negócios migratórios' das ações de assistência emergencial e humanitária em Roraima. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, p. 233. 2022.

BAKEWELL, Oliver. DE HAAS. KUBAL, Agnieszka. Migration Systems, Pioneer Migrants and the Role of Agency. Journal of Critical Realism, v. 11, n. 4, abr. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1558/jcr.v11i4.413>. Acesso em 23 out. 2024

BRASIL. Controladoria Geral da União-CGU. Portal da Transparência. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em ago. 2024a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Controle Interno-CISET. Relatório de Auditoria de Avaliação. Ordem de Serviço 1/2024/CGAUD/CISET-MD (6971765). 2024b. 34 p.

BRASIL. Tribunal de Contas da União-TCU. ISSAI 100 International Organization of Supreme Audit Institutions. Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público. 2017. 17 p.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 7ª Ed. São. Paulo: Atlas, 2018.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações/Jorge Durand; Carmem Lussi. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. 136 p.

FASSIN, Didier. La razón humanitaria: una historia moral del tiempo presente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

GONÇALVES, Corrêa Guilherme; LIMA, Diego Gomes de; SOUZA, Ana Clara Medina Menezes; SILVA, Tiago Oliveira da. Auditoria no Setor Público. Porto Alegre - RS: SAGAH, 2019.

MÁRMORA, L. (2010). Modelos de gobernabilidad migratoria: la perspectiva política en América del Sur. Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XVIII, Nº 35, p. 71-92, jul./dez.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2014.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

RUBEN Hernandez Leon - La industria de la migracion como institucion bastarda. [S. l.]:[s. n.], 2013. 1 vídeo (41 min). Publicado pelo canal Cooperazione Internazionale Sud Sud. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dqaB77F0LWQ>. Acesso em: 28 jul. 2022

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva, RODRIGUES, Francilene dos Santos. Entre a Emergência e os limites do Acolhimento: Atores, Protagonismos e Contradições. In: 218 OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos (Org.), Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica, v. 2, 2020. p. 17-36.

SAYAD, A. A imigração. São Paulo: EDUSP, 1998.

SORENSEN, Ninna Nyberg. GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas. La comercialización de la migración internacional y los múltiples actores en la industria migratoria. Quaderns Electrònics sobre el Desenvolupament Humà i la Cooperació, v. 2, p. 6-23. 2013.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

PROJETO MUJERES: UMA INICIATIVA DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES SURDAS MIGRANTES EM RORAIMA

Érika Hurtado González⁵¹

Thaisy Bentes⁵²

Débora Rocha de Abreu⁵³

Introdução

A violência contra a mulher é um problema social alarmante que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, e a Comunidade Surda enfrenta desafios adicionais devido a barreiras de comunicação. Muitas mulheres surdas não têm acesso adequado a informações sobre os tipos de violência que podem enfrentar e aos direitos que as protegem, como os estabelecidos pela Lei n. 11.340 de 07 de Agosto de 2006 (“Lei Maria da Penha”). Essa falta de informação e da rede de apoio podem resultar em um ciclo de discriminação e violência que frequentemente é invisível e negligenciado. No caso das mulheres surdas, essa situação é agravada pela questão da deficiência (Bentes; Albano; Azerêdo, 2023; Francisco; Boldt, 2024).

Estudos mostram que a discriminação contra mulheres surdas se manifesta de várias formas, desde a exclusão de serviços essenciais até a dificuldade em denunciar abusos. Sem uma compreensão clara dos seus direitos e acesso a recursos apropriados, essas mulheres ficam mais vulneráveis à violência (nas suas diferentes esferas) e à exploração (Cardoso, 2020; Francisco; Boldt, 2024).

⁵¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: erikahur@gmail.com.

⁵² Doutoranda em Estudos da Tradução (PGET/UFSC). Doente da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: thaisy.souza@ufopa.edu.br.

⁵³ Mestranda em Direito das Migrações Transnacionais Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) em conjunto com a e Università degli Studi di Perugia (UNIPG). E-mail: deborarochadeabreu@gmail.com.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Diante desse cenário alarmante, é imprescindível criar estratégias que garantam que as informações e os serviços de apoio sejam disponibilizados em Língua Brasileira de Sinais, promovendo a efetivação dos direitos humanos com atendimentos adequados, garantidos pela Lei n. 10.436 de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Apesar de estos avances, todavía existen desafíos y obstáculos significativos en la plena realización de los derechos de las mujeres. La persistencia de la violencia de género, la brecha salarial, la falta de representación política y la discriminación en el acceso a la educación y los servicios de salud son solo algunos de los problemas que persisten en muchas partes del mundo (Malcorra, 2022, p. 43).

Nesse contexto, o projeto MujERES: Sinais de Alerta, vinculado ao Programa de Extensão MiSordo da Universidade Federal de Roraima (criado em 2020, é constituído e articulado de forma interinstitucional, envolvendo a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Federal do Oeste do Pará), visa responder a algumas dessas necessidades, atuando diretamente no fortalecimento do Núcleo de Mulheres Surdas do *Colectivo Migrantes Sordos* ("MigranSor" – criado oficialmente em abril de 2024 e conta, atualmente, com cerca de 70 integrantes surdos e surdas migrantes venezuelanos), com apoio e assessoria especializada que visa à promoção de atividades para o enfrentamento da violência de gênero, empoderamento e criação de espaços seguros para mulheres surdas. Além de:

(i) Promover atividades que contribuam para o conhecimento sobre as questões de gênero.

(ii) Estabelecer parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil (OSC) e outras instituições, visando criar uma rede de apoio e fortalecer as ações voltadas à inclusão social e à promoção dos direitos das mulheres surdas.

(iii) Criar espaços seguros que promovam laços de afetividade, interação e fortalecimento da solidariedade entre as mulheres.

Essa ação é vital não apenas para proporcionar suporte imediato, mas também para fomentar uma mudança estrutural nas políticas públicas, exigindo



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

uma maior inclusão das necessidades das mulheres surdas em estratégias de prevenção e conscientização por parte dos órgãos públicos. Neste ponto, oportuno pontuar que desde o ano de 2015, com a promulgação da Lei n. 13.146, de 06 de Julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é garantido pela referida lei a participação dos surdos na elaboração de políticas públicas destinadas a eles.

Neste contexto, a metodologia do projeto busca articular esforços com o Coletivo Migransor e instituições da sociedade civil para desenvolver iniciativas em rede, que buscam prevenir e combater a violência de gênero, delineadas brevemente a seguir.

Metodologia e primeiras reflexões

A violência contra a mulher é um tema de grande relevância, especialmente na Comunidade Surda, onde barreiras de comunicação dificultam o enfrentamento dessa questão. Estudos recentes (Cardoso, 2020; Francisco; Boldt, 2024) destacam a discriminação vivida por essas mulheres, evidenciando a necessidade de esclarecer os diferentes tipos de violência que podem enfrentar, incluindo as informações sobre a legislação pátria, em especial a Lei Maria da Penha, sendo necessário a implementação de políticas públicas que promovam a prevenção da violência doméstica e campanhas de conscientização.

Alinhadas às premissas de direitos humanos linguísticos e à compreensão da língua como um direito, conforme Ruiz (2018), as ações a serem e já realizadas serão abordadas com foco na compreensão dos processos intrínsecos aos conhecimentos sociais sobre os temas. Dessa forma, pretende-se promover atividades que estabeleçam essas premissas.

Para tanto, foi realizado um diagnóstico inicial com a participação de cerca de 30 mulheres surdas venezuelanas. O diagnóstico ocorreu por meio de uma roda de conversa, cujo convite foi estendido pela liderança do Núcleo de Mulheres do Migransor. A atividade foi realizada nos espaços da casa de uma das lideranças e mediada em Libras e LSV, abordando temas que refletissem a realidade dessas mulheres.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Ao final da conversa, foi sugerido que elas compartilhassem quais temáticas gostariam de explorar nas próximas rodas ou oficinas. Com base nas informações obtidas, foi elaborada uma lista de temas considerados importantes para debate, incluindo ações sobre o autocuidado, através da maquiagem; trabalhos manuais, como o crochê; o conhecimento e discussões sobre religião; entre outros.

O projeto tem carga horária total 100 horas, com abrangência local e público-alvo mulheres surdas.

Acrescentam-se, como metodologia e reflexão, as vivências etnográficas das pesquisadoras nas temáticas e na gestão de casos no âmbito do Programa MiSordo ao longo de 2024, durante o qual atenderam diversos casos para apoio e mediação linguística relacionados à violência doméstica.

O projeto contribuiu especificamente para a implementação de dois objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, quais, sejam, ODS 5 – igualdade de gênero e ODS 10 – redução das desigualdades.

Importante pontuar em que consiste a ODS-5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, em todos os níveis, vejamos:

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (ONU, 2015, p. 5).

Com destaque para os itens 5.1, 5.2. e 5.5, pois, como exposto anteriormente, o objetivo do projeto é a promoção de atividades para o enfrentamento da violência de gênero, empoderamento e criação de espaços seguros para mulheres surdas.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 10 busca reduzir a desigualdade no interior dos países e entre países (ONU, 2015, p. 10). A atuação do projeto se coaduna com o item 10.2, haja vista que busca garantir a igualdade de gênero e reduzir desigualdades, eliminando leis, políticas e práticas discriminatória e promover legislação e políticas apropriadas e ações nesse sentido.

São de suma importância as contribuições do projeto MujERES para a efetivação de dois objetivos de desenvolvimento sustentável, haja vista que restam apenas seis anos até o prazo de 2030 para a concretização deste compromisso assumido pela comunidade global e ainda são muitos desafios a serem enfrentados para a plena efetivação.

Por fim, não podemos deixar de destacar a Agenda 2030 da ONU se trata de um programa de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

Considerações Finais

A proposta do projeto é estruturada para atender às demandas e realidades enfrentadas por mulheres surdas, especialmente em contextos de refúgio e migração, onde podem estar expostas a situações de extrema



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

vulnerabilidade: por serem mulheres, por serem surdas e por serem migrantes ou refugiadas.

Trabalho, desemprego, condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação retributiva, segregação ocupacional, vulnerabilidade, são algumas das vivências que caracterizam a situação de mulheres em determinadas origens sociais em todas as partes do mundo e que, para algumas, representam o motor que as impulsiona a embarcar no projeto de migração internacional. (...) Desta forma, [com a migração] elas desenham novas rotas de vida, buscando das respostas às necessidades do dia a dia (Dutra, 2013, p. 179-180).

Neste contexto, a deficiência auditiva agrava significativamente o acesso à informação sobre estratégias de proteção e atendimento em casos de violência.

Dentro dessa perspectiva, o projeto demonstra sua aplicabilidade prática ao abordar diretamente as barreiras de comunicação que dificultam o acesso das mulheres surdas à informação sobre seus direitos e às redes de apoio disponíveis. Ao desenvolver uma metodologia que esclarece os diferentes tipos de violência e promove a difusão da Lei Maria da Penha e da Casa da Mulher Brasileira em Roraima, o projeto não apenas contribuirá para a conscientização, mas também para a divulgação e a formação de uma rede de proteção efetiva, fundamental para a prevenção, combate e punição da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Além disso, a criação de espaços seguros e o fortalecimento da solidariedade entre as mulheres visam não apenas reduzir os índices de violência, mas também empoderar as participantes, capacitando-as a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Esse processo de empoderamento é crucial para que as mulheres surdas possam reivindicar seus direitos e influenciar positivamente o entorno em que vivem.

É mister ter em mente que

[...] uma conclusão também precisa ficar clara: a única forma de escapar dos atuais desconfortos e sofrimentos futuros passa por rejeitar as traiçoeiras tentações da separação. Em vez de nos recusarmos a encarar as realidades dos desafios de nossa época, sintetizados na expressão “Um planeta, uma humanidade”, lavando as mãos e nos isolando das irritantes diferenças,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

dessemelhanças e estranhamento autoimpostos, devemos procurar oportunidades de entrar num contato estreito e cada vez mais íntimo com eles – resultando, ao que se espera, numa fusão de horizontes, e não numa fissão induzida e planejada, embora exarcebante (Bauman, 2017, p. 23).

Portanto, pode-se concluir que este estudo evidencia que o projeto Mujeres busca a proteção e o empoderamento feminino, proporcionando às mulheres surdas novas possibilidades de existência em um mundo em que a violência masculina ainda suprime seus direitos e suas liberdades.

Referências

ARAUJO, I. V.; JESUS, K. F. de; ÁVILA, M. C. A. D. de. Violência contra a mulher: a invisibilidade das vítimas portadoras de deficiência. In: AMORIM, Ú. A. F. et al. **Direitos humanos e fundamentais em debate**. [E-book]. Volta Redonda: FOA, 2020, p. 32-36.

BAUMAN, ZYGMUNT. ESTRANHOS À NOSSA PORTA. TRADUÇÃO DE CARLOS ALBERTO MEDEIROS. 1 ED. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2017.

BENTES, T.; ALBANO, A.; AZEREDO, A. (orgs.). **Surdos migrantes**: línguas de sinais, tradução e direitos humanos. Santarém, Pará: Ufopa, 2023.

BRASIL. Lei n. 11.340 de 07 de Agosto de 2006 (“Lei Maria da Penha”). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 25 Out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 21.set.2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

BRASIL. Lei n. 13.146/2015, 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 21.set. 2024.

CARDOSO, F. P. **A violência de gênero no contexto de mulheres com deficiência**. Web Revista Página de Debates: Questões de Linguística e Linguagem, v. 1 n. 25, p. 117-125, fev. 2020.

DUTRA, Delia. Mulheres, Migrantes, Trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 177-193, jan./jun. 2013.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes. BOLDT, Marilha. **Política de prevención de la violencia contra las mujeres sordas em el ámbito de la violencia doméstica y familiar**. Revista Fórum Linguístico, 2024.

MALCORRA, Susana. Las Naciones Unidas y la mujer. In: BLASCO, Marina Mendonça Fernando (Org.). **Perspectiva feminista para uma nova governança global**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 39-64, 2022.

ONU Brasil. Organização das Nações Unidas do Brasil. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 25 Out. 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

SEXÍLIOS NA FRONTEIRA: DESEJOS HOMOERÓTICOS E TRAVESSIAS PENDULARES NO ARMÁRIO

Thiago Benitez de Melo⁵⁴

Introdução

O intuito deste trabalho, situada na Tríplice Fronteira do Iguaçu – Foz do Iguaçu (Brasil); Ciudad de Leste (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) –, foi averiguar as construções das performances narrativas das masculinidades a partir de sexílios (WASSER, 2021) homoeróticos, por meio de travessias de fronteiras de homens que se relacionam sexoafetivamente com outros homens, buscando entender a formação dos discursos voltados ao “entrar e sair do armário” para manter o sigilo e discrição (SEDGWICK, 2007).

Procurou-se analisar, compreender e discutir relatos de experiências sexuais homoeróticas (BENTO, 2006; LOURO, 2004), narrativas e histórias de vida, por meio de entrevistas virtuais com usuários de aplicativos de relacionamentos, focando em sujeitos que mantêm travessias fronteiriças. Esta pesquisa insere-se no amplo campo do estudo das humanidades, seguindo as orientações no sentido de transgressão e rompimento com os limites disciplinares, em direção a uma perspectiva inter/trans/indisciplinar (MIGNOLO, 2008; MOITA LOPES, 2006), sob a luz da etnografia multissituada e em movimento (PEIRANO, 2014; RAMOS, 1990).

1. Contenção dos Desejos

⁵⁴ Possui doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras e mestrado em Linguagem e Sociedade (Unioeste). Tem graduação em Cultura e Literatura e Métodos de Ensino (UTFPR). Licenciado em Letras Portugêses/Espanhol e professor na área de Estudos da Linguagem na Faculdade União Dinâmica das Cataratas (UDC) e na Unioeste. E-mail: thiago_benitez@hotmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

O armário passou a ser um regime de controle e regulação da sexualidade, o qual rege e instaura a divisão social binária “homossexual-heterossexual”. Para Sedgwick (2007), o armário é um conjunto de normas que nem sempre são explícitas, mas rigidamente instituídas, o qual faz o espaço público corresponder apenas à heterossexualidade e todas as outras sexualidades estarem relegadas ao espaço privado, ou seja, as vivências das sexualidades dissidentes passam ao âmbito do “segredo”.

O armário, por isso, pode parecer um bom, e claustrofóbico, lugar para diversas experiências de vida de muitos homens que buscam relações afetivas e sexuais com outros homens, especialmente para aqueles que cultuam a masculinidade heterossexual e não pretendem perder o *staus quo* de “macho alfa” (MISKOLCI, 2013). Não faltam motivos para homens gays não saírem do armário. No que tange o trabalho, por exemplo, a situação tona-se ainda mais difícil, “uma vez que a discriminação barra sua contratação e, quando na empresa, sua promoção, pelo simples fato de ter sua sexualidade assumida. Ser discreto torna-se algo estrategicamente importante para ser contratado e manter-se no trabalho” (MISKOLCI, 2013, p. 317).

Segundo Miskolci (2013), a visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas. Para o autor, o regime de visibilidade não pode ser avaliado apenas de maneira positiva, tampouco denotando uma exposição pública generalizada das homossexualidades na vida social cotidiana. Ao contrário, o que aconteceu é que houve a eleição de uma forma “correta” de se tornar visível, vinculada à circulação de representações estereotípicas sobretudo propagados pelas mídias, nas quais algumas identidades passaram a ser mais reconhecidas, visíveis, e se tornaram modelares enquanto outras foram relegadas ao repreensível, mesmo não sendo necessariamente invisibilizadas e silenciadas.

A contenção dos sentimentos e a economia da visibilidade, por isso, tornam-se saídas para que o preconceito, o ódio, a repulsa e exclusão do outro não sejam resultados para os desejos homoeróticos assumidos do eu. Isso



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

acontece porque a visibilidade sexual mantém hierarquias, com escopos e perfis de reconhecimento que vão dos mais aceitos socialmente (como os heterossexuais, especialmente os de pares monogâmicos com filhos), passando por aqueles que começaram a negociar sua visibilidade (a exemplo de homens gays socioeconomicamente privilegiados) até os que foram mantidos ou relegados à abjeção (como transsexuais e travestis, por exemplo).

Além disso, de acordo com Sedgwick (2007), a permanência no armário, no ambiente secreto, é um ato performativo de silêncio e invisibilidade em relação aos sentidos e discursos que o constituem. O armário passa a entextualizar o emudecimento, o calar, diante da matriz hegemônica da cisheteronormatividade, o que não deixa de ser uma forma de reafirmá-la, tornando-a parte do próprio armário.

2. Travessias Pendulares na Fronteira

Existem, também, outras formas de sair do armário, sem precisar sair dele. Muitas pessoas que se relacionam com alguém do mesmo sexo acabam por passar pelo “processo de deslocamento”, ou viagens para fora de seus locais de origem e para outros países com o intuito de não serem reconhecidos (TREVISAN, 2006), tal prática é muito comum na “vida de milhares de homossexuais, em diferentes países e nas mais diversas épocas” (TREVISAN, 2006, p. 142):

Por que homossexuais viajam tanto? Em resposta à sensação de exílio em seu próprio país, frequente entre grande número de homossexuais, ocorre a necessidade premente de conhecer o mundo. A tendência é que homossexuais abandonem os lugares mais inóspitos e agressivos, inclusive suas cidades de origem, para “procurar o seu lugar”, movidos pelo desejo de se libertar. Daí um certo pendor andarilho que pode ser associado à vivência homossexual em nossas sociedades (TREVISAN, 2006, p. 144).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Podemos pensar, também, além das viagens as quais o autor se refere, sobre os deslocamentos momentâneos, ou seja, travessias feitas em regiões de fronteiras de maneira dinâmica. Seja para fazer compras, estudar, trabalhar ou, como veremos logo abaixo, em busca de relacionamentos sexuais.

Percebemos que alguns homens, na fronteira em questão, tentam performatizar narrativas que o direcionam a um padrão de gênero masculino hegemônico: reafirma muitas vezes ser branco, estudante de medicina (uma forma de reiterar alto poder de status social) e musculoso. Mas o que mais nos chama a atenção nas conversas entre esses homens é que muitos deles elaboram estratégias de “fuga”, fazendo travessias internacionais todos os dias, sobretudo para usar as academias e até mesmo faculdades (malhar e estudar) nos países vizinhos. Quer dizer, muitos deles, vivendo no Paraguai ou na Argentina, pagam e frequentam a academia brasileira que, na atualidade, passou a ser a maior da América Latina, com 900 unidades, em 13 países, contando com mais de 2,4 milhões de clientes: a Smart Fit.

Como consequência, vemos o surgimento de uma geração, cada vez mais jovem, dedicada a treinar, fazer dietas e usar esteroides anabólicos para ter, custe o que custar, o “corpo esteticamente perfeito” (ZAFO, 2016), uma verdadeira “Geração Smart Fit”, sujeitos aficionados por performances de corpos hipertrofiados em uma época de hipervisibilidade (MISKOLCI, 2015).

Portanto, muitos homens que se relacionam com outros homens em região de fronteira vivem em mobilidade dinâmica e fluxo contínuo. Não somente para fugir dos olhos fiscalizadores sociofamiliares ou para estabelecer e manter o regime do ocultamento da sexualidade no armário, mas também em busca de práticas sexuais; viagens momentâneas que possibilitam deslocamentos mais efêmeros dos corpos, sejam por trabalho, sejam por prazer.

Aqui, também, podemos estabelecer uma relação entre movimentos, deslocamentos, travessias e a transgressão do armário gay, tomando a viagem, o desenraizamento momentâneo, como uma possibilidade de inscrição das próprias



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

performances sexuais em outros lugares que não o seu espaço sociofamiliar, uma forma de resistência à impossibilidade de ser e existir em seu local de origem. É por isso que o sujeito que vive em estado de deslocamento, encontra-se, nessa perspectiva, em uma terceira margem, construída em situações de pertencimentos emergentes, ou seja, ao invés de “estar em”, demonstrando a condição de fixação territorial ou mesmo do movimento temporário e efêmero, ele “está entre”, percebendo-se a condição dinâmica das fronteiras.

O viajante se desenraiza, solta, liberta, à medida em que se movimenta. Pode traçar caminhos, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. Defrontar-se com o desconhecido, com o exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Esses deslocamentos, desde o início da globalização e do crescimento das mobilidades urbanas, permitiram maiores fluxos e travessias humanas, sobretudo em regiões de fronteira, onde os sujeitos experienciam a possibilidade de atravessar caminhos e cruzar a linha do inesperado, seja para comprar, trabalhar, estudar, passear ou se relacionar. Atravessar fronteiras é sempre transitar pelo inesperado, sem o conhecimento do que se poderá encontrar do outro lado e sem a garantia segura de retornar. E os trânsitos dos espaços de fronteira têm o fluxo contínuo como fundamental característica, sendo imprescindível o sentimento de inacabamento, a incapacidade de conceber o “entre-mundos”, a complexidade de entender este estado/espço (ANZALDÚA, 1987).

Essas travessias se realizam de maneira pendular, isto é, deslocamentos no espaço físico-geográfico de forma momentânea, muitas vezes esporádicas, os quais acabam resultando em fluxos intensos de mais curta distância, movimentos de migrações de retorno (SAYAD, 1998). Na segunda metade do século XX, e nas duas primeiras do atual, houve um intenso processo migratório de pessoas que, cotidianamente, se deslocavam para trabalhar em municípios, estados ou países diferentes dos de sua residência (ALBUQUERQUE, 2005). E o aumento desse tipo de deslocamento diário intensificou-se sobretudo em contextos de fronteiras nacionais, já que é possível, além de trabalhar e estudar, atravessar os limites do



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

país para, como afirmou o entrevistado acima, passear, fazer compras ou até mesmo buscar relacionamentos sexoafetivos às escondidas.

O termo “pendular” passou a ser associado e utilizado na geografia para estudar as estratégias de migrações (sendo elas momentâneas, duradouras ou permanentes), por isso adoto aqui o termo *travessias pendulares*, ou *pendularidade*, como expressão para os deslocamentos efêmeros em regiões de fronteira, uma vez que os movimentos e fluxos fronteiriços constituem um dos elementos das dinâmicas territoriais. Segundo Sayad (1998): “na análise dos fluxos pendulares, o que está em jogo não é só a distância percorrida entre duas localidades (origem e destino), mas as múltiplas causas que levam ao deslocamento de parcela de uma população local” (SAYAD, 1998, p. 48).

Ademais, tal conceito ajuda-nos a entender os fluxos migratórios sexuais (WASSER, 2021), o *sexílio*, termo utilizado pela primeira vez por Guzmán (1997) para denominar a experiência de exílio vivida por homossexuais que deixaram seu país de origem por motivo de sua orientação sexual. Essa prática reflete, também, em grande parte, uma perspectiva sobre migração e diáspora de homossexuais, já que a noção de sexílio permite-nos ir além da estrita categoria do refúgio, funcionando de forma mais inclusiva diante da variedade de deslocamentos relacionados às performances de gênero e orientação e práticas sexuais (GUZMÁN, 1997).

Podemos falar, então, em *sexílio pendular*, já que são travessias exílicas momentâneas, deslocamentos de ir-e-vir intensificamente dinâmicos, de curto prazo. Este conceito não focalizaria apenas em um tipo de deslocamento geográfico, mas abraçaria, também, os estados emocionais, desejos eróticos e as experiências vividas pelos dissidentes sexuais em relação à família e à “origem”, conseguindo, desta forma, questionar a estabilidade dos significados de pertencimento (WASSER, 2021). Nesse viés, a “narrativa do retorno” revela também maneiras alternativas de observar os pertencimentos e deslocamentos, as quais produzem perspectivas críticas relevantes às ideias mais normativas de território, casa/lar ou até mesmo família.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

O autor também nos lembra do desprezo que os discursos oficiais de diferentes países latino-americanos, inclusive os já citados do ex-presidente Jair Bolsonaro, expressam para com as culturas diaspóricas, relacionando-as à perda ou alienação de uma suposta cultura autêntica nacional, ratificada pela religião hegemônica, do país de origem. Isto ainda se intensificaria no caso dos homens gays, pois a heteronormatividade que atravessa esses países faz com que os sujeitos homossexuais, muitas vezes, não sejam sequer reconhecidos em suas nações de origem como cidadãos, até mesmo pela falta de leis que os resguardecem (WESSER, 2021). Sem mencionar que muitos deles não têm mais um território (lar familiar) para voltar quando decidem “sair do armário”.

Considerações Finais

Decidir estar pendularmente em sexílio, por meio de deslocamentos de travessias sigilosas, faz parte da rotina de muitos homossexuais em região de fronteira, sobretudo daqueles que se mantêm sob o regime do armário. O exílio sexual, contudo, instaura um doloroso desafio quando comparado ao exílio econômico, político ou religioso: o medo de voltar para casa e não ser aceito pela família.

A “travessia de ida”, o abrupto momento de “sair do armário de casa” (ou até mesmo levá-lo consigo no deslocamento), está associada, para muitos homossexuais, a uma ruptura com a família, enquanto a “travessia de volta” exige a anulação do que se deseja, do que se é (WESSER, 2021).

É um complexo processo de ir-e-vir permeado pela libertação da fuga e o silenciamento da volta; daí o fato de a fronteira ser *una herida abierta* (ANZALDÚA, 1987). Optar por ter e manter práticas sexuais dissidentes é uma sentença de ficar diariamente na fronteira entre a porta de casa e a porta da rua.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Fronteiras em movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Ceará: UFC, 2005.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GUZMÁN, Manuel. "Pa' La Escuelita con Mucho Cuida'o y por la Orillita": A Journey through the Contested Terrains of the Nation and Sexual Orientation. University of Minnesota Press, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Literatura, língua e identidade. Rio de Janeiro – RJ, n. 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas masculinas criadas on-line online. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 301-324, 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 20, n. 44, p. 45-68, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. São Paulo, n. 28, p. 19-54, 2007.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WASSER, Nicolas. O medo de voltar para casa: revisitando o nexo entre (homo)sexualidades e deslocamentos a partir do conceito de sexílio. *Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-22, 2021.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

TIPOLOGIAS DE INTEGRAÇÃO E TERRITÓRIOS FRONTEIRIÇO

Vanessa Layter⁵⁵

Introdução

O conceito de "condição fronteiriça" tem sido explorado na literatura com diferentes significados. Analisaremos os trabalhos de Dorfman (2009; 2013) e Porto e Silva (2009), como pontos iniciais da elaboração do conceito, e proporemos a incorporação das tipologias propostas por Oliveira (2015) como possibilidade de delimitação de um conceito preciso. Os trabalhos de Dorfman (2009; 2013) localizados em contextos geográficos distintos, revelam formas diversas de vivenciar a fronteira. Nesse sentido, entendemos a partir de Cardoso de Oliveira, as fronteiras como espaços de encontro entre grupos com diferentes formas de organização, concepções de vida e visões de mundo, muitas vezes não evidentes à primeira vista (Martins, 2020).

Dorfman (2009) introduziu o conceito de "condição fronteiriça" ao investigar as práticas sociais na fronteira sul do Brasil com o Uruguai, no Rio Grande do Sul. A autora analisa as formas de sociabilidade que emergem dessa região e destaca a relação entre espaço, política e cultura, com foco em uma "geografia social dos contrabandistas" que atravessam esse território.

Porto e Silva (2009) aplicam o conceito à fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, entendendo esse limite como um espaço de integração estratégica entre o Brasil e um território ultramarino da França, parte da União Europeia. A

⁵⁵ Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e bolsista de Iniciação Científica. E-mail: vanessa.layter@unioeste.br.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

permeabilidade, tanto legal quanto ilegal, dessa fronteira torna necessária a compreensão das dinâmicas das cidades fronteiriças, em um contexto de transformações geográficas e estruturais.

Em outro momento, Dorfman (2013) amplia sua análise para três regiões fronteiriças entre Brasil e Uruguai, o território fronteiriço da Amazônia Setentrional e a do Mato Grosso do Sul. A autora caracteriza a fronteira gaúcha como um espaço dinâmico e fluido, onde práticas legais e ilegais coexistem e se multiplicam pela justaposição de territórios nacionais. Esses espaços, por serem periféricos aos Estados-nação, oferecem alternativas políticas e econômicas únicas e são caracterizados pela diversidade resultante do contato cotidiano entre diferentes grupos nacionais e internacionalizados (Dorfman, 2013).

Com base nisso, apesar dos esforços em definir o conceito de condição fronteiriça, percebemos que não é possível adotar um modelo único para estudar fronteiras, dado que cada caso possui suas particularidades. Onde ao mesmo tempo, o conceito de "condição fronteiriça" se revela uma ferramenta analítica útil para compreender esses territórios complexos. As tipologias de integração (Oliveira, 2015) permitem o movimento das subjetividades locais, a atuação das instituições e agentes sociais e da geografia local, destacando a maneira como essas dinâmicas se manifestam e são representadas.

As diferentes compreensões de condição fronteiriça

Dorfman (2009) delimita a "condição fronteiriça" destacando que, nas regiões analisadas, os limites entre Estados se tornam fluidos, permitindo trocas culturais e econômicas particulares. O contrabando se naturaliza como parte da economia local, embora envolva outros delitos menos tolerados. A população transfronteiriça mobiliza recursos dos dois lados da fronteira, mesclando elementos legais e ilegais e constituindo formas singulares de vida. A análise de Dorfman (2009) identifica cinco características que estruturam essa condição:

1. O câmbio monetário, 2. O custo de vida em cada país, 3. avaliações qualitativas sobre mercadorias formadas a partir de 3.a. tradições e da



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

3.b. mídia, 4.a. legislações nacionais em sua 4.b. implementação local, 5. agentes internacionais atraídos pelas trocas fronteiriças 5.a. no comércio ou 5.b. na política (Dorfman, 2008, p. 246).

Porto e Silva (2009) analisam a fronteira amapaense como espaço reconfigurado pelo Estado brasileiro para articular soberania e desenvolvimento, especialmente em áreas pouco povoadas. A institucionalização de programas, como o POA e a Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, visou não apenas a vigilância e defesa, mas também a integração territorial e populacional, embora beneficiassem principalmente camadas privilegiadas.

A mobilidade transfronteiriça é essencial para o intercâmbio econômico, social e político entre ambos os lados da fronteira, revelando uma permeabilidade entre o legal e o ilegal. Esse contexto, Porto e Silva (2009) apontam para a “fronteira-rede”, onde políticas territoriais buscam articular a soberania e a fluidez comercial em escalas locais e globais. A partir da década de 1990, o Amapá passou por transformações estruturantes, com investimentos e acordos binacionais (como o Acordo-Quadro com a Guiana Francesa e o projeto SILMANET), Porto e Silva (2009) entendem que essas ações refletem a interferência estatal na organização territorial e ressaltam diferenças temporais e hierárquicas nas dinâmicas locais.

Dorfman (2013) aponta que a “condição fronteiriça” varia conforme os contextos locais. Em regiões como o Sul do Brasil, a fronteira é vivenciada como espaço de múltiplas possibilidades, onde práticas legais e ilegais coexistem. Na Amazônia, a fronteira é marcada pela exploração de recursos naturais e investimentos externos, destacando o papel do Estado e de agentes econômicos globais. A fronteira também envolve questões de segurança pública, com políticas de securitização visando combater crimes transfronteiriços. Dorfman (2013) observa que esse discurso muitas vezes associa a fronteira à criminalidade e reforça a repressão e no caso do Amapá, a securitização revela a pouca participação da sociedade civil no planejamento, enquanto, no Mato Grosso do Sul, há maior alinhamento entre as ações estatais e os interesses locais.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A elasticidade da condição fronteiriça

Oliveira (2015) identifica um processo de “metamorfose” no entendimento dos territórios fronteiriços, enfatizando que o território atua como agente nas relações sociais, moldando trocas formais, informais e ilícitas. A expansão sobre esses territórios redefine limites e cria dinâmicas, onde a mobilidade e as interações variam conforme as condições locais. A ocupação territorial é impulsionada por vantagens entre os territórios, com efeitos na produção, distribuição urbana e organização social, reguladas por dinâmicas estruturais e conjunturais.

A lógica estrutural rege as interações horizontais entre indivíduos e a organização do espaço urbano. Já a lógica conjuntural reflete a influência de fatores externos, como variações cambiais, tratados internacionais e regulamentações sanitárias, afetando de forma mais intensa as comunidades próximas à fronteira (Oliveira, 2015). Essas dinâmicas sofrem com alterações imediatas nas trocas comerciais e sociais sempre que ocorrem mudanças governamentais ou econômicas.

Segundo Oliveira (2015), organizações econômicas e políticas operam com interesses distintos: as primeiras exploram oportunidades, enquanto as segundas tentam controlá-las. A porosidade das fronteiras favorece uma economia funcional, mas as políticas públicas tendem a reforçar os interesses do capital em detrimento da população local (Cardin, 2015). Assim, a forma urbana dos territórios fronteiriços se torna complexa, exigindo adaptações entre sistemas nacionais e subsistemas locais, alternando entre aproximação ou distanciamento.

Oliveira (2015) argumenta que conceitos tradicionais nem sempre se aplicam aos territórios fronteiriços, dada sua dinâmica própria. Compreendê-los exige uma abordagem sistêmica, que considere a infraestrutura, economia, normas sociais e jurídicas, e os fluxos populacionais. A condição fronteiriça, segundo o autor, é uma combinação dialética de integração formal e funcional, onde a funcionalidade é mais permeável e conecta economias formais e informais.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A integração funcional, relacionada a atividades como comércio informal e artesanato, gera circuitos econômicos que resistem à lógica neoliberal (Ribeiro, 2006). Esses circuitos, embora operem à margem das regulamentações, participam do sistema capitalista podem propiciar ascensão social para trabalhadores de setores econômicos que partem do movimento de globalização realizada por baixo (Ribeiro, 2006).

A convivência cotidiana, compartilhando costumes e práticas, modula a identidade cultural, promovendo tanto integração quanto ambiguidade entre os povos.

Em contraste, a integração formal envolve acordos bilaterais e supranacionais, regulamentações alfandegárias, intercâmbios acadêmicos e protocolos de controle sanitário e de combate ao narcotráfico (Oliveira, 2015). A integração formal é mediada por instituições, como aduanas e forças de segurança, que dialogam com os interesses econômicos e regulam a circulação de mercadorias.

Oliveira (2015) propõe tipologias de fronteira para explorar essas interações entre integração formal e funcional, destacando que essas categorias não são fixas e se modificam conforme os processos sociais e históricos. As fronteiras podem transitar entre tipologias como "distante", "crespa", "protocolar" e "vibrante", dependendo da intensidade das trocas e dos contextos conjunturais. Essas mudanças refletem a permeabilidade e ambiguidade da fronteira, que se adapta às condições externas e locais, conforme ilustrado na tabela de Oliveira (2015).

Os territórios e as tipologias

Os trabalhos de Dorfman (2008, 2015) e Porto e Silva (2009), ao aplicarem o conceito de "condição fronteira", exploram recortes territoriais distintos, com processos históricos, sociais, econômicos e geográficos próprios. Para Dorfman (2015), a fronteira se manifesta de formas variadas, influenciada pela agência das populações locais, instituições estatais ou empresas privadas, e sua configuração reflete uma combinação de espaço, tempo e percursos (Dorfman, 2015, p.13).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Compreender a condição fronteira a partir das tipologias propostas por Oliveira (2015) permite uma análise que respeita as particularidades das regiões fronteiriças em termos geográficos, econômicos, sociais e culturais. A aplicação dessas tipologias evidencia que a condição fronteira não é estática, mas depende de uma conjuntura que envolve tanto o contexto geográfico quanto interesses e ações econômicas, sociais e culturais.

Nos textos de Dorfman (2013) e Porto e Silva (2009), o conceito de condição fronteira é desenvolvido em cenários distintos. Para Dorfman (2013), trata-se de um "saber passar" que os habitantes da fronteira cultivam, aproveitando semelhanças e diferenças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas e religiosas para navegar pelas oportunidades e restrições da região. A autora questiona a existência de uma condição fronteira universal, dado que cada fronteira é marcada por uma experiência dinâmica e única.

Por outro lado, para Porto e Silva (2009), a condição fronteira é vista como um espaço de diálogo e conflito em constante transformação, onde políticas territoriais visam manter a soberania e promover articulações econômicas em um contexto de comércio fluido. Essa perspectiva entende a condição fronteira como uma forma de conectar territórios mais amplos, moldada por dinâmicas conjunturais (Porto e Silva, 2009, p.256).

Comparando essas definições, percebe-se que a diferença fundamental está na forma como a integração territorial e a ocupação se manifestam. Enquanto Dorfman (2009) descreve uma fronteira vibrante e vivida, com forte participação das populações locais, Porto e Silva (2009) enfocam uma fronteira moldada por processos conjunturais e políticas estatais, com menor evidência da agência local. Essas variações revelam que a condição fronteira é multifacetada e responde às configurações específicas de cada território. Dorfman (2013) entende a variação pela "combinação espaço-tempo-precursos que marca a produção teórica com sua situação espacial, com o contexto histórico de sua produção e leitura" (Dorfman, 2013, p.)

Portanto, a construção analítica das fronteiras depende das perspectivas adotadas pelos pesquisadores e das dinâmicas que informam seus estudos.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Considerar a condição fronteira dentro das tipologias de integração permite capturar as diferenças entre territórios, mesmo em contextos distintos. Oliveira (2015) propõe quatro tipologias: fronteiras crespas, protocolares, distantes e vibrantes. Essas tipologias, longe de serem estanques, transitam entre si, de acordo o conjunto de determinações que culminam em sua configuração. A condição fronteira, nesse sentido, não pode ser conceito rígido e definitivo, mas como uma relação dialética em constante movimento.

Referências:

ALBUQUERQUE, Lindomar. Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai. [s.l.: s.n.], 2005.

ALBUQUERQUE, Lindomar; CARDIN, Eric. Fronteiras e deslocamentos. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018.

CARDIN, Eric. A expansão do Capital e as dinâmicas das fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

CARDIN, Eric; FIOROTTI, Cintia. Integração funcional e o “contrabando de alimentos” na fronteira Brasil-Paraguai. Revista MERCOSUR de políticas sociais, v. 4, p. 139-158, 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

DORFMAN, Adrinana. Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

DORFMAN, Adrinana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, D.; REBELO, J. P. (Orgs.). Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia. Belém: EDUFPA, 2013. p. 97-124.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

OLIVEIRA, Tito. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), v. 15, p. 233-256, 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; SILVA, Gutemberg de Vilhena. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. NCN – Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 12, p. 253-267, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Economic Globalization from Below. Etnográfica, v. 10, n. 2, p. 233-249, 2006.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

TRÍPLICE FRONTEIRA: um espaço para integração

Hevelyn Priciely Ghizzi⁵⁶

Gustavo Oliveira Vieira⁵⁷

Palavras-chave: Segurança; Integração; Paradiplomacia; Tríplice Fronteira.

Introdução

As fronteiras, tradicionalmente vistas como limites nacionais, estão se transformando em espaços de interconexão e interação, especialmente em regiões como a Tríplice Fronteira, que abrange Brasil, Argentina e Paraguai. Essa dinâmica complexa, marcada por vulnerabilidades sociais e fragilidades institucionais, cria um ciclo vicioso de desigualdade e violência, onde a marginalização econômica alimenta tanto a microcriminalidade nas periferias quanto a macrocriminalidade dos sistemas organizados.

Nesse contexto, a integração torna-se um tema central, demandando uma reavaliação das estratégias existentes para promover um espaço mais inclusivo e seguro. As vulnerabilidades sociais e a fragilidade institucional exigem respostas que não apenas abordem a segurança, mas também incentivem a participação ativa de diversos atores locais.

Este resumo, através da abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica recente, apresenta a interação entre esses países e as implicações para a segurança na região, considerando as peculiaridades que surgem desse cenário transfronteiriço. À medida que as fronteiras se tornam cada vez mais permeáveis,

⁵⁶ Estudante de Relações Internacionais e Integração (RII) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). hevelyn.ghizzi@gmail.com

⁵⁷ Docente do Bacharelado em Relações Internacionais e Integração (RII) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). gvieira7@gmail.com



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

a inserção de novos atores nas interações sociais, econômicas e culturais demanda uma reavaliação das estratégias de segurança e políticas públicas, visando uma integração que promova tanto a proteção dos direitos humanos quanto o desenvolvimento sustentável das comunidades fronteiriças.

Fronteiras: regiões singulares

As fronteiras, conforme destacado por Ferraro Jr., são regiões singulares e altamente sensíveis às dinâmicas político-econômicas internacionais e às deliberações dos núcleos políticos nacionais. As interações entre o "externo" e o "interno" formam um verdadeiro front que oferece tanto vantagens quanto desafios a diversos atores que operam em escalas e redes de poder distintas (Ferraro Jr., 2019, p.178). Esses espaços não são apenas pontos de separação, mas também de confluência, onde oportunidades e obstáculos coexistem, influenciando a relação entre nações.

Um exemplo emblemático dessa complexidade é a Tríplice Fronteira, "uma zona, para usar uma expressão da Geopolítica, de fronteiras vivas, em que existem três cidades contíguas de intenso intercâmbio cultural e comercial: Puerto Iguazú (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)". (Villa, 2021). Em termos de integração, a Tríplice se destaca, com um fluxo intenso de pessoas, capitais e mercadorias, promovendo trocas demográficas, econômicas e culturais. Essa dinâmica facilita redes de solidariedade coexistindo com práticas criminosas, ou seja, a criminalidade tornou-se uma realidade cotidiana (Chicoski e Silva, 2017, p.9).

Historicamente, a região é marcada por um contexto social e econômico que contribuiu para a criminalidade. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu na década de 70 resultou em um aumento populacional e migrações que transformaram a área em um ponto de concentração de atividades ilícitas, ao mesmo tempo em que facilitava o comércio e as interações sociais. O deslocamento forçado de famílias e a marginalização resultante estabeleceram um terreno fértil para a criminalidade, com o contrabando de produtos variados sendo uma prática comum desde os primórdios da região (Chicoski e Silva, 2017, p.10).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A década de 1990 a 2005, conhecida como "era dos comboios", trouxe um aumento do contrabando, enquanto as faixas de fronteira eram negligenciadas pelos governos centrais (Ceballos, 2018, p.45 *apud* Treichel, 2017). A criminalização de certas práticas econômicas levou à repressão policial, mas também à adaptação das populações locais, que se voltaram para estratégias informais de sobrevivência, como o trabalho de laranjas e sacoleiros.

Com a intensificação das atividades ilícitas, a resposta governamental tornou-se mais rigorosa a partir de 2005, levando à criação de aduanas e ao aumento da fiscalização. No entanto, essa mudança também gerou um aumento da violência e da adaptabilidade dos grupos criminosos, que se reinventaram diante das novas circunstâncias (Cardin, 2013, p.175; Costa e Silva, 2017).

A criminalidade transnacional se fortaleceu em um ambiente de pobreza multidimensional, onde a falta de oportunidades formais alimentou economias informais (IDESF, 2024). A título de conhecimento entre 2021 e 2023, os três países da Tríplice registraram um aumento da criminalidade, conforme apontado pelo Índice Global de Crime Organizado 2023, elaborado pela Global Initiative (2023, p. 109). Na Argentina, os principais mercados criminosos incluem o comércio de produtos fabricados, cocaína e cannabis. No Brasil, destacam-se o tráfico de cocaína e cannabis, além de crimes contra a fauna e flora e a exploração de recursos não renováveis. Já no Paraguai, os três maiores mercados criminosos são o tráfico de armas, o comércio de produtos falsificados e o comércio de cannabis (Global Initiative, 2023).

A Tríplice Fronteira se caracteriza como uma região internacional em duas dimensões: a local e a global. A dimensão local abrange as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que se inter-relacionam ao longo do tempo. A dimensão global, por sua vez, destaca a capacidade da Tríplice Fronteira de influenciar questões globais na agenda internacional do período pós-Guerra Fria (Gimenez et al., 2019, p. 164). Por isso, o processo de integração regional e birregional voltado para a segurança deve ser visto como uma construção social que considera o contexto dinâmico da Tríplice Fronteira. (Romero Wimer, 2019, *apud* Romero Wimer e Fernandez Hellmund, 2020, p. 7).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Integração: uma resposta aos desafios

A realidade das comunidades nas margens territoriais, conforme aponta Vieira (2023, p.2), revela a complexidade da mobilidade e os riscos à segurança. Nesses locais, as interações diárias muitas vezes envolvem a travessia de fronteiras, o que, além de facilitar o comércio e a troca cultural, expõe a população à ação de redes criminosas que se aproveitam da falta de controle e regulamentação. Isso reforça a necessidade de entender a integração fronteiriça não apenas como um desafio de segurança, mas também como uma oportunidade para implementar políticas que promovam o desenvolvimento social e econômico.

A integração precisa ser entendida como um conjunto de processos dimensionais — políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais — que envolvem diversos atores no cenário internacional, impactando as relações dentro dos territórios e seus vínculos com o restante do mundo (Romero Wimer, 2019, apud Romero Wimer e Fernandez Hellmund, 2020, p. 7). Por exemplo, a integração regional na cooperação penal internacional é fundamental para mitigar os impactos do crime organizado transnacional. Como destaca Bordignon (2019, p.79), “para deter uma criminalidade cada vez mais articulada e transnacional, é imprescindível que as polícias ultrapassem as fronteiras de seus respectivos Estados”, permitindo a colaboração entre forças policiais e sistemas judiciários além das fronteiras nacionais. Essa articulação é essencial para dismantelar organizações criminosas que operam em redes transnacionais, desafiando a eficácia de ações de segurança isoladas.

Ademais, é crucial estabelecer um conjunto de normas, tanto formais quanto informais, que sejam internalizadas e compartilhadas pela população e respeitadas pelos Estados, para que a integração ocorra de maneira efetiva. A uniformização de normas e procedimentos é um passo vital para garantir que as ações coordenadas respeitem os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao artigo 5º, que garante a igualdade e a inviolabilidade dos direitos dos indivíduos.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A Tríplice Fronteira exemplifica a complexidade das dinâmicas sociais, culturais e históricas, onde a criminalidade transnacional se entrelaça com as interações comerciais. As cidades que a compõem demonstram que “as cidades se tornaram a infraestrutura mais importante dentro da humanidade” (Khanna, 2016 *apud* Vasconcelos Júnior, 2024, p.18), e o envolvimento dos governos locais em questões de política externa torna a paradiplomacia⁵⁸ um elemento essencial para identificar oportunidades em um mundo cada vez mais interconectado (Vasconcelos Júnior, 2024, p.15).

Para enfrentar esses desafios, é crucial reestruturar as políticas públicas, reconhecendo que cada fronteira possui características e necessidades específicas. As políticas transfronteiriças devem ser adaptadas para atender essa diversidade, ressaltando a importância dos atores locais no desenvolvimento de políticas públicas (Vieira e Oliveira, 2019, p.57). Além disso, a não securitização das fronteiras traz à tona preocupações relevantes, pois a segurança pública deve estar intrinsecamente ligada ao compromisso com os direitos humanos. A adoção de tecnologias avançadas, como reconhecimento facial, biometria e análise de DNA, pode otimizar a segurança e agilizar processos de identificação, desde que acompanhada de medidas robustas para proteger dados pessoais, assegurando que o uso dessas tecnologias não comprometa a privacidade e a dignidade dos indivíduos.

Dessa forma, é possível construir um sistema de segurança integrativo que respeite e promova os direitos fundamentais, enquanto protege efetivamente as fronteiras. Ao adotar uma abordagem de integração regional que una segurança pública, necessidades locais, cooperação internacional e desenvolvimento social, é viável não apenas combater as organizações criminosas de maneira mais eficaz, mas também construir sociedades mais justas e resilientes, onde a criminalidade encontre cada vez menos espaço para se proliferar.

⁵⁸ Paradiplomacia refere-se ao envolvimento de governos subnacionais nas relações internacionais, através de contatos formais e informais com entidades estrangeiras, com o intuito de promover questões socioeconômicas, políticas, culturais ou ambientais (Cornago, 2020)



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Considerações finais

A Tríplice Fronteira exemplifica como as fronteiras contemporâneas se tornaram espaços multifacetados de interconexão e intercâmbio. A partir do olhar às dinâmicas sociais, econômicas e culturais que permeiam essa região, fica evidente que a marginalização e a fragilidade institucional não apenas alimentam a criminalidade, mas também impõem desafios significativos para a segurança e o desenvolvimento.

A necessidade de uma abordagem integrada é premente, exigindo a reavaliação das políticas públicas e a inclusão ativa de diversos atores locais. As estratégias de segurança devem transcender o enfoque puramente repressivo, buscando promover a participação cidadã e a solidariedade comunitária, elementos essenciais para a construção de um ambiente mais seguro e justo.

Além disso, a cooperação internacional, especialmente no âmbito da segurança, deve ser entendida como um processo dinâmico que requer a articulação de esforços entre as forças policiais e judiciárias dos países envolvidos. A criação de um arcabouço normativo que respeite os direitos humanos é fundamental para garantir que a segurança pública não se transforme em um instrumento de opressão, mas sim em uma ferramenta de proteção e desenvolvimento.

Por fim, somente por meio de uma integração efetiva que considere as particularidades locais será possível enfrentar os desafios da criminalidade transnacional e construir sociedades mais resilientes.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Fabiano. *As cooperações policiais internacionais em fronteiras, do local ao global: o Comando Tripartite na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

CORNAGO, Noe. *Paradiplomacy and Protodiplomacy*. University of the Basque Country, Spain, Gordon Martel (ed) *Encyclopedia of Diplomacy* (Oxford: Blackwekk-Wiley). 2018.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

COSTA, A. B.; SILVA, M. A. *As relações Brasil-Paraguai e os crimes transnacionais na Tríplice Fronteira: comércio e cooperação internacional*. In: I Seminário da Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas, 2017, Foz do Iguaçu. Anais do Evento, v. 1. p. 25, 2017.

FERRARO JR, Vicente G. *Desenvolvimento e Integração das Fronteiras Brasileiras: Análise comparada dos Arcos Norte, Central e Sul*. (RE) DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS: desafios para o século XXI - Foz do Iguaçu: Editora IDESF, v.3, 2019. (p.177 - 207).

GIMENEZ, Heloisa Marques; LISBOA, Marcelino Teixeira; SILVA, Micael Alvino; DIALLO, Mamadou Alpha. *A Tríplice Fronteira como região: Dimensões internacionais*. Brazilian Journal of Latin American Studies, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 33, p. 148–167, 2019. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.157693. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/157693>.. Acesso em: 29 set. 2024.

CHICOSKI, Alessandro Luiz. SILVA, Micael Alvino da. *Crimes Transnacionais e Cooperação Policial Internacional na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil, Paraguai)*. In: I Seminário da Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas, 2017, Foz do Iguaçu. Anais do Evento, v. 1. p. 25, 2017.

GLOBAL INITIATIVE. *Global Organized Crime Index 2023*. Global Initiative Against Transnational Organized Crime, Geneva, 2023. Disponível em: <<https://globalinitiative.net/initiatives/ocindex/>>. Acesso em 05 de set. de 2024.

_____. *Global Organized Crime Index 2023*. HeatMaps. Global Initiative Against Transnational Organized Crime, Geneva, 2023. Disponível em: <<https://ocindex.net/>>. Acesso em 18 de set. de 2024.

IDESF. *Cigarro: o maior mercado ilegal das fronteiras – a diferença de preços e o estímulo ao contrabando*. IDESF, 19 de set. 2024. Disponível em: <<https://www.idesf.org.br/2024/09/19/cigarro-o-maior-mercado-ilegal-das-fronteiras-a-diferenca-de-precos-e-o-estimulo-ao-contrabando/>>. Acesso em 20 de set. 2024.

TREICHEL, Bruna. *COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA*. Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA – Turma 2017. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/items/f9b07951-ed89-440a-9b52-7175ff1e500b>>. Acesso em 03 de set. 2024.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

VASCONCELOS Junior, Manuel Hermeto. *Atuação das agências federais brasileiras na América do Sul: o caso da Polícia Rodoviária Federal. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ILAESP, PPGRI. Foz do Iguaçu, 2024. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/items/a342d064-ccb7-4169-b4a9-358c7c3fc76d>>. Acesso em 05 de out. de 2024.*

VIEIRA, Gustavo Oliveira. *SEGURANÇA TRANSFRONTEIRIÇA E DIREITOS HUMANOS: Desafios Das Migrações Na Tríplice Fronteira De Foz Do Iguaçu. Migrações Fronteiriças, Universidade Estadual de Campinas, 2018. p.475-484*

VIEIRA, Gustavo Oliveira. OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de Oliveira. *COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA REGIÃO TRINACIONAL CIUDAD DEL ESTE-FOZ DO IGUAÇU-PUERTO IGUAZU: UM CALEIDOSCÓPIO PARADIPLOMÁTICO. Aldea Mundo: Revista Sobre Fronteras e Integración (24/47), 2019.*

VILLA, Rafael Duarte. *Esplendor e cobiça na Tríplice Fronteira. Outras Palavras, 22 de jun. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/esplendor-e-cobica-triplice-fronteira/>>. Acesso em 25 de outubro de 2024.*



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

UMA UNIVERSIDADE EM FUND(AÇÃO): AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A ANÁLISE DO DISCURSO INSTITUCIONAL DA UNILA

Carla da Conceição Mores Gastaldin⁵⁹

1 INTRODUÇÃO

Toda instituição é atravessada por um discurso que a constitui, como um conjunto de construções simbólicas e imaginárias que inscrevem a sua existência no tecido social e sustentam o laço social entre seus membros. Acredita-se que resgatar o discurso que funda uma instituição é um passo essencial para a compreensão do cenário sob o qual se desenham ações, decisões, metas e, sobretudo, as relações institucionais. A partir desta perspectiva, desenvolveu-se nos anos de 2017 e 2018 uma pesquisa cujo objeto de estudo foi o discurso institucional oficial e o discurso dos servidores TAE's (Técnico-Administrativos em Educação) da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-americana. Em ambos os casos o recorte diz respeito ao discurso sobre o projeto de integração latino-americana da universidade, compreendendo os três anos anteriores à criação da universidade até a data da coleta de dados (2017). Estes anos foram eleitos por terem sido parte de um período de intenso trabalho político e intelectual para construir os alicerces e o discurso da instituição.

⁵⁹ Doutoranda e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Políticas para a Infância e Adolescência (UNIOESTE). Psicóloga e Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Psicóloga do Departamento de Equidade de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Contato: carla.gastaldin@unila.edu.br



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A pesquisa em questão, teve como produto final a dissertação de mestrado intitulada “Uma Universidade em Fund(ação): as contribuições da psicanálise para a análise do discurso institucional da UNILA”⁶⁰, a qual foi realizada através do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE. A pesquisa realizada, de cunho qualitativo, interessou-se por compreender como o ideal de integração fora imaginado, vivido e simbolizado no dia a dia da instituição. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa documental e a entrevista semi-aberta, a qual foi realizada com os seis primeiros servidores da universidade que ocupavam cargos diversos, os quais foram entendidos como estratégicos⁶¹ para a fundação da universidade. O estudo foi realizado em uma instituição de cunho fronteiriço e diverso, o que mostrou-se profícuo do ponto de vista da pesquisa sobre o campo discursivo, em especial por valer-se da psicanálise (que é uma metodologia nascida na clínica) para compreender o funcionamento de uma instituição com tais características.

Assim sendo, o referencial teórico utilizado no tratamento dos dados foi a análise do discurso sob o enfoque da psicanálise, a partir da qual foi possível identificar significantes importantes na história da instituição, os quais apareceram interligados ao tema da integração. A partir da contraposição entre o discurso dos sujeitos entrevistados e o discurso oficial, a pesquisa pôde apontar contradições que denotavam a existência de sintomas institucionais, sobre os quais discorreremos no momento oportuno. Apontar e nomear os sintomas institucionais pode ser um caminho através do qual a instituição pode repensar sua história e ressignificar aquilo que, em seu funcionamento, permanece oculto ou silenciado. Acredita-se que o estudo realizado também pode contribuir para o debate científico, em decorrência do uso da psicanálise para analisar um discurso institucional inovador.

60 Trabalho de autoria própria, disponível no endereço: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3814>

61 Entende-se por “cargos estratégicos” aqueles ocupados por servidores que exerceram funções centrais nos anos de fundação da universidade, tanto pela natureza do cargo que ocupavam quanto por trabalharem em setores-chave para a construção e a manutenção da UNILA.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Sobre a instituição pesquisada (UNILA), regata-se o seu caráter bilíngue (português e espanhol), e a sua relação com o ideal de uma América Latina (AL) integrada e em constante desenvolvimento, especialmente no que diz respeito aos países do MERCOSUL. A UNILA foi fundada em janeiro de 2010 e está localizada estrategicamente na cidade de Foz do Iguaçu - PR, região de fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Além dos alunos brasileiros, a universidade recebe alunos advindos da América Latina (AL) e Caribe, bem como professores advindos de todas estas regiões. No primeiro ano de funcionamento a UNILA permaneceu sob tutela da Universidade Federal do Paraná (PDI, p. 69), procedimento de praxe para a implantação de uma nova universidade, já que a instituição tutora é quem operacionaliza todo o funcionamento da nova instituição, até que a mesma possa assumir por si própria este compromisso.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, é de grande importância sublinhar que a construção do discurso da vocação da UNILA está amparada no discurso que sustenta o MERCOSUL. Este aspecto fica evidente na missão institucional da universidade, a qual frisa o compromisso com o projeto de integração latino-americana, especialmente no que tange os países do bloco (BRASIL, 2010). Inicialmente focado na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, mais tarde o MERCOSUL incorporou aspectos sociais, tais como os valores de igualdade e respeito à diversidade cultural, com incentivo ao diálogo social e à cooperação solidária (GASTALDIN, 2018). Desde o início, no discurso governamental, a UNILA aparece como uma instituição de vocação integracionista, com um projeto ousado e inovador (IMEA, 2009, p. 63). Neste sentido, ao eleger o discurso da UNILA e de seus integrantes como objeto de estudo da pesquisa, foi necessário debruçar-se sobre o conceito de “integração latino-americana”.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Sabe-se que a ideia de uma América Latina integrada nasceu com o ideal de independência dos Estados Latino-Americanos no século XIX, a partir das ideias de Simón Bolívar (Carta da Jamaica⁶²), cujas lutas permitiram que vários territórios do continente americano deixassem de ser colônias da Espanha e se tornassem independentes. Por este motivo, inicialmente a luta integracionista possuía um caráter anticolonialista, e nem sequer tinha como finalidade a integração econômica, mas foi adquirindo essa característica ao longo dos anos, através de debates realizados entre os países da América Latina. Desde Bolívar, acredita-se na integração política como forma de consolidar uma espécie de “nacionalidade latino-americana”, em virtude de uma proximidade de traços culturais.

O Brasil esteve à margem das primeiras iniciativas voltadas à integração latino-americana, por ter conservado por mais tempo a forma de governo monárquica (até 1889), e por possuir diferenças culturais para com seus vizinhos - justamente por ter sido colonizado por Portugal. Apenas após superar o período da ditadura militar que o Brasil voltou-se ao projeto de integração regional, isso porque ele foi pensado para sociedades democráticas (BUENO, RAMANZINI JUNIOR E VIGEVANI, 2014).

No campo de vista político, foi a partir do início do século XXI que a América Latina sofreu uma reviravolta em seu projeto integracionista, com a chegada ao poder de diversos governos de esquerda. No Brasil o cenário não foi diferente, já que vitória do maior partido de esquerda da América Latina (PT, em 2003)⁶³ levou o país a comprometer-se deliberadamente com o projeto integracionista. A partir do cenário delineado, não é à toa que a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) foi gestada e criada (2010) no governo do presidente

62 O documento, também chamado de “Carta Profética”, foi escrito em setembro de 1815, por Simón Bolívar, o libertador, cujas lutas permitiram que vários territórios do continente americano deixassem de ser colônias da Espanha e se tornassem independentes. Esses territórios deram origem à Venezuela, à Colômbia, ao Equador, ao Peru e à Bolívia. A Carta da Jamaica indicava a necessidade de obter e sustentar a liberdade dos Estados independentes, conforme conquistada no processo de independência (SANTOS, 2008).

63 Após diversas candidaturas à presidência da república, em 2003 Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito presidente do Brasil pela primeira vez.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Luiz Inácio Lula da Silva, principal fundador do PT. Isso faz com que o projeto da UNILA apareça, no discurso dos servidores entrevistados, associado ao nome do Partido dos Trabalhadores e à ideologia de esquerda. O próprio presidente Lula, que esteve presente na aula inaugural da UNILA, afirmou sobre a universidade:

O protagonismo estratégico que esperamos dela como caixa de ressonância de um novo e auspicioso capítulo da unidade regional [...] Eu estou dizendo isso porque esta universidade vai formar uma nova consciência política na América Latina (SILVA, 2010)

As palavras do então presidente da república reforçam o fato de que o projeto da universidade aspira a formação de uma consciência política, alinhada com um ideal que foi criado e defendido pelos partidos de esquerda na AL. Cabe ressaltar que durante os anos em que a pesquisa foi realizada (2017 – 2018) o projeto de integração latino-americana sofria um processo de desaceleração, causado pela derrota sistemática dos governos de esquerda na América Latina - o que chegou ao Brasil em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A partir desta guinada política, houve a diminuição do comércio intrarregional e um “processo de fragmentação e polarização política entre os países e dentro dos países” da América Latina (BARROS, 2022 apud ESTANISLAU; MELLO, 2022). Neste ano, com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, aumentam as chances de ocorrer outro período favorável ao avanço do projeto de integração regional.

Em posse do conhecimento sobre os caminhos trilhados pelo projeto de integração latino-americana, torna-se possível refletir sobre o impacto deste processo histórico em uma universidade que carrega em seu próprio nome os significantes “integração” e “latino-americana”.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Para pensar o conceito de significante, essencial para a psicanálise e também para esta pesquisa, encontra-se no pensamento de Lacan a noção de que o inconsciente é um reservatório de significantes (OCARIZ, 2003), e que ele opera segundo as leis da linguagem. Assim sendo, Lacan propôs uma noção de inconsciente como uma cadeia de significantes que se articulam em torno de um furo, que é a falta fundamental.

Segundo a psicanálise, a linguagem só pode existir porque existe uma hiância, um buraco entre a “coisa” e a palavra que a nomeia. A necessidade da palavra emerge à medida que o ser humano se separa dos objetos, podendo assim nomeá-los como algo diferente de si mesmo. No plano individual, esse processo ocorre através de uma separação gradual entre o sujeito e sua mãe, quando ele começa a entender que não é o “centro do mundo”, e que existem coisas ao redor que funcionam em separado da sua existência. Esse é o processo de instauração de uma falta, que é o buraco que existe entre si e o mundo, e que é preenchido pela linguagem. Essa falta, produto da separação entre aquele que fala e aquilo que é falado, não só permanece na vida individual, mas estende-se ao funcionamento dos grupos humanos e, por conseguinte, também das instituições.

A teoria psicanalítica mostra que a linguagem funciona através uma cadeia significante, na qual palavras isoladas vão se associando e criando um discurso. Nesta cadeia sempre estão presentes aspectos inconscientes, os quais são o subproduto do enlace entre os significantes da cadeia. O funcionamento da cadeia significante pode ser assim ilustrado:

S1-S2-S3-S4 , sendo S1 uma palavra associada a algo que nunca fora antes nomeado (momento em que uma palavra é “inventada”). O S1 seria o significante (palavra) primordial, e a ele outros significantes (palavras) vão se associar, formando um discurso. A título de exemplo, pode-se pensar na seguinte sequência:

bebê – choro – cólica – remédio



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

A partir da associação entre estes significantes, nasce o discurso de que quando os bebês choram eles podem estar com cólicas, mas que existe um remédio para lidar com este desconforto. Os significantes são as *palavras* (S1, S2, S3, S4), e o significado delas é a imagem mental que atribuímos às palavras. Assim, quando alguém fala “bebê” nós imaginamos um ser humano pequeno, que necessita ser amparado por um adulto. Esta imagem mental é o significado do significante “bebê”. A partir desta lógica, as palavras vão ligando-se umas às outras, adquirindo sentidos, até formar um discurso, composto por significantes e seus respectivos significados.

Do ponto de vista da psicanálise, todo discurso possui uma insistência que pode ser observada na cadeia de significantes (palavras), ou seja, a presença de algo que se repete incessantemente. Nesta repetição aparece o material inconsciente.

Assim como no discurso de um sujeito, a composição da cadeia significante também se faz presente no discurso de uma instituição; portanto, para analisá-lo, faz-se necessário desvelar os significantes que tomaram corpo na história institucional: que possuem significados formando sentidos, tecendo o discurso da instituição (MARIANI, 2005). É sobre essa trama de significantes que formam o discurso institucional que a psicanálise aplicada às instituições vai se debruçar, buscando explicitar aquilo que está nas entrelinhas do discurso. Assim como algo escapa ao discurso individual, por ser inconsciente, pode-se dizer que o mesmo ocorre no discurso de uma instituição, seja ele oficial ou não. Mas como ter acesso aquilo que é da dimensão inconsciente?

O inconsciente se faz presente na repetição e somente é possível ter acesso a ele através das chamadas “formações do inconsciente” ou “formações de compromisso”, que são os sonhos, atos falhos, chistes, sintomas (OCARIZ, 2003).



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

É [...] nos lapsos do discurso, nas distorções, nas lacunas e nas repetições do sujeito, assim como em seus sintomas, que temos que ler o traço apagado do significante recalcado, que emerge na linguagem particular que apreende o [...] inconsciente e que abriga inadvertidamente um sentido – o do conflito recalcado – determinando a maneira pela qual o discurso do sujeito se organiza[...]. A fala, ao ser libertada [...] o apelo do sujeito à verdade, que já está inscrita em alguma parte no inconsciente (DIAS, 2006, p. 402-403).

O que a psicanálise explica, portanto, é que o inconsciente aparece através de suas formações, pois é sempre nas lacunas que ele se inscreve. Para que seja possível ao analista escutar o inconsciente é preciso que ele preste atenção nos lapsos, atos falhos, enganos, chistes, nos sintomas. São através desses meios que aparecem os significantes que não estão explícitos no discurso, o que não significa que não possuem efeitos sobre o sujeito ou sobre a instituição. As formações do inconsciente revelam a nota dissonante, aquilo que se apresenta como conflito, e que é inacessível à consciência (não está sendo dito). Cabe ressaltar que é o conflito (o tropeço) que interessa à psicanálise, ou seja, aquilo que destoa e que é determinante na forma como o discurso se organiza e produz efeitos nos indivíduos e nas instituições. Neste conflito está implícito a falta, pois ela é o motor da palavra e o ponto de partida de qualquer discurso. Analisar o discurso através da psicanálise implica em buscar na repetição algo da ordem do sintoma, do lapso, do ato falho, porque nestas brechas “vai existir um fértil e produtivo campo de análise [a se] explorar [...] pelo viés do estranhamento” (FERREIRA, 2004, p. 40).

A falta move o indivíduo, os grupos e as instituições, à medida que permite novas construções e o deslizamento entre um significante e outro dentro da cadeia. A falta aparece no discurso como uma falha, um tropeço que a psicanálise nomeou como ‘formações do inconsciente’ (sintomas, chistes, atos falhos, lapsos,



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

enganos, sonhos). Os tropeços se configuram como fronteiras entre o que o sujeito se esforça para dizer e o que de fato ele diz (e que lhe escapa), e ali mora uma oportunidade única de análise. O estranhamento em relação a essas falhas, não deixá-las “passar em branco”, é o papel do analista, pois este sabe que a partir dali novos sentidos podem ser construídos e a história pode ser ressignificada.

De acordo com a teoria psicanalítica não há um discurso sequer, seja ele individual ou institucional, que não traga a marca daquilo que permanece inconsciente e, por isso, inaudível. Ao se interrogar uma instituição, o que pode ser feito escutando o discurso dos agentes institucionais, deve-se ouvir aquilo que aparece no discurso como uma falha (formações do inconsciente), a qual remete a significantes presentes no discurso de forma camuflada. Quando se interroga essa falha, possibilita-se que esses significantes escondidos possam emergir. A cadeia significativa que forma o discurso é composta pelos significantes que foram “deslizando” uns sobre os outros, se conectando durante a história individual ou institucional.

O significante escondido (inconsciente) sempre esconde uma verdade que não foi dita. Por essa razão os psicanalistas estão sempre atentos ao momento em que a fala derrapa (FERREIRA, 2004). Tudo aquilo que está suprimido (pode-se dizer “significante suprimido”) também possui efeitos práticos, pois impacta a vida das pessoas e das instituições. Ao interrogar um lapso, um sonho, um sintoma, um chiste ou um ato falho, coloca-se o significante num lugar de estranhamento, a partir do qual o sujeito ou a instituição pode resgatar outros significantes aos quais tal palavra se refere. Em especial os sintomas são valiosos para a Psicanálise, pois foi através da escuta dos mesmos que Freud criou sua teoria, e eles são os principais indicativos de que algo não vai bem para um indivíduo ou para uma instituição. O sintoma é a nota dissonante que o psicanalista escuta tanto na clínica individual quanto em sua atuação institucional: é aquilo que molesta, incomoda, gera sofrimento e dor.

Segundo Ocariz, “o sintoma é o significante que veio ocupar o lugar do significante recalcado [...] é uma discordância no relato; é algo que o sujeito diz



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

sem saber o que está dizendo; é algo que produz ruptura, algo que vibra” (OCARIZ, 2003, p. 114). Diz-se que o sintoma é uma discordância no relato porque ele sobressai e mostra que ali, no interior da formação discursiva, há uma força inconsciente atuando e atestando que algo não vai bem. Por isso, o sintoma produz uma ruptura e vibra, pois abala a linearidade/completude da vida anímica do indivíduo e das instituições.

Há no sintoma a presença de um significante que remete a outros e que, ao serem desvelados no processo de análise do discurso, podem fazer com que a instituição (ou o sujeito) possa lidar de uma outra forma com aquele conteúdo que havia sido recalcado. Desse ponto de vista, o sintoma é uma mensagem, uma palavra congelada (GASTALDIN, 2018) que pode ser liberada a partir do momento em que o sujeito (ou instituição) percebe ali uma desordem. O sintoma existe por si mesmo e vai engolindo a vida do sujeito (ou da instituição) enquanto não for interrogado, sem a interrogação de sentido ele segue produzindo efeitos. O sintoma seria aquilo que tanto o sujeito quanto a instituição possuem de mais real, que fala do que lhes é mais íntimo, dos significantes construídos na história que seguem produzindo efeitos, sem, no entanto, serem conhecidos pela consciência. Apesar de paralisante, o sintoma é a prova de algo na instituição ainda vive e “vibra”. A única forma de se trabalhar sobre o sintoma é reintegrar o sujeito (ou a instituição) a sua própria história, até que ele se reencontre com o significante perdido na cadeia (recalcado) e se reconcilie com aquilo que antes não pôde vir à consciência.

Na análise do discurso feita pela pesquisa relatada aqui, observou-se o conteúdo que se repetia no discurso dos servidores da UNILA, assim como o que se repetia nos documentos oficiais da universidade. A ênfase na repetição como critério de análise não é aleatória, mas de cunho conceitual, já que é de extrema importância a observância deste quesito em qualquer análise realizada sob o viés psicanalítico. O conceito de Repetição é tão importante que Lacan o nomeou como um dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise (LACAN, 1964), ao lado dos conceitos de inconsciente, de transferência e de pulsão.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Freud observou que a repetição se apresentava na clínica como dificuldade essencial da cura (FREUD, 1920), a repetição se refere ao conteúdo que reiteradamente aparece de diversas formas na vida de um sujeito ou de uma instituição: povoa seus sintomas, seus chistes, seus atos falhos. O que uma instituição (ou um paciente) repete é um conflito que, para traduzir em poucas palavras, não foi resolvido. Assim, a repetição de um conteúdo é um processo necessário para se elaborar aquilo com o que não se consegue lidar.

O que buscou-se tanto no discurso oficial da instituição, quanto no dos Técnico-administrativos em Educação, foram as associações significantes. Entre tantos significantes que surgiram, isolou-se aqueles que mais se repetiram, e/ou que podem ser tomados como fundamentais na fund(ação) da UNILA: pluralismo, respeito, solidariedade, sociedade, lei, dívida, planejamento, campus, reconhecimento, relacionamento, individual, coletivo, projeto, decisão, atraso, evasão, UFPR, ITAIPU, política, desconhecimento.

Para a análise dos dados foram recortados trechos dos documentos oficiais da UNILA, além daqueles provenientes dos livros sobre a história da universidade (organizados pela própria instituição). Em paralelo destes trechos, foram colocados os recortes das falas dos TAE's, sempre comparando o que era dito (em ambos os discursos) sobre o mesmo significante (os mesmos mencionados no fim do parágrafo anterior). Para efeito da exposição dos resultados da pesquisa, abaixo serão trazidos alguns *achados relevantes* sobre o discurso e o funcionamento da UNILA.

Sobre o *projeto de integração* da universidade, falas como E3⁶⁴: “A UNILA nasceu como um projeto de um governo específico, com viés [...] de esquerda” e E1: “A UNILA está desamparada [...] passou aquela efervescência política, o governo é outro, o pensamento é outro” demonstram não apenas o conhecimento sobre o caráter político do projeto da universidade, mas também a percepção de que o cenário político nacional pode influenciar o andamento da UNILA. Outras

⁶⁴Para fins de sigilo, os nomes dos entrevistados foram substituídos por números, de forma que os seis participantes receberam os símbolos: E1, E2, E3, E4, E5 e E6.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

falas como: “A burocracia é incondizente com o ideal de integração” e E2: “Aquele mundo ideal diferente da UNILA, inovador, cada vez mais tá morrendo, tá virando uma universidade comum” apontam como o projeto de integração da universidade (desde a contratação de servidores unicamente brasileiros, o custeio unicamente brasileiro das despesas da universidade, a dificuldade de reconhecimento dos diplomas no exterior, entre outros) encontra obstáculos na legislação que ampara as instituições de ensino superior brasileiras. Um exemplo disso é trazido por este entrevistado, quando fala sobre a distribuição de assentos (entres as categorias) no conselho universitário: E4: “A questão da paridade, ela vem absolutamente ao encontro do que é o projeto da universidade, de democracia, de respeito [...] no entanto ela é contra a lei.” O entrevistado faz menção ao fato da UNILA ter escolhido inicialmente formar um conselho superior com distribuição paritária de assentos entre as categorias (número igual de lugares para professores, TAE's e alunos). Contudo, como a lei prevê que os docentes devem possuir um número maior de representantes no conselho, a paridade foi desfeita.

Em relação ao reconhecimento dos diplomas da UNILA no exterior, passo determinante para o cumprimento da missão institucional (lei 12.189/2010), constatou-se que à época da pesquisa nenhum país da América Latina havia ainda reconhecido oficialmente o diploma da UNILA, dentro do seu território. Este é um recorte sobre o assunto: E2: “trazendo as pessoas pra cá, tão estudando, mas as pessoas não têm validação nos próprios países delas”

A sentença E4: “sensação de não estar integrada ao projeto” exemplifica a falta de clareza sobre o projeto institucional e sobre o próprio conceito de integração latino-americana. Já os trechos como E1: “as pessoas se integram tanto quanto em qualquer universidade que não é voltada para a integração.” e E3: “Já que a instituição se propõe a integrar, então [...] deveria ter algumas medidas internas aqui, um incentivo a essa convivência [...] isso não vejo sendo estimulado” demonstram os impasses enfrentados pela instituição para constituir uma cultura organizacional condizente com uma instituição de pensamento integracionista.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Sobre o significante “*solidariedade*”, presente nos documentos oficiais da UNILA, os recortes como “Olha, *solidariedade* eu tenho visto [...] os nossos discentes [...] acolhem quem chega na cidade [e] na instituição de uma forma exemplar” mostram que os servidores percebem um comportamento solidário dentro da universidade. Em relação ao *pluralismo de ideias*, encontrou-se afirmações como E2: “a pluralidade...o administrativo tem isso, muito, as pessoas são [de diferentes] preferencias sexuais [...] sexo, raça, ideias” ou E4: “Os conflitos são assim, é... por posições políticas ideológicas [...] diferentes. Não há um entendimento e a universidade paralisa [...] ou E1: “[...] Dificultou e atrasou um pouco esse desenvolvimento institucional porque as opiniões eram muito distintas” demonstram a existência da pluralidade de ideias e da diversidade na instituição, mas que isso implica em impasses significativos na resolução de problemas e na tomada de decisões importantes.

A relação da UNILA com a *lei* aparece através de falas como: E3: “[os] estudantes se revoltavam e quebravam uma sala [...] ao invés desses estudantes serem punidos [...] não acontecia nada” e E4: “No discurso de que somos uma universidade diferente parece que meio que vale tudo”. Durante as entrevistas os sujeitos discorreram sobre a relação da universidade com os alunos durante os primeiros anos de funcionamento, período em que não havia um regramento disciplinar para os discentes e muitos atos dos mesmos ficavam sem punição.

Através de recortes tais como E1: “houve uma campanha pra [...] captação de alunos na América Latina com base justamente no assistencialismo [...] Nós tivemos que acolhê-los [...] arcar com o que havia sido prometido, até por uma questão mesmo diplomática” e também E1: “O Brasil estava pagando benefício pra pessoas que a gente desconhecia a condição social [...] nós sofremos muita retaliação dos órgãos de controle”, pode-se notar um movimento inicial da UNILA para recrutar alunos nos países latino-americanos, sem a preocupação em atender os critérios socioeconômicos exigidos pela lei. As falas apontam para uma espécie de “dívida simbólica” ou “diplomática” que a universidade estabeleceu



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

para com outros países da América Latina, no intuito de atrair alunos estrangeiros para a UNILA.

Sobre o *relacionamento com a sociedade*, apareceu nos relatos dos entrevistados afirmações como E4: “Na comunidade [...] a maioria das pessoas que eu converso [...] são contra a universidade”, E5: “a sociedade queria, aí, eu acho que extinguir a UNILA” e E6: “Ocorreu um choque de culturas [...] muita gente não gostou da ideia [...] da universidade [...] principalmente da forma que foi feito inicialmente”. Todos os relatos dos entrevistados foram unânimes quanto à dificuldade inicial da UNILA em estabelecer laços positivos com a comunidade externa. Ligado à relação com a cidade, também aparecem nas falas dos entrevistados a dificuldade da sociedade em acolher o “diferente” (pessoas advindas de outra cultura): E3: “teve uma agressão a um estudante [...] acho que foi no terminal de ônibus, [...] foi agredido por alguém da comunidade [...] falando pra voltar pra sua terra.”

A relação sintomática da universidade com os *prazos* apareceu na fala de todos os entrevistados, a exemplo de: E6: “Todo o necessário pra fazer uma universidade andar [...] ou estava atrasado ou sequer havia sido adquirido” e E1: “Sabe porque que não vencia gastar? Porque não tinha efetividade nas ações, [...] as pessoas perderam muito tempo discutindo ao invés de agindo.” Esta última frase refere-se ao orçamento inicial que a UNILA recebia para sua implantação, e que acabava sendo, em grande parte, devolvido aos cofres públicos porque a universidade não conseguia empregar a verba no tempo previsto.

Outro problema enfrentado pela universidade em seus anos iniciais foi o índice de *evasão*: E4: “Tem alguns argumentos que é difícil inclusive a gente rebater [...] A evasão é muito alta, de fato nossos índices de evasão são maiores” e E1: “Nós tivemos que cortar esse benefício [...] foi prometido uma coisa, o aluno veio pra cá e [...] não recebeu voltou [...] uma evasão grande que nós temos é você ver cada ano diminuir o número de alunos”. Por outro lado, em relação ao significante “democracia”, que também é um valor advindo do MERCOSUL, pode-se ressaltar que os servidores descreveram como “democráticos” os processos de



construção dos documentos institucionais da UNILA. Outro fator positivo que surgiu em vários momentos nas entrevistas foi o papel da extensão universitária como um elemento catalisador de relações mais positivas com a comunidade externa (GASTALDIN, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido permitiu compreender que as instituições são formadas por discursos que as sustentam, e que a UNILA nasceu a partir de um discurso muito específico, o que de fato lhe confere um caráter único. O discurso de formação da universidade está entrelaçado ao discurso do MERCOSUL, bloco econômico que figura como o maior símbolo do projeto histórico de integração latino-americana. A trajetória percorrida durante a pesquisa demonstrou que os pilares ideológicos deste projeto coincidem com as ideologias dos governos de esquerda, e que, por esse motivo, as alterações na conjuntura política do país aparecem como fatores de impacto no andamento da UNILA.

A teoria psicanalítica foi utilizada para analisar os dados, pois empresta os conceitos da clínica para lançar um olhar diferenciado sobre as instituições. O resgate dos primeiros anos da história da UNILA foi fundamental para a compreensão da sua estrutura institucional, a qual lhe traz vida e a faz única. Durante a pesquisa, buscou-se evidenciar, através do confronto entre os discursos oficial e dos servidores TAE's, as contradições e tropeços existentes na história institucional. Nesse caminho, o discurso foi entendido enquanto uma cadeia de significantes articulados e provisoriamente ligados entre si. A análise dos discursos procurou identificar quais significantes são importantes na história da UNILA e na produção dos seus tropeços, tomados como *sintomas institucionais*. A teoria permitiu compreender que uma instituição, tal qual o sujeito, tende a reproduzir os mesmos atos e tropeços ao longo de sua história, os quais terminam por nortear a sua existência. Portanto, mostrou-se relevante identificar quais são



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

os significantes e sintomas aos quais a UNILA permanece “presa”, e que dificultam o seu desenvolvimento institucional.

A interpretação dos discursos levou em conta como a história da universidade é contada pelo discurso oficial e pelos TAE's, apontando-se as contradições que apareceram, e interrogando-se aquilo que, nas práticas institucionais, se configura como 'óbvio'. A análise dos dados manteve o foco sobre os significantes que se repetiam no discurso, associados ao projeto de integração da universidade. Em ambos os discursos, aparece a construção democrática dos documentos oficiais e a existência da diversidade cultural como uma realidade dentro da UNILA. Um dos grandes impactos da diversidade na instituição é a dificuldade de se chegar a um consenso comum na tomada de decisões. Cabe ressaltar que esta dificuldade apareceu como estruturante do próprio projeto de integração latino-americana - o qual enfrenta dificuldades históricas de concretização, já que os países da região detêm interesses muito diversos.

Quanto à solidariedade, apesar de uma ou outra divergência, a maioria dos entrevistados reconheceu a presença desse valor entre os grupos da universidade, especialmente entre os alunos. Já sobre o pluralismo de ideias e o respeito às diferenças, há discordâncias entre os TAE's quanto à capacidade da instituição em colocar em prática estes princípios, embora todos reconheçam a presença desses valores no discurso oficial. Outra questão importante levantada pelos TAE's nas entrevistas foi a relação que a Universidade mantém com a lei, já que, segundo os entrevistados, a legislação vigente não comporta a existência de uma instituição com caráter inovador.

Finalmente, no que diz respeito aos sintomas institucionais, pôde-se identificar que um dos grandes tropeços, ao qual a universidade permaneceu presa, são as falhas no planejamento institucional. Em decorrência deste fator, a UNILA “sofre” com os atrasos nas decisões e processos de trabalho, o que impacta no desenvolvimento institucional. Outro sintoma identificado foi o desconhecimento, por parte dos agentes da universidade, do projeto de integração latino-americana. Ao lado do que foi mencionado, pode-se enumerar outros



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

sintomas institucionais, como a dificuldade interna de integração, bem como os impasses entre a universidade e a sociedade. Segundo o discurso dos TAE's, do ponto de vista da produção dos resultados, a UNILA ainda “patina” (E4), tropeça no que tange os índices de evasão escolar e os processos de reconhecimento do diploma da universidade no exterior (AL).

Apesar da análise do discurso ter encontrado diversos tropeços institucionais, os quais podem ser vistos como sintomas, foi possível compreender que através deles a UNILA conseguiu minimamente se organizar, levar adiante o seu projeto institucional e sobreviver, apesar das suas faltas. A UNILA, assim como todas as instituições, enfrenta dificuldades que lhe são estruturais, como o fato de ter nascido como parte de um projeto político-social que possui dificuldades históricas de concretização .

Como resultado da análise, pôde-se pensar que seria um trabalho valioso para instituição se ela pudesse assumir seus tropeços como sintomas a serem ressignificados, de forma com que pudesse manter uma relação transformadora com a sua própria história. Como forma de encarar essas dificuldades, parece importante que a universidade possa repensar a sua cultura interna de integração, bem como o fortalecimento dos laços entre a instituição e seus servidores, de forma com que todos possam sentir-se parte do projeto institucional. Tudo isso pertence a um cenário que pode ser pensado e ressignificado, no intuito de mudar o relacionamento que instituição possui com os seus sintomas (tropeços) fundantes. Utiliza-se a expressão “sintoma fundante” em referência a forma como a universidade se organizou nos primeiros anos de funcionamento, pois, apesar da UNILA ter feito inúmeras mudanças desde o ano que a pesquisa foi realizada, os sintomas enumerados na pesquisa fazem parte da sua história. A psicanálise mostra que tudo aquilo que não é colocado em palavras, é colocado em atos, e por isso os sintomas tendem a permanecer ativos enquanto não forem enxergados e ressignificados.

Como um balanço sobre a pesquisa, considera-se que os objetivos pretendidos puderam ser alcançados, já que o confronto entre o discurso oficial e



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

o discurso dos TAE's permitiu identificar significantes importantes na história da universidade. A maior limitação encontrada na metodologia escolhida foi o fato das entrevistas terem sido realizadas com apenas uma das categorias que compõe a comunidade universitária. Acredita-se na importância de ampliar a coleta de dados, analisando também o discurso de docentes e discentes sobre o projeto de integração da UNILA. A amostra coletada para a pesquisa foi representativa apenas em relação ao número de ingressantes no primeiro concurso da UNILA (primeiros servidores), e não em relação ao total de TAE's que trabalham na instituição - eis aí outro ponto a ser observado nas futuras investigações sobre o tema.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1, Brasília, DF, Ano CXLVII No – 8, p. 1 13 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm Acesso em: 17 fev. 2023.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil. **Contexto internacional**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, julho/dezembro de 2014.

DIAS, Maria das Graças Leite. **O sintoma**: de Freud à Lacan. Psicologia em Estudo. Maringá, v. 11, n. 2, p. 399- 405, maio/agosto de 2006.

ESTANISLAU, Lucas; MELLO, Michele de. **Que caminhos a integração de uma nova onda de progressismo na América Latina pode tomar?**: com vitória de Petro na Colômbia e favoritismo de Lula nas pesquisas, correlação de forças na região pode mudar. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/26/que-caminhos-a-integracao-de-uma-nova-onda-de-progressismo-na-america-latina-pode-tomar> . Acesso em: 17 fev. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. **CORREIO APOA. PSICANÁLISE, LINGÜÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO**. Porto Alegre, n. 131, p. 37-51, dezembro de 2004.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos.** Edição Stadard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1920

GASTALDIN, Carla da Conceição Mores. **UMA UNIVERSIDADE EM FUND(AÇÃO):** as contribuições da psicanálise para a análise do discurso institucional da UNILA. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3814/5/Carla_da_Conceicao_Mores_Gastaldin_2018.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS AVANÇADOS – Foz do Iguaçu (IMEA). Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-americana. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

LACAN, Jacques. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** O Seminário, livro 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1964.

MARIANI, Bethania. Imaginário Linguístico: análise do discurso e psicanálise. **Correio APOA. Transmissão e Formação.** Porto Alegre, n. 132, p. 33-41, janeiro de 2005.

OCARIZ, Maria Cristina. **O Sintoma e a Clínica Psicanalítica – o curável e o que não tem cura.** São Paulo: Via Lettera Editora, 2003.

PDI UNILA 2013-2017. Página da web. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. A Integração Latino-americana no século XIX: antecedentes históricos do Mercosul. **Revista Sequência**, n. 57, p. 177-194, dezembro de 2008.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante aula inaugural da Unila e cerimônia de assinatura do decreto de criação da Comissão de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.** 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/02-09-2010-discurso-do-presidente-da->



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-aula-inaugural-da-unila-e-cerimonia-de-assinatura-do-decreto. Acesso em: 18 fev. 2023.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO EM RORAIMA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

*Jéssica Carvalho Guimarães⁶⁵
Márcia Maria de Oliveira*

Resumo: O presente trabalho é parte dos resultados do trabalho de conclusão de curso em História na Universidade Federal de Roraima (UFRR) em 2020, no qual tem como principal objetivo investigar se o distanciamento social contribuiu para a intensificação da violência contra a mulher e do feminicídio no Estado de Roraima. Tendo em vista que há poucos estudos e iniciativas abordando a interseção entre gênero, a pandemia de COVID-19 e o feminicídio no estado de Roraima e de informações essenciais que possam contribuir para a criação de políticas públicas que combatam a violência doméstica, por meio identificação das vulnerabilidades ao qual estão expostas em contexto de crise sanitária. O estudo abordou a questão do feminicídio e da violência doméstica em Roraima, especialmente no contexto da pandemia, utilizando uma abordagem metodológica abrangente e sensível. A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário sociodemográfico aplicado remotamente a 11 pessoas, incluindo vítimas e seus conhecidos, devido à natureza delicada do tema e às restrições impostas pela pandemia. Pois, é de extrema importância compreender e dar atenção as vozes das mulheres sobre a violência doméstica que é uma triste realidade, porém com confinamento aumentou a tensão doméstica e dificultou o acesso das vítimas a redes de apoio e medidas protetivas. A análise destacou a fragilidade das políticas públicas existentes e a necessidade urgente de reformas para melhor proteger as mulheres durante crises.

Palavras-chave: Pandemia; Violência; feminicídio e distanciamento social.

1 INTRODUÇÃO

⁶⁵ Titulação, vínculo institucional. Contato.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

Durante a pandemia, em Boa Vista-Roraima, em 2020, foi realizada uma palestra na Universidade Federal de Roraima que abordou o impacto do distanciamento social sobre a violência doméstica. Os dados estatísticos discutidos na palestra evidenciam um aumento significativo no feminicídio, que, segundo uma matéria publicada no Portal Amazônia, cresceu 150% no primeiro ano de distanciamento social. Esse aumento ocorreu em um período marcado por severas restrições e pela redução da oferta de comércios e serviços.

Pessoa e Nascimento (2020) destacam a importância de compreender os riscos associados à violência doméstica e ao feminicídio no contexto do Covid-19, observando que muitas mulheres ficaram desassistidas devido à dificuldade de acesso às redes de apoio legais e sociais. Os autores alertam para a redução significativa na busca por redes de apoio, como setores das áreas social, justiça, segurança pública e saúde, que são fundamentais para a proteção e assistência às vítimas.

Conforme Bezerra et al. (2020), é crucial prestar atenção ao contexto da pandemia, especialmente ao isolamento social, que intensificou sentimentos de estresse e ódio, levando ao aumento de conflitos e violência de gênero. Esses autores também ressaltam a importância de um estudo mais detalhado sobre os riscos, como a subnotificação de casos de violência, que não reflete a verdadeira incidência dos casos, além de enfraquecer o sistema de proteção às mulheres vítimas de violência.

A partir desse contexto, a pesquisa buscou levantar o seguinte problema: Quais fatores internos contribuíram para o cenário de vulnerabilidade das mulheres durante a pandemia, considerando o isolamento social? O objetivo geral deste artigo é investigar se o distanciamento social contribuiu para a intensificação da violência contra a mulher e do feminicídio no Estado de Roraima. Os objetivos específicos estabelecidos foram: analisar os dados estatísticos sobre os casos de violência contra a mulher e feminicídio em Roraima antes e durante o período de distanciamento social; identificar padrões ou variações significativas nos índices de violência e comparar com o período de distanciamento; entender os obstáculos que as mulheres vítimas de violência doméstica enfrentaram durante o



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

distanciamento social e como isso pode ter contribuído para o aumento ou agravamento da violência; e, por fim, apresentar os obstáculos enfrentados e os dados estatísticos levantados na pesquisa sociodemográfica realizada online por meio do Google Forms.

2 DESENVOLVIMENTO

A metodologia aplicada combina aspectos qualitativos e quantitativos, utilizando um questionário fechado online, criado na plataforma Google Forms. O questionário, composto por 25 perguntas de múltipla escolha, aborda questões sociais, econômicas e de risco para a vítima durante o período de confinamento, além de explorar o perfil das vítimas e dos agressores. A pesquisa contou com a participação de 11 pessoas que se identificaram como familiares ou amigos das vítimas. O objetivo da pesquisa foi obter informações sobre a estrutura social, financeira e familiar da vítima no Estado de Roraima. Para isso, adotou-se uma abordagem cuidadosa, com perguntas direcionadas de forma indireta aos participantes, como se fossem sobre uma terceira pessoa.

Dentre os questionamentos direcionados aos participantes, pergunta-se sobre o grau de relacionamento que têm com a vítima. Isso visa fazer com que a mulher se sinta mais segura ao responder, ou até mesmo alguém próximo a ela. Com base na codificação dos dados e na identificação dos padrões nas respostas do questionário, observa-se que um número maior de participantes tem uma relação de amizade com a vítima (55%), seguido de relação familiar (45%). Esses dados evidenciam o papel essencial de amigos e familiares como testemunhas oculares da violência contra a mulher. Isso ocorre porque a vítima, em situação de fragilidade emocional encontra dificuldades psicológicas para realizar o primeiro contato com as autoridades ou se lembrar dos fatos, pode encontrar apoio nessa rede.

Com relação à idade das vítimas de violência doméstica no contexto da pandemia no Estado de Roraima, identificou-se que a maior incidência ocorre em mulheres com idade entre 30 e 49 anos (55%), seguido por mulheres de 18 a 29 anos (36%), e 8% das vítimas têm entre 50 e 60 anos. A idade é um fator essencial



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

ao tratar de casos de violência doméstica, pois pode impactar a resposta das autoridades e o acesso a medidas de proteção e apoio. Adultos têm maior capacidade para compreender a situação de violência e buscar ajuda, mas podem enfrentar desafios como medo, vergonha ou dependência financeira e psicológica, o que, às vezes, impede que saiam do ciclo de violência.

Nossa pesquisa de campo revelou que, entre as vítimas de violência doméstica durante a pandemia, 73% são mulheres com filhos, enquanto 27% não têm filhos. Incluímos essa pergunta na pesquisa porque estudos bibliográficos e documentos de jornais e relatórios oficiais indicam que vítimas com filhos enfrentam desafios adicionais para deixar o agressor e denunciar a violência devido às preocupações com os filhos.

Verificou-se que o número de mulheres em Roraima que não participam ou não têm acesso ao Programa Mulher, Viver Sem Violência é alarmante, indicando a marginalização das vítimas de violência em relação aos recursos disponíveis para proteção e acolhimento. A análise dos dados da pesquisa mostra que 73% das entrevistadas que afirmaram não participar ou não ter acesso ao programa não conhecem a fundo suas atividades. Em contraste, 27% têm acesso ou participam do programa. Isso revela uma problemática significativa, pois nem todas as mulheres têm conhecimento e contato com os instrumentos que garantem sua dignidade e seus direitos diante de situações de risco.

Mesmo que não residam com o agressor, ex-maridos ou ex-namorados que não aceitam o fim do relacionamento podem criar um ciclo de perseguição, caracterizado por violência psicológica, moral e física. Entre as entrevistadas, observou-se que 63% dos casos envolveram o descumprimento de medidas protetivas anteriores ao crime. Em contraste, 37% relataram que, antes da violência sofrida, houve a emissão de medidas de proteção por parte da mulher.

A pesquisa também buscou entender os comportamentos comuns entre os agressores, mesmo que o perfil possa variar. Para isso, foram feitas perguntas sobre o histórico de violência do agressor em relação a membros da família, como filhos, familiares, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas, e até mesmo violência contra animais de estimação. Encontrou-se um alto índice de



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

comportamento violento entre esses homens, com 91% dos entrevistados indicando que o agressor já havia agredido um desses grupos, enquanto 9% afirmaram que não.

Muitas vítimas temem retaliação por parte do agressor, especialmente se buscarem a intervenção das autoridades. Esse medo pode fazer com que o agressor desrespeite as medidas judiciais, recusando-se a sair de casa e tornando-se mais agressivo. A pesquisa constatou que 63% dos agressores desrespeitaram medidas de proteção.

Entre os obstáculos identificados durante a pandemia, 46% das entrevistadas apontaram que não denunciaram o agressor devido ao medo de que ele não fosse punido. Isso se deve à falta de confiança no sistema jurídico, que deveria apoiar e encorajar as mulheres a denunciar. Na prática, a legislação e os discursos do Estado transmitem insegurança e medo, pois as mulheres não encontram garantia de proteção ao fazer a denúncia.

Além dos desafios mencionados, 45% das mulheres relataram problemas relacionados à legislação brasileira, o que é desanimador e problemático. Também, 9% das mulheres encontraram dificuldades devido ao horário de funcionamento das delegacias. Embora se esperasse encontrar diferentes estatísticas devido ao contexto pandêmico, os resultados da pesquisa mostram que, em menor grau, o sistema de proteção às mulheres foi realmente prejudicado durante a pandemia.

Na pesquisa, buscamos identificar, em relação ao perfil das vítimas, aquelas que procuraram atendimento psicológico antes e após a violência. A pesquisa constatou que 91% das vítimas se sentiram culpadas. Essa perspectiva decorre da crença de que mereciam a violência ou de que, de alguma forma, foram responsáveis pelo crime. Isso destaca o impacto profundo das dinâmicas de poder e das normas sociais internalizadas nas experiências das vítimas de violência. Dessa forma, é preocupante que 70% das mulheres não procuraram ajuda, enquanto 30% afirmaram ter buscado suporte psicológico.

Conforme a resposta de 8 entrevistadas na pesquisa realizada durante o distanciamento social, 75% das mulheres encontraram dificuldades para



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

denunciar, enquanto 25% não enfrentaram dificuldades significativas. Entre os desafios identificados por mulheres que sofreram violência doméstica e procuraram alguma rede de apoio, destacou-se a questão do telefone indisponível (33%). Essa situação é problemática, pois dificulta o acesso das vítimas aos aparatos legais de assistência e proteção. As delegacias desempenham um papel fundamental no processo de garantir justiça e combater a violência doméstica, por meio de ações legais que respondem à urgência dos casos.

Outro fator importante é que essa questão não surgiu apenas durante a pandemia, mas merece mais atenção por parte dos órgãos públicos. O contexto da pandemia evidenciou vulnerabilidades na comunicação direta com as delegacias, linhas de ajuda e serviços dedicados às vítimas. É essencial que haja uma resposta eficaz e acessível para enfrentar e resolver essas situações de violência, mesmo em períodos de crise. A pesquisa identificou que a falta de resposta adequada pode colocar a vítima em risco. A violência contra a mulher não para, apesar dos fatores atenuantes da sua vulnerabilidade.

Entre os principais problemas enfrentados pelas mulheres ao tentar denunciar, destacam-se: telefone indisponível (33%), dificuldade na locomoção (17%), falta de acesso à internet (16%), outros problemas (17%) e falta de apoio familiar (17%). Esses desafios evidenciam que as complexidades enfrentadas pelas mulheres afetadas pela violência doméstica não podem ser discutidas apenas de forma empírica; é necessário traduzi-las para a prática no enfrentamento da violência de gênero. Os agressores frequentemente exploram e manipulam suas vítimas para exercer controle e subjugação, criando uma rede de dependência e domínio.

A análise dos resultados revelou que o isolamento durante a crise humanitária e sanitária em Roraima complicou ainda mais a situação da violência doméstica. Entre as entrevistadas, 73% afirmaram que se sentiram isoladas de amigos, familiares e colegas de trabalho, enquanto apenas 25% relataram não ter se sentido sozinhas. É importante que a vítima tenha uma rede de apoio para não se sentir isolada e para buscar ajuda, como abrigo, assistência legal ou suporte



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

psicológico. A falta de apoio externo aumenta a dependência econômica e emocional da vítima em relação ao agressor.

Para entender a relação entre as tensões residenciais e o uso de armas de fogo por parte dos agressores, investigou-se quais são as implicações desse uso no aumento do risco para as vítimas dentro do domicílio. Foi constatado que 73% dos autores envolvidos em casos de violência doméstica não possuíam armas de fogo. Esse dado é relevante, pois o uso de armas pode aumentar o controle e a intimidação por parte do agressor, complicar a busca de proteção pela vítima e dificultar a intervenção de profissionais de segurança, além de potencialmente levar ao feminicídio.

A pesquisa também revelou que 23% dos agressores portavam armas de fogo, mas não foi possível determinar se essas armas eram possuídas de forma legal ou ilegal, ou se os agressores exerciam algum cargo relacionado à segurança pública.

A pesquisa constatou que, nos casos de violência aos quais tivemos acesso, o agressor era o marido em 46% dos casos, seguido de ex-marido (18%), algum familiar (18%), namorado (9%) e ex-namorado (9%). Compreender a relação entre agressor e vítima é essencial para entender as dinâmicas da violência, como o padrão de controle e dominação exercido pelo agressor. Os dados apontam que os agressores são geralmente pessoas próximas às vítimas, muitas vezes envolvidas em um ciclo de violência que se prolonga por anos. Isso fornece uma base para desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e intervenção, além de auxiliar as autoridades de segurança e o sistema de justiça a criar medidas legais adequadas para a proteção das vítimas e avaliar os riscos, considerando a presença constante do agressor no ambiente.

CONCLUSÃO

Entre os principais fatores identificados que influenciam a violência, as análises demonstraram que, devido ao isolamento social e ao contexto social mais amplo, as mulheres não apenas sofreram com a crise sanitária, mas também se tornaram vítimas dentro de suas próprias residências em Roraima. A pesquisa



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

revelou que o agressor predominante é o marido, que convive com a vítima e estabelece uma dinâmica de poder e controle na relação. Esse dado é corroborado pelo fato de que 91% das vítimas se sentem culpadas, acreditando ser responsáveis pelas agressões sofridas.

Em relação aos desafios para denunciar a violência, constatou-se que 75% das mulheres enfrentaram dificuldades para acessar uma rede de proteção que pudesse acolhê-las e afastá-las do agressor. Esses desafios são atribuídos aos determinantes contextuais e à infraestrutura precária das políticas de enfrentamento.

Na pesquisa, não identificamos estratégias específicas adotadas pelo Estado de Roraima durante a pandemia para enfrentar a violência doméstica e o feminicídio. Embora a delegacia virtual, uma ferramenta que permite às mulheres registrarem boletins de ocorrência online de qualquer lugar, tenha sido uma conquista significativa, sua implementação ocorreu antes da pandemia. As políticas de enfrentamento da violência doméstica e de gênero foram desenvolvidas a nível nacional pelo governo federal, cabendo aos estados a tarefa de implementá-las localmente. No entanto, Roraima tem avançado lentamente na garantia de uma representação jurídica e legislativa eficaz para as mulheres.

Devido ao caráter online da pesquisa, que visou garantir o anonimato das vítimas, e às restrições sanitárias que impediram entrevistas presenciais, não podemos confirmar se os casos levantados foram do conhecimento das autoridades judiciais, nem identificar a situação atual das vítimas e dos agressores. Infelizmente, é possível que algumas vítimas ainda estejam em ciclos de violência.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Catarina Fernandes Macêdo; VIDAL, Eglídia Carla Figueiredo; KERNTOPF, Marta Regina; LIMA JÚNIOR, Carlos Mendes de; ALVES, Maria Nizete Tavares; CARVALHO, Maria das Graças de. Violência contra as mulheres na pandemia do COVID-19: Um estudo sobre casos durante o período de quarentena no Brasil. *Id on Line Rev.Mult.Psic.*, Julho/2020, vol.14, n.51, p. 475-485.



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024

GUIMARÃES, Jéssica Carvalho. Feminicídio no Estado de Roraima durante o contexto da pandemia (COVID-19). Boa Vista: Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História – Universidade Federal de Roraima, 2022.

PESSOA Brenna Galtierrez Fortes; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Feminicídio e Covid-19: duas expressões da questão social. Revista Espaço Acadêmico, n. 224, set. – out. 2020 – bimestral, Ano XX. 4



V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras

Unioeste, campus de Toledo e Foz do Iguaçu/PR

20 e 22 de novembro de 2024